Sexta-feira, 21 de junho de 2024
Ano 25 | Número 6027 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Cresce desequilíbrio entre receita e despesa da Seguridade Social

Contas públicas Em 2023, o sistema, que inclui Previdência, assistência social e saúde, teve déficit de R$ 429 bi, com despesa de R$ 1,6 tri e receita de R$ 1,179 tri

Jéssica Sant'Ana e Edna Simão
De Brasília

A arrecadação da Seguridade Social, em especial da Previdência, tem se mostrado insuficiente para custear as despesas do sistema ao longo dos anos, o que tende a exigir alíquotas de contribuição mais altas da população, mesmo com as mudanças feitas na reforma de 2019. No ano passado, a Seguridade Social teve déficit de R$ 429 bilhões, fruto de uma despesa de R$ 1,6 trilhão, e uma receita de R$ 1,179 trilhão, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), feito pelos pesquisadores Rogério Nagamine e Graziela Ansilier. Com isso, a arrecadação cobriu apenas 73,7% dos gastos. Já em 2008, a receita representava 111,8% da despesa, sendo mais do que suficiente para custear os gastos com a Seguridade, que inclui Previdência, assistência social e saúde.

Segundo o estudo, vários fatores explicam esse cenário: ausência de reformas ao longo do tempo, ampliação das renúncias e aumento do público que recebe benefícios previdenciários e assistenciais, mas que pouco contribuem ou que não contribuem, como os microempreendedores individuais (MEIs), os aposentados rurais e as pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC, voltado para idosos de baixa renda e pessoas com deficiência).

A perspectiva é que essa insuficiência cresça ao longo do tempo, tendo em vista a esperada continuidade do aumento das despesas com a Previdência, saúde e assistência social, ao mesmo tempo que as receitas tendem a ter incremento mais modesto. Em 2000, a receita do Regime Geral de Previdência Social — que atende aos trabalhadores da iniciativa privada, via INSS — cobriu 84,7% de sua despesa total. Já no ano passado, custeou apenas 65,9% dos gastos. Nesse cenário, "as alíquotas necessárias para o custeio integral são invariavelmente elevadas, o que gera preocupação a respeito do futuro do financiamento da previdência", escrevem os autores do trabalho.

O estudo é divulgado num momento em que a equipe econômica defende reforçar as fontes de financiamento da Previdência e combater as fraudes para conter o déficit. **Página A4**

Alta do custo transforma setor de saúde

Beth Koike
De São Paulo

O setor da saúde passa por transformações estruturais desde a pandemia, envolvendo questões regulatórias, demográficas e econômico-financeiras, num mercado que movimentou mais de R$ 300 bilhões em 2023. Todas têm uma relação direta com o custo da saúde. Entre 2019 e 2023, o reajuste médio do plano empresarial, que representa 70% do setor, acumulado chegou a 68,72% — mais do que o dobro do IPCA no período. Nesse cenário, há duas mudanças bem claras: a depreciação dos planos de saúde, com menor oferta de serviços como reembolso, rede prestadora e abrangência de cobertura, e uma nova onda de consolidação, agora envolvendo grandes grupos. **Páginas B1 e B2**

'À Mesa com o Valor'

GABRIEL REIS/VALOR

Para o camaronês Bonaventure Soh Bejeng Ndikung, a moda é algo temporário. Formado em biotecnologia médica, ele será o curador da 36ª edição da Bienal de São Paulo. "Eu gosto de coisas que revelam uma atitude, que revelam algo sobre o interior da pessoa", diz à repórter Darlene Dalto. EU&

Nível atual da Selic tem peso de R$ 78 bi para empresas

Adriana Mattos
De São Paulo

Apesar de boa parte do empresariado ver com preocupação o quadro fiscal atual e considerar o fim do ciclo de queda da Selic como crucial ao controle inflacionário, a manutenção da taxa básica implica um custo financeiro alto para as companhias.

Segundo cálculos da gestora Paramis Capital, o estoque total da dívida corporativa atrelada ao CDI atinge R$ 743,2 bilhões, e com a Selic a 10,5% ao ano, o custo financeiro anual alcança R$ 78 bilhões. O montante equivale a mais que o dobro dos investimentos projetados pela Vale neste ano e 70% do desembolso médio anual previsto pela Petrobras de 2024 a 2028.

Se o juro básico fechasse o ano em 9%, como o mercado estimava há menos de seis meses — antes de a preocupação com inflação aumentar e o governo afrouxar o discurso de maior rigor das contas públicas —, o custo iria a R$ 66,9 bilhões, R$ 11,1 bilhões abaixo da soma atual. Com a taxa a 9,5%, essa economia seria menor, mas ainda relevante, de R$ 7,4 bilhões.

"Achamos que essa Selic de 10,5% se 'arrasta' até o fim do ano, e não descartamos totalmente um eventual aumento. Há muita 'bagunça política' ainda, e se o governo adotar uma linha mais populista, isso pode elevar mais o risco político e fiscal", diz Ricardo Nunes, da Paramis. **Página C4**

BP assume 100% da BP Bunge Bioenergia

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A petrolífera britânica BP priorizou o Brasil em sua aposta em biocombustíveis como uma das vias de transição energética, ao acertar a compra dos 50% da fatia que a Bunge detém na joint venture em comum entre as duas, a sucroalcooleira BP Bunge Bioenergia. A Bunge espera receber em torno de US$ 800 milhões. Além da compra de ações da trading, a BP assumirá parte da dívida correspondente à sócia, o que resulta em operação de U$ 1,4 bilhão. O retorno do negócio de cana é "extremamente atrativo", disse Nigel Dunn, vice-presidente sênior de biocombustíveis da BP. **Página B12**

Scania investirá R$ 2 bilhões em ônibus elétrico

Marli Olmos
De São Paulo

A Scania prepara um novo ciclo de investimentos, de R$ 2 bilhões, para o período de 2025 a 2028. A empresa sueca é a primeira fabricante de caminhões e ônibus que se junta à onda de novos ciclos de investimentos, que começou com montadoras de automóveis e já soma R$ 115,5 bilhões. Boa parte do novo aporte será destinada à produção de ônibus elétricos. Segundo Christopher Podgorski, presidente da área industrial da Scania na América Latina, o ônibus 100% elétrico e para uso urbano que a empresa fabricará no Brasil será igual ao que existe na Europa. **Página B9**

IA vai modificar o mercado de influenciadores

Guilherme Ravache
Para o Valor, de Cannes (França)

Não deixa de ser irônico que, na primeira edição do Cannes Lions com premiação específica para criadores de conteúdo digital, a inteligência artificial generativa tenha roubado a cena e se tornado central no evento, colocando em xeque a sustentabilidade do mercado de influência. Para colocar mais lenha na fogueira, o TikTok anunciou o lançamento de avatares gerados por IA para marcas e criadores aumentarem a produção na plataforma. A novidade permitirá que um anunciante crie centenas de conteúdos em vários idiomas e reduza o custo de produção, que hoje inclui o pagamento a humanos. O mercado de influência, que já vivia crise, pode sofrer mais, à medida que grandes marcas passaram a questionar a eficiência do investimento em influenciadores. David Droga, CEO da Accenture Song, se disse temeroso com o que estava por vir, mas se descreveu como um entusiasta da IA generativa. **Página B4**

Mulheres e vinhos

ROGERIO VIEIRA/VALOR

As mulheres têm revolucionado a maneira como se entende o vinho. "Se olhar para trás, estava sozinha na AL trabalhando com vinhos naturais e biodinâmicos", diz a sommelière Lis Cereja à repórter Luiza Fecarotta. EU&

Destaque

Dólar ignora Copom e sobe

O dólar alcançou o maior nível de fechamento desde 22 de julho de 2022 — subiu 0,38% e encerrou o pregão a R$ 5,4622. O real chegou a mostrar apreciação firme no início dos negócios, em um sinal de alívio com a decisão unânime do Copom. Ao longo do dia, porém, o dólar ganhou força, com pressão da alta dos rendimentos dos títulos da dívida dos EUA e relatos de fluxo de saída do país, em momento de perda de confiança dos agentes de mercado na condução da política econômica. **C1**

Indicadores

Indicador	Data		
Ibovespa	20/jun/24	0,15 %	R$ 21,2 bi
Selic (meta)	20/jun/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	20/jun/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	20/jun/24		5,4248/5,4254
Dólar comercial (mercado)	20/jun/24		5,4616/5,4622
Dólar turismo (mercado)	20/jun/24		5,4802/5,6602
Euro comercial (BC)	20/jun/24		5,8078/5,8090
Euro comercial (mercado)	20/jun/24		5,8466/5,8472
Euro turismo (mercado)	20/jun/24		5,8960/6,0760

Ambiente Diretor da AIEA diz que geração atômica passou de 'tolerável' a 'aliada' contra a mudança climática

COP30 pode ajudar a ampliar energia nuclear na matriz brasileira, diz agência

Murillo Camarotto
De Brasília

A COP30 será uma grande oportunidade para promover o crescimento da fonte nuclear na matriz energética brasileira. Esta é uma das apostas do argentino Rafael Grossi, diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica, que esteve esta semana em Brasília. Segundo ele, a conferência do clima anterior, no ano passado, em Dubai, já promoveu a energia nuclear de "tolerável" a "aliada" no combate às mudanças climáticas. A expectativa é que a reputação melhore ainda mais na reunião de novembro de 2025, em Belém.

Considerada limpa, a fonte nuclear ainda enfrenta resistências no mundo, sobretudo devido ao risco de danos ambientais em caso de acidentes. No Brasil, onde a pauta ainda divide opiniões no governo, o argumento contra é de que a matriz limpa do país dispensa os riscos dessa alternativa.

Em entrevista ao **Valor**, Grossi também defendeu a conclusão do projeto de Angra 3 e falou da renovação da licença de funcionamento de Angra 1 por mais 20 anos. Apontou as principais dificuldades para a aprovação do projeto do submarino nuclear brasileiro e atualizou as preocupações globais sobre os riscos envolvidos no programa nuclear iraniano e na guerra em curso no entorno da usina de Zaporizhia, na Ucrânia.

A seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: *Qual o contexto de sua vinda ao Brasil?*

Rafael Grossi: São diferentes objetivos. É minha segunda visita com o diretor-geral, a primeira no meu segundo mandato à frente da agência. Importante no sentido de dar uma contribuição nos debates importantes no Brasil sobre o programa nuclear. A agência tem muito trabalho, muita cooperação feita com o Brasil. Já havia uma demanda do Congresso e também outros aspectos importantes, como o projeto do submarino nuclear, que de ângulos diversos contribuem para uma agenda substantiva para essa visita.

Valor: *Uma das grandes vantagens da energia nuclear é o fato de ser considerada limpa. No Brasil, que já tem uma experiência de acidente com material radioativo, o Ministério do Meio Ambiente argumenta que a matriz energética é suficientemente limpa e que não seria necessária uma expansão da energia nuclear. Qual é a sua visão?*

Grossi: A energia é um tema muito discutido nos países, a gente tem diversas opções. Isso não está mal. É interessante. A gente tem que chegar a uma matriz inteligente, que pode combinar as necessidades econômicas com os requerimentos globais em termos de mudanças climáticas, de equilíbrio da matriz. Não há uma receita para dizer qual é o ideal, o Brasil tem uma capacidade hidroelétrica importantíssima, mas é uma capacidade que é esgotada. Há também os desequilíbrios, as grandes secas, que demonstram também a necessidade de diversificar. A porcentagem [de nuclear] pode variar, mas o consenso geral é que uma energia de base é sempre necessária para aportar a estabilidade. E a energia nuclear é bem posicionada para aportar essa energia de base. Normalmente os planejadores energéticos falam em algo entre 15% ou 20% de energia nuclear como alternativa para os países que têm essa possibilidade. Naturalmente, você terá uma França com 80% ou mais, mas em geral os países europeus que têm energia nuclear estão em torno de 30%. Os Estados Unidos, 20%; a Rússia, 20%; a China muito baixo, com 4%, mas com uma tendência vertical, com a aspiração de chegar a 15%.

Valor: *O Brasil também está em torno de 4%, certo?*

Grossi: Isso, 4%. Em síntese, não há uma medida ideal. Há uma combinação inteligente, que é uma combinação entre uma boa energia de base e as renováveis.

Valor: *Outra parte do governo brasileiro defende a expansão da energia nuclear. A agência está acompanhando a questão de Angra 3? Qual é a importância de concluir a obra?*

Grossi: Angra 3 é muito importante, porque é um investimento já feito e que, claramente, todos esses atrasos, todas essas demoras, todos esses problemas jurídicos e políticos não são bons. Há um caso no meu próprio país [Argentina], com a central nuclear de Atucha II, que ficou parada anos, e, finalmente, os argentinos decidiram terminar. Agora é muito importante para matriz energética, então eu penso que essa tem que ser a aposta do Brasil nesse momento.

Valor: *O senhor enxerga, então, espaço para ampliação, para além de Angra 3, da produção de energia nuclear pelo Brasil?*

Grossi: Naturalmente. Para mais duas ou três centrais. Isso é, para mim, a evolução lógica do programa brasileiro. A introdução da modularidade também, isso o tempo joga a favor, porque após a Angra 3, já teremos os SMRs (pequenas centrais modulares) no mercado, na década de 2030, aproximadamente. E o Brasil, com um território tão expandido, poderá avaliar as possibilidades da região Nordeste, de sertão, de regiões afastadas, regiões um pouco isoladas, de recorrer à modularidade.

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

Rafael Grossi: "Temos que chegar a uma matriz inteligente, combinar necessidades"

Valor: *O sr. mencionou França, Europa, EUA e China. Qual é o cenário na América Latina, de forma geral?*

Grossi: Na Argentina, entre 7% e 8%. No Brasil, 4%. Mas o Brasil tem que aumentar. No México, um pouco menos. Nosso continente não será um grande continente nuclear, será um continente nuclear caso haja interesse na modularidade.

Valor: *O sr. tem dito que sem a energia nuclear a meta global de carbono zero em 2050 é inalcançável.*

Grossi: Isso está confirmado pela Organização Internacional de Energia, que é o think tank mais respeitado no mundo, e pelo Painel de Mudanças Climáticas. A gente pode não ter nuclear, mas não será possível a net zero [emissões líquidas zero] em 2050.

> "Angra 3 é muito importante, porque é um investimento já feito"

Valor: *Uma equipe da agência concluiu recentemente uma análise de segurança na usina Angra 1, que quer aumentar a vida útil por mais 20 anos. Como está a análise desse pleito?*

Grossi: Isso é um sistema de avaliação de operação em longo prazo. Em geral, os resultados foram muito positivos, tem sempre pequenas coisas a melhorar, mas em geral é uma planta muito bem gerida.

Valor: *A expectativa é que seja autorizado?*

Grossi: Essa é minha expectativa, sim.

Valor: *O senhor mencionou também agora o RMB, um projeto brasileiro para produzir radioisótopos. Qual é a relevância deste projeto?*

Grossi: Muito importante. A penúria nacional, regional e global dos radiofármacos é muito, muito importante. O Brasil tem que abastecer o seu mercado e exportar. A demanda é crescente, as estatísticas mundiais e nacionais de câncer são ruins. O câncer continua a crescer, as mortes continuam a aumentar e a necessidade de desenvolver e produzir radioisótopos é imperativa. Um país tão grande, gigantesco como o Brasil, precisa de uma boa capacidade local de produção.

Valor: *Quais são os principais desafios para aprovação do projeto do submarino nuclear brasileiro?*

Grossi: Desafios tecnológicos importantes. O desenvolvimento de um reator brasileiro, essencialmente brasileiro, que terá uma cooperação com a França. Não está muito claro como essa cooperação será redefinida. Sei que o presidente [Emmanuel] Macron falou com o presidente Lula. Há possibilidade de uma cooperação marginal, mas uma cooperação. Porque os desafios tecnológicos de engenharia e design são muito, muito difíceis de fazer sozinhos, como os brasileiros tentam fazer. Esse é um aspecto.

Valor: *Qual o outro?*

Grossi: É o aspecto ligado às salvaguardas. É ali que a agência e o Brasil estão falando, estão começando uma negociação. Como você sabe, um submarino nuclear supõe a exclusão do material [radioativo] durante períodos relativamente longos das inspeções. E, naturalmente, esse é material de alto nível de enriquecimento. Material com capacidade de ser utilizado nos fins militares. Naturalmente, o marco legal previu isso. Mas com uma condição: o Brasil ter um acordo de salvaguardas específico, original, novo. A gente não pode replicar o que vai fazer com a Austrália. Os grandes países nucleares que têm submarinos não são exemplos, porque essa tecnologia militar que eles não compartilham, nós não inspecionamos. Porque esses países são localizados que já proliferaram, por assim dizer. Então, não temos capacidade de aplicar um sistema já feito no caso brasileiro. E também o Brasil, devido ao feito que desenvolveu essa tecnologia aqui, deseja legitimamente proteger segredos industriais.

Valor: *Mas como é esse processo de construção desse acordo de salvaguardas?*

Grossi: O Brasil propõe aproximações [com outros acordos]. A gente tem que avaliar se essas aproximações são razoáveis ou não. A gente tem que provar que não somente no submarino, no navio, mas também em todas as instalações navais onde esse material vai ser manipulado, se elas não oferecem possibilidades de desvios. Isso é um desafio. A gente tem que se pôr de acordo. Isso não será fácil. Mas, como eu sempre digo, não é impossível. Sobretudo porque aqui há um projeto de boa vontade. A gente [Brasil] não está pensando em fazer a bomba clandestinamente. O que se quer somente é proteger as informações militares e isso eu estou completamente de acordo.

Valor: *O sr. chegou a mencionar um prazo para que essa análise seja feita?*

Grossi: Essa discussão será uma discussão técnica e será um pouco influenciada também pelo ritmo do desenvolvimento do projeto.

Valor: *Mas o sr. falou em algo como três ou quatro anos.*

Grossi: É possível. É possível um pouco menos, mas eu acredito que é razoável.

Valor: *O sr. tem destacado a maior importância que foi dada à energia nuclear durante a COP28. O que espera de espera de avanços para essa pauta na COP30, no Brasil?*

Grossi: A COP28 foi a COP em Dubai. Dubai é um país de estreia nuclear, porque era um país que não tinha nada e agora tem capacidades nucleares. O Azerbaijão [sede da COP29] é um país de energias fósseis, um país exportador de petróleo. O Brasil tem todos os elementos do futuro, tem todos os elementos dessa combinação interessante, bastante limpa como estrutura energética, mas que tem pouco de nuclear e que aspira ter mais. Então, estamos começando um diálogo com as autoridades brasileiras para determinar a maneira de utilizar a COP para mostrar essa capacidade, essa cooperação do fator nuclear. Nós não pretendemos impor o nuclear. Essa não é a nossa ideia.

Valor: *O mundo passou por um momento de tensão com os ataques lá próxima à usina de Zaporizhia, na Ucrânia. A situação da usina lá ainda é um motivo de preocupação?*

Grossi: Enorme. A preocupação é enorme. Isso é uma zona de guerra. Uma central nuclear na front de combate. Isso é impensável, mas é realidade. A intervenção rápida, decisiva, da agência, foi muito importante. Mas não quero dizer que a missão está cumprida. Ainda estamos no meio da guerra.

Valor: *Sobre o Irã, o senhor também já manifestou preocupação com o baixo nível de cooperação do país em seu programa nuclear. O que ainda pode ser feito para frear ou para evitar a produção de uma arma?*

Grossi: A gente precisa ter um marco diplomático para esse programa. Isso é absolutamente necessário. E para isso se faz necessária uma cooperação mais ativa. É isso que me levou na nova visita a Teerã, no começo do mês de maio. Temos que recomeçar [as negociações].

Ver também página A7

Angela Davis abre programação do Festival LED

Bruno Alfano
"O Globo", do Rio

O Festival LED será aberto nesta sexta-feira, 21, no Museu do Amanhã, no Centro do Rio, com a renomada professora, filósofa e ativista Angela Davis.

Ela será um dos destaques do evento, que reunirá, entre hoje e amanhã, apaixonados pela educação. A programação principal terá transmissão ao vivo e gratuita para não assinantes pelo Globoplay. Os ingressos estão esgotados.

O evento começa às 10h30 com a americana, que fez parte dos Panteras Negras, falando sobre a educação como caminho para a liberdade, com mediação da jornalista e apresentadora da GloboNews Aline Midlej.

O dia ainda conta com nomes como a ex-BBB Juliete numa mesa sobre saúde emocional "Como cuidar de quem ensina e aprende?"; a jovem ativista indígena Alice Pataxó, falando sobre crise climática; o cantor Criolo, refletindo sobre saberes locais; o presidente do Conselho Nacional de Educação, Luiz Roberto Liza Curi, desvendando mitos da educação brasileira; além de oficinas sobre como se conectar com a geração Z e como o esporte pode ser aliado no desenvolvimento de competências socioemocionais.

Já no sábado, dia 22, a abertura fica por conta do líder indígena e escritor Ailton Krenak. Ele também subirá ao palco às 10h30 para falar sobre a sua visão da educação "aqui e agora" no sábado, refletindo sobre o poder educativo da ancestralidade, com seus atores humanos e não humanos.

No fim do segundo dia, o evento ainda vira um grande pitch com o Desafio LED. Depois de uma seleção com 2,4 mil inscrições, cinco boas ideias de estudantes foram selecionadas para a grande final.

Eles precisarão convencer um juri formado pela empresária Ana Paula Xongani e a empreendedora Monique Evelle que definirão o destino dos R$ 300 mil em prêmios. A ideia é que os concorrentes invistam o dinheiro em suas ideias, tirando os projetos do papel para melhorar a educação em suas comunidades.

E, fora dos museus, haverá mais uma novidade: o palco Comunidade LED, na Praça Mauá. Ele é aberto a todos que passarem pelo local e será um grande espaço aberto para conexões e trocas de ideias.

O auditório da Editora Globo recebeu ontem o IX Fórum de Reitores e Dirigentes de Universidades Parceiras (*ver também a página A4*) do Canal Futura, promovido pelo Canal Futura. Estiveram presentes mais de 60 representantes de instituições. O grupo, que estará no Festival LED, conheceu projetos da Fundação Roberto Marinho e da TV Globo e ainda discutiu um plano de trabalho para a produção dos conteúdos das TVs universitárias veiculados pelo Futura.

"Vamos começar a tornar público os materiais que criamos durante a Academia de Jornalismo, alguns encontros que tivemos na TV Globo com os grandes nomes da casa. Esse é uma forma de mostrar para a sociedade como o jornalismo funciona. Eles serão publicados a partir desta sexta-feira no Globoplay", afirmou Ricardo Villela, diretor-geral de Jornalismo da Globo.

valor.com.br
Claudia Safatle excepcionalmente não escreve hoje
www.valor.com.br

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Contas públicas Arrecadação em 2023 cobriu apenas 73,7% das despesas do sistema; tendência é que insuficiência cresça ao longo do tempo

Aumenta desequilíbrio entre receita e gasto da Seguridade Social

Jéssica Sant'Ana e Edna Simão
De Brasília

A arrecadação da Seguridade Social, em especial da Previdência, tem se mostrado insuficiente para custear as despesas do sistema ao longo dos anos, o que tende a exigir alíquotas de contribuição mais altas da população, mesmo com as mudanças feitas na reforma de 2019. É o que mostra estudo inédito do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) feito pelos pesquisadores Rogério Nagamine e Graziela Ansiliero e ao qual o **Valor** teve acesso.

No ano passado, a Seguridade Social teve déficit de R$ 429 bilhões, fruto de uma despesa de cerca de R$ 1,6 trilhão e receita de R$ 1,179 trilhão. Ou seja, as receitas cobriram apenas 73,7% das despesas. Em 2008, por exemplo, a arrecadação representava 111,8% da despesa, mais do que suficiente para custeio dos gastos, que incluem os regimes previdenciários, assistência social e saúde.

A perspectiva, diz o estudo, é que essa insuficiência cresça ao longo do tempo, tendo em vista a esperada continuidade do crescimento das despesas, em especial da Previdência, ao mesmo tempo que as receitas tendem a ter incremento mais modesto.

Em 2000, a receita do Regime Geral de Previdência Social — que atende aos trabalhadores da iniciativa privada, via INSS — cobria 84,7% de sua despesa total. Ou seja, já era insuficiente, mas o cenário foi piorando ao longo do tempo. No ano passado, a receita do regime foi suficiente para custear apenas 65,9% dos gastos, uma redução de quase 20 pontos percentuais em pouco mais de duas décadas.

Em proporção do PIB, a receita do RGPS em 2023 estava estimada em 5,5% do PIB, mesmo patamar observado em 2009. Já a despesa cresceu de 6,7% para 8,3% do PIB no mesmo período, alta de 1,6 ponto percentual.

São vários os fatores que explicam esse cenário: ampliação das renúncias, ausência de reformas ao longo do tempo e ampliação do público que recebe benefícios previdenciários e assistencial, mas que pouco contribuem ou que não contribuem, como os microempreendedores individuais (MEIs), os aposentados rurais, as pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e os segurados dos demais regimes especiais.

Ainda de acordo com o Ipea, em vários cenários estudados, a alíquota necessária para manter o RGPS equilibrado seria elevada. Com base em dados de registros administrativos, considerando o salário dos segurados, a alíquota média necessária para custear integralmente o RGPS no período 2009-2022 seria de 35,7%.

Usando como base a Pnad Contínua Anual, o custeio integral das aposentadorias e pensões exigiria uma alíquota de 30,4% de 2022. Incluindo o BPC nessa conta, a alíquota de equilíbrio seria de 32,2%.

> Tendência futura é que o regime de repartição público pague só o piso
> *Arnaldo Lima*

Os pesquisadores também calculam que, mesmo no cenário hipotético de inclusão de contribuição do setor informal, a alíquota estimada para financiamento de aposentadorias, pensões e BPC seria de 25,6%. Atualmente, a alíquota do RGPS para o trabalhador varia de 7,5% a 14%, incidindo de forma progressiva sobre os salários.

O estudo é divulgado num momento em que a equipe econômica do governo vem defendendo reforçar as fontes de financiamento da Previdência e combater as fraudes para conter o déficit do regime. Uma nova reforma, contudo, já foi descartada por vários integrantes do governo, apesar de pontas soltas deixadas na emenda constitucional de 2019. No estudo, Nagamine e Ansiliero alertam que as mudanças relacionadas ao financiamento do RGPS na reforma de 2019 são insuficientes para resolver o déficit.

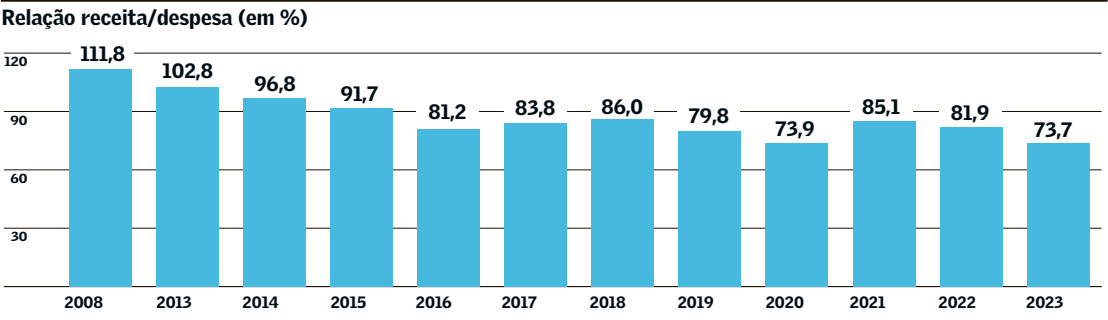
O professor associado da Faculdade de Economia e Administração da USP Luís Eduardo Afonso afirma que o estudo do Ipea mostra como a relação receita versus despesa está piorando progressivamente. "Num regime de repartição [em que as contribuições atuais financiam os benefícios previdenciários], o esperado era que receita fosse igual despesa. Não é o que acontece há anos — e mais greve do que isso é que vem piorando", diz o especialista em Previdência.

Ele avalia que o único caminho para resolver a questão do financiamento será olhando para as receitas e despesas. "O regime é muito desequilibrado para tentar fazer equilíbrio só de um dos lados." Em especial, ele defende uma revisão dos regimes especiais de contribuição, como o MEI — algo que é também apontado no estudo do Ipea. "O MEI é uma política pública que precisa ser reavaliada fortemente, porque não deu resultado, atraiu trabalhadores que não têm perfil e aumentou o déficit da Previdência, porque a contribuição é muito pequena", argumenta o professor da USP.

O economista Arnaldo Lima, ex-secretário no antigo Ministério do Planejamento e diretor da Relações Institucionais da Polo Capital, diz que a tendência, no futuro, é que o regime de repartição público pague apenas o piso previdenciário, pois a necessidade de financiamento será crescente com o tempo.

LEO PINHEIRO/VALOR

Luís Eduardo Afonso: "Num regime de repartição, o esperado era que receita fosse igual despesa"

Seguridade Social
Receitas para a previdência, assistência social e saúde têm caído ao longo do tempo

Fonte: Ipea, estudo "Considerações complementares sobre o financiamento da previdência social no Brasil: estimativas de alíquotas necessárias"

Mirar limite da banda traz risco de furar meta, diz TCU

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU) alertou o governo que mirar o limite inferior da banda de resultado primário pode elevar o risco de descumprimento da meta, além de afetar a credibilidade das regras fiscais e comprometer a gestão fiscal de exercícios futuros. A estratégia vem sendo adotada pela equipe econômica para evitar contingenciamento de gastos neste ano.

O alerta foi proposto pela área técnica do tribunal e aprovado pelo plenário na quarta-feira (19), em processo que analisou o primeiro relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do Orçamento. Nesse relatório, o governo previu um déficit de R$ 9,3 bilhões para o ano, fora da meta zero, mas dentro do intervalo de tolerância, que admite rombo de até R$ 28,8 bilhões. Com isso, a equipe não contingenciou recursos.

A equipe de fiscalização do tribunal alertou que, ainda que amparada na legislação, a condução da política fiscal mirando o limite inferior da meta traz um "risco mais elevado de seu descumprimento, com todas as consequências restritivas decorrentes". "Ademais, um menor compromisso com a disciplina fiscal no curto prazo reduz o espaço fiscal futuro, pois exigirá maior esforço para se cumprir o propósito de estabilização da dívida pública no longo prazo", diz a área técnica do TCU, em conclusões acompanhadas pelo relator, ministro Jonathan de Jesus.

Durante a instrução do processo, a equipe de auditoria cobrou das secretarias de Orçamento Federal (SOF) e do Tesouro Nacional (STN) qual foi a fundamentação jurídica para embasar a adoção da banda inferior da meta para verificação da necessidade de contingenciamento. Também questionou os possíveis riscos fiscais da prática.

DIVULGAÇÃO

> Compromisso menor agora reduz espaço fiscal no futuro
> *Jonathan de Jesus*

Ao tribunal as secretarias disseram que a conduta está amparada em dispositivos do novo arcabouço fiscal que dizem que a execução orçamentária deve ser compatível com a obtenção da meta de resultado primário, observados os respectivos intervalos de tolerância. Esse intervalo de tolerância de 0,25% do PIB para cima ou para baixo não existia e foi criado no ano passado com o novo arcabouço fiscal.

A Secretaria do Tesouro Nacional disse que esse intervalo é necessário para "resguardar a execução das políticas pública em situações em que há alguma frustração na arrecadação prevista para o ano".

Sobre os riscos fiscais de mirar a banda inferior nos relatórios bimestrais, a equipe econômica respondeu que não há prejuízo ao equilíbrio das contas públicas, "uma vez que esse equilíbrio é avaliado em última instância sob a ótica do resultado nominal e da dívida pública, que são afetados por outras variáveis, como as taxas de juros e a performance do PIB".

As secretarias reconheceram, contudo, que um resultado mais próximo da banda pode tornar o processo de estabilização da dívida mais lento. Contudo, disseram que a trajetória poderá ser compensada nos anos posteriores, considerado um horizonte de dez anos. Disseram também que eventual prejuízo é amenizado pelas próprias metas estabelecidas anualmente.

A despeito das ponderações feitas pela equipe econômica, os auditores frisaram que é "dever inarredável dessa corte de contas permanecer vigilante quanto a possíveis riscos para as finanças públicas ou fatos e situações que possam comprometer a gestão fiscal, de modo a resguardar o equilíbrio fiscal intertemporal".

Conforme revelou o **Valor** em abril, o governo incluiu no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 um artigo para garantir que o contingenciamento, se necessário, será calculado considerando o limite inferior da banda de tolerância. O trecho foi incluído para trazer mais segurança jurídica à prática, já que a LDO deste ano não possui essa previsão, e o governo já previa que poderia ser questionado pelo TCU.

A inclusão de mecanismos para flexibilizar o contingenciamento de recursos tem sido uma prática da equipe econômica. O próprio arcabouço estabelece que o governo só pode contingenciar 25% das despesas discricionárias. A regra não existia antes.

Avanço de notícias falsas é desafio para universidades

Paula Martini
Do Rio

A onda de desinformação e notícias falsas trouxe um desafio a mais para a educação brasileira, que apresenta indicadores extremamente desiguais entre os jovens brasileiros. Esse foi o principal norte das discussões do 9º Fórum de Reitores e Dirigentes de Universidades Parceiras do Canal Futura, realizado nesta quinta (20), no auditório da Editora Globo, no Rio.

O fórum que reúne mais de 60 reitores e representantes de universidades públicas, privadas e comunitárias é organizado pela Fundação Roberto Marinho e pelo Canal Futura a cada dois anos. A última edição aconteceu em 2022, num contexto de cortes orçamentários e retomada das aulas presenciais após a pandemia.

"O cenário político e educacional se transformou bastante desde a última edição, mas isso não quer dizer que os desafios das universidades tenham sido superados", afirmou o secretário-geral da Fundação Roberto Marinho, João Alegria.

Alegria destacou que o fórum é um espaço aberto para ouvir sugestões, orientações e indicativos dos representantes das universidades. Ele ressaltou que a desinformação é um desafio urgente a ser enfrentado por educadores e formadores de opinião.

"A desinformação é um desafio urgente que precisamos nos debruçar e enfrentar com todas as forças que tivermos. O conhecimento e a informação de qualidade são estratégias imbatíveis contra a desinformação", disse.

A superintendente de Conhecimento da Fundação Roberto Marinho, Rosalina Soares, apresentou aos reitores os destaques da pesquisa "Juventudes, Educação e Trabalho". Os dados estão disponíveis na plataforma de dados educacionais QEdu, acessada por 8 milhões de usuários por ano. "É uma possibilidade de chegarmos a mais pessoas nesse contexto de 'fake news' e desinformação", disse Soares.

Ela destacou indicadores que mostram que 59 milhões de brasileiros não terminaram educação básica e não frequentam escola. Destes, 521 mil são jovens de 15 a 17 anos. "Existe um desafio histórico em relação à trajetória escolar dos nossos jovens e nós precisamos pensar a educação como uma porta para reduzir desigualdades", disse ela.

O diretor-geral de jornalismo da Globo, Ricardo Villela, mostrou o projeto "Academia do Jornalismo", um programa de aprendizagem continuada destinado a todos os profissionais da área na Globo.

A iniciativa criada para valorizar o jornalismo profissional será disponibilizada para o público em geral, que poderá consumir o conteúdo inédito a partir desta sexta-feira (21) no trilho de Educação no Globoplay, com atualizações semanais.

"Nosso objetivo é levar a educação sobre jornalismo para a sociedade brasileira. A gente precisa lembrar, ensinar e mostrar que o jornalismo profissional é diferente das outras coisas", disse Villela.

Participam do fórum instituições como Unicamp, Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Neste ano os reitores e representantes das instituições do fórum também vão participar do Festival "LED, Luz na Educação", que acontece nos dias 21 e 22 de junho, no Museu do Amanhã e Museu de Arte do Rio.

INÊS 249

Conjuntura Medida por hora efetiva avançou 1,1%, mas outras métricas registraram queda, segundo observatório do FGV Ibre

Produtividade sobe no 1º tri, mas dá sinais de perda de fôlego

Anaïs Fernandes
De São Paulo

A produtividade do trabalho no Brasil sustentou o crescimento no primeiro trimestre deste ano, mas abaixo do registrado no mesmo período do ano passado, sugerindo que o aumento observado em 2023 pode ter sido mais temporário, devido à agropecuária, e menos uma mudança duradoura na tendência agregada. É o que aponta o Observatório da Produtividade Regis Bonelli, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

A produtividade por horas efetivamente trabalhadas avançou 1,1% no primeiro trimestre de 2024, em relação ao mesmo período de 2023, após ter subido 1,3% no último trimestre do ano passado. No primeiro trimestre de 2023, o crescimento foi de 1,4%, chegando a 2,7% no segundo trimestre.

As medidas de produtividade que consideram o total de horas habitualmente trabalhadas e a população ocupada, porém, recuaram 0,1% cada no primeiro trimestre de 2024, em relação ao mesmo período de 2023.

"Parece um sinal de perda de fôlego, no sentido de que as medidas começam a divergir entre si", afirma o economista Fernando Veloso. Veloso é coordenador do observatório e um dos autores do estudo sobre a produtividade junto com Silvia Matos, também coordenadora, e os pesquisadores do FGV Ibre Fernando de Holanda Barbosa Filho, Paulo Peruchetti, Janaína Feijó e Ana Paula Ruhe.

A produtividade é calculada pela comparação do valor adicionado — variável próxima ao Produto Interno Bruto (PIB), mas que exclui impostos e subsídios — com os indicadores do fator trabalho. As horas efetivamente trabalhadas podem incluir reduções por motivo de doença, feriado ou cortes de jornada, como os realizados em meio à crise da covid-19, entre outros, bem como aumentos por causa de picos de produção e compensação de horas não trabalhadas, por exemplo.

A produtividade por hora efetiva deu um salto no início de 2020 por causa de um "efeito-composição" — a pandemia tirou do mercado trabalhadores menos escolarizados, que tendem a ser menos produtivos —, caiu ao longo de 2021 e 2022, conforme a crise sanitária e esses efeitos se normalizaram, e subiu 1,9% em 2023, após dois anos de queda. As altas do ano passado, no entanto, foram desacelerando a cada trimestre.

O comportamento distinto entre as métricas de produtividade no primeiro trimestre deste ano ocorreu porque as diferentes medidas do fator trabalho voltaram a se descolar ligeiramente. Isso aconteceu durante e logo após a pandemia, quando as horas efetivamente trabalhadas despencaram em razão das medidas de distanciamento social necessárias e, depois, se recuperaram com força. Desde 2022, as três medidas voltaram a caminhar mais juntas. No primeiro trimestre de 2024, no entanto, as horas efetivas subiram menos (1,2%) do que as horas habituais e a população ocupada (2,4% cada), na comparação com o mesmo período do ano passado.

"No começo da recuperação pós-pandemia, aumentou-se a jornada. A partir do momento em que o mercado de trabalho vai ficando aquecido, é natural ter maior contratação de população e utilizar menos horas", diz Fernando de Holanda Barbosa Filho.

Em relação ao trimestre imediatamente anterior, com ajuste sazonal, a produtividade por hora efetiva ficou estagnada no primeiro trimestre de 2024. Já as medidas por horas habituais e por população ocupada caíram 0,6% e 0,3%, respectivamente.

Apesar disso, todas as medidas continuam superando o nível pré-pandemia, com a produtividade por hora efetiva 1,2% acima. "É bom que esse número se mantenha positivo, mas não é um crescimento extraordinário", diz Veloso.

Os pesquisadores do FGV Ibre também observam que, mesmo com a queda no quarto trimestre do ano passado e da estabilidade no primeiro trimestre de 2024, em relação aos três meses imediatamente anteriores, a produtividade por hora efetiva não retornou à tendência de contração que registrava antes da pandemia.

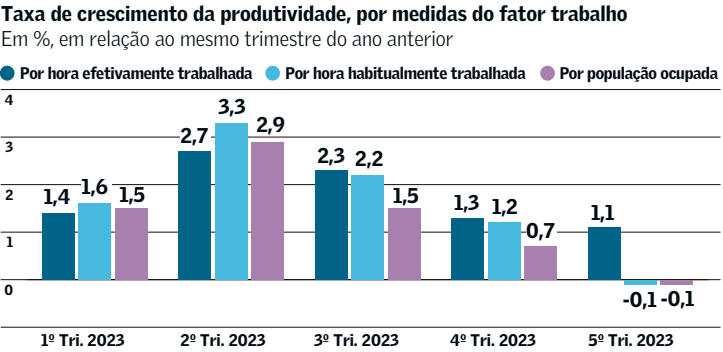
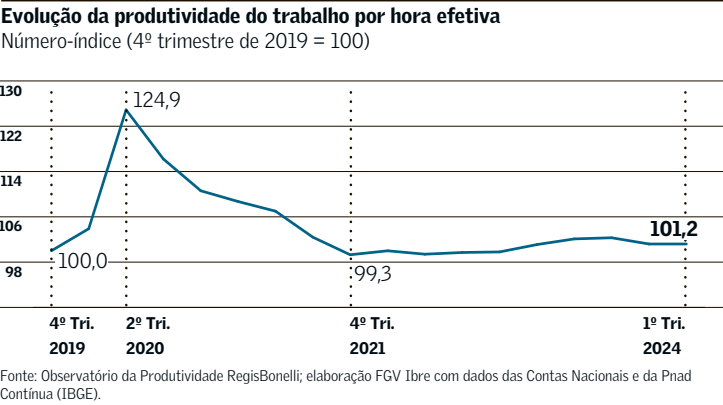
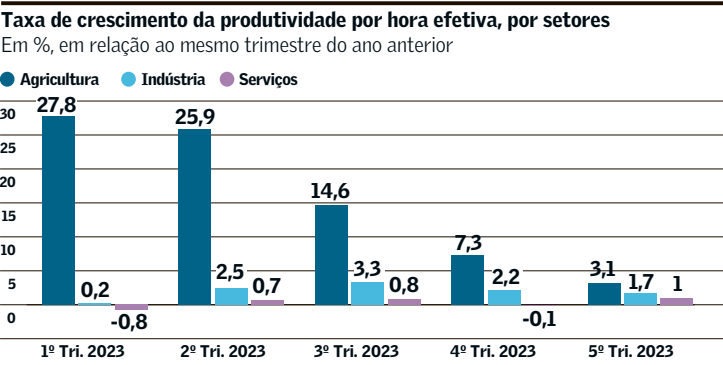
"Vemos como uma estagnação na margem. Ela se deslocou para cima da tendência e continua, mas também sem nenhuma dinâmica de crescimento sustentado. Parece que está meio lutando para não cair", afirma Veloso.

> "Voltamos para a nossa realidade de crescimento mais baixo"
> *Silvia Matos*

Medida de eficiência com que os fatores capital e trabalho se transformam em produção, a chamada produtividade total dos fatores (PTF) recuou 1,3% no primeiro trimestre de 2024, ante igual período de 2023, e 0,1% em relação aos três meses imediatamente anteriores. Em relação ao pré-pandemia, a PTF está 5,1% abaixo.

"Os sinais são piores, não indica uma mudança estrutural, um crescimento sustentado de produtividade, algo muito diferente do que aconteceu nos anos 2000", diz Veloso.

Por setor, o processo de desaceleração da produtividade da agropecuária após o "boom" do primeiro trimestre de 2023, impulsionado pela safra recorde, se manteve no início de 2024. Por hora efetiva, a produtividade do agro cresceu 3,1% no primeiro trimestre deste ano, ante igual período do ano passado, quando havia avançado quase 30%.

O valor adicionado da agropecuária caiu 3% no primeiro trimestre de 2024, em relação ao mesmo período de 2023, quando subiu 23%. Ainda assim, a produtividade do setor subiu no primeiro trimestre de 2024 porque as horas efetivamente trabalhadas caíram mais: 5,9%, na comparação com o primeiro trimestre do ano passado.

O "copo meio cheio", diz Veloso, é que, apesar da menor contribuição da agropecuária, a produtividade agregada não caiu.

Na indústria, o crescimento da produtividade por hora efetiva foi de 1,7% no primeiro trimestre de 2024, ante 2023, quando havia subido apenas 0,2%. Já os serviços reverteram a queda de 0,8% do primeiro trimestre do ano passado para uma alta de 1% neste ano.

"Em termos agregados, o crescimento da produtividade por hora efetiva foi parecido com o do ano passado, só que a composição foi diferente, mais distribuída", diz Veloso. "Mas, para a gente ter mais confiança, a magnitude teria de ser maior e também mais disseminada entre as medidas e os setores", afirma.

O padrão, observado ao longo do ano passado, de setores mais produtivos apresentando maior expansão do valor adicionado se manteve no primeiro trimestre de 2024, o que é positivo, segundo os pesquisadores do FGV Ibre. Entre esses setores, estão a indústria extrativa mineral e os Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), como geração e distribuição de energia, gás, água, esgoto e gestão de resíduos.

Para Silvia Matos, também coordenadora do Boletim Macro do FGV Ibre, é bom sinal que a produtividade não tenha retornado ao campo negativo no primeiro trimestre de 2024 e também que a indústria e os serviços tenham se recuperado. "Mas, novamente, voltamos para a nossa realidade de crescimento mais baixo."

Olhando à frente, uma mudança importante em relação ao período pré-pandemia e que pode ser positiva para o futuro da produtividade no país é que o emprego tem sido puxado pelo setor formal, dizem os pesquisadores. Eles observam que, em abril de 2024, as ocupações formais estavam 10,8% acima do período pré-pandemia, e as informais, apenas 2,4% acima.

"As próximas divulgações serão cruciais para a gente entender a dinâmica pós-pandemia, porque, de um lado, teve o movimento temporário do agro, que agora pode puxar para baixo, mas, por outro, vemos a melhora da formalização", diz Paulo Peruchetti.

LEO PINHEIRO/VALOR

Fernando Veloso: "Copo meio cheio" é que, apesar da menor contribuição do agro, produtividade agregada não caiu

Perda de fôlego

Produtividade do trabalho no Brasil dá sinais mistos no início de 2024

Taxa de crescimento da produtividade, por medidas do fator trabalho
Em %, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior

0% foi o desempenho da produtividade por hora efetiva no primeiro trimestre de 2024, ante o quarto trimestre de 2023; por hora habitual e por população ocupada houve queda de 0,6% e 0,3%, pela ordem

Taxa de crescimento da produtividade por hora efetiva, por setores
Em %, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior

Evolução da produtividade do trabalho por hora efetiva
Número-índice (4º trimestre de 2019 = 100)

Fonte: Observatório da Produtividade RegisBonelli; elaboração FGV Ibre com dados das Contas Nacionais e da Pnad Contínua (IBGE).

70% das empresas no país não tinham empregado assalariado em 2022

Lucianne Carneiro
Do Rio

O Brasil tinha 9,4 milhões de empresas e outras organizações formais ativas em 2022, com 62,7 milhões de pessoas ocupadas ao todo. Desse contingente, 50,2 milhões (ou 80%) eram trabalhadores assalariados enquanto os restantes 12,5 milhões (20%) atuavam no mercado na condição de sócios e proprietários.

O retrato do setor empresarial está na pesquisa Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – 2022 (Cempre 2022), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2022, o terceiro ano da pandemia, a economia brasileira cresceu 3%, após recuo de 3,3% em 2020 e alta de 4,8% em 2021.

Ao todo, o montante pago em salários e outras remunerações totalizou R$ 2,3 trilhões em 2022. O salário médio mensal foi de R$ 3.542, o que equivalia a 2,9 salários mínimos (o valor do salário mínimo era de R$ 1.212 em 2022).

Por causa de mudança na metodologia da pesquisa, os dados não podem ser comparados com anos anteriores. Com isso, houve interrupção da série histórica, que começou em 2007 e foi até 2021.

Do total de 9,4 milhões de empresas ativas, 6,6 milhões eram sem pessoal assalariado (69,6%) e 2,9 milhões com pessoas assalariadas (30,4%). As empresas sem pessoas assalariadas ocupavam 8,4 milhões de pessoas (13,5%), todos sócios e proprietários, o que corresponde a 67,4% desse grupo. Já as empresas com assalariados empregavam 54,3 milhões de pessoas (86,5%), sendo 50,2 milhões assalariados e 4,1 milhões sócios e proprietários.

Na análise por perfil da atividade, as empresas de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas lideravam, com 29,1% do total das companhias ativas e 21% do pessoal ocupado. Em segundo lugar vinha o segmento de atividades administrativas e serviços complementares, com 9,8% das empresas e participação próxima dos trabalhadores (9,7%). As indústrias de transformação, por sua vez, embora representassem apenas 6,2% do total das empresas empregavam uma parcela de 14% dos trabalhadores.

As empresas de menor porte no país, com até nove empregados, representam 76,8% daquelas ativas no país, mas empregam uma parcela de 16,9% do pessoal ocupado. Por outro lado, as companhias de maior porte, com 250 ou mais trabalhadores, são apenas 0,8% do total, mas reúnem pouco mais da metade (50,1% dos trabalhadores).

O estudo do IBGE mostra que, apesar do predomínio daquelas de menor porte na estrutura empresarial brasileira, as empresas e outras organizações com 250 pessoas ou mais obtiveram as maiores participações em diferentes variáveis econômicas: pessoal ocupado total (50,1%), pessoal ocupado assalariado (54,1%) e salários e outras remunerações (69,3%).

O trabalho mostra, ainda, que os salários apresentam relação direta com o porte da empresa: quanto maior o número de empregados, maior é o salário. Os salários médios mensais mais elevados foram pagos pelas companhias com 250 pessoas ou mais, R$ 4.528. O valor representa 2,5 vezes e meia o salário médio das empresas que têm entre uma e nove pessoas ocupadas (R$ 1.793). Só empresas e outras organizações com 250 pessoas ou mais pagaram salários acima do valor médio (R$ 3.548).

PF planeja usar satélite americano para monitorar crimes em países vizinhos

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

A Polícia Federal começou a discutir um plano para passar a monitorar atividades criminosas nos demais países que abrigam a Amazônia usando imagens de satélites fornecidas por uma empresa dos EUA. Pelo projeto, sempre que for detectado que um garimpo ou um foco de desmatamento estiver avançando em direção ao Brasil, autoridades poderiam organizar de maneira mais eficiente ações preventivas.

Além do Brasil, a Amazônia se estende por Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. Garimpos de ouro, corte ilegal de madeira ou plantios de coca e transporte de cocaína são algumas das atividades do crime na região.

Ainda em fase de construção, o projeto seria baseado em imagens captadas pelos satélites da americana Planet, que registram imagens fotos diárias do globo.

Há três anos e meio, o Ministério da Justiça mantém um contrato de R$ 63 milhões por ano com a empresa no âmbito de um programa chamado de Rede Brasil Mais – Meio Ambiente Integrado e Seguro. Mais de 400 instituições públicas usam as imagens, distribuídas pela empresa Sccon. Com base nas imagens, a Sccon produz alertas de crimes para orientar autoridades. Um evento realizado esta semana em Brasília reuniu representantes de diversos órgãos que integram o Brasil Mais, além da cúpula do Ministério da Justiça e da PF.

"Hoje as imagens que nós temos terminam na fronteira do Brasil. A gente só toma conhecimento de que, por exemplo, um garimpo começou na Venezuela e que está vindo para cá quando ele entra no Brasil e um alerta é gerado", diz o coordenador da rede, o perito criminal da PF, Cristiano Cunha.

Pelo projeto, autoridades brasileiras passariam a enxergar atividades ilícitas não em todo o território dos demais países amazônicos, mas numa faixa próxima à fronteira. Em contrapartida, o Brasil cederia a esses países imagens feitas pelos satélites de uma faixa do território nacional. Os países também passariam a ter acesso às imagens de seus próprios territórios com alertas sobre crimes, o que poderia ajudar polícias locais a atuarem de forma mais assertiva. Na PF, uma avaliação é bancos de desenvolvimento poderiam financiar a ideia.

A PF também está defendendo uma ampliação da rede no Brasil. Hoje, as imagens Planet cobrem todo o território, mas os alertas sobre desmatamento, garimpo, fogo e outros estão limitados a terras públicas, como áreas de conservação e terras indígenas. Sem os alertas, o trabalho de identificação de crimes ambientais em cada canto da Amazônia ou de outros biomas se torna uma tarefa inviável, diz o coordenador da Rede Mais.

"Os nossos analytics foram concebidos a partir de 2018 estamos conseguindo uma automatização cada vez maior e cada vez mais escalável para gerar esses alertas", diz Iara Musse Félix, CEO da Sccon. "Estamos preparados para fazer essa ampliação caso seja de interesse do governo brasileiro."

A proposta da PF é que os alertas passem a ser feitos em propriedades rurais privadas, de modo que 100% do território brasileiro seja monitorado por imagens e alertas. "Fizemos já uma apresentação para Casa Civil, que deve encaminhar internamente para avaliar a possibilidade de nos ajudar nessa ampliação", diz Cunha.

O repórter viajou a Brasília a convite da Sccon

Energia Estudo prevê economia de US$ 50 tri até 2050 com emprego de estratégias financeiras novas

Finanças inovadoras reduzem custo da transição

Naiara Bertão
De Manaus

Estudo da consultoria Deloitte, intitulado Financing the Green Energy Transition (financiando a transição para energia verde), destaca que até US$ 50 trilhões poderiam ser economizados na transição para a economia de energia verde até 2050, se forem implementadas estratégias financeiras inovadoras. O relatório aponta que muitos projetos de energia limpa enfrentam dificuldades para obter financiamento devido ao alto risco percebido e à falta de atratividade para investidores.

Segundo Luiz Paulo Pereira Assis, sócio responsável pela prática ESG da área de Financial Advisory da Deloitte, existe uma diferença de aproximadamente US$ 3 trilhões entre o montante que especialistas estimam que é necessário para financiar toda a transição energética para uma economia verde (entre US$ 5 trilhões e US$ 7 trilhões por ano), e o que efetivamente hoje está direcionado a essa finalidade (US$ 2 trilhões por ano). Isso é explicado por uma série de fatores, que vão desde a falta de projetos que sejam vistos pelos bancos como "financiáveis" até uma dificuldade de mobilização de recursos globalmente de países desenvolvidos para emergentes.

"Há uma diferença entre o risco efetivo dos projetos de transição e o risco percebido pelo mercado financeiro. O que buscamos foi tangibilizar para os investidores, empresas e partes relacionadas que existem limitadores na percepção de risco e retorno que podem ser trabalhados", comenta.

Assis explica que são observados ao menos quatro tipos de risco: macroeconômico global e local (relacionado à oscilação de moedas, juros e fatores econômico); risco do projeto em si (se será viável comercialmente); risco técnico (da tecnologia implementada na iniciativa); e o risco ligado ao retorno esperado do investimento, seja ele via crédito, seja via compra de participação acionária (equity).

"O custo do capital está na diferença entre o risco efetivo de um projeto e a percepção do risco, que inclui o que não se sabe com clareza [incertezas] e a falta de histórico", diz Assis.

O estudo identifica duas principais áreas de redução de custos. A primeira envolve a implementação de mecanismos de mitigação de riscos, que poderiam reduzir em até US$ 40 trilhões os custos da transição energética até 2050. Estes mecanismos incluem políticas regulatórias eficazes e informações transparentes que reduzem a incerteza para os investidores.

Entre as medidas apontadas no documento da Deloitte como "essenciais" para acelerar essa transição, está o financiamento via capital concessional, de fundos de desenvolvimento ou capital filantrópico. Esse tipo de apoio financeiro geralmente é oferecido em condições mais favoráveis do que as do mercado comercial, como taxas de juros mais baixas, prazos de pagamento mais longos e períodos de carência mais extensos.

DIVULGAÇÃO

"Há uma diferença entre risco efetivo e risco percebido pelo mercado"
Luiz Paulo Pereira

O financiamento concessional poderia, pelos cálculos da Deloitte, facilitar o fluxo de capital privado, reduzindo a necessidade de investimentos em US$ 2 trilhões por ano. Isso acontece porque o uso desse recurso reduz o risco geral percebido dos projetos e os tornam mais atrativos para o mercado financeiro tradicional.

Sem esse tipo de financiamento, a transição para emissões líquidas zero (net zero) custaria mais de US$ 7 trilhões por ano até 2050. E ao menos 70% desses investimentos seriam necessários em mercados emergentes e economias em desenvolvimento, onde o acesso ao capital é mais limitado.

A segunda área destaca a evolução do aprendizado financeiro (chamado em inglês de "financial learning") ao longo do tempo. À medida que os investidores se familiarizam com projetos de sustentabilidade e os mercados se ajustam, os custos de capital podem diminuir, potencialmente gerando economias adicionais de até US$ 10 trilhões até 2050. O refinanciamento da dívida e do capital é mencionado como uma estratégia eficaz para aproveitar essas reduções de custos.

O sócio da Deloitte traz como exemplos as tecnologias para produção de energia solar e eólica e de alguns biocombustíveis. "De dez anos para cá, esses segmentos amadureceram muito. Com o hidrogênio verde, provavelmente veremos o mesmo movimento. O mercado financeiro aprende também a mapear corretamente os riscos e isso, o que antes poderia parecer muito mais arriscado, hoje é bem menos. Isso se reflete em custo de capital", diz.

Como é esperado que as taxas de juros para projetos sustentáveis caiam com o passar dos anos, os projetos podem ser beneficiados com a redução dos custos mesmo após a finalização da execução. O refinanciamento da dívida e do capital pode gerar economia adicional de até US$ 10 trilhões até 2050.

O relatório sublinha o papel crucial das instituições financeiras de desenvolvimento (DFIs) e dos bancos multilaterais de desenvolvimento na mitigação de riscos de projetos sustentáveis. Propõe-se uma mudança da estratégia tradicional de "originar e manter" para o modelo "originar e distribuir", em que as DFIs entram nos projetos inicialmente para reduzir riscos críticos e depois compartilham esses projetos com o mercado secundário, aumentando assim o acesso ao financiamento privado.

Luiz Assis enfatiza que o foco deve ser na transformação dos investimentos climáticos em oportunidades de crescimento econômico sustentável. O assunto, lembra, está, inclusive, em discussão no B20, grupo do setor privado relacionado ao G20, das grandes economias do mundo.

A jornalista viajou a convite do BID Invest

INÊS 249

LUIZA HELENA TRAJANO
ACIONISTA E PRESIDENTE DO CONSELHO DO MAGAZINE LUIZA
E ASSINANTE DO VALOR
ECONÔMICO
Valor

INÊS 249

Infraestrutura Investimentos agregados somam mais de R$ 1 bilhão em 2023, contra R$ 275 milhões em 2019, mesmo período do ciclo eleitoral anterior

Gasto contra estrago de chuvas aumenta, mas fica concentrado

Marta Watanabe
De São Paulo

O investimento agregado dos governos estaduais em infraestrutura para prevenção de desastres naturais resultantes de chuvas aumentou nos últimos anos, mas é concentrado em poucos entes. Os investimentos agregados somaram R$ 1,09 bilhão em 2023, bem mais que os R$ 275 milhões de 2019, mesmo período dentro do ciclo eleitoral. Em 2022, ano de eleições estaduais, foi de R$ 1,4 bilhão. No âmbito federal esses investimentos somaram em 2023 R$ 67,7 milhões, valor que inclui as emendas parlamentares.

Em 2024, até 29 de maio, os Estados investiram R$ 202,4 milhões, e o governo federal, R$ 50,1 milhões, sendo R$ 30,9 milhões do orçamento — até o dia 31 de maio — e outros R$ 19,2 milhões de emendas, contabilizadas até 29 de maio. Os dados são da consultoria Inter. B, em levantamento assinado por Claudio Frischtak, Francisco Caputo e Vinícius Bastos.

O levantamento dos investimentos estaduais foi feito a partir das informações de valores executados disponibilizadas nos portais de transparência dos Estados. O estudo buscou no orçamento dos governos ações que se encaixavam no conceito pesquisado e posteriormente a execução foi verificada nos portais de transparência.

O levantamento considerou apenas despesas de capital (capex) em infraestrutura com o objetivo de prevenir as catástrofes geradas direta ou indiretamente por chuvas intensas, como enchentes, inundações, alagamentos, enxurradas e deslizamentos de encostas. Não estão incluídos investimentos em infraestrutura de prevenção de incêndios florestais ou secas nem em defesa civil — estes não se configuram como prevenção, mas mitigação dos desastres após ocorridos.

O estudo inclui dados de investimentos anuais de 2019 a 2023. No caso dos governos estaduais, segundo Frischtak, o tratamento heterogêneo dos dados relacionados aos investimentos pesquisados e a falta de informações limitaram o acesso aos dados de alguns entes.

Dos 26 Estados, o estudo traz valores de investimentos por 16 entes. É possível, explica, que alguns Estados tenham feito investimentos que não foram identificados porque não há discriminação deles nos respectivos portais de transparência.

Houve, ressalta Frischtak, casos de Estados que não desagregam os dados de investimentos de forma que permitam ver as ações específicas e outros que apresentavam ações de prevenção a desastres, mas sem dados sobre a execução.

Quando se considera os Estados de forma agregada, observa Frischtak, há uma elevação do patamar de investimentos no decorrer dos últimos anos, com um pico em 2022. "Mas ainda assim extremamente concentrado em dois Estados, principalmente Pará e São Paulo, e secundariamente em Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo", diz.

Pelos dados levantados, São Paulo foi o que mais investiu em obras de prevenção a desastres com chuvas em 2022, com total de R$ 494,9 milhões, seguido do Pará, com R$ 441,9 milhões.

> PAC não parece ter ainda se traduzido em mais investimentos para ampliar prevenção de desastres pluviais

No ano passado, os investimentos paraenses se mantiveram altos, com R$ 518,2 milhões. Os de São Paulo ficaram em R$ 102,2 milhões.

Frischtak destaca que o Pará apresenta investimentos mais fortes desde 2020, com ênfase em microdrenagem urbana. Considerando o período desde 2019, na Bahia, aponta, os investimentos cresceram principalmente até 2021, quando houve inundações em escala em 47 cidades.

Em 2021, os investimentos do governo baiano na prevenção de desastres pluviais somaram R$ 153,3 milhões, seguidos de R$ 98 milhões em 2022 e R$ 103,2 milhões no ano passado, sempre em valores correntes.

Minas Gerais investiu R$ 114,2 milhões em 2022 e R$ 92 milhões no ano passado. No Espírito Santo foram R$ 58 milhões e R$ 159 milhões, respectivamente.

Em um grupo restante de 11 Estados que tiveram dados levantados — Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina — os investimentos saíram de R$ 33,1 milhões em 2019 e cresceram gradativamente até 2022, quando também atingiu o pico, com total de R$ 197 milhões. No ano passado foram investidos R$ 113, 1 milhões.

Rio Grande do Sul

Para o Rio Grande do Sul, atingido em maio pela enchente de extensão histórica no país, o estudo encontrou dados relativos a 2019, 2022 e 2023. Em 2022 foram R$ 18,7 milhões e no ano passado, R$ 13, 4 milhões.

Em alguns Estados, aponta o estudo, em razão da falta de informações, foram feitas estimativas para encontrar o valor investido. Isso ocorreu com ações no Pará, Mato Grosso do Sul, Acre e Rio Grande do Norte.

No âmbito federal, diz Frischtak, chama atenção os valores limitados alocados à prevenção, mesmo quando se inclui as emendas parlamentares. Mesmo em bases correntes, aponta o estudo, há significativa contração no período mais recente. Em 2020, mostra o estudo, foram R$ 316,1 milhões investidos — R$ 184,1 milhões do orçamento e R$ 132 milhões em emendas. Em 2021 o total investido foi de R$ 296,3 milhões, sendo R$ 262,2 milhões do orçamento federal e o restante em emendas. Em 2022, quando houve eleições presidenciais também, o valor caiu para total de R$ 98,7 milhões, sendo R$ 95,1 milhões do orçamento e R$ 3,6 milhões em emendas. No ano passado o valor agregado federal foi de R$ 67,7 milhões.

Para Frischtak, os números mostram que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não parece ter ainda se traduzido em ampliação dos investimentos para prevenção de desastres resultantes de chuvas.

No estudo, a infraestrutura foi dividida em três subgrupos: de drenagem pluvial urbana, com investimentos direcionados para redes de micro e macrodrenagem; de contenção de encostas, por meio de obras tendo por objetivo a consolidação de inclinações, evitando possíveis deslizamentos, por meio de muros de gravidade, dentre outros; e de controle de enchentes, por meio gastos de capital em diques e "piscinões", e outras formas de direcionar e deter a água.

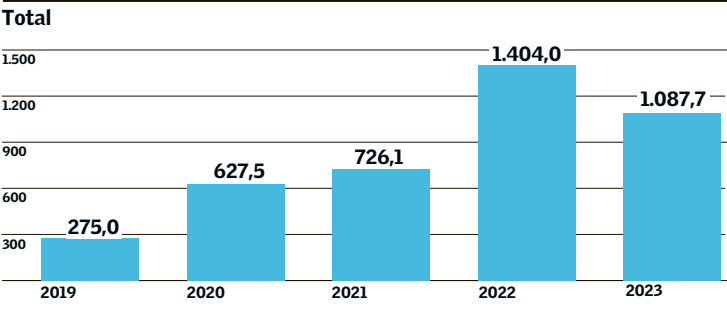
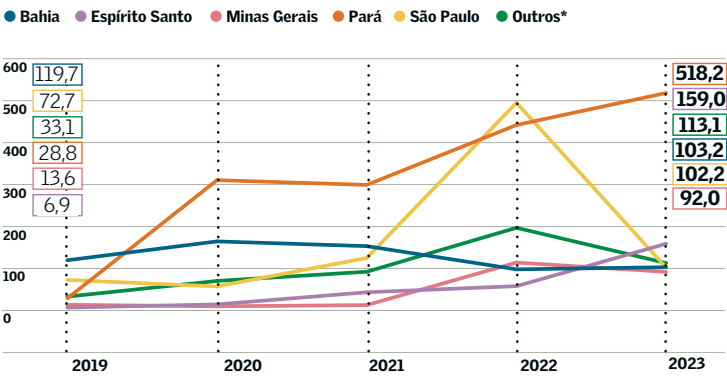
Investimentos em outros tipos de infraestrutura, em especial hídrica e ambiental, foram incluídos em alguns casos por serem contabilizados pelos Estados em conjunto com ao menos um dos três subgrupos.

LEO PINHEIRO/VALOR

Claudio Frischtak: elevação do patamar de investimentos dos Estados nos últimos anos, com um pico em 2022

Prevenção contra desastres com chuvas

Investimentos executados - R$ milhões correntes

Total

Investimentos na esfera federal

Prevenção a desastres de origem pluvial**- R$ milhões correntes

Fonte: Inter.B, com base em dados de Portais de Transparência dos Estados, Siga Brasil e Painel de Emendas. *Inclui Acre, Amapá (2020 a 2023), Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro (2021 e 2022), Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul (2019, 2022 e 2023) e Santa Catarina (2021 a 2023) **Despesas de capital pagas e restos a pagar pagos.

Caatinga vai ganhar US$ 10 milhões para preservação

Daniela Chiaretti
De São Paulo

A Caatinga, o bioma menos protegido, menos conhecido e um dos mais vulneráveis do Brasil, vai receber US$ 10 milhões para que se fortaleçam 4,5 milhões de hectares de unidades de conservação na Bahia, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Os recursos vêm do fundo global para a biodiversidade decidido na COP15, a conferência das Nações Unidas para a Biodiversidade, no Canadá, em 2022.

O dinheiro do Fundo para o Marco Global da Biodiversidade (GBFF, na sigla em inglês) também servirá para que o governo crie novas unidades de conservação no bioma. Dará impulso ao projeto Arca: Áreas protegidas da Caatinga, envolvendo comunidades locais para a elaboração de planos da manejo das áreas de preservação.

O novo fundo é do GEF, o Fundo Global para o Meio Ambiente, que é um dos mais conhecidos fundos globais ambientais, administrado pelo Banco Mundial com governança independente.

A iniciativa do MMA, com gestão do Funbio (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade), deve apoiar algo próximo a mais de 50% da superfície protegida do bioma. Atualmente só 9% da Caatinga está protegida.

Em 10 de junho, em Petrolina, Pernambuco, Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) anunciou a seleção de 12 projetos prioritários para a criação de unidades de conservação federais no bioma, a serem implantadas até 2026.

"Os estudos da ciência estão nos mostrando que já temos uma ampliação das áreas que eram semiáridas e que estão ficando áridas. Isso é mudança do clima. Se a gente 'descaatinga' a Caatinga, a gente agrava o problema", alertou Marina Silva na ocasião. Segundo dados do MMA, a desertificação atinge 13% do semiárido brasileiro.

"A Caatinga é um bioma especial do Brasil. Só existe aqui e é o semiárido mais povoado do mundo", diz Rita Mesquita, secretária da Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do MMA. "Temos ali um compromisso. Precisamos, ao mesmo tempo proteger a biodiversidade — e ali há muitas espécies ameaçadas —, e trazer alternativas para as populações do bioma."

Ela diz que na Caatinga se está muito longe de cumprir as metas que o Brasil assumiu internacionalmente para proteger a biodiversidade — 30% dos biomas, até 2030. "Ali precisamos aumentar a quantidade de áreas protegidas. O que temos não é suficiente", diz.

Na Caatinga vivem mais de 600 espécies endêmicas como a ararinha-azul que foi reintroduzida na natureza depois de desaparecer por causa do tráfico de espécies e da perda de seu habitat. Estima-se que ali vivam mais de 500 espécies de aves, quase 180 de mamíferos.

"A Caatinga é um bioma muito pouco conhecido. Tem menos levantamentos de biodiversidade do que os outros biomas brasileiros", diz Fernanda Marques, assessora de desenvolvimento de projetos do Funbio. "É também muito suscetível às mudanças climáticas, que agravam o processo de desertificação e perda de biodiversidade", segue a bióloga. A desertificação é decorrente de um processo de degradação ambiental.

ERIKA POLVERARI/FUNBIO/DIVULGAÇÃO

Iguana na Caatinga: 425 espécies ameaçadas no bioma menos conhecido do Brasil

O Arca tem três eixos de atuação. O primeiro é apoiar unidades de conservação da Caatinga, tanto na criação de novas como no fortalecimento das existentes — com formação dos conselhos gestores que mobilizam as comunidades locais, provisão de equipamentos, planos de manejo.

Também se fará o levantamento de biodiversidade usando técnicas de DNA ambiental. Trata-se de mapear o material genético coletado no solo e na água e também de fezes e saliva de animais. "O eDNA otimiza o mapeamento das espécies ali presentes", explica Fernanda. "A ideia usar essas informações para priorizar a criação de novas unidades de conservação ou formação de corredores", explica.

Há um eixo que mira o apoio a espécies ameaçadas — são 425 no bioma —, com ações necessárias para evitar tráfico e conscientizar a população. O terceiro eixo busca engajar as comunidades tradicionais que estão nas unidades de conservação e no entorno, explica.

Regra para distribuidora sai hoje, promete ministro

Rafael Bitencourt
De Brasília

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou na quinta-feira (20) que o Palácio do Planalto deu aval à proposta de decreto que define as diretrizes da renovação das concessões de 20 distribuidoras de energia elétrica com contrato a vencer entre 2025 e 2031. Segundo ele, o texto final será publicado hoje no "Diário Oficial".

O conjunto das distribuidoras com contrato a vencer representa 64% do mercado nacional.

O decreto, cujos principais pontos já são conhecidos pelo mercado, reúne 17 diretrizes, segundo informou o ministro a jornalistas. Ele explicou que, em linhas gerais, as novas regras têm o objetivo de modernizar os contratos, garantir melhor qualidade do serviço e assegurar a sustentabilidade financeira das concessões.

Alguns critérios que geraram críticas entre as distribuidoras estão mantidos no texto final. Entre eles, está a restrição da distribuição de dividendos ao mínimo legal, se a concessionária estiver com a saúde financeira comprometida.

Silveira afirmou que a limitação do repasse de dividendo aos acionistas funcionará como uma "sanção" para as distribuidoras com gestão ruim. "Se a distribuidora quebrar, quem vai pagar a conta é a sociedade brasileira", afirmou.

De acordo com o ministro, tanto a perda das condições financeiras para prestar o serviço quanto a deterioração dos índices de qualidade podem levar às medidas mais extremas de abertura do processo de caducidade (cancelamento) do contrato ou intervenção na gestão da concessionária.

Na visão do ministro, o caso da distribuidora Enel SP, por exemplo, que deixou consumidores do Estado mais de uma semana sem luz, em novembro do ano passado, teria "grande risco" de sofrer processos de caducidade ou intervenção se estivesse enquadrada nas novas regras do decreto. Trata-se das sanções mais duras aplicadas no setor.

"Se fosse hoje o que aconteceu com a Enel SP, ela com certeza teria um grande risco, um risco muito mais iminente, de caducidade ou intervenção", disse Silveira, ao apresentar as diretrizes. O contrato da distribuidora que atende a região metropolitana de São Paulo encerra em junho de 2028.

Procurada, a Enel afirmou que "reitera seu compromisso com a sociedade em todas as áreas em que atua e reforça que está fazendo os investimentos necessários para aumentar a qualidade dos serviços, em linha com as expectativas das autoridades e dos consumidores brasileiros". A companhia informou ainda que vai investir no Brasil US$ 3,7 bilhões (cerca de R$ 20 bilhões, pelo câmbio atual) no período 2024-2026.

Atividade econômica
Indicadores agregados

	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,01	-0,36	0,36	0,60	0,72	0,11	-0,02	-0,01	-0,55
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,5	0,9	0,1	-1,2	1,2	0,7	0,1	0,2	0,4
Indústria de transformação	-	0,3	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,1
Indústrias extrativas	-	-3,4	0,4	-1,3	-7,1	3,7	3,2	-0,5	6,2	-4,9
Bens de capital	-	3,5	-0,4	2,2	11,2	-1,7	-0,5	-0,4	-2,4	5,3
Bens intermediários	-	-1,2	1,1	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6	-0,4
Bens de consumo	-	0,2	0,5	1,5	-0,8	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5
Faturamento real (CNI - %)	-	1,5	-0,5	2,3	0,1	2,0	0,7	-0,3	-1,1	1,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7	0,1
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,3	1,1	1,2	1,1	0,3	1,0	0,0	0,9	0,7
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,9	0,3	1,0	2,1	-1,0	0,3	-0,2	0,6	0,0
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,1	2,2	-2,0	2,3	0,0	1,2	-0,1	1,0	-0,4
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,5	0,7	-0,9	0,4	0,5	0,6	-0,4	-0,1	-1,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-0,3	0,3	0,4	0,5	0,1	0,2	0,5	-0,1	-0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101
Importações	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468
Saldo	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	-	24,38	1.412,00
2024	**0,35**	**3,40**	**3,40**	**4,73**	**5,22**	**3,28**	**2,76**	**1,85**	**1,47**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,10**	**7,33**	**7,33**	**10,64**	**11,68**	**6,80**	**5,46**	**4,13**	**2,31**	**1,33**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para junho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jun/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**
	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**49,6**	**-18,53**	**60,9**	**-6,49**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jun/24	mai/24	2024	2023	12 meses	jun/24	mai/24	dez/23	jun/23
IBGE									
IPCA	-	0,46	2,27	4,62	3,93	-	6.926,96	6.773,27	6.659,95
INPC	-	0,46	2,42	3,71	3,34	-	7.123,19	6.954,74	6.886,37
IPCA-15	-	0,44	2,12	4,72	3,70	-	6.786,61	6.645,93	6.547,15
IPCA-E	-	-	1,46	4,72	4,14	-	-	6.645,93	6.547,15
FGV									
IGP-DI	-	0,87	0,61	-3,30	0,88	-	1.112,26	1.105,54	1.086,47
Núcleo do IPC-DI	-	0,31	1,64	3,48	3,47	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,97	-0,06	-5,92	-0,22	-	1.293,59	1.294,35	1.268,86
IPA-Agro	-	0,38	-0,08	-11,34	-2,98	-	1.783,95	1.785,32	1.768,81
IPA-Ind.	-	1,19	-0,05	-3,77	0,83	-	1.093,97	1.094,53	1.068,79
IPC-DI	-	0,53	2,23	3,55	3,30	-	750,05	733,67	725,34
INCC-DI	-	0,86	2,07	3,49	4,02	-	1.110,89	1.088,31	1.075,54
IGP-M	-	0,89	0,28	-3,18	-0,34	-	1.127,23	1.124,07	1.109,23
IPA-M	-	1,06	-0,42	-5,60	-1,73	-	1.328,63	1.334,20	1.315,07
IPC-M	-	0,44	2,17	3,40	2,96	-	732,02	716,46	709,20
INCC-M	-	0,59	1,69	3,32	3,68	-	1.104,46	1.086,15	1.074,29
IGP-10	0,83	1,08	1,18	-3,56	1,79	1.156,82	1.147,26	1.143,35	1.136,43
IPA-10	0,88	1,34	0,57	-6,02	1,07	1.374,57	1.362,56	1.366,78	1.360,08
IPC-10	0,54	0,39	2,73	3,43	3,65	740,54	736,54	720,87	714,44
INCC-10	1,06	0,53	2,71	3,04	3,65	1.099,18	1.087,61	1.070,21	1.060,50
FIPE									
IPC	-	0,09	1,61	3,15	2,66	-	686,12	675,27	668,11

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia jun/24 0,88% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana jun/24 0,38%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/24	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	28/06/24		1,00%	
3ª	31/07/24			
4ª	30/08/24			
5ª	30/09/24			
6ª	31/10/24			
7ª	29/11/24			
8ª	30/12/24			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	abr/24		mar/24		abr/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.787,2**	**61,24**	**6.741,7**	**61,13**	**5.826,1**	**55,94**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-27,2	-0,25	-29,1	-0,26	13,0	0,13
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-783,2	-7,07	-757,2	-6,87	-741,7	-7,12
Dívida fiscal líquida	**7.597,6**	**68,55**	**7.528,0**	**68,26**	**6.554,8**	**62,94**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.474,6	67,44	7.382,3	66,94	6.542,3	62,82
Dívida externa líquida	-687,4	-6,20	-640,7	-5,81	-716,2	-6,88
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.826,0	52,57	5.792,6	52,53	4.915,0	47,19
Governos Estaduais	851,8	7,69	843,0	7,64	812,0	7,80
Governos Municipais	59,1	0,53	55,9	0,51	38,1	0,37
Empresas Estatais	50,2	0,45	50,1	0,45	60,9	0,58
Necessidades de financiamento do setor público	**abr/24**		**mar/24**		**abr/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.042,8**	**9,41**	**998,6**	**9,06**	**603,3**	**5,79**
Governo Federal**	843,3	7,61	828,5	7,51	469,6	4,51
Banco Central	110,7	1,00	86,7	0,79	76,0	0,73
Governo regional	80,6	0,73	75,4	0,68	51,0	0,49
Total primário	**266,5**	**2,40**	**252,9**	**2,29**	**-56,2**	**-0,54**
Governo Federal	-39,0	-0,35	-37,6	-0,34	-283,7	-2,72
Banco Central	0,7	0,01	0,7	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-17,8	-0,16	-23,3	-0,21	-35,6	-0,34

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de abril*

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**672,8**	**829,5**	**-18,89**	**228,0**	**211,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	444,8	537,6	-17,25	150,5	136,0	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,8	190,2	-20,20	50,5	47,5	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,2	101,8	-25,08	27,0	28,0	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**133,9**	**159,3**	**-15,92**	**36,7**	**35,0**	**4,89**
Receita líquida total	**538,9**	**670,3**	**-19,59**	**191,3**	**176,5**	**8,35**
Despesa Total	**518,6**	**620,5**	**-16,42**	**180,2**	**160,3**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	214,2	272,5	-21,38	80,7	69,0	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,2	112,7	-21,71	28,6	27,2	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	102,7	91,6	12,05	27,8	24,5	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,5	143,7	-21,01	43,0	39,6	8,42
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,3**	**49,8**	**-59,21**	**11,1**	**16,2**	**-31,66**
Discriminação	**abr/24**		**mar/24**		**abr/23**	
	Valor	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**
Ajustes metodológicos	-0,1	-15,50	-0,2	1,55	-0,2	85,94
Discrepância estatística	-2,2	641,58	-0,3	-	1,5	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**8,8**	**-**	**-1,9**	**-96,72**	**17,5**	**-**
Juros Noniminais	**-69,0**	**24,42**	**-55,4**	**-3,14**	**-39,6**	**-33,08**
Result. Nominal do Gov. Central	**-60,2**	**5,01**	**-57,3**	**-50,29**	**-22,1**	**-68,10**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Governo Presidente voltou a atacar o Banco Central e acusou a autoridade monetária de investir no sistema financeiro

Lula lamenta decisão do Copom de manter taxa Selic em 10,5%

Renan Truffi
De Brasília

Um dia após o Comitê de Política Monetária (Copom) anunciar a interrupção do ciclo de corte na taxa básica de juros do país, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse na quinta-feira (20) que a decisão do colegiado foi uma "pena". Segundo Lula, quem mais perdeu com a manutenção da Selic em 10,5% ao ano foi o "povo brasileiro". Ele também voltou a atacar o Banco Central e acusou a autoridade monetária de investir no sistema financeiro e "nos especuladores que ganham dinheiro com juros".

"Foi uma pena que o Copom manteve os juros porque quem está perdendo é o povo brasileiro. Quanto mais alto os juros, menos dinheiro sobra para a gente investir aqui dentro [do Brasil]. A decisão do BC não foi investir no povo brasileiro, foi investir no sistema financeiro, nos especuladores que ganham dinheiro com juros", disse o presidente durante entrevista para a rádio "Verdinha", de Fortaleza (CE).

REPRODUÇÃO VÍDEO

Lula: "A decisão do BC não foi investir no povo brasileiro, foi investir [...] nos especuladores que ganham dinheiro com juros"

O Copom decidiu na quarta-feira, de forma unânime, interromper o ciclo de afrouxamento monetário em meio ao aumento das expectativas de inflação. O comitê citou, em seu comunicado, que as projeções para o IPCA apuradas pela pesquisa Focus para 2024 e 2025 estão em torno de 4% e 3,8%, respectivamente — mais elevadas que na última reunião do colegiado.

Apesar das críticas públicas de Lula, nos bastidores do Palácio do Planalto a decisão do BC está "pacificada". Segundo fontes do **Valor** com acesso à cúpula do Executivo, o governo compreende, por exemplo, que não havia como o diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, indicado por Lula para o BC, puxar uma dissidência por mais um corte na Selic, o que ajuda a explicar o cenário de decisão unânime pela manutenção da taxa.

Auxiliares de Lula dizem estar cientes de que, se Galípolo tivesse insistindo em mais um corte na Selic, esse movimento poderia comprometer sua provável candidatura ao comando do Banco Central em dezembro deste ano, quando se encerra o mandato do atual presidente do órgão, Roberto Campos Neto.

Por conta disso, as mesmas fontes negam que Galípolo esteja em baixa ou tenha perdido credibilidade com Lula. Pelo contrário, insistem que ele continua sendo o principal cotado para ser indicado por Lula para a presidência do BC. O barulho contra Galípolo, dizem as fontes do Planalto, é proveniente do PT e não do governo. Ou seja, não teria o respaldo do próprio Lula.

Na entrevista, o presidente negou interferência nas decisões do órgão, após ter feito duras críticas a Campos Neto e pressionado por cortes nos juros na véspera da decisão. Ele afirmou que o atual chefe do BC tem "tanta autonomia" quanto tinha Henrique Meirelles, à frente da autarquia nos dois primeiros mandatos petistas.

"O presidente da República nunca se mete nas decisões do Copom ou BC. O Meirelles tinha autonomia comigo tanto como esse que está aí [Roberto Campos Neto]. Resolveram [no Congresso] entender que deveria ser colocado um presidente do BC que tivesse autonomia financeira. Autonomia do BC em relação quem? Para servir quem? Atender quem?", questionou, em referência à proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê a autonomia financeira do BC.

Apoio em outubro será cauteloso, diz presidente

De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse na quinta-feira que pretende apoiar aliados nas eleições municipais, mas terá cautela para que os palanques não afetem a relação do governo com o Congresso Nacional.

"O papel do presidente é um papel que exige mais cuidado e responsabilidade. Tenho que levar em conta que, embora eu pertença a um partido político, tenho uma base de apoio no Congresso Nacional que extrapola meu partido politico", explicou Lula, em entrevista à rádio "Verdinha", em Fortaleza, no Ceará.

As declarações são dadas em um momento em que o Executivo enfrenta dificuldades de articulação com o Legislativo. Nas últimas semanas, o governo sofreu derrotas como a derrubada do veto às saídas temporárias de preso e a devolução da medida provisória (MP) do PIS/Cofins. No radar das prioridades do Palácio do Planalto, estão pautas como a regulamentação da reforma tributária.

Ao detalhar a estratégia, Lula reforçou que as decisões de campanha não podem resultar em reveses no Congresso. Por isso, será necessário avaliar cada um dos palanques. "Mas isso com muito cuidado porque não posso ser pego de surpresa e ter um revés no Congresso Nacional de descontentamento", afirmou o presidente.

Apesar da cautela, o petista reforçou que se dedicará, durante a campanha, a enfrentar candidatos que considere "negacionistas".

"Naquele [município] em que o adversário for um adversário ideológico, adversário negacionista, pode ter certeza que eu farei campanha [política]. Vou cumprir meu horário de trabalho em Brasília, vou ficar trabalhando até as 18h, mas quando der 18h, que todo mundo tem direito a ir para casa, vou fazer campanha para os candidatos que acho que vão melhorar a vida do povo", emendou.

Na entrevista, Lula voltou a afirmar que não está disposto a discutir se irá ou não tentar a reeleição em 2026. No entanto, afirmou que faria um "esforço incomensurável", caso perceba que o país pode voltar às mãos de um "negacionista", mesma expressão usada para definir adversários a serem enfrentados pela esquerda no pleito deste ano.

"Não posso discutir minha candidatura [de 2026] agora. Eu sou o único presidente desse país com três mandatos, mais do que eu só Getúlio Vargas. Sou o que teve maior longevidade na Presidência, o povo já me deu demais. Mas, se chegar na hora de decidir, e eu perceber que negacionistas que destruíram esse país, que passaram a ideia para a sociedade de que o que vai melhorar esse país é vender água para o povo, fazer escola cívico-militar, mentir na internet, mentir sobre religião, sinceramente, vou fazer um esforço incomensurável para não deixar um negacionista voltar a presidir esse país", disse Lula.

Foi a segunda vez em poucos dias que o presidente comentou os planos para reeleição. Na terça-feira, ele afirmou, em entrevista à rádio CBN, que consideraria concorrer se fosse para impedir que "trogloditas" voltassem ao poder. Ele ponderou que estaria, na campanha, com 80 anos.

Lula fez as declarações no primeiro dia de sua viagem ao Nordeste. Em Fortaleza, ele anunciou investimentos em institutos federais e participou de uma cerimônia de entrega de unidades do Minha Casa, Minha Vida. Nesta sexta-feira, o presidente cumpre agenda no Piauí (ver também página A13). *(RT)*

Eleições Partido do presidente sonha em conquistar a capital do Piauí ancorado na popularidade do governador Rafael Fonteles e em disputa com o grupo do senador bolsonarista Ciro Nogueira

Lula visita o Piauí com eleição em Teresina na estratégia nacional do PT pela primeira vez

Fabio Murakawa, Julia Lindner e Renan Truffi
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita Teresina nesta sexta-feira de olho nas eleições municipais de outubro. A cidade entrou pela primeira vez na estratégia nacional do PT e pode, ao fechar das urnas, tornar-se a única capital governada pelo partido do presidente da República.

O PT jamais governou a capital do Piauí, tradicional reduto do PSDB e do MDB. Mas, desta vez, a legenda tem um candidato competitivo que, segundo fontes locais, tem boas chances de vencer a eleição: o deputado estadual Fábio Novo. O atual prefeito, Doutor Pessoa (PRD), é rejeitado por mais de 80% da população e tem chances nulas de se reeleger.

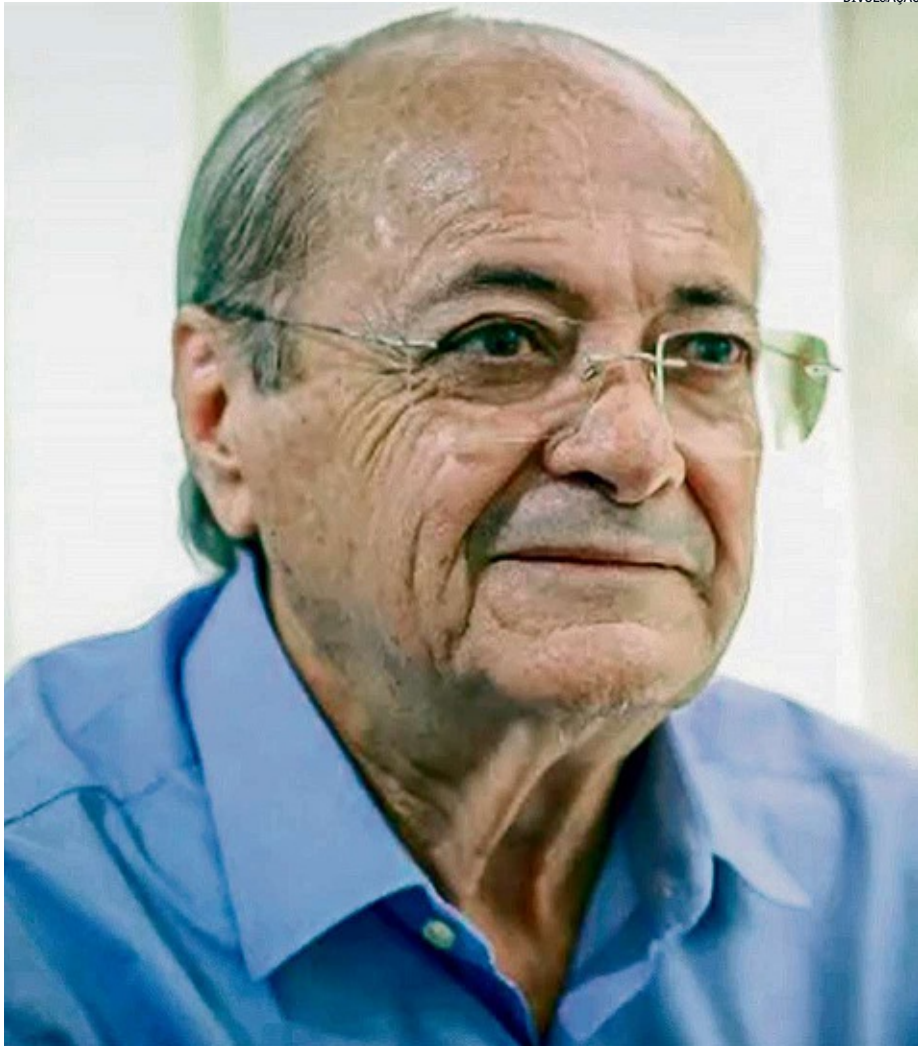
A tendência atual é que Teresina seja palco de uma disputa entre o PT e o grupo político de um forte aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o ex-ministro da Casa Civil e senador Ciro Nogueira (PP). O parlamentar aposta suas fichas no ex-prefeito Silvio Mendes (União Brasil), em uma eleição que pode ser crucial para o seu futuro político.

Na visita desta sexta-feira, Lula fará o anúncio de cessões de terrenos da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). E encerrará a Caravana Federativa — uma ação do Planalto que visa facilitar a adesão das prefeituras aos programas ofertados pelo governo federal. Ex-governador do Estado, o ministro Wellington Dias (Desenvolvimento Social) também estará presente.

Durante sua estada, segundo interlocutores, Lula deverá gravar vídeos, tirar fotos e produzir material de campanha em apoio a Fábio Novo. O deputado estadual, que foi secretário da Cultura na gestão de Wellington Dias, entra na disputa ancorado na alta popularidade do governador Rafael Fonteles (PT), cuja aprovação no Estado e na capital é hoje maior do que a do próprio Lula. Novo também conseguiu unir em torno de si um amplo arco de partidos: PT, PSD, MDB, PCdoB, PV, PDT, Podemos, PSB, Agir e Solidariedade.

DIVULGAÇÃO

Fábio Novo: deputado estadual entra na disputa com o respaldo da popularidade do governador

DIVULGAÇÃO

Silvio Mendes: aliado de Ciro Nogueira foi prefeito entre 2004 e 2010 e tem bom 'recall' de votos

O otimismo do PT deve-se ao desempenho de Novo nas pesquisas de intenção de voto. Antes relativamente desconhecido, o petista está em empate técnico com Silvio Mendes em alguns levantamentos e já chegou a aparecer numericamente à frente.

Entretanto, observadores da cena política piauiense preveem uma eleição acirrada, uma vez que Silvio Mendes tem um bom "recall" de votos na cidade. Ele foi prefeito entre 2004 e 2010.

Mendes também disputou o governo do Estado em 2022, derrotando Fonteles na capital, com 50,95% a 45,68% dos votos, embora o petista tenha sido eleito em primeiro turno no Estado.

O Piauí deu a Lula a maior margem de vitória contra o ex-presidente Jair Bolsonaro em 2022 (76,86% a 23,14%). A margem na capital foi menor (66,44% contra 33,56%).

A eleição municipal deste ano no Estado mais petista da federação é crucial para os planos do senador Ciro Nogueira.

O mandato do presidente nacional do PP expira em 2026, e ele tem uma situação complicada para se reeleger. Isso porque o PT se movimenta em conjunto com o senador Marcelo Castro (MDB) para formar uma chapa dupla para concorrer ao Senado.

Com uma eleição ao governo também considerada inviável, ante a popularidade de Fonteles, Nogueira tem dito abertamente

> Presidente deverá produzir material de campanha em apoio ao candidato petista

que seu sonho é ser vice em uma chapa bolsonarista à Presidência nas próximas eleições nacionais — possivelmente encabeçada pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Quando era chefe da Casa Civil de Jair Bolsonaro, em 2020, Nogueira conseguiu transformar o PP no partido com mais prefeituras no Piauí: 83. Mas, com as defecções após a vitória de Lula em 2022, esse número caiu para cerca de 65. Já o PT teve um crescimento depois da retomada do Planalto de 23 para cerca de 50.

Segundo analistas, PT, PP, MDB e PSD disputarão este ano quem controlará o maior número de municípios no Estado. Em algumas cidades, há movimentos, motivados por fatores locais, que levam a alianças curiosas entre o PP de Nogueira, ácido crítico do atual governo, e o PT de Lula.

É o caso de São Raimundo Nonato, cidade famosa pelo sítio arqueológico da Serra da Capivara e berço político de outro peso-pesado da política piauiense, o senador Marcelo Castro (MDB).

O município é governado por Carmelita Castro, ex-integrante do PP que migrou para o PT em setembro do ano passado com o marido, o deputado estadual Hélio Isaías. Sua irmã, a deputada federal Margarete Coelho, segue filiada ao partido do senador Ciro Nogueira.

Carmelita lançou um sobrinho, Isaías Neto (PT), como candidato à sua sucessão, em uma coalizão que inclui o PP. Deixou na estrada o vice-prefeito Rogério Castro (MDB), primo do senador Marcelo Castro (MDB), um aliado de Lula na esfera federal.

Como reação, o senador emedebista trocou no mês passado seu domicílio eleitoral de Teresina para São Raimundo Nonato, levando consigo os dois filhos: o deputado federal Castro Neto e Marcelo Filho, superintendente da Codevasf no Piauí.

O clã emedebista desembarca em São Raimundo Nonato para apoiar Rogério Castro em um embate contra o PT de Lula e o PP de Nogueira. A interlocutores, Marcelo Castro tem dito que é "questão de honra" derrotar o candidato de Carmelita. Detalhe: o senador e a prefeita são primos distantes.

A visita de Lula ao Piauí faz parte de uma viagem mais ampla ao Nordeste. Nessa quinta-feira, o presidente da República desembarcou no Ceará, Estado do ministro da Educação, Camilo Santana. Em Fortaleza, anunciou investimentos para instituições federais da área e entregou unidades habitacionais. Nesta sexta-feira, o petista também irá ao Maranhão anunciar investimentos.

Governo estuda PEC da segurança pública

Renan Truffi
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na quinta-feira (20) que seu governo está estudando apresentar uma proposta para melhorar a segurança pública no Brasil. Apesar disso, Lula destacou que o assunto ainda será discutido com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, e com governadores dos Estados. De acordo com o presidente, sua gestão só levará a ideia à frente se a proposta for "melhor" do que o sistema atual.

"Eu voltei para o governo com a ideia de criar o Ministério da Segurança Pública, mas não adianta fazer essa discussão sem a participação dos governadores. O [ministro] Lewandowski está para me apresentar uma proposta sobre isso [segurança] há 15 dias. E eu quero chamar os governadores para aproveitar a experiência deles e fazer uma discussão sobre isso", disse Lula em entrevista à rádio "Verdinha", de Fortaleza, no Ceará.

Como informou o **Valor** na quarta-feira, a ideia mencionada por Lula é uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para traçar políticas e diretrizes nacionais para a segurança pública. O movimento ocorre em meio à divulgação de pesquisas de opinião que trazem uma avaliação negativa da atuação do governo na área.

A PEC da segurança pública, como está sendo chamada, tem como objetivo constitucionalizar temas como o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), além de ampliar poderes de instituições ligadas à União, como a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal.

O ministro da Justiça tem defendido que a criação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) em 2018 foi um passo importante, mas que agora o Susp precisa ser constitucionalizado, nos moldes do que ocorre com o Sistema Único de Saúde (SUS).

Na entrevista, Lula defendeu que é preciso que seu governo "pense bem" no que irá sugerir porque, na sua visão, a população "não aguenta mais" anúncios que não se concretizam.

"Esse problema [da segurança pública] está ligado sobretudo ao crime organizado e à liberação de armas mais recentemente. Eu vou apresentar para o Brasil, depois de uma discussão com os governadores, algo [para a segurança pública]. Mas só vamos anunciar se for algo melhor do que tem aí. Então precisamos pensar bem antes de anunciar. O Brasil não aguenta mais gente anunciando coisa que não acontece", afirmou o presidente.

Governadores que miram a vitrine eleitoral na segurança resistirão

Análise

Maria Cristina Fernandes
São Paulo

A proposta de emenda constitucional destinada a constitucionalizar o Sistema Único de Segurança Pública chegou, finalmente, à antessala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pelo menos foi isso que ele deu a entender em entrevista à rádio "Verdinha" na quinta-feira (20), ao dizer que aguarda a proposta do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, para discuti-la com os ministros que foram governadores.

A PEC foi empurrada pela pressão da opinião pública por respostas do governo federal à escalada do crime organizado. Como a segurança pública é, por determinação constitucional, uma atribuição dos Estados, a proposta teria por objetivo dotar a União de instrumentos para endereçar soluções ao tema.

A proposta é tão antiga quanto a lei que criou o SUSP, em 2018. Ao contrário do Sistema Único de Saúde, o Susp nunca pegou porque não tem verba carimbada. Como os pisos constitucionais da saúde e da educação estão sob risco, a ideia não é criar um terceiro piso, mas fundir o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Fundo Penitenciário num único, com previsão constitucional de maneira que a soma de seus recursos, da ordem de R$ 2,7 bilhões, não possa ser contingenciada. Financiados pela loteria federal, o aumento desses fundos dependeria de encontrar uma outra fonte de receita, como o fundo de direitos difusos.

Lewandowski diz que as políticas públicas de saúde e educação, como os planos de enfrentamento à dengue ou a lei de diretrizes e bases da Educação, só podem ser nacionalizadas porque as duas áreas têm previsão constitucional para tanto.

Se a gestão do SUS hoje é tripartite, entre União, Estados e municípios, com coordenação do Ministério da Saúde, o MJ também almeja algo semelhante para o Susp. Na segurança pública a constitucionalização permitiria, por exemplo, a uniformidade dos bancos de dados para a integração das policiais e de instrumentos como o uso de câmeras policiais nos uniformes.

Recentemente, o governo paulista resistiu às diretrizes nacionais para as câmeras. Como os critérios eram mandatórios apenas para os Estados que fizessem uso do Fundo Nacional de Segurança Pública, foi preciso que o Supremo Tribunal Federal interviesse para que o Estado seguisse as diretrizes.

O ministro da Justiça diz que a minuta foi preparada de maneira a que a autonomia dos Estados no tema não seja afrontada. Vê, ainda, boa receptividade dos parlamentares afeitos ao tema à PEC e diz que a PEC tem sido discutida com as forças estaduais de segurança pública. Não se deve, porém, descartar resistências à proposta.

A segurança pública é a vitrine eleitoral de pelo menos dois pré-candidatos à Presidência da República, os governadores Tarcísio de Freitas (SP) e Ronaldo Caiado (GO). Ambos resistirão se ficar claro que suas polícias estarão submetidas a diretrizes nacionais.

Além dos governadores-candidatos, a bancada da bala na Câmara é muito sensível às demandas dos policiais militares. Se estas gozam de grande autonomia em relação aos governadores resistirão também se vierem a ser submetidas a diretrizes nacionais.

O argumento de Lewandowski — "Se a criminalidade está organizada nacionalmente, a segurança pública também tem que ter diretrizes nacionais" — é plausível, mas não assegura a transposição dessas barreiras Desconhece-se, por exemplo, qual seria a reação das polícias militares a uma dos artigos da PEC que permitirá uma maior ingerência da Polícia Federal no enfrentamento do crime organizado.

Curtas

Ronnie Lessa 1

Assassino confesso da vereadora Marielle Franco (Psol), o ex-policial militar Ronnie Lessa foi transferido, na quinta-feira (20), para a penitenciária de Tremembé, no interior de São Paulo. Segundo a Secretaria da Administração Penitenciária do Estado, ele deu entrada no local às 13h46. Lessa estava preso na Penitenciária Federal de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. A transferência foi um dos pontos negociados no acordo de delação premiado fechado com a Polícia Federal (PF), em que ele confessou ser o autor dos disparos que também mataram o motorista Anderson Gomes.

Ronnie Lessa 2

A transferência, autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi criticada por agentes do sistema prisional e autoridades de São Paulo. Em nota enviada nesta quinta-feira, o Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo (Sifuspesp) disse que pediu para Moraes reavaliar a decisão. A entidade afirmou que vem recebendo denúncia que apontam um risco de segurança tanto para Lessa quanto para os policiais penais da unidade. O ponto do sindicato é que o presídio é dominado por uma facção criminosa historicamente inimiga de milicianos do Rio de Janeiro e que, inclusive, já teria encomendado a morte de Lessa em Tremembé.

INÊS 249

Sucessão na Câmara volta a passar pelo Orçamento

César Felício

O ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino marcou no calendário uma data importante para a escolha das futuras Mesas Diretoras da Câmara e do Senado: no dia 1º de agosto está convocada uma audiência de conciliação para se discutir o orçamento secreto, que, como o gato de Schrodinger, é presumido vivo e morto ao mesmo tempo. Só abrindo a caixa do experimento, com a exposição a ser feita por representantes dos deputados, senadores, TCU e do governo se saberá se a cápsula radioativa da decisão do STF de dezembro de 2022, que acabou com as emendas de relator, matou ou não o gato.

Nas palavras de Dino: "Até o presente momento, não houve a comprovação cabal nos autos do pleno cumprimento dessa ordem judicial." Deixaram de existir as RP 9, jargão técnico que denominava as antigas emendas de relator, duto sem transparência de recursos para indicações das cúpulas da Câmara e do Senado. Dino deixa no ar a possibilidade de que o diabo tenha muitos nomes. "A mera mudança de nomenclatura não constitucionaliza uma prática classificada como inconstitucional pelo STF, qual seja, a do 'orçamento secreto'", escreve o ministro.

Cita as RP 2 (despesas discricionárias dos ministérios), RP 8 (emendas de comissões do Congresso) e "emendas pizza". Atenção para a expressão "emendas pizza", tecnicamente inexistente e até então não mencionada publicamente. O ministro não explicou o que quis dizer. Uma das características da pizza é ter fatias iguais.

O que se comenta em gabinetes da Câmara é que parte dos recursos orçamentários que antes fluíam pelas RP 9 correria por meio da ampliação dos limites de gastos do Executivo em R$ 15,8 bilhões, viabilizada pela recriação do Dpvat. A maior parte deste crédito foi utilizada para benefícios previdenciários e seguro-desemprego, mas houve abertura de espaço para pagamento das emendas de comissão, parcialmente vetadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sanção do Orçamento.

Dentro do TCU a avaliação é que não há elementos, por enquanto, para associar diretamente esses recursos a um mini-orçamento secreto. A audiência de agosto pode jogar alguma luz no tema.

Até lá, já terão sido feitos todos os empenhos acertados entre governo e Legislativo antes das vedações legais para as eleições municipais, que começam a vigorar a partir do dia 5. Aguarda-se por exemplo, o empenho de 55% das transferências especiais, também conhecidas como "emendas Pix". Mas uma deliberação de Dino pode afetar o que for liberado depois das eleições de outubro, influenciando portanto a disputa das Mesas.

A disputa no Senado parece resolvida a favor do senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), mas a da Câmara dos Deputados caminha para uma solução somente em fevereiro. Ela se desenvolverá em alguns lances. O primeiro, provavelmente em agosto, será uma tomada de posição do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). As maiores apostas são de que declare apoio ao líder do União Brasil na Casa, Elmar Nascimento (BA).

Se isso ocorrer, é bastante provável que o vice-presidente da Casa, Marcos Pereira (Republicanos-SP) busque uma aliança com os partidos de dois outros pretendentes menos cotados, o MDB de Isnaldo Bulhões (AL) e o PSD de Antônio Brito (BA).

Na época do orçamento secreto a pleno vapor a situação era muito menos fluida e o controle da cúpula das Casas Legislativas sobre a base mais firme. A atenuação desse mecanismo empoderou individualmente os parlamentares, já que as emendas individuais impositivas foram turbinadas.

O custo político para se construir uma candidatura vitoriosa às presidências das Casas subiu muito, sobretudo na Câmara. Lira conta com a pauta para construir alianças com o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro e com bancadas de grupo de pressão, como a dos ruralistas. Quanto mais se restringir o Orçamento, maior será a dependência de concessões na pauta para manter a hegemonia.

Está dentro desse roteiro, por exemplo, a PEC 9, que anistia partidos políticos pelo não cumprimento de cotas. As multas da Justiça Eleitoral podem devorar os recursos que os próprios partidos recebem dos fundos públicos para a disputa da eleição.

O governo talvez se adiante para não trabalhar com fatos consumados. Não está descartado no PT apoio a nenhum dos postulantes. Há uma avaliação de que Elmar larga em vantagem. Mas Pereira conta com as insatisfações que o estilo de Lira foi acumulando ao longo do tempo: o esvaziamento das comissões com a criação de grupos de trabalho e a definição da pauta do plenário em cima da hora são dois entre os fatores lembrados.

Pereira deve aguardar o movimento de Lira antes de agir. O Republicanos é um partido que negocia uma federação com o PP, partido do presidente da Câmara, e está profundamente vinculado com os projetos eleitorais da oposição, cenário que não se alterou com a ida de Silvio Costa Filho para o Ministério dos Portos e Aeroportos. Uma aliança com o governo não é a sua opção preferencial para se viabilizar, segundo avaliação de interlocutores do deputado.

A divisão dentro do Centrão deve jogar a definição só para depois de dezembro, quando o próximo Orçamento for votado. Um ruído que se crie na negociação orçamentária pode abrir caminho até para um "outsider", como Severino Cavalcanti foi em 2005.

César Felício é repórter especial de Política em Brasília. Escreve às sextas-feiras
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

Judiciário PGR acusou sete pessoas, entre elas, dois empresários de SC, por associação criminosa e tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito

Nova fase da Lesa Pátria mira financiadores dos atos de 8/1

Isadora Peron
De Brasília

A Polícia Federal (PF) deflagrou, na manhã de quinta-feira (20), a 28ª fase da Operação Lesa Pátria, que teve como alvos empresários de Santa Catarina que atuaram tanto no financiamento dos atos de 8 de janeiro de 2023 em Brasília como no bloqueio de estradas.

Durante a operação, foram apreendidas armas e munições, incluindo um fuzil adaptado e espingardas. Ao todo, foram cumpridos 27 mandados judiciais expedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sendo 15 de busca e apreensão e 12 de busca pessoal.

No caso da busca pessoal, os agentes são autorizados a revistar não apenas a residência, mas própria pessoa, em busca de celulares, documentos e outros pertences. Além do Estado do Sul, também houve diligência em Goiás e Mato Grosso do Sul.

Segundo o **Valor** apurou, entre os alvos estão empresários ligados ao Grupo Bremer, que atua no setor de fabricação de caldeiras em Santa Catarina.

No mês passado, a Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou Horst Bremer Junior e Lilian Bremer por participar de bloqueios em rodovias federais ocorridos após o então presidente Jair Bolsonaro (PL) perder as eleições de 2022.

No documento, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, acusou os dois empresários e mais sete pessoas pelos crimes de associação criminosa e tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

ANDRESSA ANHOLETE/SCO/STF/13-6-2024

Gonet: foram localizados vídeos publicados nas redes sociais que mostram os empresários prestando apoio aos bloqueios e convocando a população a aderir aos atos

Segundo o PGR, foram localizados vídeos publicados nas redes sociais que mostram os empresários prestando apoio aos bloqueios e convocando a população a aderir aos atos.

Os dois atuaram na cidade de Rio do Sul (SC), onde também foram praticados atos de violência contra policiais rodoviários federais que atuaram para tentar desmobilizar os manifestantes e liberar as estradas.

Procurada, a defesa nos empresários não se manifestou.

A Operação Lesa Pátria tem como objetivo identificar pessoas que financiaram e fomentaram os atentados de 8 de janeiro. Na ocasião, o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o STF foram invadidos por apoiadores de Bolsonaro. A PF estima que os valores dos danos causados ao patrimônio público possam chegar a R$ 40 milhões.

Segundo a PF, os fatos investigados constituem, em tese, os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido.

No início do mês, a Polícia Federal deflagrou uma operação para tentar capturar fugitivos envolvidos nos atentados. Ao todo, 208 mandados de prisão foram cumpridos, mas apenas 50 pessoas foram localizadas e presas. A atual estimativa da PF é que cerca de 180 investigados ainda estejam foragidos. Parte deles fugiram para outros países, como a Argentina.

Na véspera, o país vizinho compartilhou com o Brasil a lista dos foragidos dos quais se há registro de entrada. Segundo o governo de Javier Milei, são cerca de 60 pessoas, mas parte desse grupo já teria deixado o território argentino. É provável que o número de golpistas na Argentina seja maior, porque a suspeita da PF é que muitos entraram no país de maneira clandestina.

PF investiga suposta venda de decisões judiciais em SP

Mariana Assis e Isadora Peron
De Brasília

A Polícia Federal (PF) deflagrou, na quinta-feira (20), operação que investiga suposta venda de decisões judiciais por um desembargador da área criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). Mais de 80 policiais federais cumpriram 17 mandados de busca e apreensão em endereços na capital e no interior paulista.

O desembargador investigado é Ivo de Almeida, da 1ª Câmara de Direito Criminal do TJ-SP. Ele ingressou na magistratura no ano de 1987. Em 2011 passou a atuar como juiz substituto em segundo grau e no ano de 2013 foi empossado desembargador. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) afastou Almeida por um ano. A Corregedoria Nacional de Justiça instaurou Reclamação Disciplinar contra o magistrado.

A operação foi batizada de "Churrascada". O nome remete ao termo "churrasco", que, segundo a PF, era utilizado pelos investigados para indicar o dia do plantão judiciário do desembargador.

A ação desta quinta-feira foi autorizada pelo STJ e decorreu de uma outra investigação, a Operação Contágio, deflagrada pela PF em 2021, que desarticulou uma organização criminosa responsável pelo desvio de verba pública da área da saúde.

Procurado para comentar o caso, o TJ-SP informou que não houve prévia comunicação da operação da PF. "De qualquer modo, a Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo cumprirá, incontinenti, as determinações emanadas do E. Superior Tribunal de Justiça e, assim que tiver acesso ao conteúdo do expediente, adotará as providências administrativas cabíveis", diz a nota.

PL entrega decisões sobre rumos do partido a Bolsonaro

Julia Lindner e César Felício
De Brasília

A decisão do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, de ir à televisão na última semana para deixar claro que caberá ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) traçar os rumos da sigla em 2026 buscou minimizar as especulações de eventuais substitutos na direita na próxima disputa ao Palácio do Planalto. Bolsonaro está inelegível por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

"Nós queremos o Bolsonaro candidato a presidente do Brasil pelo PL", disse Costa Neto, em vídeo divulgado em cadeia nacional, no sábado (15).

"Agora, se ele não for [disputar], quem decide quem vai ser o candidato a presidente é o Bolsonaro. Quem decide quem vai ser o candidato a vice-presidente é o Bolsonaro. Devemos isso a ele. Quem tem voto é ele. O Bolsonaro e o povo brasileiro fizeram do PL o maior partido do Brasil", acrescentou o presidente do PL na propaganda partidária.

Integrantes do partido dizem que a campanha foi pensada como recado para "ninguém ficar se apresentando como candidato" à Presidência na próxima disputa ao Executivo.

WENDERSON ARAUJO/VALOR — 4/5/2023

Costa Neto tenta conter expectativas

Mesmo com Bolsonaro inelegível, o presidente do PL acredita que o cenário pode ser revertido até 2026. Enquanto houver essa esperança, dizem pessoas próximas a Costa Neto, o intuito é evitar gerar expectativa de outro nome. Isso vale para os governadores Tarcísio de Freitas (São Paulo), do Republicanos, Ratinho Jr. (Paraná), do PSD, e Ronaldo Caiado (Goiás) do União Brasil, apontados como possíveis alternativas.

Para pessoas próximas à família Bolsonaro, Costa Neto já entendeu que o ex-presidente "é um bom cabo eleitoral e tem uma grande capacidade de transferências de voto". "Não faria sentido para o Valdemar tentar empurrar um candidato que o Bolsonaro não topasse", considerou um interlocutor da família.

Uma outra pessoa ligada aos Bolsonaro lembra que o ex-presidente ficou insatisfeito até mesmo quando a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro foi cotada para disputar a Presidência da República em 2026.

Em março de 2023, quando o nome de Michelle ganhou força, Bolsonaro disse que ela não tinha interesse nem "vivência política". A eventual candidatura foi ventilada meses antes por Costa Neto, o que desagradou o ex-presidente. "Ela falou que não quer assumir o Executivo, até porque não tem a vivência. Tem que ter algo mais. Eu tive dificuldade para ser presidente, mesmo com anos de Congresso. A Michelle está fora disso, ela não deseja."

Um dos momentos considerados mais emblemáticos pelo seu entorno foi Bolsonaro ter dito que "não estava morto" ao ficar inelegível, há cerca de um ano. "Sobre 2026, eu costumo dizer que só estou morto quando estiver enterrado", declarou o ex-presidente em outra ocasião.

Comércio Proibição a importações como chocolates e produtos sanitários afetará produtores americanos, afirma governo Biden

EUA pedem a UE para adiar início da lei de desmatamento

Alice Hancock e Andy Bounds
Financial Times, de Bruxelas

Os EUA pediram a União Europeia que adie o veto a importações potencialmente associadas ao desmatamento, como chocolates, madeiras e produtos sanitários, argumentando que a proibição prejudicaria produtores americanos.

O pedido, feito em carta à Comissão Europeia (CE) datada de 30 de maio, à qual o "Financial Times" teve acesso, chega sete meses antes da data marcada para a entrada em vigor da proibição.

A lei obrigaria as companhias traders a fornecer documentação mostrando que vários bens importados, desde chocolates até móveis e produtos pecuários, foram feitos sem destruir florestas.

Na carta, Gina Raimondo e Thomas Vilsack, secretários de Comércio e Agricultura dos EUA, respectivamente, e a representante comercial (USTR), Katherine Tai, disseram que a lei traz "desafios críticos" para os produtores dos EUA.

"Portanto, conclamamos a Comissão Europeia a adiar a implementação dessa regulamentação e a subsequente aplicação de penalidades até que esses desafios possam ser resolvidos", disseram.

Empresas de papel e celulose dos EUA informaram que estudam cortar contratos de exportação para a UE por não poderem provar que seu papel não é proveniente de terras desmatadas.

Outros parceiros comerciais, como grandes países produtores de óleo de palma, como Indonésia e Malásia, também pediram a Bruxelas que adie a aplicação da lei.

Os setores mais impactados pela lei nos EUA, que são o segundo maior parceiro de importações da UE, são os de madeira, papel e celulose. A UE importou cerca de US$ 3,5 bilhões em produtos florestais americanos em 2022, segundo dados da Comissão de Comércio Internacional dos EUA.

A lei exige evidências de que os produtos são provenientes de terras livres de desmatamento após 2020, incluindo uma declaração com dados de geolocalização. Mas o órgão setorial American Forest and Paper Association (AFPA) afirma que a lei é "impossível" de cumprir, pois papel e celulose são feitos de resíduos de serraria e florestais misturados de diferentes fontes.

"Isso torna impossível rastrear cada lasca de madeira até o lote de terra florestal original. Além disso, a tecnologia para rastrear nosso fluxo de fibras para cumprir esse requerimento atualmente não existe", destacou a AFPA.

Alguns produtos em particular, como lenços de papel e absorventes higiênicos, poderiam ser impactados, já que os EUA fornecem 85% da celulose usada nesses itens mundialmente, segundo a AFPA.

Em outubro, 66 membros do Congresso dos EUA escreveram a Tai pedindo a ela para transmitir a Bruxelas os desafios enfrentados pelos produtores de papel e celulose dos EUA em razão da lei de desmatamento da UE.

"A regulamentação da UE impõe exigências impraticáveis que restringiriam desnecessariamente o comércio de produtos de países de baixo risco que possuem cadeias de suprimentos gerenciadas de forma responsável, como os Estados Unidos", aponta a carta do Congresso.

Há também oposição interna dentro da UE. A comissária de Desenvolvimento do bloco econômico, Jutta Urpilainen, e o comissário de Agricultura, Janusz Wojciechowski, defenderam um adiamento, assim como a maioria dos ministros da Agricultura da UE, encabeçados pela Áustria, que também querem isentar pequenos agricultores das regras.

O Centro de Comércio Internacional, um órgão apoiado pela Organização das Nações Unidas (ONU), informou que a lei poderia excluir pequenos produtores de países em desenvolvimento da cadeia de suprimentos, já que eles não têm tecnologia para verificar se seus produtos não foram cultivados em terras desmatadas.

O comissário do Ambiente da UE, Virginijus Sinkevicius, defendeu a lei em viagem a países da América Latina e da África no início do ano para, segundo disse, "acalmar qualquer medo sobre as possíveis consequências".

A lei exige que autoridades alfandegárias verifiquem 9% dos produtos vindos de países com "alto risco" de desmatamento e 3% de países com "risco padrão". Em razão da pressão dos países produtores, a CE concordou que, de início, todos os países serão categorizados como de "risco padrão".

A CE confirmou ter recebido a carta do governo dos EUA e informou que responderia no momento oportuno.

Validação de dados é o maior desafio para Brasil

Roberto Lameirinhas
De São Paulo

O Brasil, grande exportador de commodities agrícolas para a União Europeia (UE), está em estágio avançado para adequar-se à lei antidesmatamento europeia. Mas, como nos EUA e em outros países, alguns setores apontam para dificuldades para certificar que seus produtos não promovem a destruição de florestas locais.

"Nós cumprimos os requisitos dos países europeus, mas não temos a tecnologia necessária para comprovar esses dados e certificá-los", disse Anna Paula Losi, presidente executiva da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC). Losi lembra que a UE importa hoje pouco cacau do Brasil — a maior parte da amêndoa de cacau que chega ao continente é vendida por países da África —, mas afirma que o Brasil estará apto a cumprir as exigências no momento em que retomar a exportação cacaueira em grande escala, algo que levará ao menos cinco anos.

Ela afirma que a produção brasileira já obedece ao Código Florestal do Brasil, tido como um dos mais avançados do mundo. "Praticamente todos os produtores já estão adaptados às leis nacionais sobre desmatamento, o que nos deixa em boas condições de preencher os requisitos europeus", disse.

"O Brasil já está enquadrado em tudo. Só em dois dos seis pilares das regras europeias — rastreabilidade e transferência de dados — ainda dependemos da operacionalização das normas", explicou, por seu lado, o embaixador José Carlos da Fonseca Júnior, presidente da Associação Brasileira de Embalagens em Papel (Empapel), em artigo da publicação especializada "Portal Celulose".

Países ricos veem natalidade cair a níveis recordes

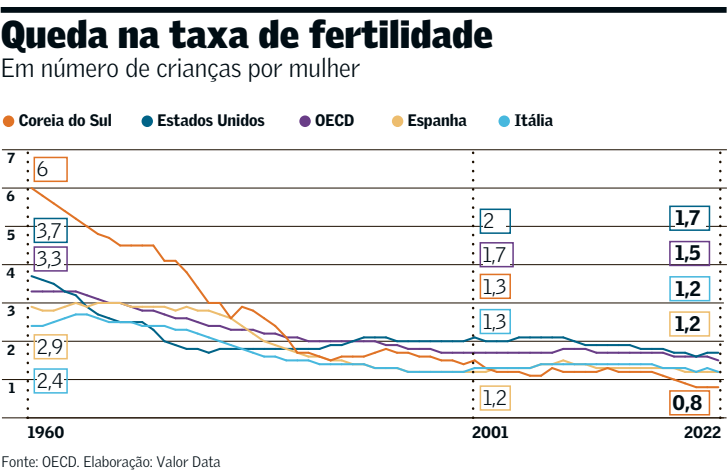
Pedro Borg
De São Paulo

As taxas de natalidade nas economias ricas do mundo caíram drasticamente metade desde 1960, atingindo um mínimo histórico, segundo um estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que alertou os países a se prepararem para um "futuro de fertilidade mais baixa".

O número de pessoas com 65 anos ou mais para cada 100 pessoas em idade ativa deve dobrar nos próximos 40 anos, partindo de 30 em 2020 para 59 em 2060 em todos os países da OCDE.

"A queda da população ativa pode levar a sociedades envelhecidas que sofrem com pressões sociais e econômicas significativas, como a necessidade de aumentar os gastos com serviços de aposentadoria e saúde", disse a entidade em relatório divulgado ontem.

Queda na taxa de fertilidade
Em número de crianças por mulher

Fonte: OECD. Elaboração: Valor Data

Entre países da OCDE, a taxa de fertilidade total caiu de 3,3 filhos por mulher em 1960 para 1,5 filhos por mulher em 2022, em média. O número está abaixo do "nível de reposição" de 2,1 filhos por mulher necessário para impedir o declínio populacional sem imigração. A taxa de fertilidade total é particularmente baixa na Itália e na Espanha, com 1,2 filhos por mulher em 2022. A mais baixa é a da Coreia, com uma estimativa de 0,7 filhos por mulher em 2023, de 0,8 em 2022, segundo a OCDE.

"Este declínio mudará a face das sociedades, comunidades e famílias e terá potencialmente grandes efeitos no crescimento econômico e na prosperidade", alertou a organização com sede em Paris.

O baixo crescimento populacional se torna um entrave à expansão econômica. Juntamente com o aumento da expectativa de vida, a baixa natalidade também exerce pressão sobre as finanças públicas, uma vez que faz com que menos pessoas contribuam para as receitas fiscais necessárias para pagar os custos crescentes do envelhecimento da população. A falta de alunos também está a provocar um aumento no fechamento de escolas na Europa, no Japão e na Coreia do Sul.

"Embora os países da OCDE utilizem uma série de opções políticas para apoiar as famílias, o custo econômico e a incerteza financeira a longo prazo de ter filhos continuam a influenciar significativamente a decisão das pessoas de se tornarem pais", disse Stefano Scarpetta, diretor da OCDE para Emprego, Trabalho e Assuntos Sociais. *(Com agências internacionais)*

Morre ator Donald Sutherland, de 'Jogos Vorazes'

MATT SAYLES/INVISION/ARQUIVO AP

O ator nascido no Canadá Donald Sutherland, morreu ontem, aos 88 anos, em Miami. Ele vinha lutando havia algum tempo contra uma doença que a família não especificou. Conhecido por vários papéis de sucessos — incluindo a franquia "Jogos Vorazes" (a partir de 2012) e "M.A.S.H." (1970) —, Sutherland ganhou o Emmy de melhor ator em 1995 pelo filme para a TV "Cidadão X". O ator nunca foi indicado ao Oscar, mas recebeu uma estatueta honorária pelo conjunto de sua obra em 2017. Em um de seus últimos trabalhos, ele estrelou a série do Paramount+, "Homens da Lei: Bass Reeves". Sutherland deixa mulher — a atriz Francine Racette —, cinco filhos e quatro netos. Na foto, de 2015, ele está à esquerda, ao lado do filho mais conhecido, Kiefer Sutherland.

Se destruir o Hamas não é possível, o que Israel quer com a guerra em Gaza?

Análise

Humberto Saccomandi
De São Paulo, para o **Valor**

SHAUL GOLAN/POOL PHOTO VIA AP - 18/06/2024

Netanyahu promete destruir o Hamas

A declaração de ontem do porta-voz das forças armadas israelenses, que questionou a viabilidade do objetivo de eliminar o Hamas, lança uma série de dúvidas sobre a campanha militar de Israel na Faixa de Gaza. E parece também sugerir um racha entre o governo e os militares sobre a guerra.

"Dizer que vamos fazer o Hamas desaparecer é jogar poeira nos olhos das pessoas", afirmou o contra-almirante Daniel Hagari, porta-voz das Forças de Defesa de Israel (IDF, na sigla em inglês), sugerindo que esse objetivo seria enganoso. "O Hamas é uma ideia. Aqueles que acham que pode ser destruído estão errados", completou.

Acontece que destruir o Hamas é justamente um dos principais objetivos declarados pelo governo do premiê israelense, Benjamin Netanyahu, para justificar a guerra. A ofensiva em Gaza é a resposta israelense ao ataque sem precedentes realizado pelo grupo palestino a Israel em 7 de outubro do ano passado, que matou 1.139 pessoas.

O Hamas governa a Faixa de Gaza desde 2006, depois que Israel se retirou desse território ocupado. Apesar de ter vencido as eleições naquele ano, o Hamas não permitiu a realização de novas votações e governa desde então pela força, com apoio de países como o Irã e o Qatar. Cerca de 2 milhões de palestinos vivem na Faixa de Gaza, que tem pouco mais de um quinto da área da cidade de São Paulo. O Hamas defende abertamente a destruição de Israel.

A declaração do porta-voz das IDF não caiu bem no governo israelense, que divulgou uma nota reiterando a meta de destruir o Hamas e dizendo que as IDF estão comprometidas com esse objetivo. Mas tarde, as forças armadas também divulgaram uma nota "esclarecendo" que Hagari se referiu só à impossibilidade de destruir o Hamas como uma ideologia, e não como milícia que controla Gaza. Mas o estrago já estava feito.

Hagari é um militar experiente e, como porta-voz, sabe que a escolha das palavras é vital num ambientado fragmentado e tenso como o da política israelense. Destruir o Hamas como ideologia não é uma questão em Israel. Logo, se se referiu a isso, foi no contexto mais comum, da destruição física.

A declaração levanta muitas questões sobre a campanha militar israelense. A impossibilidade de destruir fisicamente o Hamas é uma avaliação feita por muitos especialistas dentro e fora de Israel. Por vários motivos. Primeiro porque parte da cúpula do Hamas não está em Gaza. Além disso, o grupo certamente continuará recebendo apoio externo, pelo menos do Irã. E, mesmo tendo perdido milhares de membros em combate, o Hamas conseguirá certamente recrutar novos militantes numa população palestina empobrecida e amargurada com a destruição causada pelos ataques israelenses. Mas de 37 mil palestinos morreram na guerra até agora.

É improvável que essa avaliação exposta hoje por Hagari não tenha sido levada ao governo israelense. Se destruir o Hamas não é um objetivo militar viável, pelo menos não sem uma ocupação longa e difícil de Gaza por Israel, então o que governo Netanyahu quer com a guerra?

Uma resposta possível é que não sabe o que quer. Certamente quer se vingar do Hamas, mas vingança é uma motivação, não um objetivo. Lançar uma guerra sem um objetivo militar claro e viável e sem um plano para o pós-guerra é uma receita para o desastre. Foi o que ocorreu com os EUA na guerra do Afeganistão. Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, o governo Bush enviou tropas ao Afeganistão para destruir o grupo fundamentalista islâmico Talibã. Os americanos derrubaram o regime afegão, ocuparam o país por mais de 20 anos, gastaram trilhões de dólares, perderam quase 2.500 soldados e, quando ainda estavam se retirando, o Talibã já havia voltado ao poder.

Neste mês, o líder oposicionista Benny Gantz deixou o gabinete de guerra, uma espécie de governo de união nacional formado logo após o ataque do Hamas. Gantz havia pedido a Netanyahu um plano para o pós-guerra em Gaza. Não recebeu e pediu o chapéu. À época, disse que Netanyahu estava fazendo "promessas vazias" aos israelenses.

Por outro lado, se há um objetivo definido, a indiscrição de Hagari aponta para duas possibilidades. Uma é de um racha entre o governo e os militares. Por questão política, o governo visa realmente destruir o Hamas, apesar da avaliação militar de que isso não é possível. Também não é um bom sinal quando políticos e militares discordam sobre os objetivos de uma guerra.

A outra possibilidade é que o governo tenha objetivos não declarados. Nesse caso, seria possivelmente algo que, se fosse divulgado, causaria condenação do país. Membros mais extremistas do governo israelense já propuseram alguns objetivos alternativos desse tipo. O ministro do Patrimônio Histórico, Amichai Eliyahu, afirmou em novembro que Israel deveria jogar uma bomba atômica em Gaza, o que indica um desejo de genocídio. Em dezembro, ele disse ainda que Israel deveria ocupar Gaza definitivamente, reestabelecendo colônias judaicas no território. A ministra da Equidade Social, May Golan, se disse orgulhosa da destruição causada pelas forças israelenses em Gaza, o que sugere que destruir a infraestrutura civil também pode ser um objetivo não declarado. Oficialmente, o governo sempre rejeitou essas declarações.

Não há nenhuma confirmação sobre essas sugestões fazerem parte de objetivos do governo Netanyahu. Mas o Tribunal Penal Internacional investiga acusação de genocídio contra o governo israelense e um relator especial da ONU já afirmou que Israel "trabalha para expulsar a população civil palestina de Gaza".

Sheinbaum anuncia Ebrard para ministro da Economia

Agências internacionais

A presidente eleita do México, Claudia Sheinbaum, anunciou ontem que Marcelo Ebrard será o novo ministro da Economia do país. A escolha agradou ao mercado, que o vê como um moderado no partido governista Morena.

Ebrard foi ministro das Relações Exteriores no governo de Andrés Manuel López Obrador — em fim de mandato — até 2023 e prefeito da Cidade do México.

Sheinbaum também anunciou a atual chanceler Alicia Bárcena, para a pasta de meio ambiente e outros quatro ministros.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

BC para de cortar juros e, prudente, não dá pistas futuras

O presidente Lula terminou falando sozinho contra a alta taxa de juros. O Comitê de Política Monetária (Copom) viu riscos reais de a inflação se distanciar ainda mais da meta e, ao contrário de sua reunião anterior, em que reinou a desavença da pior forma possível — quatro diretores indicados por Lula votaram de forma diferente dos cinco escolhidos pelo então presidente Jair Bolsonaro —, por unanimidade suspendeu o ciclo de corte da Selic. Não houve surpresa na decisão, e a enorme ansiedade sobre o placar da votação foi resolvida pelo consenso. Uma nova divisão, nas mesmas linhas, tornaria imprevisíveis as expectativas a cada encontro do Copom e ampliaria a volatilidade de preços dos ativos. O BC manteve sua autonomia e ignorou a bronca de Lula.

O racha na reunião de maio do Copom antecipou as desconfianças sobre o grau de comprometimento futuro do BC com o sistema de metas, depois que Roberto Campos Neto deixar o comando da autoridade monetária. A mais recente investida do presidente Lula contra a política monetária piorou muito as coisas. Para ele, a inflação está controlada, a economia vai bem e a única coisa "desajustada" nela é a taxa de juros do banco comandado por Campos Neto, que se alinharia aos inimigos políticos do governo.

Além disso, Lula afirmou que pretende indicar um substituto para Campos Neto que seja "maduro", impermeável às influências do mercado financeiro e leve em conta, na hora de formular sua política, não só a inflação, mas também o crescimento da economia. Se for escolher alguém com esse perfil, colherá mais tempestades. Lula quer um BC que seja subalterno às decisões do Planalto, e a última vez que isso aconteceu, no governo de Dilma Rousseff, o resultado foi a maior recessão da história republicana.

O comunicado do Copom quase nada mudou em relação ao anterior. O balanço de riscos continua igual, simétrico. Há chances de alta da inflação com a persistência da inflação global e, domesticamente, há a pressão da inflação de serviços em uma economia cujo ritmo pode ultrapassar seu potencial. Há chances de baixa, todas relacionadas ao cenário externo — como a de uma desaceleração mais forte que a prevista da economia global.

Os cenários no qual o BC se baseia para tomar suas decisões mudaram. O que toma como eixo as projeções do Focus apontaram que o IPCA atingirá 4% este ano e 3,8% no próximo, piores dos que os indicados na reunião anterior, de 3,7% e 2,6%, respectivamente. Já os cenários de referência do BC que levam em conta os juros previstos pelo Focus (10,5% em 2024 e 9,5% em 2025) mostraram números mais favoráveis, mas ainda a alguma distância da meta: 3,8% e 3,3%. Como o horizonte relevante para a política monetária é 2025, buscar o centro da meta exigiria um aumento da dose atual de juros, ou mantê-la por um período prolongado de tempo. Por isso, o BC pôs fim ao ciclo de queda dos juros com esse objetivo.

Se encerrou os cortes da Selic, o BC também fez uma calibragem para desfazer expectativas de aumento das taxas. Incluiu no comunicado um cenário alternativo, que registra que a manutenção da taxa de 10,5% pelo menos até o primeiro trimestre de 2025 seria a dose suficiente para que a inflação encerre o ano que vem em 3,1%, praticamente na meta. Ainda assim, a Selic estacionou em nível fortemente restritivo, com juro real perto de 7%, bastante nocivo à evolução da dívida pública. Em 12 meses até abril, o governo federal pagou R$ 776,3 bilhões em juros nominais, 7% do PIB, ou três vezes o déficit primário incorrido no ano passado (R$ 230,4 bilhões).

Apesar do nervosismo dos mercados, não há risco de descontrole da dívida nem da inflação nas projeções do Focus. Mesmo com juros ainda em queda segundo a pesquisa, a inflação prevista é de 3,6%, muito distante do teto da meta, de 4,5%. No cenário de referência do BC, a projeção de 3,3% é ainda mais próxima do alvo. As expectativas, por outro lado, se tornaram muito negativas, com a desvalorização do real reagindo a elas e trazendo novo elemento potencialmente inflacionário no horizonte. Mais da metade do avanço do dólar diante do real se deve à manutenção dos juros americanos por mais tempo que o previsto. O restante se deve à mudança da meta fiscal e ao aumento muito acima da inflação das despesas, que ameaça a continuidade do novo regime fiscal.

O Federal Reserve deve fazer pelo menos um corte de juros este ano, e se isso acontecer pode haver uma pequena janela para a redução da taxa no Brasil. Uma nova rodada de busca de redução de despesas pela Fazenda pode desfazer em parte o pessimismo do mercado sobre a displicência de Lula para com as metas fiscais. O esfriamento moderado da economia poderia também criar espaço para menor aperto monetário. Prudente, o BC não deu pistas sobre seus próximos passos. Seria preciso um conjunto de fatores para a Selic se mover de novo para baixo antes do fim do ano.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

Discussões na OCDE visam criar ambiente tributário mais equitativo e enfrentar elisão fiscal. Por **Hugo Amano**

Os rumos do combate à arbitragem tributária global

Em 2016, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o G20 criaram o "OECD/G20 Inclusive Framework on BEPS", iniciativa que atualmente conta com a adesão de mais de 140 países, incluindo o Brasil. O principal objetivo é a implementação de 15 medidas para combater a elisão fiscal, melhorar a coerência das regras tributárias internacionais e promover um ambiente tributário mais transparente e equitativo.

O acrônimo BEPS significa "Base Erosion and Profit Shifting", cuja tradução seria "Erosão da Base e Transferência de Lucros", termo utilizado para definir as estratégias de planejamento tributário utilizadas por grupos multinacionais que exploram as lacunas e incompatibilidades nas regras tributárias internacionais para evitar ou reduzir o pagamento de tributos. Isso tornou-se uma preocupação global devido a capacidade de minar a integridade do sistema tributário e prejudicar a arrecadação de impostos em nível nacional e internacional.

Uma das principais áreas de preocupação identificadas foi a crescente digitalização da economia global e seus efeitos sobre a tributação. Em resposta a esses desafios, a Ação 1 do BEPS dispõe sobre os "Desafios tributários decorrentes da digitalização" (Tax Challenges Arising from Digitalisation). O objetivo é avaliar os impactos tributários da rápida e crescente transformação digital. O centro da discussão é avaliar se as regras de tributação do imposto sobre a renda, criadas há mais de 100 atrás, ainda estão adequadas à nova realidade econômica.

Em outubro de 2021, os países propuseram a solução de 2 Pilares para reformar as regras de tributação internacionais e assegurar que os grupos multinacionais paguem uma parcela justa de tributos onde quer que operem.

O Pilar 1 visa realocar os direitos de tributação dos grupos multinacionais dos seus países de origem para os mercados onde exercem as atividades comerciais e obtêm lucros, independentemente de as empresas possuírem ou não presença física. Isso é especialmente relevante para empresas digitais que operam globalmente, mas têm presença física limitada em muitos países. A implementação do Pilar 1 tem o potencial de realocar mais de US$ 125 bilhões em lucros por ano. O Pilar 1 é subdividido em Montante A e Montante B, sendo este último o foco deste texto.

Já o Pilar 2 prevê impor um limite à concorrência em matéria de imposto sobre a renda das empresas, por meio da introdução de uma tributação mínima global para que os países possam proteger as suas bases tributárias. A OCDE estima que o imposto mínimo global sobre o rendimento dos grupos multinacionais, à alíquota de 15%, gere anualmente cerca de US$ 150 bilhões em arrecadação.

O Brasil participa das discussões sobre os BEPS desde o início, e o atual governo dá sinais de que apoiará a adoção e implementação dos Pilares 1 e 2. No entanto, isso exigirá mudanças significativas na legislação tributária e não é difícil prever que tal implementação enfrentará desafios políticos e burocráticos no Congresso.

Mais recentemente, em fevereiro de 2024, foi publicado o relatório "Pilar 1 Montante B", que prevê uma abordagem simplificada e otimizada para a aplicação das regras de preços de transferência nas atividades básicas de marketing e distribuição de produtos tangíveis. Essa medida é particularmente relevante para o Brasil, que possui um grande número de empresas multinacionais operando no país, especialmente no setor de distribuição.

CHRIS RATCLIFFE/BLOOMBERG

A abordagem simplificada do Montante B visa aumentar a segurança jurídica e reduzir os custos de conformidade para contribuintes e Fiscos, especialmente em jurisdições com recursos limitados. No entanto, a definição de "jurisdições de baixa capacidade" ainda precisa ser divulgada pela OCDE.

Uma das características distintivas do Montante B é a introdução de margens fixas para determinar o retorno sobre as vendas (ROS) em transações qualificadas. Embora isso simplifique o processo de determinação do ROS, ainda é necessário um delineamento preciso da transação qualificada de acordo com as regras da OCDE.

Se o objetivo do Montante B é facilitar a vida do contribuinte e dos Fiscos, essa facilidade vem, principalmente, por meio da aplicação das margens fixas, que já foram tão criticadas no Brasil.

É justo esclarecer que não se trata da conhecida margem de lucro de 20% do antigo PRL, mas da margem fixa do retorno sobre as vendas (indicador financeiro calculado na relação entre o EBIT e as vendas líquidas).

O Montante B é aplicável às transações com produtos tangíveis, exceto commodities, e não se aplica para os intangíveis e serviços. A regra também não dispensa o delineamento preciso da transação qualificada que deve ser realizado de acordo com as regras da OCDE, considerando todos os cinco fatores de comparabilidade (termos contratuais, análise funcional, características, circunstâncias econômicas e estratégias de negócio) e as características economicamente relevantes da transação.

Ou seja, ainda que a OCDE considere que seja uma abordagem simplificada, o Montante B exige uma análise aprofundada da transação controlada antes de entrar para a aplicação das margens. Com base em dados globais de empresas que exercem a atividade de distribuição, foi efetuada uma análise de benchmarking que resultou na tabela matriz, que apresenta 15 possibilidades e os percentuais variam entre 1,5% e 5,5%, sendo aceita uma variação de 0,5% para mais ou para menos.

Para fins de ajuste de preços de transferência, espera-se que a parte testada compare o ROS praticado nas transações ao ROS ajustado (equivalente ao preço parâmetro das regras antigas) e efetue o ajuste de preços de transferência, quando aplicável.

A abordagem do Montante B nos parece mais embasada do ponto de vista econômico que as antigas margens fixas brasileiras. Em termos de complexidade, a aplicação é muito mais objetiva do que a documentação de uma análise de benchmark e é basicamente efetuada com informações contábeis e índices financeiros. É possível que tanto o Fisco e o contribuinte brasileiro enxerguem com bons olhos a adoção do Montante B, pois a abordagem simplifica uma parte importante das análises de preços de transferência.

O Brasil deve se posicionar sobre a adoção ou não do Montante B em breve já que a regra sugere que os países a adotem para os exercícios iniciados em ou a partir de 1 de janeiro de 2025. As regras de preços de transferência vigentes devem ser alteradas ainda em 2024 para o Montante B ter vigência a partir de 2025, o que pode ser considerado um cenário pouco provável uma vez que o Congresso está focado nas discussões sobre a reforma tributário do consumo.

Vamos aguardar as cenas do próximo capítulo.

Hugo Amano é sócio-líder da BDO de Impostos Diretos.

Você disse ‘complexo’?

José Eli da Veiga

Se sim, é bem provável que quisesse se referir a algo complicadíssimo, como programar software ou realizar cirurgia cardíaca. Mas são tarefas que viram quase brincadeira para alguém bem treinado para dominá-las.

Ao inverso, não há aprendizado por repetições que permita dar conta dos enigmáticos “fenômenos complexos”. Por serem adaptativos — via evolução ou aprendizado — tendem a adquirir feições excessivamente contraintuitivas.

Você é muito mais do que o aglomerado das células de seu corpo e elas muito mais que o amontoado de suas moléculas. Mesmo quando comporta subjacentes simplicidades, o complexo é inesperado, pois são imprevisíveis os desenlaces de suas entranhas.

O que mais distancia o complexo do complicado é uma dupla de ações demasiadamente arredia à compreensão. Ela é formada pelo que foi batizado, há muito, de “auto-organização” e de “emergência”.

Em bandos de pássaros ou cardumes de peixes, nota-se facilmente a geração de pujante ordem, a partir da desordem. Uma espontânea organização autônoma, que também parece ocorrer em certas dinâmicas inanimadas, como as dos cristais líquidos.

Estas “auto-organizações” costumam ser geradas por “emergências”, mas em sentido pouco comum: o de novidades qualitativas, surgidas da interação entre os componentes de um conjunto, mas ausentes em cada um deles.

Inúmeras na formação de um formigueiro ou no funcionamento de um cérebro, as emergências também são comuns em atividades humanas. Desde sofisticadas, como as sinfonias, até banais, como a montagem de uma mesa ou de um martelo. Suas resultantes proezas surgem da união das desprovidas peças.

Este par conceitual — auto-organização e emergência — costuma estar no cerne das definições de complexidade. Até parece uma condição sine qua non, embora haja quem afirme que o complexo nem sempre exiba a primeira.

Pesquisas pertinentes começaram na década de 1940, mas só ganharam forte impulso a partir de 1984, com a criação do Instituto Santa Fé, filhote do célebre Laboratório Nacional de Los Alamos, no Novo México (EUA). Stephen Hawking chegou a dizer — em entrevista de janeiro de 2000 — que a complexidade seria “a ciência” do novo século.

Porém, não demorou para que tanta empolgação arrefecesse, minimizando, a partir de 2010, o incentivo de agências públicas de apoio à pesquisa. Ao mesmo tempo, abandonou-se a ambição de se chegar a uma ciência, no singular. Em muitas direções, foram pululando “ciências” e “teorias” da complexidade.

Árduos esforços de mapeá-las resultaram em fracas tipologias. A melhorzinha propõe uma série de sete arquipélagos de teorias. Desde as duradouras e rivais cibernéticas e sistêmicas, até as mais badaladas na engenharia e na medicina, passando por um trio do barulho, formado pela computacional, pela de Kolmogorov e pela integrativa.

Tanta dispersão mostrou-se até bem mais farta em recente série de doze conversas on-line, no âmbito do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP). Em vez de potenciais convergências ou eventuais clusters, só reforçou a sarcástica imagem de uma inexpugnável Torre de Babel.

Mas há quem considere possível superar tal dificuldade de modo bastante heterodoxo: admitir que — em vez de teorias “científicas” —, as teorias da complexidade se fundam em uma única teoria “matemática”, como o cálculo diferencial integral.

Como teoria matemática, a complexidade poderia contribuir para o avanço das ciências, sem com elas se confundir

Sob este prisma, a teoria da complexidade ofereceria excelente alicerce para novas teorias científicas, desde que engenhosamente usada para explicar eventos que, além de envolverem muitos caminhos e destinos, apontam para múltiplos finais.

Inevitáveis aversões a esta brutal distinção entre dois gêneros de teorias — científica e matemática — talvez possam ser dirimidos pela lembrança de que a segunda nasce de axiomas e postulados, fornecendo o instrumental e a melhor linguagem para que a primeira chegue a boas hipóteses.

Como teoria matemática, a complexidade contribuiria decisivamente para o avanço das ciências, sem com elas se confundir. Conjectura que também decorre do fator que, decerto, mais favoreceu o avanço das pesquisas pertinentes: a computação.

Outra vantagem da referida distinção seria evitar modismos, como uma suposta “economia da complexidade”. O que é possível, de fato, é estudar a complexidade presente “na” economia. Isto é, privilegiar pesquisas sobre a complexidade inerente a cada área do conhecimento, mas sem a criação de extravagantes subdisciplinas.

Também se poderia apostar que a distinção entre teoria científica e teoria matemática ajudaria em interlocuções com o desconfiado fã-clube do alternativo “pensamento complexo”. Afinal, não é o pensamento o organizador dos conhecimentos em teorias?

De resto, vale destacar o fascínio, sobre gestores, artistas e curiosos, pela geometria fractal, por exemplo, ou mesmo pela fora de moda “teoria do caos”. Claro indicador do imenso poder da matemática para avanços do conhecimento em geral, não apenas o científico. As fontes em que se apoia este texto estão em: https://www.zeeli.pro.br/340ref/

José Eli da Veiga é professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP. www.zeeli.pro.br

Reguladores se questionam sobre riscos à estabilidade financeira. Por **Howard Davies**

Crédito privado, um problema público?

Não é comum que um julgamento do Tribunal de Recursos do Quinto Circuito de Nova Orleans provoque indignação nas páginas do “Financial Times”. Mas foi o que ocorreu no início do mês. Uma decisão a favor da Associação Nacional de Gestores de Fundos Privados (NAPFM, na sigla em inglês) e outros coautores contra a Securities and Exchange Commission (SEC, a Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos) “provocou júbilo entre muitos financistas e desânimo entre grupos progressistas e de proteção do consumidor”, observou Gillian Tett, cujo livro “Fool’s Gold” foi uma das análises mais perceptivas da crise financeira mundial.

As simpatias de Tett, claramente, pendem para os que ficaram desanimados. No entanto, o cerne do caso era claro. Em 2023, a SEC tentou usar a Lei de Assessores de Investimento de 1940 para exigir que fundos de private equity e outros adotassem amplas medidas de transparência e divulgação de balanços, entre as quais fornecer relatórios trimestrais detalhados de desempenho e despesas. As regras propostas também teriam limitado a capacidade desses fundos, inclusive os fundos hedge, de oferecer diferentes condições a diferentes investidores. As empresas do setor, contudo, contestaram a regulamentação da SEC, e o tribunal de recursos concluiu que a agência havia excedido sua autoridade. A Lei de Assessores de Investimento, que é voltada principalmente para proteger os investidores de varejo, não poderia ser usada dessa maneira.

A SEC agora precisa voltar à estaca zero. No entanto, dada a eleição presidencial iminente e a probabilidade de uma nova liderança na SEC, é possível presumir que seus esforços para expor os fundos privados a uma maior fiscalização permanecerão em suspenso, por enquanto. A questão, então, é se isso importa.

Já faz algum tempo que as autoridades reguladoras nos EUA e em outros países, inclusive as do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB, na sigla em inglês) têm demonstrado maior interesse no crédito privado. Embora os dados sejam inevitavelmente nebulosos, dada a falta de uniformidade das regras de divulgação, estima-se que o mercado seja de cerca de US$ 1,6 trilhão, dos quais cerca de 65% estão nos EUA e maior parte do restante, na Europa. O Banco da Inglaterra estima que quase todo o aumento líquido de 425 bilhões de libras esterlinas (US$ 541 bilhões) na concessão de empréstimos a empresas no Reino Unido nos últimos 15 anos veio de fontes de crédito privado. Por sua vez, os empréstimos bancários a empresas quase não cresceram durante esse período.

Embora os dados sejam inevitavelmente nebulosos, dada a falta de uniformidade das regras de divulgação, estima-se que o mercado seja de cerca de US$ 1,6 trilhão, dos quais cerca de 65% estão nos Estados Unidos e a maior parte do restante, na Europa

O private equity também cresceu muito rapidamente nos EUA e agora financia cerca de 32 mil empresas americanas que empregam mais de 12 milhões de pessoas. O setor cresceu, em grande parte, porque seus investimentos geraram retornos muito acima dos disponíveis nos mercados de ações: 15% ao ano nos últimos 20 anos. No entanto, as exigências mais rigorosas de capital para os bancos também desempenharam um papel.

É compreensível que as autoridades reguladoras e as monetárias, que são pagas para se preocupar em nome do público, venham fazendo perguntas sobre os riscos à estabilidade financeira associados a esse notável crescimento. Como os principais investidores são indivíduos ricos ou grandes fundos, a questão da proteção ao consumidor fica menos relevante e não oferece motivos particularmente fortes para ações reguladoras, como a SEC acabou de descobrir.

Por outro lado, quando se trata de riscos à estabilidade, as autoridades monetárias têm visões claramente divergentes sobre a seriedade do problema. Em 2023, o Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) concluiu que os “riscos de fundos de crédito privado à estabilidade financeira parecem limitados”. Embora os fundos tenham crescido rapidamente, eles geralmente usam pouca alavancagem, e os riscos de saques dos investidores parecem baixos.

Em contraste, o Banco da Inglaterra cita sinais preocupantes de que “as interligações significativas entre os mercados de crédito privado, os empréstimos alavancados e a atividade de private equity os tornam vulneráveis a estresses correlacionados”. Os investidores, se não puderem liquidar ativos de crédito privado, podem vender outros ativos para reduzir sua exposição, transmitindo riscos para outras partes do setor financeiro. O Banco da Inglaterra se lembra bem da crise do setor de fundos de pensão do Reino Unido em 2022, quando os fundos descarregaram ativos rapidamente durante o malfadado e curto governo de Liz Truss.

O Banco Central Europeu (BCE) está ainda mais preocupado, e também cita a interação entre fundos privados e outras partes do sistema financeiro, assim como o risco de padrões menos rigorosos de subscrição e de crédito. Observa que os fundos de crédito privado “começaram a agrupar suas dívidas em veículos de obrigações garantidas por créditos (CLOs) que são vendidos a investidores em fatias”.

Mas o BCE também reconhece um contrabalanço com benefícios à estabilidade financeira: fontes de financiamento mais diversificadas reduzem a dependência em relação ao crédito fornecido pelo sistema bancário. A União Europeia tem sido por muito tempo dependente demais dos bancos, e o BCE há muito busca estimular fontes alternativas de financiamento que sejam fornecidas pelos mercados de capitais. Assim, sua avaliação, em termos líquidos, é que os riscos à estabilidade financeira “na área do euro parecem contidos”.

Ainda assim, tanto o Banco da Inglaterra quanto o BCE destacam o problema da escassez de dados, que torna a monitoração difícil. Antes da decisão do tribunal de Nova Orleans, o Banco da Inglaterra escreveu torcendo explicitamente pelos avanços na transparência que a regra proposta pela SEC poderia trazer. Portanto, ao exceder sua autoridade legal e propor uma abordagem pesada, a SEC, infelizmente, acabou atrasando a causa de se conseguir maior transparência.

Tendo em vista que os bancos centrais têm um interesse legítimo na escala da provisão de crédito privado — tanto por razões de estabilidade financeira quanto de política monetária –, eles precisarão encontrar uma lente alternativa, talvez examinando as interações dos bancos e corretoras com os mercados privados. Investidores e instituições de crédito também têm interesse em saber mais sobre esses mercados enormes. Agora que a SEC fracassou, o FSB deveria assumir o desafio. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Howard Davies, ex-vice-presidente do Banco da Inglaterra, é presidente do conselho de administração do NatWest Group. **www.project-syndicate.org**

Frase do dia

“A decisão do BC foi investir no sistema financeiro, nos especuladores que ganham dinheiro com os juros”.

Do presidente Lula sobre decisão do Copom de parar de cortar juros

Cartas de Leitores

Copom e Lula

Diante de uma perspectiva de alta inflação, o Banco Central decidiu manter a Selic em 10,5%. O governo não fez o dever de casa, alterando as metas fiscais dos próximos anos. Lula continua fiel ao seu antigo mantra: gastar. As empresas de varejo já sentem uma enorme retração com o consumo interno no país desacelerado, pois os juros altos inviabilizam compras a crédito. Por exemplo, os americanos têm atualmente uma taxa de juros de 5,5%, enquanto os chineses trabalham com 3,45%. O governo Lula não tem coragem de cortar na carne, sendo cauteloso num cenário de dificuldades econômicas. O dólar já esbarrou em R$ 5,45 e os investidores externos ainda não retornaram para investir grandes quantias na bolsa de valores. O governo Lula está desorientado, principalmente na área econômica.

José Carlos Saraiva da Costa
jcsdc@uol.com.br

•

As irracionalidades das falas de Lula, na véspera da reunião do Copom, criticando duramente o competente presidente do BC, Roberto Campos Neto, de estar fazendo o possível para prejudicar o país, não surtiram efeito. Em votação eminentemente técnica, Lula sofreu uma sonora e desmoralizante goleada de 9 votos a 0, quando os membros do Copom votaram de forma unânime a favor de manter a taxa básica Selic nos 10,5%. E agindo como inimigo do mercado, o petista gera uma crise perigosa, afasta investidores, o dólar sobe, e a bolsa segue despencando e se configura como a pior do mundo para se investir em ações, em função dos graves erros de seu governo na condução da política econômica.

Ou seja, assim como fez a gestão petista da Dilma Rousseff, o Brasil, com os desacertos do Lula 3, corre séria ameaça de ser sacrificado novamente com fatídico retrocesso econômico e social.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Petrobras

É bem sabido que o presidente Lula sempre entrega um discurso adequado para a plateia do momento, independentemente da sua coerência com discursos pretéritos. Não foi diferente na cerimônia de posse da nova presidente da Petrobras. Infelizmente, a falta de coerência do presidente impacta diretamente na sua credibilidade. Melhor faria Lula se falasse menos e deixasse os fatos se materializarem da forma como ele realmente gostaria. Eu sei. É difícil.

Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com

Correção

Diferentemente do publicado em “Avaliação de Lula tem melhora dentro da margem de erro”, no dia 19 de junho, a avaliação positiva do segundo mandato de Lula em 2009 era de 62%, e a da presidente Dilma Rousseff era de 13%, em 2016.

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial

Inclusão ‘Taxação rosa’ limita crescimento da economia global e agrava situação do público cuja remuneração média é mais baixa e que tem mais propensão a consumir itens básicos

Imposto mais alto para mulheres amplifica desigualdade de gênero

G20 no Brasil — Uma iniciativa O Globo Valor CBN

Vivian Oswald
"O Globo", de Brasília

DIVULGAÇÃO

Rebecca Enonchong: Inteligência artificial perpetuará preconceitos de gênero e não será eficiente sem a participação feminina em sua construção

O retrato do comércio exterior mundial é mais complexo do que se supõe à primeira vista. Quando desagregadas por gênero, as estatísticas mostram que as mulheres aparecem em desvantagem em várias frentes. Estão em minoria nas posições de comando das companhias exportadoras, e no quadro de seus funcionários. São mais numerosas nos segmentos que enfrentam as maiores barreiras para o mercado externo: as pequenas e microempresas, que sofrem com o alto custo das burocracias e a falta de acesso a financiamento , ou aquelas que atuam nos setores de têxteis, calçados e serviços, tradicionalmente mais protegidas em outros países.

Não só isso. Estudos recentes apontam que sobre produtos consumidos pelo público feminino costumam incidir tributos mais elevados, sobretudo de exportação. A chamada “tarifa rosa”, que onera cosméticos, higiene pessoal ou itens feitos para o consumo delas (como barbeadores ou panelas de arroz de cores associadas a mulheres), pode levar os preços destas mercadorias a valores até 30% mais altos. Depois de alimentos, a indústria feminina e do cuidado são as mais tributadas.

A análise destes dados por gênero é um exercício relativamente recente. Para a surpresa do governo brasileiro, não é algo que se faça em muitos países. O mapeamento dessas informações e a criação de uma metodologia internacional comum para que se meça de maneira mais precisa o tamanho do problema e como resolvê-lo mundo afora são uns dos temas que a presidência brasileira do G20 — grupo de 19 grandes economias do mundo, mais a União Europeia (UE), União Africana e nações convidadas — quer incluir no documento que deve ser acordado entre chefes de Estado e de governo na reunião de cúpula de novembro, que acontecerá no Rio de Janeiro, após um ano de negociações.

Tatiana Prazeres, secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e que coordena o Grupo de Trabalho de Comércio e Investimentos do G20, afirma que a redução de disparidades significa mais comércio, inovação e crescimento econômico.

Hoje, no país, elas representam apenas 14% das posições de comando nas empresas de comércio exterior (24% quando se trata de companhias de pequeno porte), um setor que, em 2023, movimentou US$ 580 bilhões (R$ 3,15 trilhões) quando somadas as exportações e importações. “O Brasil é um dos poucos países que têm esse diagnóstico”, afirma. Ela ressalta que incluí-las não se traduz apenas em empoderamento — as vagas no setor exigem mão de obra qualificada, inovação, criatividade e pagam melhores salários — mas também expansão da economia de maneira mais equilibrada.

Os números podem parecer claros para quem os lê (e há cada vez mais estudos e dados científicos que os reforçam), mas não é fácil buscar consensos em um universo de países tão díspares no tratamento da questão de gênero como a Suécia e a Arábia Saudita, por exemplo. Ainda assim, Prazeres afirma que o interesse dos países na questão do gênero como fator de desenvolvimento do comércio é crescente.

Na lista das principais barreiras identificadas pela Secex, que vem desenvolvendo políticas inclusivas como a primeira missão comercial de mulheres para o Chile nas próximas semanas, estão a falta de acesso a financiamento, o custo da burocracia que pesa particularmente sobre as empresas de menor porte, falta de capacitação, a jornada dupla das mulheres, que têm menos flexibilidade de tempo para se ocupar do trabalho ou se dedicar às redes profissionais, importante ferramenta de conexão no setor.

“Essa visibilidade para o tema é um grande resultado do G20”, afirma Prazeres. “Precisamos aprender com as experiências dos outros, compartilhar metodologias e ter métricas globais. Acho que também é preciso haver um esforço global para que o comércio seja mais inclusivo e para que se supere essa visão de que o comércio é para as grandes empresas.”

Esse é outro item importante. O governo brasileiro acredita que estimular o comércio eletrônico facilita o acesso a mercados para as empresas de menor porte e, com isso, para profissionais mulheres. Por duas razões: reduz a burocracia e, a partir da tecnologia, elimina os filtros de gênero que ainda existem nas relações pessoais.

Metade da população mundial, as mulheres precisam ser contabilizadas na agenda de comércio exterior dos países. Isso inclui as negociações de acesso a mercados, acordos comerciais, entre outros.

Globalmente, mulheres tendem a gastar uma proporção mais elevada do seu rendimento em produtos e serviços para o lar do que homens. Considerando a super-representação das mulheres entre os trabalhadores com baixos rendimentos, a disparidade salarial entre homens e mulheres e o fato de gastarem uma proporção mais elevada de seus rendimentos em itens básicos, os efeitos da reforma comercial no consumo, sob a forma de tarifas reduzidas, podem ser mais positivos para mulheres que para homens.

Um exemplo de categoria de produtos domésticos consumidos mais intensamente por mulheres é a alimentação. As tarifas nos setores agrícolas são, em média, mais elevadas do que para outras categorias de produtos, tornando estes produtos relativamente mais caros e criando assim uma desvantagem para as consumidoras.

> Se as nações reduzissem a desigualdade de gênero ao nível do país mais igual de sua região o PIB mundial teria ganho extra de 11% entre 2017 e 2025, diz o Instituto McKinsey

De acordo com o Instituto McKinsey Global, se todos os países levassem o seu grau de igualdade de gênero ao mesmo patamar da nação de sua região com os indicadores de melhora mais céleres poderiam aumentar em até 11% o PIB global entre 2017 e 2025, ou cerca de US$ 12 trilhões.

Estudo realizado pelo governo da Suécia mostra que a política comercial pode contribuir para produtos de consumo mais seguros para as mulheres, ao criar normas internacionais que considerem o gênero como item importante. Estudo realizado nos EUA mostra que as mulheres têm 47% mais chances de sofrer lesões graves em acidentes de carro do que os homens, porque os itens de segurança dos automóveis foram concebidas tendo por base modelos masculinos, como é o caso do posicionamento dos apoios de cabeça e o cinto de segurança.

Diretora de Comércio e Agricultura da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a alemã Marion Jansen diz que a redução da disparidade de gênero se reverte em crescimento e ganho de competitividade. Segundo a especialista, que esteve no Brasil para tratar do tema em encontro do B20 (o grupo de líderes do mundo empresarial no G20), é preciso tornar setores e atividades voltados para as exportações mais atraentes para mulheres.

“Por diferentes razões, as mulheres em todo o mundo têm mais dificuldade em obter financiamentos. Por isso, é mais difícil fazer suas empresas crescerem. É mais difícil para elas ingressar em atividades mais arriscadas, como a exportação. Também não é fácil obter financiamento para entrar em setores incomuns”, diz.

Ativista e empresária, a camaronesa Rebecca Enonchong tornou-se uma das vozes mais influentes da África, ouvida pelo mainstream, do Fórum Econômico Mundial (FEM) ao G20. CEO de diversas startups e incubadoras, ela afirma que a inclusão digital deve garantir o desenvolvimento do continente africano e promover a igualdade de gênero, raça e nacionalidade. A tecnologia bem usada — e pensada não só pelos homens, mas por mulheres — é a resposta. Para Enonchong, a inteligência artificial perpetuará preconceitos de gênero e não será eficiente sem a participação feminina em sua construção. “Esse aprendizado tem que garantir que não esteja aprendendo os mesmos preconceitos que existem no mundo real”, diz.

Ela aposta na educação para garantir que as novas gerações considerem normal ver uma mulher em posição de liderança no mundo da tecnologia e representadas no segmento de Stem (acrônimo da língua inglesa para o sistema de aprendizado que engloba ciência, tecnologia, engenharia e matemática), com ênfase no “M”.

Estudo recente do Fórum Econômico Mundial diz que vai levar 131 anos para que se elimine a disparidade de gênero no mercado de trabalho. Enonchong vê este tipo de cálculo com desconfiança, pois cria a espécie de determinismo e conformismo contra os quais é preciso lutar. Para ela, não se pode esperar até lá.

“Olho sobretudo para o continente africano, onde mais de 60% da população é jovem. Temos uma oportunidade para mudar a mentalidade e garantir que teremos uma geração que reconhece o valor da mulher para uma sociedade produtiva”, diz.

A perspectiva de gênero é transversal a todos os temas em discussão do G20. Em outra frente, o combate à violência misógina na internet é parte da mesma batalha. Este é um dos temas prioritários do Grupo de Trabalho Empoderamento de Mulheres, coordenado pelo Ministério das Mulheres. Dados usados nos encontros do G20 indicam que 58% das mulheres jovens e meninas em todo o mundo já sofreram assédio on-line em plataformas de mídia social. Uma das propostas brasileiras, apresentada pela Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Ministério das Mulheres, Denise Motta Dau, é a de conduzir pesquisa documental sobre tipos de violência de gênero facilitada pela tecnologia e iniciativas normativas e o mapeamento de respostas de Estado bem-sucedidas adotadas para enfrentar o problema.

Finanças
Mudança na tributação de alguns fundos altera maneira como famílias ricas investem
C6

Valor B
Sexta-feira, 21 de junho de 2024

Empresas

Saúde Hospitais e operadoras estão combinando ativos; convênios reduzem serviços e coberturas

Com custos no limite, setor passa por mudanças

Beth Koike
De São Paulo

Desde a pandemia, o setor de saúde passa por mudanças envolvendo questões regulatórias, demográficas, econômico-financeiras, entre outras, que estão provocando transformações estruturais em um mercado que movimentou mais de R$ 300 bilhões no ano passado. Todas essas mudanças têm uma relação direta com o custo da saúde que disparou após a deflagração da covid, e atingiu R$ 239 bilhões no ano passado (considerando apenas as despesas médicas pagas via planos de saúde).

Entre 2019 e 2023, o reajuste médio acumulado do plano empresarial, que representa 70% do setor, chegou a 68,72% — mais do que o dobro do IPCA no período. O custo da saúde sobe num ritmo superior à capacidade de pagamento do cliente, o que coloca em xeque a sustentabilidade desse mercado.

Nesse contexto, duas mudanças já são bem visíveis no setor: a depreciação dos planos de saúde, com menor oferta de serviços como reembolso, rede prestadora e abrangência de cobertura; e uma nova onda de consolidação, agora, envolvendo grandes grupos.

Com os custos em escalada e as dificuldades de repassar preços, grupos hospitalares e operadoras de planos de saúde que, historicamente, jogaram em lados opostos agora estão se unindo em combinação de ativos. Nesse mercado, quando a receita do hospital sobe, o convênio médico perde porque tem uma conta maior para pagar. Na ponta final, está o paciente que pode ter atendimento médico inadequado e um reajuste salgado.

"Antes, havia muita gordura no setor e os custos eram repassados ao cliente, mas hoje não dá mais. As operadoras passaram a pressionar também os grandes grupos hospitalares, o que antes não acontecia", disse Vinicius Figueiredo, analista do Itaú BBA.

> "O gasto com plano de saúde equivale a 14% da folha de pagamento"
> *Luis F. Joaquim*

Dasa e Amil juntaram seus hospitais, Rede D'Or e Bradesco Seguros criam uma empresa hospitalar. A seguradora também tem sociedades com a Mater Dei e Albert Einstein, BP e Fleury, além de ser acionista do Grupo Santa, em Brasília. A Porto Saúde e Unimed Nacional se juntaram à Oncoclínicas na construção de hospitais especializados em câncer. As cooperativas médicas também estão unindo forças. "Agora, vamos ver operações de grandes grupos, depois podem voltar negócios menores", disse Osías Brito, da BR Finance.

"Esse movimento foi deflagrado com a aquisição da SulAmérica pela Rede D'Or, em 2022. Na época, havia questionamentos de como ficaria o setor e a própria D'Or deu a resposta agora criando uma empresa hospitalar com a Bradesco", disse Fernando Kunzel, sócio fundador da JGP Financial Advisory, braço da gestora JGP. Ainda em 2022, Hapvida e NotreDame Intermédica anunciaram uma fusão para criar uma operadora verticalizada com presença nacional e potencial para abocanhar a clientela das seguradoras. Esse fenômeno vem ocorrendo há cerca de um ano.

"O gasto das empresas com plano de saúde representa em média 14%, podendo chegar a 20%, da folha de pagamento. A manutenção de um reajuste no atual patamar pode levar a um cancelamento do benefício pela empresa. Há risco de permanecerem no sistema apenas aqueles que precisam, usam mais o plano de saúde. Mas aí não há diluição do sinistro e o custo será ainda maior", disse Luis Fernado Joaquim, sócio da Deloitte.

O aumento de preços na saúde é um fenômeno global devido ao envelhecimento da população, surgimento de novos tratamentos e drogas e casos de covid longa. No Brasil, houve ainda mudanças na legislação que intensificaram ainda mais a alta.

"Houve uma falha no entendimento dos impactos da covid para o setor. Logo depois, em 2021 e 2022, houve mudanças regulatórias permitindo inclusões de procedimentos médicos de cobertura obrigatória pelos planos, sessões ilimitadas de terapias para TEA [transtorno do espectro autista], piso nacional para enfermagem. Além disso, foram fechadas várias fusões e aquisições. Ou seja, foram muitos movimentos num curto período, o setor ainda está em fase acomodação", disse Flávia Pareto Conrado, sócia e fundadora da Setter Investimentos, consultoria e adviser.

"Os impactos das terapias de pacientes com TEA estão sendo mensurados agora. É complicado precificar um produto que tem um número ilimitado de terapias", disse o atuário Luiz Feitoza, sócio da consultoria Arquitetos da Saúde.

> **68,7%**
> **é o reajuste do plano empresarial em 5 anos**

Quem não fechou acordo societário, está fazendo parcerias comerciais. O HCor, por exemplo, condicionou iniciar as obras da nova unidade a um credenciamento prévio de convênios médicos para ter sua receita garantida. "O futuro são os grandes clusters. Hoje, é preciso fazer parcerias ou aquisições estratégicas", disse Fernando Torelly, CEO do HCor, lembrando que com a crise, as operadoras estão evitando credenciar mais hospitais.

Para Antonio Britto, presidente da Anahp, entidade hospitalar, é possível coexistir unidades verticalizadas, redes e hospitais independentes com forte reputação. Britto pondera que, apesar da melhora nos resultados das operadoras no último trimestre de 2023 e os três primeiros meses de 2024, a pressão sobre os hospitais se mantém.

A Abramge, entidade dos planos de saúde, pondera que a recuperação é parcial e que mais de um terço das operadoras seguem com resultado negativo.

Ver mais na página B2

INÊS 249

Entrevista Paulo Rebello, presidente da ANS, diz que atual modelo de gestão da saúde não se sustenta e pede participação de todos os setores envolvidos

'Não há possibilidade de paciente internado perder cobertura'

Beth Koike
De São Paulo

Num cenário de insatisfação generalizada no setor de saúde, o presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Paulo Rebello, defende mudanças no modelo de remuneração para que haja interesses financeiros mais equânimes; analisa a viabilidade de um convênio médico ambulatorial, sem emergência, diante da expansão dos cartões saúde; e acredita que uma possibilidade para o plano individual voltar a ser mais comercializado é a adoção de reajustes por operadora e não um único indicador como ocorre hoje.

"Particularmente, acredito que, talvez, aplicando o reajuste de forma individualizada por operadora poderia ser uma mudança para estimular a concorrência", disse Rebello. Ele pondera que essa é uma opinião particular, não debatida de forma estruturada pela ANS.

A Fenasaúde, entidade do setor, defende que os reajustes sejam aplicados conforme a praça e o modelo de atuação da operadora. "As operadoras verticalizadas têm um custo menor quando comparado às seguradoras que trabalham com rede credenciada, além disso, há uma enorme diferença de custo por região no Brasil", disse Vera Valente, diretora executiva da Fenasaúde.

O presidente da ANS também criticou o cancelamento dos planos de saúde de pacientes em tratamento médico e idosos. "Não há possibilidade do paciente internado deixar de ter qualquer tipo de cobertura."

A seguir, os principais pontos da entrevista de Rebello concedida ao **Valor**.

Valor: *A insatisfação generalizada no setor está piorando e, recentemente, houve o cancelamento unilateral de planos. Como esse cenário pode mudar, por onde começar?*

Paulo Rebello: Com esse modelo que nos trouxe até aqui, não vamos conseguir nos manter daqui para frente. É preciso mudar esse modelo de gestão que tem muita assimetria de informação e de interesses financeiros. Precisa mudar o modelo assistencial, dar mais foco na sustentabilidade do setor sem abrir mão do acesso e da qualidade. Temos regulações para promoção da saúde, no paciente e mudanças em modelos de remuneração baseadas em valor. [As iniciativas] têm de partir das operadoras, dos prestadores, da indústria farmacêutica e do beneficiário para que possamos de fato mudar.

Valor: *Operadoras e hospitais têm feito combinações de negócio. Pode ser um caminho para reduzir essa assimetria de interesses?*

Rebello: É um movimento que estamos acompanhando, mas fazemos análise só entre operadores. Particularmente, vejo um setor muito pulverizado, há 671 operadoras. Outros países no mundo têm número menor. Dentro de uma lógica econômica, há redução do risco quando há número maior de beneficiários, o valor da mensalidade cai.

> "A agência está estudando um novo modelo relacionado para o PME"
> *Paulo Rebello*

Então, não vejo como problema. Agora tem que ver qual o tamanho desse mercado, se começar a reduzir muito, aí sim, pode gerar um problema.

Valor: *Após a suspensão dos cancelamentos unilaterais, algumas operadoras interromperam a venda de novos planos. Há um risco dessa prática se normalizar?*

Rebello: Temos alguns relatos com relação a esse tipo de conduta e já tivemos reuniões com operadoras. Havia uma desobediência, vamos assim dizer, por parte de algumas operadoras com relação ao prazo para cancelamento, intervimos e houve uma correção. Não aceitamos qualquer tipo de seleção de risco por parte da operadora.

Valor: *A agência está fazendo uma fiscalização criteriosa para checar se realmente não está havendo uma seleção adversa que impede o usuário vulnerável de voltar ao sistema?*

Rebello: Foram abertos processos internos e fomos pessoalmente a São Paulo conversar com algumas operadoras pedindo respostas. Não pode haver distinção ou separação apenas de um beneficiário, quando houver o cancelamento é para todo o produto. É bom que se diga que é possível fazer a portabilidade, sem prazos de carência, quando houver rescisão unilateral. Tanto isso é verdade que, entre março de 2023 e abril de 2024, mês a mês, cerca de 1,3 milhão de pessoas cancelaram seus vínculos e 1,4 milhão entraram. Temos uma média de 45 mil solicitações de portabilidade motivadas pela busca de um plano mais barato e não necessariamente relacionados a cancelamento imotivado. Não estou dizendo que não precise aprimorar alguma questão.

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Paulo Rebello, presidente da ANS: "Temos que olhar e examinar dentro de uma lógica de dar mais acesso à população"

Agora não dá para simplesmente desconsiderar o que a regulação faz e vem sendo aplicada.

Valor: *Boa parte dos cancelamentos unilaterais é de plano por adesão e PME que, em muitos casos, são comprados por pessoas com problemas de saúde e, consequentemente, têm custo e reajustes altos, mas atendem à grande população sem carteira registrada. Como isso pode ser solucionado?*

Rebello: O PME, ao contrário do adesão, só pode ser cancelado na data de aniversário do contrato e precisa de notificação com 60 dias de antecedência. A agência está estudando um novo modelo relacionado para o PME. Hoje, esses contratos com até 29 vidas têm único reajuste dentro da operadora. Agora, estamos estudando aumentar para 100, 200 ou 300. A gente tem notado que nos planos PME há uma discrepância de reajustes, queremos que tenham um comportamento parecido com os empresariais.

Valor: *E, quando esse estudo sai?*

Rebello: Está praticamente pronto. Já está na nossa agenda regulatória, acredito que em breve faremos esse anúncio. Inclusive, quando o deputado federal Duarte Junior [autor do projeto de lei dos planos de saúde] esteve na agência, mostramos e explicamos esse novo modelo.

Valor: *Quais outras propostas estão sendo apresentando ao presidente da Câmara?*

Rebello: Nossa ideia é tentar fazer a portabilidade sem que haja necessidade do beneficiário ter que se deslocar até a operadora, fazer dentro do próprio sistema da ANS. Outra proposta é dar mais transparência ao reajuste do plano coletivo. A ideia não é igualar à regra do individual.

Valor: *O que pode ser feito para retomada dos planos individuais?*

Rebello: Eu, particularmente, já falei isso algumas vezes. Acredito que, talvez, aplicando o reajuste de forma individualizada, por operadora, poderia estimular a concorrência. Essa é uma regra que eu defendo, é uma opinião minha como um único diretor que não conversou, nem debateu com os demais diretores da agência.

Valor: *Acha viável um reajuste diferenciado por praça?*

Rebello: Acho que por praça é mais complicado, talvez adotando uma fórmula para cada uma das operadoras dentro da sua realidade conseguiria naturalmente estender para essa questão da praça. Dentro de cada praça, pode ter operadora A que dá reajuste de 3% e a operadora B que dá 5%. Isso estimula a portabilidade e concorrência.

Valor: *O plano de saúde ambulatorial, sem direito atendimento de emergência, é viável? Não há risco de judicialização?*

Rebello: Precisamos estudar. Dentro do setor já existe esse produto ambulatorial. Tem algumas restrições que foram estabelecidos à época do Consu 13 [regra de 1998 que obriga esse plano a dar atendimento de emergência por até 24 horas]. Agora, há uma situação em que temos os cartões de desconto que atendem, uma estimativa, em torno de 60 milhões de pessoas. Precisamos ver que somos um país pobre, temos que olhar e examinar dentro de uma lógica de dar mais acesso à população. Dentro da agência, não há ainda nenhum estudo no sentido de trazer um produto que tenha só exame ambulatorial e consultas, mas estou dentro de uma lógica, de olhar o setor como um todo.

Curtas

Aeroporto de Caxias

O Aeroporto Hugo Cantergiani, em Caxias do Sul (RS), recebeu autorização temporária para operar voos internacionais regulares não programados como forma de atender especificamente o transporte de delegações dos jogos internacionais da Libertadores e da Copa Sul-Americana de futebol. A liberação vale para voos privados e não a aviação comercial regular. A medida foi costurada pelo Ministério de Portos e Aeroportos e Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Receita da Randon sobe

A Randon ficou entre as empresas mais negociadas na bolsa de valores na quinta-feira (20), após divulgação de que a receita líquida consolidada da empresa totalizou R$ 972 milhões em maio — alta de 2,2% na comparação anual, conforme números não auditados. A ação da companhia fechou em alta de 8,75%, cotada a R$ 10,19. No mês passado, a Randon somou R$ 4,53 bilhões em faturamento, sendo 0,9% a mais em relação ao mesmo período de 2023.

Alavancagem da Light

O plano de recuperação judicial da Light permitirá que a companhia reduza sua alavancagem líquida para uma faixa entre 1,5 vez e 3,5 vezes no período entre 2024 e 2027, dependendo dos investimentos e dos novos limites de perdas regulatórias de energia, que serão fatores-chave, diz a Fitch Ratings. O plano foi homologado no dia 18 pela Justiça. A Fitch projeta que a alavancagem líquida do grupo seja, em média, de 2,9 vezes entre 2024 e 2027, ante 6,5 vezes em março de 2024.

A dor do cliente e das frases batidas

Inovação

Isabel Clemente

Exaustos da maratona de cirurgias num hospital infantil em Londres, dois médicos sentam diante da TV num intervalo. A transmissão de uma corrida de Fórmula 1 parece a pausa perfeita para não pensarem no problema que os atormenta: muita criança morrendo por acidente na ala cardíaca onde trabalham.

Nem precisamos ser da área de saúde para imaginar os desafios de operações tão delicadas. Abrir o peito infantil, mover a criança da mesa de operações para a maca, da maca para a UTI, com fios e aparelhos, máquinas e profissionais atuando juntos, e o risco só espreitando, aguardando o menor descuido.

Ao observar a habilidade da equipe de mecânicos da Ferrari, trocando quatro pneus, enchendo o tanque e fazendo checagens em segundos, sem se esbarrar, um dos médicos tem uma ideia. Depois de contactar a Ferrari, ele embarca com parte da equipe médica para a Itália a fim de entender como os mecânicos davam conta daquilo.

Inspirados pela F1, aqueles médicos adotaram procedimentos que aumentaram a segurança no centro cirúrgico. O índice de mortes caiu. Copiaram até o lollypop man, o "homem pirulito" (ou mulher, claro), com a incumbência de observar de fora o trabalho da equipe médica.

Essa história, dos anos 1990, se tornou um caso de estudos sobre inovação. Em um artigo escrito para a Forbes, o jornalista Shane Snow deixa uma provocação. Se as empresas procurarem as melhores práticas em sua área de atuação, conseguirão, no máximo, se equiparar aos bons concorrentes, repetindo erros e acertos. Se elas buscarem as melhores práticas de outros negócios, aí, sim, estarão tentando inovar. E, quem sabe, ouso acrescentar, poderão definir um discurso mais original.

Eu lembro dessa história dos mecânicos e dos médicos toda vez que leio entrevistas de CEO falando em "dor de cliente"; quando encontro textos que repetem padrão, termos abstratos, adjetivos vagos e palavras-chave como se fossem o modo aceito e desejável para se expressar. Marcas inovadoras têm "projetos proprietários". Todo mundo se tornou "disruptivo".

Modismos vão sendo replicados, no discurso e por escrito, como os posts cada vez mais comuns sobre eventos inspiradores, experiências transformadoras e congressos cheios de insights, que começam e terminam sem que autores compartilhem nem a inspiração nem o motivo da transformação, muito menos os "insights".

Por que o TED Talk alcançou um sucesso avassalador com palestras ao vivo e on-line assistidas por milhões de pessoas? Por causa das experiências compartilhadas. Ninguém sobe naquele palco para dizer que o seu trabalho é inspirador sem contar o motivo da inspiração. Palestrar sem entregar não inspira. Escrever sem entregar também não.

Bons palestrantes te conduzem para dentro de uma história e fazem você enxergar os contornos do que parecia abstrato. Talvez brinquem com a dor do cliente — uma metáfora ótima quando foi inventada não sei quando — mas não levarão isso muito a sério porque banalizou. Entre o banal e o simples, melhor a segunda opção.

William Zinsser, autor de um livro sobre escrita que consegue a proeza de servir para o inglês e outros idiomas, repete um conselho à exaustão: simplifique, simplifique, simplifique.

Steven Pinker, cientista e intelectual respeitado por seus estudos na área de linguagem e cérebro, diz que escrever bem aumenta a confiabilidade de quem envia a mensagem, porque os leitores, ao depararem com zelo, consistência e precisão no uso das palavras, acreditarão que as mesmas virtudes foram usadas para gerar o conteúdo. Se falta originalidade no discurso, se o que está escrito parece "mais do mesmo", o que a clientela pode pensar sobre o serviço ou o produto?

Façamos como aqueles médicos. Vamos olhar para fora da nossa bolha. Dá trabalho, mas pode ser divertido. E lucrativo.

Quando o assunto é comunicação, até que está fácil. Não precisa nem ir para a Itália — ainda que a proposta soe sedutora. Quem há séculos consegue segurar os leitores com narrativas inesquecíveis? A literatura. Os livros bem escritos não flertam com expressões manjadas. Você não vai ler na epígrafe de um clássico "água mole em pedra dura..." ou coisa do gênero. Até frase de caminhão é mais criativa do que ditados enxovalhados. Eu não aconselho escrever um livro e dar a ele o título de "A dor do cliente", a não ser que seja uma obra técnica sobre liberação miofascial para fisioterapeutas e profissionais do ramo. Chega a ser original usar dor como dor.

Mas eu posso estar errada. Claro que posso. As palavras transitam por universos variados. Dependem do repertório e da intenção de quem usa. Às vezes circulam felizes em suas bolhas. Serão acolhidas — ou não – pelas preferências de quem as recebe. Esbarrarão em implicâncias (como as minhas), seduzirão outras tantas pessoas. Eu só achei genial o pessoal da saúde conversar com a turma da engenharia e deixar essa historinha para nós que gostamos de aprender e inovar. De preferência, sem usar frases batidas.

Isabel Clemente é formada em Jornalismo pela PUC-Rio e mestre em Escrita Criativa pela Royal Holloway, University of London
E-mail
isabelclemente.writer@gmail.com

Saneamento Prospecto inicial deve sair nesta sexta; governo aprovou ontem termos finais da oferta

Privatização da Sabesp será lançada hoje

Fernanda Guimarães e Taís Hirata
De São Paulo

A oferta de ações que culminará na privatização da Sabesp será lançada oficialmente na noite desta sexta-feira (21), com a divulgação ao mercado do prospecto da transação, apurou o **Valor**. Na tarde de ontem, o Conselho de Desestatização aprovou o preço mínimo da ação na transação e fechou o formato final da disputa. O roadshow, processo de reuniões da empresa com potenciais investidores, já começará na segunda-feira (24).

Depois da divulgação do prospecto preliminar, a oferta a ser feita pelos candidatos a acionistas estratégicos está marcada para o dia 24 a 28 deste mês. A disputa se afunilou entre Aegea e Equatorial, ainda segundo fontes. Embora o empresário Nelson Tanure também tenha manifestado interesse no ativo, as expectativas do mercado em relação à sua participação são baixas.

O **Valor** apurou que ainda no dia 28 serão divulgados ao mercado os candidatos a acionistas estratégicos finalistas, que serão os dois grupos que apresentarem a melhor proposta de preço por ação. No mesmo dia, explicou uma das fontes, já começará o "bookbuilding", que se trata da coleta de intenção de investimentos. Esse processo será crucial para definir o nome do estratégico, diante da formatação do modelo da operação.

Ainda não há data fechada para a precificação da oferta, mas a estimativa é de que ela ocorra na segunda quinzena de julho.

A oferta de ações será secundária, ou seja, com o governo paulista vendendo parte de suas ações. Hoje o Estado tem 50,3% da Sabesp, e deverá seguir com cerca de 20% após a operação.

Na reunião de quinta-feira (20), que aprovou os termos finais da oferta, foram fechados o preço mínimo da ação na transação e o volume mínimo de demanda para o "bookbuilding" dos interessados em se tornar acionista de referência, mas os valores não foram divulgados.

> Modelo final teve ajuste que favorece investidor que atrair mais interessados

O volume mínimo de demanda foi uma forma que o governo encontrou para evitar a vitória de um investidor "aventureiro". Pela regra, o concorrente precisa atrair um interesse mínimo do mercado para vencer a disputa.

Na reunião, foi aprovado um último ajuste no processo competitivo: na disputa pelo posto de sócio de referência, caso o investidor que tiver maior demanda no "bookbuilding" termine com um preço inferior a do seu concorrente, ele terá direito a igualar o valor e, assim, vencer a disputa. Trata-se de um mecanismo conhecido no mercado como "right to match", que neste caso basicamente favorecerá o investidor que atrair maior demanda do mercado em seu "bookbuilding".

"Isto permitirá maximizar ainda mais o retorno financeiro do Estado de São Paulo e garantir a escolha do melhor investidor", disse o governo em comunicado publicado após a reunião.

Quando o modelo da oferta foi anunciado, em abril, o formato foi alvo de críticas por atores do mercado, que viram risco de o valor final não ser maximizado, dado que o critério de escolha não considerava apenas o melhor preço, mas também a demanda atingida. Desde então, o Estado buscou incluir cláusulas na modelagem para evitar questionamentos nesse sentido e potencial judicialização.

A proposta de privatização da Sabesp trouxe um modelo pouco usual no mercado. Uma novidade em relação a outras desestatizações feitas na Bolsa é que o governo paulista busca selecionar um acionista de referência, que terá 15% do capital e um terço do conselho de administração da empresa, além de poder de indicar o presidente do conselho.

O modelo da oferta também é inovador. A seleção do sócio estratégico será feita em duas fases. Na primeira, serão escolhidos os dois acionistas de referência que oferecerem o maior preço. Na segunda, serão formados dois "bookbuildings", para cada um deles, junto aos demais interessados em investir na empresa como minoritários. Vencerá o sócio de referência que formar o "bookbuilding" mais vantajoso.

Falta de leilão de petróleo em 2024 preocupa Shell Brasil

Energia

Kariny Leal
Do Rio

A falta de previsão de leilão de área de exploração de petróleo pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) neste ano preocupa a Shell Brasil, segundo o presidente da companhia, Cristiano Pinto da Costa. Caso se confirme, será o primeiro ano desde 2017 em que não haverá um certame.

"A Shell é a única companhia privada que entrou em todos os leilões da ANP desde a abertura do mercado", disse o executivo após participar do evento Shell Cenários, no Rio. "Continuamos demonstrando interesse em permanecer aumentando a produção no Brasil. Acreditamos que uma sequência anual de leilões é importante para a indústria."

A expectativa mais conservadora da ANP é de que a publicação de novos editais de leilões ocorra no início de 2025. Isso acontece porque o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) estabeleceu, em dezembro, novas diretrizes para definição de regras de conteúdo local nos próximos ciclos de licitações sob os regimes de concessão e de partilha dentro da oferta permanente. Nessa modalidade, as empresas não precisam esperar a rodada "tradicional" de leilões, ficando permanentemente aptas para arrematar blocos de petróleo.

Procurada, a ANP diz que aproveitou a mudança do CNPE para revisar instrumentos licitatórios: "Trata-se de uma oportunidade de implementar melhorias no edital."

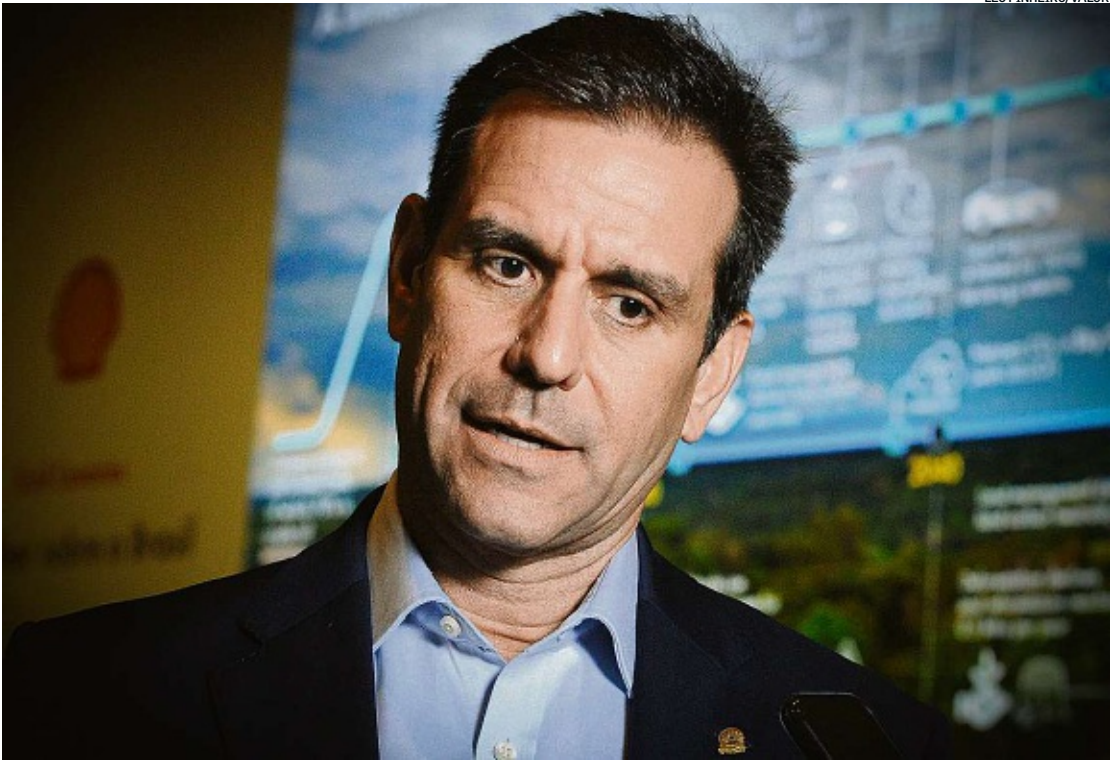
Segundo Costa, a constância dos leilões é importante por conta do tempo de oito a dez anos que uma petroleira leva entre a fase de oferta e a produção do campo: "O Brasil tem 12 anos de reservas provadas de óleo e gás. Isso significa que, se continuarmos produzindo, a projeção é que em 12 anos se esgota a reserva. Só conseguimos repor reservas se houver leilões e ocorrerem novas descobertas. Por isso a importância de certames anuais. Infelizmente, os sinais que vemos neste ano é que talvez o Brasil não tenha nenhum."

Outra preocupação citada por Costa foi a paralisação de servidores ambientais, que tem afetado especialmente as operações de óleo e gás. Desde janeiro, atividades do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) estão parcialmente suspensas e na quarta-feira (19) foi aprovada greve em 17 Estados e no Distrito Federal.

Segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás Natural (IBP), a chamada operação padrão do Ibama levou o país a deixar de produzir cerca de 80 mil barris de petróleo por dia, com prejuízo mensal à economia de US$ 200 milhões, por conta dos atrasos em licenças de perfuração e de operações em unidades produtoras. O governo deixa de arrecadar US$ 106 milhões em tributos mensalmente, segundo o IBP, e a greve, que começa dia 24, "aumenta exponencialmente esse valor".

O executivo afirmou que a petroleira ainda não mensurou o impacto que a greve do Ibama terá sobre suas operações, mas existe a preocupação sobre a aprovação de uma anuência do instituto para entrada de novos poços em produção no Campo de Mero, na Bacia de Santos, onde a Shell opera junto com a Petrobras. Costa não precisou o tempo específico do atraso por conta da paralisação. Procurada, a Petrobras não comentou.

"Entendemos os pleitos dos funcionários do Ibama e a importância do trabalho técnico do órgão. Mas deixar de produzir 80 mil barris é deixar de dar receita para o governo em um momento em que a União precisa da receita para balancear o orçamento", disse Costa a jornalistas após o evento.

A Shell lançou um caderno de cenários da companhia para o mercado de energia brasileiro em que destaca a importância das parcerias e aponta vantagens do país na transição energética. Conforme o estudo, o uso do solo é o principal vilão do Brasil para cumprir metas de desmatamento, mas a matriz energética mais limpa que a de outros países traz vantagem competitiva. A captura e o armazenamento de carbono foi apontado como um mercado importante para o país, mas com a ressalva de que é necessário avançar na regulação.

LEO PINHEIRO/VALOR

Cristiano Pinto da Costa, presidente da Shell no Brasil: "Só conseguimos repor reservas se houver leilões"

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Blue Sol Energia Solar Ltda. -** CNPJ: 11.167.539/0001-56 - Endereço: Rua Cláudio Soares, 72, Cjto. 115, Sala 5 A, Bairro Pinheiros - Requerente: Blue Sol Energia Solar Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Blue Sol Franquia Ltda. -** CNPJ: 24.354.736/0001-26 - Endereço: Rua Cláudio Soares, 72, Cjto. 115, Sala A, Bairro Pinheiros - Requerente: Blue Sol Franquia Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Blue Sol Participações S/A -** CNPJ: 40.222.041/0001-47 - Endereço: Rua Cláudio Soares, 72, Cjto. 115, Bairro Pinheiros - Requerente: Blue Sol Participações S/A - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Canaã Indústria de Laticínios Ltda., Nome Fantasia Laticínios Tradição -** CNPJ: 15.828.064/0001-52 - Endereço: Rodovia Br 364, Km 06, Saída Para Cuiabá, S/nº, Zona Rural - Requerente: C. G. P. Comércio de Alimentos Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Ji Paraná/RO

Requerido: **Cerâmica Porto Ferreira S/A -** CNPJ: 55.186.423/0001-30 - Endereço: Av. Engenheiro Nicolau de Vergueiro Forjaz, 01, Centro - Requerente: Exclusivo Distressed Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vara/Comarca: 1a Vara de Porto Ferreira/SP

Requerido: **Colmeia Dunas Empreendimentos Imobiliários Ltda. -** CNPJ: 10.328.447/0001-48 - Endereço: Rua Vicente Linhares, 521, Sala 24, Bairro Aldeota - Requerente: Ricardo Artur Lima Azevedo da Silva e Andreia Alves Pereira - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE

Requerido: **Contrata Sol Plataforma de Produtos e Serviços de Energia Solar Ltda. -** CNPJ: 24.060.627/0001-04 - Endereço: Rua Cláudio Soares, 72, Cjto. 115, Sala 6 A, Bairro Pinheiros - Requerente: Contrata Sol Plataforma de Produtos e Serviços de Energia Solar Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Gdm Tecnologia e Sustentabilidade em Plásticos Ltda. -** CNPJ: 38.371.754/0001-20 - Endereço: Rua Tupinambás, 140, Bairro Conceição, Diadema/sp - Requerente: Zacharias Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda. Epp - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Requerido: **Hbr Equipamentos Ltda. -** CNPJ: 58.766.353/0001-87 - Endereço: Rua Marco Giannini, 180, Bairro Butantã - Requerente: Lader Automação Industrial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Hese Empreendimentos e Gerenciamento Ltda. -** CNPJ: 10.207.759/0001-01 - Endereço: Av. Paulista, 1471, Cjto. 511, Bairro Bela Vista - Requerente: Paupedra Pedreiras, Pavimentações e Construções Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Lm Rosa Gomez de Souza Me, Nome Fantasia C. L. T. Serviços -** CNPJ: 14.125.394/0001-19 - Endereço: Rua Benfica, 100, Sala 01, Bairro Jardim Sandra - Requerente: Forbo Pisos Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Passarella Usinagem e Ferramentaria Ltda. -** CNPJ: 56.795.008/0001-46 - Endereço: Rua Krebsfer, 781, Cjto. 01, Bairro Macuco - Requerente: Special Springs do Brasil Distribuição, Importação e Exportação de Componentes Para Moldes e Ferramentas de Estampo Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Valinhos/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Indústria Brasileira de Artefatos Plásticos S/A Ibap -** CNPJ: 07.367.055/0001-83 - Endereço: Rua Alcântara Bilhar, 676, Bairro Padre Bezerra - Administrador Judicial: Dr. André Teixeira da Cruz - Vara/Comarca: 3a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE

Empresa: **Spido Engenharia Ltda., Nome Fantasia Spido Indústria e Comércio -** CNPJ: 03.505.470/0001-03 - Endereço: Alameda Xangrilá, Jardim Menino Deus - Administrador Judicial: Laspro Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro - Vara/Comarca: 2a Vara de Bebedouro/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Nutri Vitta Comércio de Refeições e Hortifrutigranjeiros Eireli -** CNPJ: 09.620.531/0001-51 - Endereço: Rua Paulo Alfredo Hilbert, 295, Sítio São José - Requerente: Ásia Fomento Mercantil Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Suzano/SP - Observação: Desistência homologada.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Renova Indústria e Comércio de Condutores Elétricos e Serviços Ltda. -** CNPJ: 33.935.882/0001-36 - Endereço: Rodovia Fernão Dias, Km 56, Galpão 01, Bloco 01, Bairro Vila São Rafael, Guarulhos/sp - Administrador Judicial: Adnan Abdel Kader Salem Advogados Associados, Representada Pelo Dr. Adnan Abdel Kader Salem - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

INÊS 249

Marketing Novos avatares não são personagens animados, mas mais “humanos” — a oferta para os anunciantes vai crescer e os preços tendem a cair

Em Cannes, IA rouba a cena e põe em xeque influenciadores

DIVULGAÇÃO

TikTok lançou em Cannes avatares gerados por IA para marcas e criadores aumentarem a produção na plataforma

Guilherme Ravache
Para o Valor, de Cannes (França)

Não deixa de ser irônico que na primeira edição do Cannes Lions em que haverá uma premiação específica para criadores de conteúdo digital, a IA generativa roubou a cena e se tornou uma discussão central do evento, inclusive colocando em xeque a sustentabilidade do mercado de influência como o conhecemos.

Para colocar lenha na fogueira, o TikTok lançou no festival avatares gerados por IA para marcas e criadores aumentarem a produção na plataforma. A novidade vai permitir que um anunciante crie centenas de peças de conteúdo em vários idiomas.

Os novos recursos fazem parte do Symphony, um conjunto de produtos de IA generativa do TikTok para anunciantes. A plataforma inclui uma variedade de ferramentas para ajudar a agilizar e baratear os processos de desenvolvimento e produção de conteúdo.

As marcas e criadores vão poder usar avatares pré-fabricados que se parecem e se movem como pessoas reais e são projetados para refletir uma ampla gama de nacionalidades e idiomas. Esses novos avatares de IA não são como personagens animados, mas bem mais “humanos” e cinematográficos do que tudo que conhecemos.

Outra possibilidade é o desenvolvimento de avatares customizados, imagens personalizadas baseadas na própria aparência do influenciador. Também é possível desenvolver um avatar personalizado baseado em um porta-voz ou mascote. Essas cópias virtuais ainda podem ser usadas em centenas de combinações testadas e otimizadas pela plataforma.

“O desafio que as marcas têm no TikTok é como elas podem criar o maior volume de conteúdo e a maior variedade de conteúdo”, disse Adrienne Lahens, chefe global de operações de soluções de marketing para criadores do TikTok em entrevista ao “AdAge”.

Ou seja, nem a porta-voz do TikTok esconde que haverá um tsunami de conteúdo produzido por algoritmos e concorrendo com o que atualmente é feito por humanos. Hoje, a principal barreira para as marcas criarem “o maior volume de conteúdo e a maior variedade de conteúdo” é o custo de produção. Ou seja, o custo de pagar mais humanos à medida que o volume de criações de vídeos originais aumenta. Mas a IA vai resolver este problema ao reduzir consideravelmente o número de humanos na equação.

> “O desafio no TikTok é como as marcas podem criar mais volume e variedade” *Adrienne Lahens*

O mercado de influência já vivia uma crise. Os influenciadores e suas agências já vêm mudando a maneira de trabalhar e cortando intermediários para manter os lucros, à medida que grandes marcas passaram a questionar a eficiência do investimento em influenciadores.

As plataformas também estão destinando menos dinheiro para os influenciadores e o possível aumento da regulação da influência no Brasil aumenta a incerteza dos criadores sobre a viabilidade de se manterem na profissão a longo prazo. Nos Estados Unidos, a possibilidade do TikTok encerrar suas atividades em 2025 também não ajuda.

Avatares de IA concorrendo com influenciadores complica mais o cenário atual e suas consequências podem ser surpreendentes. Segundo um relatório do Goldman Sachs, 50 milhões de pessoas no mundo ganham dinheiro como criadores de conteúdo e a previsão é que o número de criadores remunerados cresça a uma taxa anual de 10% a 20% até 2028, tornando o campo ainda mais concorrido.

Uma pesquisa das consultorias Nielsen e YouPix apontou o Brasil como campeão mundial em número de influenciadores digitais, na plataforma Instagram, onde circulam 10,5 milhões de contas, com pelo menos 1 mil seguidores cada um, em média. O Brasil só perde para os Estados Unidos, com 13,5 milhões de “influencers”.

Como no Brasil 81,4% dos criadores de conteúdo vivem exclusivamente da renda do que produzem para as redes sociais, segundo revelou a pesquisa Creators & Negócios feita pela Brunch e Youpix, o impacto da IA está longe de ser insignificante no segmento de influência.

No primeiro trimestre deste ano, o Brasil registrou em números absolutos uma população desocupada de 8,6 milhões de pessoas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Se os influenciadores passarem de trabalhar por causa da IA, o número de desempregados dobraria no país.

Um pouco mais da metade dos influenciadores recebe até R$ 5 mil por mês. Se lembrarmos que o salário mínimo no país é de R$ 1.412,00, não fica difícil entender por que a atividade atrai tantos brasileiros.

Obviamente, novidades como a do TikTok vão mudar completamente a dinâmica de remuneração dos influenciadores. Com o aumento da oferta, o natural é que os preços caiam. Com a expansão da IA, irá acontecer um crescimento exponencial da oferta de conteúdo. Vamos conviver com volume de vídeos, imagens e textos muitas vezes superior ao que temos hoje.

Em seu painel com Mira Murati, chefe de tecnologia da OpenAI e a mãe do ChatGPT, David Droga, CEO da Accenture Song, se disse temeroso com o que estava por vir, mas se descreveu como um entusiasta da IA generativa. “Pensamos em eficiência e produtividade quando pensamos na IA. Os clientes pensam em nunca mais pagar um designer, redator ou fotógrafo”, disse Droga.

“Mas quando todo mundo tiver acesso a isso, é como se todos ganhassem acesso às melhores práticas do mercado”, disse Droga. “Eventualmente”, completou, “os clientes terão de pagar pelo que agregamos para eles”.

Já Murati afirmou que a intenção da OpenAI é expandir o conceito de criatividade ao liberar as pessoas de distrações e tarefas menores para gastarem o tempo com ideias melhores.

Em diversos painéis do Cannes Lions a estratégia de fugir de fórmulas foi destacada. “As marcas precisam ir fundo nas histórias e contar histórias universais”, disse Alexander Schill, Global Creative Officer e sócio da Serviceplan Group no palco.

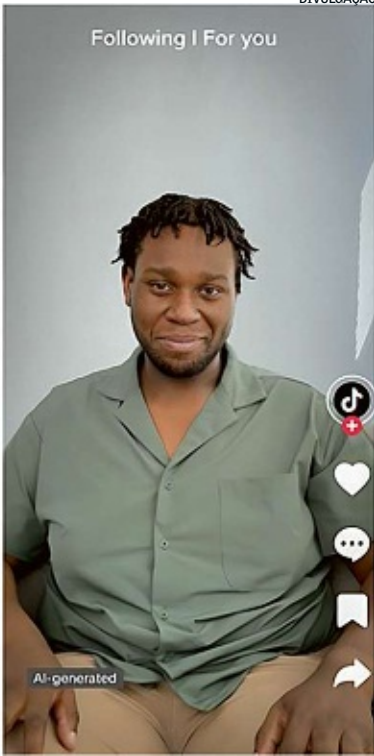
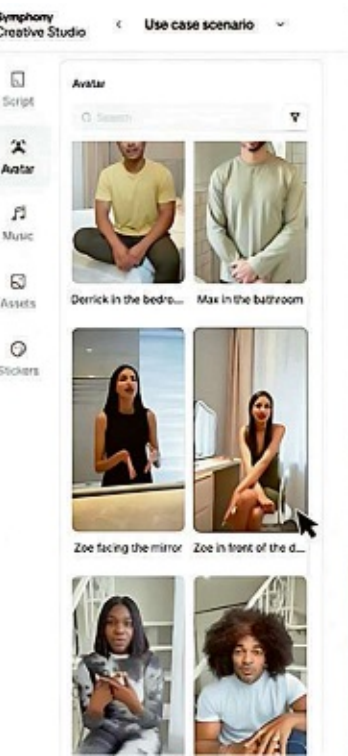
Schill defendeu vídeos publicitários mais longos, com mais de 3 minutos e 30 segundos, como uma oportunidade das marcas se diferenciarem ao se conectarem de maneira memorável com as pessoas. Para ele, os vídeos curtos serão uma batalha inglória no TikTok e demais plataformas.

Fabiane Abel, diretora geral da Soko, afirma que cada vez mais as histórias já devem nascer formuladas para ganharem vida organicamente, com a estratégia de mídia ajudando a reverberar.

“Não é mais sobre o formato, é sobre encontrar a história”, diz Abel. “A IA não muda as histórias ou a forma de contá-las, mas a IA ajuda a trazer elementos para ela se tornar mais forte”. A Soko concorre na categoria Titanium Lion, a mais importante do festival, com a campanha The Dove Code, que questiona os padrões de beleza presentes nas imagens de mulheres geradas por IA.

Sobre o impacto dos influenciadores criados por IA, Abel diz que teremos de aprender a lidar com eles, mas algumas questões como os preços serão acentuadas. “A IA não vai entender o contexto social do Brasil. Ela não vai poder criar histórias por nós, então sempre teremos este papel. Mas existe oferta e demanda. Você nunca vai ver um grande influenciador reclamando que ganhou pouco, mas os médios e pequenos, sim. O fator humano para criar conexões sempre será decisivo”.

Para os influenciadores que já são grandes e têm milhões de seguidores, lançar marcas próprias, cortar intermediários e expandir os negócios permite maior poder de negociação e até abandonar as plataformas. Mas para os pequenos e médios não é possível.

E onde a Lu do Magalu entra em tudo isso? Quando a Lu surgiu em 2003, ela foi revolucionária. Um avatar que não cometia erros nem falava bobagens, disponível todos os dias em todos os horários para trabalhar e tendo uma clara conexão com a tecnologia (o Magalu estava se digitalizando). Era algo novo e encantador no mundo das marcas. Mas todos estes diferenciais da Lu hoje correm o risco de serem ultrapopularizados pelas alternativas de IA. Em um mundo cada vez mais digitalizado, as pessoas talvez passem a buscar cada vez mais o humano.

Esporte ganha mais espaço na publicidade

Megan Graham
Dow Jones Newswires

Executivos da propaganda do mundo todo estiveram reunidos nesta semana no Festival de Criatividade, mais conhecido como Cannes Lions, na Riviera Francesa, para socializar com clientes enquanto degustavam garrafas de vinho rosé, debatiam os tópicos mais prementes do setor e jogavam “pickleball” [parecido ao tênis, com uma bola de plástico].

O festival, que segundo os organizadores contou com a participação de cerca de 12 mil pessoas [e termina nesta sexta-feira], concentrou-se fortemente na invasão da inteligência artificial (IA) na indústria criativa. Outro ponto de atenção no evento foi a importância crescente dos esportes para os profissionais de marketing, já que as formas de capturar um público amplo sintonizado ao mesmo tempo se tornaram raras.

Os anunciantes já estão usando a IA para criar conteúdos como imagens para redes sociais e websites, mas muitos se questionam se a tecnologia representa uma crise existencial para a indústria criativa como um todo. O tema surgiu nos muitos palcos da conferência e na Croisette, a avenida que liga os hotéis e as luxuosas instalações de praia de empresas como Spotify e Meta.

“Se o jogo da bebida se chamasse ‘IA’, todos estaríamos desmaiados ao meio-dia”, disse Tom Morrissy, diretor de crescimento da agência de mídia Noble People, com sede em Nova York.

A IA foi um ponto importante durante uma conversa no palco entre o bilionário Elon Musk e Mark Read, o presidente-executivo da gigante da propaganda WPP. Depois de explicar por que havia dito a certos anunciantes para se “ferrarem”, alguns meses antes, Musk disse acreditar que sua empresa Neurolink algum dia será capaz de fortalecer a inteligência humana e ampliar a criatividade.

Embora tenha dito que não queria ser um “desmancha-prazeres”, Musk sugeriu que a IA terá a capacidade de ser criativa e em algum ponto fazer o que membros da plateia fazem no trabalho. “Você deveria inspirar as pessoas, e não dizer que elas ficarão sem emprego”, disse Read brincando.

A crescente influência do esporte entre os profissionais de marketing também ficou evidente no festival. A divisão das audiências na maioria dos programas de TV tornou os esportes fundamentais para os profissionais de marketing que precisam de um grande público. Os esportes femininos também têm atraído um interesse crescente, dando aos publicitários mais oportunidades de se conectar com os consumidores. E os atletas se tornaram mais adeptos da construção de marcas pessoais, negócios e portfólios de investimentos a partir de suas carreiras.

Enquanto isso, o acordo de direitos de mídia da National Basketball Association dos EUA (NBA), que se aproxima, está prestes a alterar a hierarquia da televisão. “Os esportes estão abraçando a indústria da propaganda de uma nova maneira, o que reflete mudanças nos modelos dos direitos, divergindo da televisão linear tradicional”, disse Lewis Smithingham, vice-presidente-executivo de setores estratégicos da agência de marketing digital Media.Monks.

A holding publicitária Stagwell ergueu mais uma vez uma instalação na praia dedicada aos esportes, recebendo nomes como a grande estrela americana do futebol Megan Rapinoe; Travis Kelce, astro do time de futebol americano Kansas City Chiefs; a campeã da WNBA, Sue Bird, e o futuro membro do hall da fama da NBA, Carmelo Anthony. Os visitantes também receberam aulas de golfe, pickleball e escalada de parede.

A Fifa, entidade máxima do futebol, montou uma estrutura separada na praia, e a empresa de notícias on-line Axios e a de serviços de marketing Deep Blue Sports + Entertainment organizaram a “Casa dos Esportes das Mulheres” em uma luxuosa casa nas colinas.

A tocha olímpica atravessou as festividades da conferência na terça-feira, a caminho dos Jogos Olímpicos de Paris no mês que vem.

“As marcas estão realmente começando a reconhecer o poder de aproveitar momentos culturais de uma forma que nunca vimos antes”, disse Simon Cook, presidente-executivo da Lions, a entidade que organiza o Festival de Cannes.

As atividades do festival também foram repletas de aparições de um novo tipo de talento: os influenciadores digitais. Estrelas do TikTok como Alix Earle, Jake Shane e Tinx provocaram tanto burburinho quanto seus colegas de Hollywood e de esportes profissionais.

“No ano passado, para ser honesto, não esperávamos isso — todos esses criadores famosos estavam na cidade”, disse Cook. “Conseguimos conversar com alguns deles e perguntamos ‘por que você está aqui?’ Um deles respondeu: ‘Vamos à VidCon [uma conferência de criadores digitais] para ver nossos fãs. Viemos ao Cannes Lions para conhecer as marcas’.”

Cook disse que o festival introduziu um evento de três dias voltado para a economia criadora. “As marcas, as agências, as plataformas, o pessoal de tecnologia, todos foram muito positivos sobre isso, porque eles estão tentando descobrir exatamente qual é o seu papel nesse novo ecossistema em torno dos criadores”, disse ele.

(Tradução de Mario Zamarian)

Curta

Microsoft lidera de novo

A disputa entre Microsoft e Nvidia pela posição de empresa com maior valor de mercado dos Estados Unidos ganhou mais um capítulo nesta quinta-feira (20), com a companhia fundada por Bill Gates recuperando a liderança que foi tomada pela fabricante de chips na última terça-feira. Ontem, as ações da Microsoft recuaram 0,1%, a US$ 445,70, fazendo com que ela ficasse avaliada em US$ 3,313 trilhões. Já a Nvidia teve uma queda mais expressiva, de 3,5%, a US$ 130,78, fazendo com que a empresa valesse em US$ 3,217 trilhões. A Nvidia havia superado a Microsoft na terça-feira, quando o seu valor de mercado chegou a US$ 3,33 trilhões, ante os US$ 3,32 trilhões da criadora do Windows. Na quarta-feira (19) não houve negociações nos Estados Unidos por causa do feriado que celebra o fim da escravidão. Esses dias muitas vezes apresentam volume e volatilidade excepcionalmente elevados. Isso pode significar que a Nvidia enfrentará volatilidade.

Marketing Brasil acumula 90 prêmios no Cannes Lions: 2 Grand Prix, 14 ouros, 31 pratas e 43 bronzes

Campanha contra racismo leva Leão de Prata

Daniela Braun e Luana Dandara
De Cannes (França) e São Paulo

A categoria Luxury & Lifestyle estreou ontem (20) no Festival de Criatividade de Cannes com a premiação de um Leão de Prata para a campanha "Bolsa Antirracista", da agência Grey para a Universidade Zumbi dos Palmares.

O projeto, cujo objetivo é conscientizar sobre abordagens preconceituosas em estabelecimentos comerciais, criou uma bolsa com uma etiqueta com a Lei 14.532/2023. Essa lei trata sobre crimes de racismo e injúria racial. Um QR Code na bolsa direciona para um sistema onde é possível se fazer uma denúncia.

As vendas on-line do produto, que variam de R$ 150 a R$ 1.600, tem 10% do valor revertido para financiamento de projetos na universidade, como treinamentos antirracistas para empresas e cursos de formação de jovens periféricos em criação e marketing.

Segundo o diretor executivo de Criação da agência Grey, André Gola, o próximo passo do projeto é a venda da bolsa em grandes redes do varejo. "Começamos no segmento de luxo para criar um desejo, mas a ideia é democratizar. Através da tag, promovemos uma ferramenta que as pessoas muitas vezes desconhecem", afirmou. A categoria de luxo recebeu 188 inscrições e concedeu sete leões.

Ontem, o Brasil também conquistou 4 Leões de Ouro, 5 de Prata e 3 de Bronze em 4 das 7 categorias divulgadas. O país soma 90 prêmios no evento: 2 Grand Prix, 14 ouros, 31 pratas e 43 bronzes. O festival termina hoje (21).

Em Brand Experience, "Patrocínio Limpo", campanha da Consul pela agência DM9, ganhou seu terceiro Leão de Ouro. A equipe da agência já tinha subido ao palco do Cannes Lions para receber dois troféus de ouro e um de prata. "A campanha teve tanto sucesso que rapidamente lançamos a Cervejeira Consul Juventus. Esses Leões chegam para celebrar esse trabalho bem pensado, cheio de inspiração e criatividade", disse Bertha Fernandes, chefe da área de Marcas da Whirlpool, dona da Consul.

10%
do valor das vendas vai à universidade

A campanha "Rice of Glory" ganhou um Leão de Ouro em Brand Experience — é da agência Grey São Paulo, Equador e Argentina para Super Extra. Na mesma categoria, o Brasil conquistou seis prêmios. "The Heaviest Jersey", da Le Pub para a New Balance; "Reviews", da Africa Creative para a Heinz; e "Tá na Mão", da GUT para o Mercado Livre, ganharam um Leão de Prata cada. "Flying Guardians", da AlmapBBDO para Planet Labs e Greenpeace; "Placa Gandula", da GUT para o Mercado Livre; e "Grad in Black", da GUT para a Vult venceram um Leão de Bronze.

Em Creative Commerce, "Samsung Throwback Deals", da MRM para a Samsung, conquistou um Ouro, seu primeiro prêmio nesta edição do festival. "Audience Delivery", da DM9 para o iFood, projeto em que foram transmitidos os jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo no aplicativo da empresa de "delivery", também ganhou uma premiação dourada na categoria. A campanha já tinha ganho um Leão de Prata em Entertainment Lions for Sport e um de Bronze em Direct.

O case "Tá na Mão", da GUT para o Mercado Livre, ganhou um Leão de Prata em Creative Commerce. A peça já tinha vencido, ontem, um Grand Prix, um Leão de Prata e outro de Bronze em Media.

Na categoria Creative Effectiveness, a campanha "Bring Home the Bud" (Traga a Bud para casa), das agências Africa Creative e Wieden+Kennedy, ganhou um Leão de Prata para a cerveja Budweiser.

A imprensa não está morrendo, diz editora

De Cannes (França)

A presidente e editora chefe do jornal libanês "AnNahar", Nayla Tueni, defendeu a atuação da imprensa pela democracia, durante o festival de criatividade Cannes Lions 2024, em Cannes, na França.

"As pessoas dizem que a imprensa está morrendo, mas ela não está. Estamos aqui para ficar, para escrever sobre o presente e o futuro do nosso país, da região e do mundo", disse Tueni, nesta quinta-feira (20), ao lado do presidente do conselho da agência BBDO para a região do Oriente Médio e Norte da África, Dami Richa.

O jornal libanês, fundado em 1933 pelo bisavô de Tueni, é conhecido no mercado publicitário por implantar ideias ousadas na defesa da democracia. Em 2019, 2022 e 2023, recebeu três prêmios Grand Prix no Cannes Lions, a premiação máxima do festival, em parceria com a Impact BBDO, de Dubai.

"Proteger os jornalistas, incentivá-los a escrever, falar e a fazer vídeos é muito importante. Assim conseguimos empoderar as pessoas e permanecer fortes", disse Tueni. A jornalista e executiva, que também foi membro do parlamento libanês, sucedeu seu pai, Gebran Tueni, assassinado em 2005 por um carro-bomba em Beirute, capital do Líbano.

A criação de um "presidente" do Líbano feito com inteligência artificial (IA) foi a ação mais recente do "AnNahar", em uma crítica a um período de quase dois anos sem presidente após a saída de Michel Aoun, em novembro de 2022.

"Queríamos usar IA de uma boa forma, porque muitas pessoas estão criticando a IA por notícias falsas e informações falsas. E estamos, novamente, com outro problema para o Líbano, que é estar sem presidente", disse Dami Richa, sobre a campanha.

A ferramenta de IA, lançada em abril, foi modelada com conteúdo acumulado em 91 anos de história do jornal. "Foi um trabalho difícil de resgate de arquivos para treinar a IA", acrescentou Tueni. "Mas após mais de dois anos sem presidente decidimos criar a plataforma, com base no que foi escrito por nossos jornalistas e colunistas."

No ano passado, uma edição do "AnNahar" resgatou seis jornais libaneses que foram fechados devido a problemas econômicos e à perseguição do governo aos jornalistas no Líbano. A campanha "Newspaper inside the newspaper edition" ("Jornal dentro da edição do jornal", em tradução livre) conquistou a premiação do Cannes Lions 2023 na categoria Print & Publishing.

No festival de 2022, o jornal levou o Grand Prix após ter deixado de circular para doar o papel e a tinta com os quais imprimiria sua edição especial sobre eleições para a produção de cédulas de votação no Líbano.

O primeiro grande prêmio no Cannes Lions veio em 2019, quando o jornal circulou com oito páginas em branco, em outro período de instabilidade econômica e política, sem a figura do presidente. "Me lembro que a equipe da redação achou que o jornal iria fechar", recorda Tueni.

A campanha gerou grande repercussão ao incentivar a população a escrever suas opiniões sobre o governo nas páginas em branco e publicá-la em posts nas redes sociais. "Nós acreditamos em causas sociais. Não estamos somente preocupados com nosso nome e nossa marca", frisou a jornalista.

"Estou certo de que Gebran Tueni estaria orgulhoso do que você está fazendo pelo país", disse Dami Richa, durante o painel, ao apresentar as campanhas do "AnNahar". *(DB)*

REUTERS/MOHAMED AZAKIR

Nayla Tueni: "Não estamos preocupados só com nosso nome e nossa marca"

Esportivo Icônico mantém V8 e boa dirigibilidade, mas com novos itens de tecnologia

Ford Mustang chega aos 60 anos sem pensar em aposentadoria

André Paixão
Autoesporte

Reformas da previdência à parte, quem chega aos 60 anos já costuma estar pensando em aposentadoria. Definitivamente esse não é o caso do Ford Mustang, que acaba de completar seis décadas de vida no melhor estilo: com uma nova geração. A sétima acaba de desembarcar no Brasil em versão única, GT, por R$ 529 mil.

E falando em aposentadoria, essa é uma palavra proibida quando o assunto é motor V8. Afinal, a marca americana prometeu que, enquanto houver clientes interessados, vai manter o bom e velho Coyote 5.0 aspirado de oito cilindros. Mas dessa vez, ainda que a potência tenha aumentado ligeiramente para 488 cv, o foco na renovação do Mustang foi a tecnologia embarcada.

A lista de novidades é extensa, mas tenha paciência, você vai terminar de ler antes que o Mustang complete mais uma primavera. Para atrair quem ainda está longe da aposentadoria, há uma série de recursos high-tech. Começando pela enorme prancha que abriga duas telas. À esquerda, de 12,4 polegadas para o quadro de instrumentos. Ao lado, bestiais 13,2" de central multimídia. Nem mesmo quem já está com a vista cansada aos 60 anos poderá reclamar de números e letras pequenos.

A resolução é excelente e inclui alguns gracejos, como uma animação sempre que o modo de condução é alterado. O mais legal, na minha opinião, porém, é a possibilidade de alterar o quadro de instrumentos de cinco maneiras distintas. Sem querer exagerar na nostalgia, vale conferir o tema da geração Fox Body, vendida entre 1987 e 1993, com grafismos quadrados, bem ao estilo da época.

Na hora de acelerar, mudei o quadro de instrumentos para o modo pista e logo surgiram informações de rotação do motor e velocidade na tela à frente dos olhos. Ao lado, se o piloto quiser, ainda pode conferir na central a aceleração lateral, pressão do óleo do motor e voltagem da bateria.

DIVULGAÇÃO

Um dos destaques do novo Mustang é o cardápio de ajustes, que inclui a suspensão, os modos de condução, a direção e até o escapamento

Hora de sair dos boxes do Velocittà. Perdi as contas de quantas vezes estive na pista de pouco mais de três quilômetros no interior de São Paulo. Mas nunca tinha visto um layout tão travado como esse. Foram instaladas chicanes com cones em seis pontos do traçado, transformando curvas de média em exercícios de retomada e, claro, reduzindo a velocidade final. Mesmo assim, fiquei com a impressão de que os bancos oferecem pouco apoio lateral para o corpo. Essa, aliás, é a minha única grande queixa ao Mustang GT.

> Grade mais larga e faróis e lanternas com dança das luzes fazem do Mustang um carro moderno

Fora isso, estamos diante de um legítimo pony car americano, mas que aprendeu a fazer curvas. Para apoiar o esportivo de mais de 1.800 kg, a Ford adotou pneus Pirelli P-Zero de medidas diferentes em cada eixo. Na frente, 245 mm. Atrás, 275 mm. Nos dois casos, o perfil é 40 e as rodas de 19 polegadas.

Porém, além dos pneus, também é justo dizer que essa característica foi herdada da geração anterior. E falando em herança, o novo Mustang traz as mesmas barras estabilizadoras da versão Mach 1 anterior.

A suspensão MagneRide é adaptativa e usa um fluido viscoso magnético e sensores que fazem até mil leituras por segundo para ajustar instantaneamente o comportamento da suspensão. Ainda é possível ajustar os parâmetros em quatro diferentes mapas: normal, esportivo, pista e pista drag. Isso significa um carro mais estável e preciso nas pistas, mas minimamente confortável no uso cotidiano.

Certamente não será macio como o carro favorito dos aposentados, o Toyota Corolla. Mas ainda assim, é uma opção razoável para ir ao supermercado, por exemplo. Até porque o porta-malas de 382 litros nem é dos piores, para um carro esportivo.

Um dos pontos que mais me agradaram no novo Mustang é o vasto cardápio de ajustes. Além da suspensão, também é possível regular os modos de condução, direção e escapamento.

Se os motores de quatro e seis cilindros turbinados já conseguem desempenho melhor que os enormes V8, V10 e V12, o som deles nunca será o mesmo. E já que chegamos ao capítulo desempenho, o Mustang faz parte daquele seleto grupo de sessentões enxutos que disputam corridas de forma competitiva, não só pelo hobby.

Prova disso é que leva apenas 4,3 segundos para acelerar de 0 a 100 km/h. É exatamente a mesma marca da geração anterior, mas 0,6 s mais rápido que um Porsche 718 Cayman. O rival alemão parte de R$ 535 mil.

Olhando friamente para os números, pode parecer que a Ford se esforçou pouco para melhorar a performance do Mustang. Os 488 cv de potência e 57,5 kgfm de torque representam 5 cv e 0,8 kgfm a mais que o Mach 1 que se despediu das lojas. Entretanto, estamos falando de melhorias em um excelente carro esportivo.

O design também parece menos retrô e mais moderno. Grade mais larga, capô musculoso e faróis e lanternas com uma dança das luzes fazem do Mustang um carro moderno. No fim das contas, percebemos que a sétima geração trouxe o Mustang para 2024 em termos de tecnologia. Até mesmo a alavanca do freio de mão foi modernizada. Apesar de ainda estar ali, o acionamento do sistema agora é elétrico. Porém, se o motorista puxar a alavanca com força enquanto pilota, terá à disposição um carro de drift.

Frontier 2025 fica mais barata e traz mudanças na versão Attack

Júlia Maria Toledo
Autoesporte

A Nissan Frontier 2025 já está entre nós. E a nova linha da picape média chega com redução média de preço de quase 4% (agora parte de R$ 242.790) e com novidades apenas na versão Attack, que teve mexidas estéticas e uma redução de R$ 9 mil na tabela.

A configuração agora custa R$ 266.590 e as mudanças estão concentradas no visual. Os para-lamas dianteiro e traseiro, por exemplo, passam a ter molduras plásticas pretas para dar uma sensação maior de robustez (já que antes eram pintados na cor da carroceria). Já os para-choques também estão escurecidos e o dianteiro cria um efeito de fusão com a grade. Completam o design o santantônio, rodas e capa dos retrovisores também no tom preto.

O acabamento ainda traz novos adesivos na área do capô, portas e lateral da caçamba, toda a região do capô e no comprimento inferior das portas dianteiras e traseiras. Por fim, a base do volante agora possui aplique inspirado em uma edição especial de acabamento do SUV da marca, o Kicks X-Play.

Quanto ao conjunto mecânico, o 2.3 biturbo diesel (190 cv e 45,9 kgfm de torque) e o 2.3 turbodiesel (163 cv e 43,3 kgfm) continuam iguais. Todas as configurações são equipadas com transmissão automática de sete marchas. A exceção é a versão de entrada, com câmbio manual de seis velocidades.

A lista de itens da Attack inclui rodas de liga leve de 17 polegadas, câmera de ré, controle de velocidade de cruzeiro com comandos no volante, tração opcional acionada por botão, vidros elétricos, volante multifuncional com ajuste manual de altura, retrovisores com ajuste elétrico, acendimento inteligente dos faróis, controle automático de descida, assistência de frenagem, auxílio de partida em rampa e controle da pressão dos pneus.

DIVULGAÇÃO

Nova linha chega com redução média de preço de 4% (parte de R$ 242,8 mil)

A central multimídia é de 8" e compatível com as conexões Android Auto e Apple CarPlay. Em contrapartida, a configuração do Attack não oferece quadro de instrumentos digital, mas é multifuncional com 7". Além disso, o ar-condicionado não é digital e a versão não oferece alguns itens de conveniência, como teto solar, que é oferecido para as versões de topo Platinum e Pro-4X.

Nesse cenário, a Frontier Attack se posiciona de forma intermediária entre as versões da picape média.

Novo Nivus terá traços de Passat

Leonardo Felix
Autoesporte

O Volkswagen Nivus 2025 seguirá um caminho diferente do novo T-Cross em sua reestilização de meia vida, prevista para chegar no último trimestre deste ano. Enquanto o SUV convencional manteve o desenho de faróis e grade frontal, o irmão cupê terá atualizações visuais dianteiras pouco mais substanciais, com uma tomada de ar superior mais afilada e mudanças mais radicais no para-choque.

A grade frontal do Nivus 2025 deixará o formato hexagonal e passará a ser uma barra horizontal única, tal qual acontece com o sedã Virtus. A diferença entre os dois estará nas divisórias internas. Já o para-choque trará uma entrada de ar mais robusta em forma de trapézio, com divisórias horizontalmente filetadas nas versões "civis".

Contudo, tal qual a nova Volkswagen Passat Variant, o aplique não terá contornos em plástico fosco e será mais limpo do que o modelo atual. Além disso, haverá dois recortes verticais que operarão como falsas tomadas aerodinâmicas laterais para respiro dos freios. Já o desenho dos faróis continuará tal qual agora, por espelhos de LED.

Contudo, tal qual aconteceu com o novo T-Cross, o Nivus não terá faróis de neblina. O famoso conjunto triangular tripartido, estreado pelo próprio Nivus, adotado pelo Virtus e, possivelmente, presente até na nova Amarok, deixará de estar presentes no SUV cupê. Assim, todo o conjunto óptico dianteiro ficará concentrando nos faróis de LED.

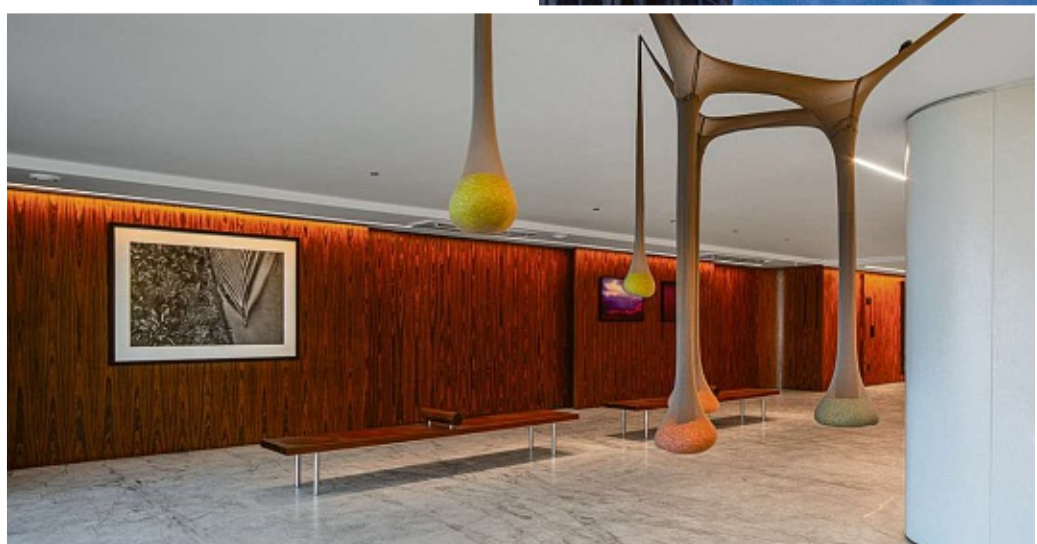
Na traseira, a única novidade deve ser o rearranjo interno das lanternas de LED, que devem passar a ser integradas aos moldes do que acontece com o Taigo, irmão europeu do Nivus. Podemos esperar por retoques no acabamento interno e novos jogos de roda, mas não por mudanças de trem de força.

O Nivus 2025 deve continuar a ser vendido nas versões Sense, Comfortline e Highline com o conjunto 200 TSI, formado pelo motor 1.0 turbo flex três-cilindros, 12V de injeção direta e pelo câmbio automático de seis marchas da Aisin. São 116 cv de potência com gasolina e 128 cv com etanol, sendo 20,4 kgfm de torque com qualquer combustível.

Entretanto, a grande expectativa para a linha 2025 do Volkswagen Nivus é a aguardada estreia da versão esportiva GTS, com motor 250 TSI 1.4 turbo flex de 150 cv e 25,5 kgfm, também automática de seis marchas. Protótipos dela já chegaram a ser montados pela fabricante e devem ter soluções visuais distintas, como um para-choque mais aberto e com divisórias estilo colmeia.

> **116 cv**
> de potência com o uso de gasolina

ESPECIAL PUBLICITÁRIO PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

Imóveis de Valor

FOTOS DE GAFISA/DIVULGAÇÃO

Galeria no lobby do Tom, no Leblon (detalhe), em sinergia com a fachada escultural do prédio: exemplo de uso da arte pelo mercado imobiliário como elemento de conexão e diálogo com o cliente de alta renda

Incorporadoras investem em eventos, galerias e instalações artísticas para criar diálogo e fidelizar clientes de alta renda

A arte como estratégia no alto padrão

Hall de entrada que é uma autêntica galeria de arte, empena lateral transformada em painel e oferecida como gentileza urbana, canteiros de obra que recebem eventos e instalações artísticas... A arte entrou de vez nas estratégias comerciais e institucionais das incorporadoras de alto padrão, acelerando as vendas e agregando valor às marcas.

No Rio de Janeiro, o ultraluxuoso Tom Delfim Moreira, da Gafisa, com apenas seis apartamentos, acabou de ser entregue na orla do Leblon com uma galeria de arte no térreo. No total, são sete obras expostas em uma mostra permanente e privativa, com peças assinadas por Ernesto Neto, Vik Muniz, Irmãos Campana, Sebastião Salgado, Sônia Gomes, Claudia Andujar e Iole de Freitas.

"Optamos por criar um espaço com arte por seu valor intangível e pela sintonia com a fachada, que tem um traço mais escultural, desenvolvida pelo escritório norte-americano Gensler", afirma o vice-presidente de Negócios da Gafisa, Luis Fernando Ortiz. A curadoria é da Viva Projects.

Para o executivo, o impacto criado nos compradores foi muito maior e mais positivo do que qualquer revestimento nobre que pudesse estar ali. "É muito difícil surpreender um cliente de luxo, e a arte auxilia nesse sentido, estabelecendo um diálogo diferente a partir do conteúdo que oferece", diz Ortiz.

A estratégia da Gafisa incluiu uma revista sobre o projeto, exposição "petit comitê" no lançamento, estande-butique de vendas e, por fim, um vernissage exclusivo no espaço apenas para moradores.

Em São Paulo, a Marquise Incorporações lançou nos Jardins o edifício 319 Padre João Manuel, que contará com um painel do Estúdio Campana em uma das empenas. Como o prédio não terá muros, a obra de arte poderá ser vista e apreciada da rua.

"Colocamos na parte externa para que todas as pessoas possam ter acesso. É uma gentileza urbana para agregar valor à companhia, não apenas para estimular as vendas", conta o gerente de Marketing da Marquise Incorporações na capital paulista, Rodrigo Souza.

O projeto é da aflalo/gasperini arquitetos, com interiores de João Armentano e paisagismo de Benedito Abbud. No estande de vendas, a incorporadora instalou a obra "Pele", também dos irmãos Campana, como um aperitivo do que será entregue em janeiro de 2026.

Em Curitiba (PR), quem adota a estratégia é a MDGP.

MDGP/DIVULGAÇÃO

Hall do Edifício Átman, em Curitiba, com painel de Burle Marx

SILAS JUNIOR/DIVULGAÇÃO

Obra "Pele", do Estúdio Campana, no estande de vendas do Edifício 319 Padre João Manuel, nos Jardins

A incorporadora-butique já tem dois empreendimentos entregues com painéis internos criados pelo escritório Burle Marx. Agora, prepara-se para trazer a primeira obra do Estúdio Campana para a capital paranaense.

"Será uma escultura metálica imponente, com pedras de rio suspensas, colocada bem na fachada do Edifício Amira Cabral, que será entregue em 2026", conta a coordenadora de Marketing da companhia, Larissa Marinero. "A ideia é que as pessoas possam tocar e interagir com a obra. Queremos tornar esse prédio uma referência de arte na cidade", antecipa.

EVENTOS NA OBRA

Quem também tem apostado em arte é a Helbor Empreendimentos S/A. Desde 2023, a empresa tem promovido o evento Real Estate of Art: uma exposição realizada nos canteiros de obra. Em abril passado, cerca de 400 pessoas visitaram a mostra nas duas noites da ação.

HELBOR/DIVULGAÇÃO

A escultura "Trama", do artista plástico Vigas, exposta no prédio em construção no Itaim

"É uma maneira de nos aproximar dos nossos clientes que vai além do morar, oferecendo uma forma mais lúdica de explorar a obra do prédio em si", explica a diretora de Marketing da Helbor, Fabiana Lex. "Enquanto olhavam as instalações de arte, eles foram descobrindo as dimensões da sala e a vista da varanda", diz.

Para ela, a inclusão da arte na estratégia da companhia tem ajudado no posicionamento da marca. "Recebemos muitos apreciadores de arte nos eventos. São formadores de opinião de fora do mercado imobiliário, e isso agrega valor, além de ajudar a atrair novos clientes."

Na região central de São Paulo, o apelo da arte tem acelerado as vendas dos prédios da incorporadora Somauma. Nos últimos três anos, a empresa disponibilizou os edifícios Virgínia e Misericórdia — que passam por obras de retrofit — para receber instalações artísticas durante a agenda da Design Week.

"No Virgínia, foram 15 mil pessoas nas edições de 2022 e 2023. Já o Misericórdia atraiu esse público apenas na ativação que fizemos em abril deste ano", conta o sócio e diretor de Desenvolvimento da Somauma, Marcelo Falcão.

Como resultado, o Virgínia — que tem térreo com loja de arte e design, cervejaria artesanal e espaço cultural — chegou a 70% das unidades vendidas em 45 dias depois do lançamento, em janeiro. Já no projeto do Largo da Misericórdia, no Centro Histórico, a lista de pessoas interessadas e cadastradas depois do evento é maior do que o número de apartamentos disponíveis.

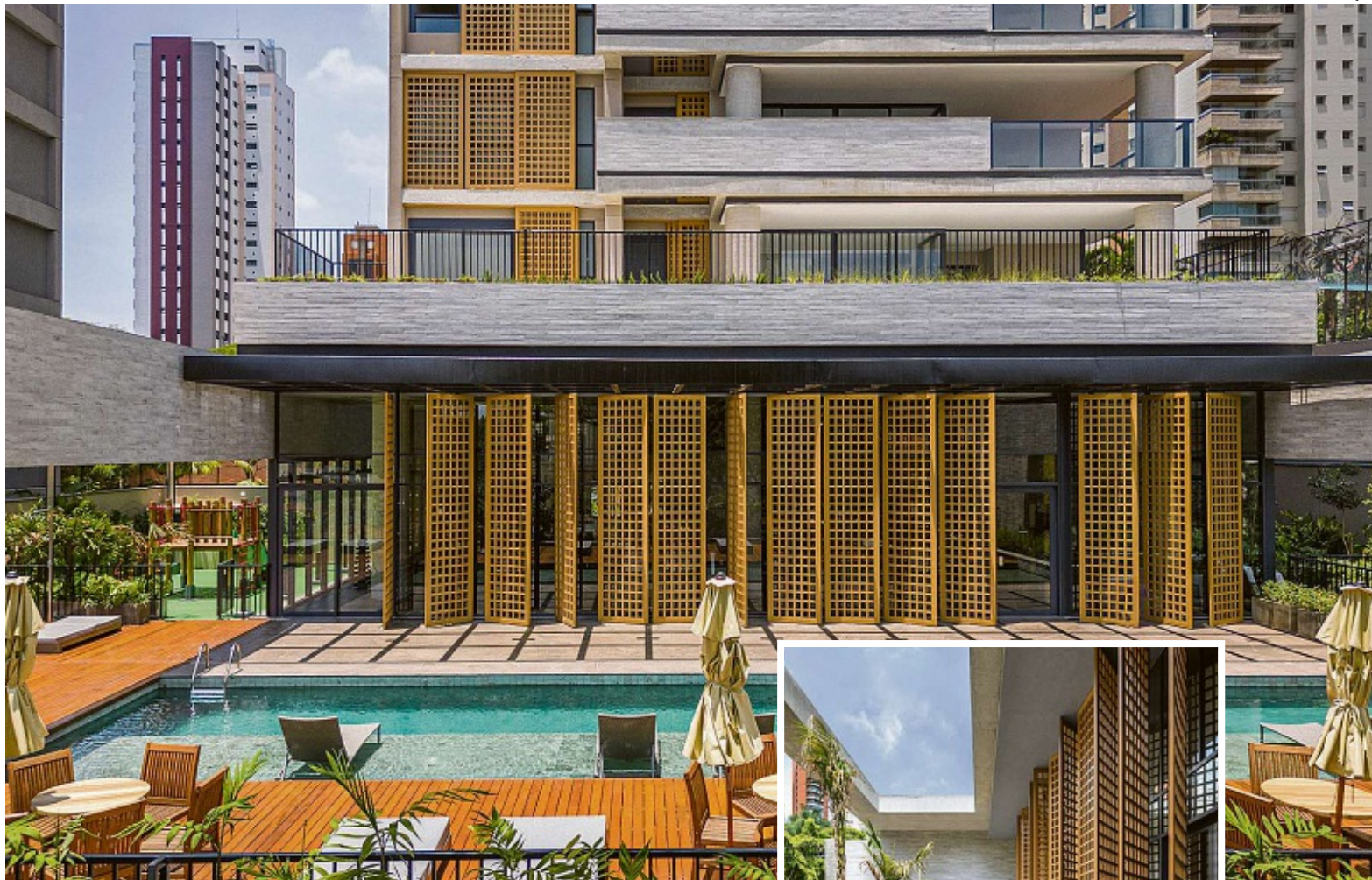
INÊS 249

CASA e JARDIM Sua casa linda do seu jeito. revistacasaejardim.globo.com

FOTOS DE PEDRO MASCARO/DIVULGAÇÃO

No alto: a madeira está presente nas esquadrias, nos painéis, nos pergolados e no deque da piscina

Ao lado: com 24 pavimentos e três subsolos, o edifício tem duas fachadas ativas, nas quais os painéis de muxarabi, com sete metros de altura, destacam-se

Abaixo: o térreo abriga os espaços comuns do L Klabin

Solução arquitetônica sustentável valoriza estética do empreendimento, filtra o calor e reduz o uso de ar-condicionado

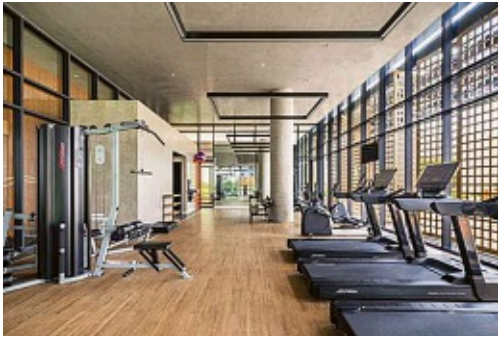
Painéis de muxarabi se destacam em fachada dinâmica de edifício em SP

ANA SACHS

Um prédio residencial na Chácara Klabin, em São Paulo, ganhou grandes painéis de muxarabi na fachada, que se destacam na paisagem paulistana.

O dinamismo desse tipo de solução cria uma arquitetura móvel, além de oferecer uma solução diferenciada, que filtra a entrada de luz solar, enquanto mantém a luminosidade e a ventilação internas. Sustentáveis, eles tornam a construção menos dependente de ar-condicionado.

Nos 24 andares de apartamentos, os painéis aparecem em estruturas deslizantes e, no térreo, eles têm sete metros de altura e são pivotantes. Segundo o escritório Perkins&Will, que idealizou o projeto, a solução foi fixada em estruturas de metal e concreto com regulagem telescópica, permitindo que as movimentações estruturais e as variações térmicas não prejudiquem seu funcionamento ao longo do tempo. Eles também são feitos de alumínio, que exige baixa manutenção.

O L do nome faz referência aos 50 anos da Chácara Klabin, bairro onde fica o edifício

Painéis de muxarabi e concreto marcam até a academia

O projeto residencial da Incorporadora Paes & Gregori foi intitulado L Klabin, em homenagem ao bairro onde está localizado. Em algarismos romanos, o L representa o número 50 e faz referência à idade do bairro, além de fazer alusão ao desenho dos terraços das unidades, que foram idealizados em formato de L.

Uma das exigências do projeto era a compensação de plantio e manutenção de áreas permeáveis e vegetações nativas na construção do empreendimento, que está localizado em uma área arborizada da capital paulista. Para atender à legislação, os subsolos tiveram que ser reduzidos em tamanho, resultando em três andares de vagas de estacionamento e áreas técnicas.

O edifício tem duas fachadas: uma na Rua Luís Molina e outra na Rua Pedro Pomponazzi. O térreo de pé-direito alto abriga as áreas comuns do empreendimento, incluindo portaria, concierge, espaço de coworking, academia, spa, playground, piscina e salão de festas.

São 38 apartamentos de cerca de 193 metros quadrados, além de duas unidades garden e dois duplex. O empreendimento oferece plantas flexíveis, com paredes sem relação com a estrutura do edifício, que podem ser personalizadas conforme o gosto dos moradores. Para tanto, as prumadas foram posicionadas em locais estratégicos, que permitem modificar o layout interno quando necessário.

Na parte arquitetônica, o principal elemento do projeto é o concreto aparente, que compõe com o vidro transparente e a madeira em variados tons, presente em esquadrias, painéis e pergolados.

O projeto de iluminação foi pensado para realçar as texturas do concreto, os elementos de arquitetura e a vegetação ao redor do edifício.

Acima: o principal elemento do projeto é o concreto aparente, que demandou uma ampla pesquisa

À direita: o concreto aparente dialoga com acabamentos em madeira de tons variados

Por dentro do mercado

KATHRIN ZIEGLER/GETTY IMAGES

MERCADO GLOBAL DE BEM-ESTAR: US$ 5,6 TRI ENTRE 2020 E 2022

O estudo "A Economia Global do Bem-Estar: Brasil", da Global Wellness Institute (GWI), patrocinado pela AG7 (incorporadora de "wellness building" focada em alto luxo), mostra que esse mercado movimentou cerca de US$ 5,6 trilhões entre 2020 e 2022 — quase US$ 400 bilhões referentes ao setor imobiliário. A pesquisa envolveu mais de dez segmentos, como Alimentação Saudável, Atividade Física e Turismo de Bem-Estar. O Brasil lidera o setor na América Latina.

EZTEC/DIVULGAÇÃO

EZTEC E LINDENBERG LANÇAM ESTÚDIOS NO BROOKLIN

Com VGV de R$ 67,5 milhões, o Brooklin Studios by Lindenberg terá unidades para locação "short stay", apartamentos residenciais e três lojas no térreo. O projeto é da LE Arquitetos, com interiores de Carlos Rossi e paisagismo de Benedito Abbud. Entre os "amenities", coworking, espaço fitness, lavanderia e menu de serviços pagos.

FORMA/DIVULGAÇÃO

HISTÓRIA DA FORMA É TEMA DE EXPOSIÇÃO NA GALERIA TEO

Acontece até o dia 16 de agosto, na Galeria Teo, em São Paulo, a exposição "Dar Forma à Forma", sobre os 60 anos de história da icônica empresa de móveis fundada em 1955. No total, serão expostas 160 peças do design moderno nacional e internacional, assinadas por nomes como Florence Knoll, Harry Bertoia e Le Corbusier.

G.LAB É O ESTÚDIO DE BRANDED CONTENT DA EDITORA GLOBO, ESPECIALIZADO EM SOLUÇÕES DE CONTEÚDO PARA MARCAS

CONTATO COMERCIAL SP:
João Meyer — jomeyer@edglobo.com.br
CONTATO COMERCIAL RJ:
Marcelo Lima — mlima@oglobo.com.br
DEMAIS REGIÕES:
ana.lima@edglobo.com.br

SUGESTÕES DE PAUTA:
imoveisdevalor.glab@edglobo.com.br

Ônibus Novo ciclo, para o período de 2025 a 2028, contempla o desenvolvimento de modelos elétricos

Scania anuncia investimento de R$ 2 bilhões

Marli Olmos
De São Paulo

A onda de anúncios de novos investimentos na indústria automobilística continua e ganha, agora, o reforço do segmento de veículos comerciais. A Scania anuncia, nesta sexta-feira (21), detalhes de seu novo ciclo, de R$ 2 bilhões, para o período de 2025 a 2028. A empresa sueca é a primeira fabricante de caminhões e ônibus a juntar-se ao movimento iniciado pelas montadoras de automóveis e segue na direção da eletrificação. Boa parte do novo aporte será destinado à produção de ônibus elétricos.

Os anúncios de novos investimentos em toda a indústria automobilística somam agora R$ 126,1 bilhões na década . O valor inclui os planos dos fabricantes de automóveis, que chegam a R$ 115,5 bilhões, mais R$ 8,6 bilhões de programas mais antigos da indústria de caminhões e ônibus, já esgotados ou prestes a se esgotarem, e, agora, o novo ciclo da Scania.

Com o último programa de investimentos, de R$ 1,4 bilhão, que se encerra neste ano, a Scania preparou a fábrica de São Bernardo do Campo (SP) para produzir a nova geração de caminhões com motores movidos a gás, biodiesel e biometano. E ainda começou a preparar-se para a era da eletrificação, segundo o presidente da área industrial da Scania na América Latina, Christopher Podgorski. "O inimigo comum é o carbono", diz.

DIVULGAÇÃO

Podgorski: "Trabalhamos utilizando 80% da capacidade; se a demanda cai no Brasil exportamos e vice-versa"

Segundo ele, o ônibus 100% elétrico e para uso urbano que a empresa fabricará no Brasil será igual ao que existe na Europa. Algumas unidades começaram a ser importadas para que todos os envolvidos no desenvolvimento da versão nacional conheçam o produto.

A estratégia de produzir os mesmos produtos em qualquer fábrica da companhia ajuda a fábrica brasileira a se tornar um centro exportador. Praticamente a metade do que é produzido na unidade, entre veículos, componentes e motores, é exportada. "Trabalhamos sempre utilizando 80% da capacidade; se a demanda cai no Brasil exportamos e vice-versa", afirma Podgorski.

Caminhões 100% elétricos já são usados no segmento de entregas urbanas e curtas distâncias. Mas, nos pesados, especialidade da Scania, a eletrificação se torna alternativa mais complexa em razão, diz Podgorski, da "infraestrutura de carregamento incipiente". Mesmo assim, a opção de usar a eletrificação em caminhões está em discussão na Scania. "O caminhão estará contemplado nessa tecnologia; mas não sabemos quando", destaca.

Segundo o executivo, ônibus a combustão e elétricos compartilharão a mesma linha de produção. A participação dos modelos elétricos vai depender da demanda. Podgorski aposta, no entanto, que as contas dos gastos operacionais vão mostrar que a economia obtida com o uso sempre dará vantagem ao elétrico mesmo que o preço inicial seja mais elevado.

A fábrica brasileira será a terceira unidade global da Scania a produzir elétricos. Trata-se de uma operação importante para a companhia. É a maior fora da Suécia e o mercado brasileiro é, para a companhia, o maior do mundo. Total de 5,2 mil funcionários trabalham na fábrica inaugurada há 66 anos.

O cenário econômico costuma ser um dos pontos avaliados pela matriz, segundo Podgorski, antes de qualquer investimento. "Custo de produção e volumes de mercado são levados em conta. E para alcançar os volumes é preciso previsibilidade", destaca.

"Temos um cenário de volatilidade econômica e política por um lado, mas, por outro, vamos ter a segunda safra recorde e outros setores que precisam de expansão ou renovação da frota."

Outra montadora de veículos comerciais, a Iveco, também anunciará investimentos voltados à eletrificação nesta sexta-feira. Total de R$ 100 milhões vai contemplar o desenvolvimento e venda de elétricos até 2026. Parte desses recursos integra o plano de R$ 1 bilhão, anunciado para o período de 2022 a 2025.

A Iveco já começa a vender o eDaily, versão elétrica do Daily, veículo urbano de transporte de carga. Segundo Marcio Querichelli, presidente da Iveco, o aporte abrange importação de componentes, testes, treinamento da rede, adaptação ao mercado e serviços de pós-venda.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, estará na fábrica da Scania nesta sexta-feira para conhecer detalhes do investimento.

O programa federal Mover, que Alckmin aponta como motivo desse e dos demais investimentos na indústria automobilística, foi, de fato, levado em conta na decisão do novo plano, segundo Podgorski. "O Mover captou bem as demandas para ajudar a indústria a ter uma orientação estratégica rumo à descarbonização sem priorizar uma única tecnologia", afirma.

Para entrar em vigor, o Mover depende ainda de sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na reunião com Alckmin, Podgorski fará um único pedido: que o vice ajude a convencer o presidente a sancionar o programa "do jeito que está".

Ala do governo propõe elevar 'prêmio' pago pelos agricultores no Proagro

Políticas

Rafael Walendorff
De Brasília

De olho nos custos elevados do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) nos últimos anos e nos riscos para os cofres da União, alas do Executivo ligadas à área fiscal propõem elevar as alíquotas dos adicionais, espécie de prêmio pago pelos agricultores familiares na contratação da cobertura do seguro público, nas regiões que registraram alta sinistralidade recentemente.

A ideia é que o cálculo para a cobrança das taxas considere o histórico de perdas por municípios ou microrregiões e por produtos. Atualmente, elas são definidas nacionalmente apenas por culturas.

A medida seria mais uma forma de tentar coibir possíveis "fraudes" na declaração de prejuízos nas lavouras nas regiões com níveis de acionamento do Proagro fora do normal, diminuir a exposição aos riscos moral e fiscal do programa e focar melhor os subsídios da política, problemas identificados em relatório recente do Tribunal de Contas da União (TCU).

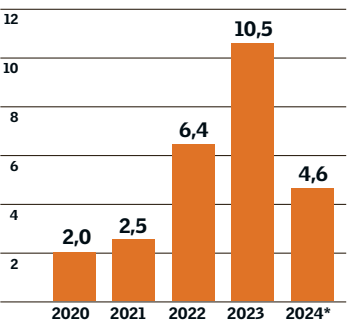
A cobrança do adicional gera arrecadação à União para cobrir parte dos gastos do Proagro, que tem sido deficitário nos últimos anos, na esteira dos impactos das adversidades climáticas no campo. Em 2023, foram arrecadados R$ 1,9 bilhão e desembolsados mais de R$ 10,5 bilhões com indenizações. O programa garante o pagamento de financiamentos rurais de custeio agrícola quando a lavoura amparada tiver a receita reduzida por causa de eventos climáticos ou pragas e doenças.

Após a ponderação de ministros e técnicos da área agrícola do governo, que viam as sugestões iniciais como "elevadíssimas" e capazes de inviabilizar o acesso ao crédito pela agricultura familiar em alguns casos, as taxas não devem superar 14% para o Proagro Mais, modalidade que atende agricultores de menor porte, nos municípios e culturas de maior risco, disse uma fonte. A alíquota média proposta seria em torno de 8% a 9%.

Na safra atual, os índices variaram de 2% a 11,9% no Proagro Mais e de 4% a 15,9% no Proagro Tradicional. O governo ainda busca um entendimento para a definição das alíquotas, que valerão a partir de 1º de julho para a safra 2024/25 e serão votadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no dia 26.

"Isso poderia inviabilizar o Pronaf nessas regiões", afirmou uma fonte graduada a par do assunto em Brasília. Para um especialista em agricultura familiar, a medida pode "minar" o Proagro. "Há municípios com perdas elevadíssimas, mas é preciso criar alternativas. Apenas aumentar o custo vai excluir produtores. O ideal é que as alíquotas fossem individualizadas, por produtor", defendeu.

Gastos do Proagro
Em R$ bilhões

Ano	R$ bilhões
2020	2,0
2021	2,5
2022	6,4
2023	10,5
2024*	4,6

Fonte: Banco Central (*até junho)

Municípios que tiveram mais perdas nas últimas cinco safras pagariam mais caro para aderir ao programa, como alguns do noroeste do Rio Grande do Sul e do sudoeste do Paraná. As alíquotas foram sugeridas após cálculos atuariais feitos pelo Banco Central para medir o risco municipal com base na sinistralidade desde 2019.

Esses municípios entraram no radar do governo após o TCU recomendar alterações nas regras devido aos elevados custos da política nos últimos anos e suspeitas de irregularidades na comprovação de perdas pelos peritos.

Em audiência pública da Câmara dos Deputados semana passada, o chefe do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop) do BC, Cláudio Filgueiras, disse que as novas alíquotas "vão demonstrar que existem cidades em que o risco é muito pequeno e deveriam pagar menos, mas como existem cidades em que o risco é muito maior, as de risco menor pagam pelas de maior risco".

A intenção é dar publicidade ao risco de cada cultura em cada município. "Isso vai estar [exposto] para a sociedade. O controle social e a transparência das informações são o melhor instrumento para que uma política pública seja adequada, se desenvolva e atenda a todos", disse, sem comentar propostas específicas de mudança das taxas.

Para este ano, o BC estima gastos de até R$ 15,8 bilhões com o Proagro, segundo apresentação de Filgueiras. Até agora, já são mais de 150 mil operações enquadradas, com valor em risco de R$ 14 bilhões. Já foram desembolsados R$ 4,6 bilhões em coberturas e outros R$ 1,8 bilhão serão pagos nos próximos 60 dias, segundo dados apresentados na Embrapa nesta semana.

Em abril, o governo alterou regras para o enquadramento de produtores baseado na receita anual (saindo de R$ 335 mil para R$ 270 mil), limitou os valores de indenizações por faixa de risco e reduziu de R$ 40 mil para R$ 9 mil o teto da garantia de renda mínima para beneficiários do Proagro.

Também está em estudo no governo a criação de um sistema de bloqueio do orçamento do Proagro para evitar gastos não programados no caixa quando o recurso previsto já estiver esgotado. Como a despesa é obrigatória, o não pagamento configura crime. Procurado, o BC não quis comentar.

Câmbio muda o ritmo de vendas de soja no Brasil e na Argentina

Grãos

Paulo Santos e Cibelle Bouças
De São Paulo e Belo Horizonte

A alta de 3,51% do dólar em junho até o dia 20 impulsionou os preços da soja no mercado brasileiro este mês, embora a cotação na bolsa de Chicago tenha caído 5,3% no período, segundo o **Valor Data**. O movimento local estimulou as vendas da oleaginosa.

Na Argentina, a expectativa de uma nova desvalorização do peso tem feito os produtores segurarem as vendas. Analistas dizem que o efeito do câmbio nas cotações domésticas da soja será de curto prazo e mantém expectativa de queda nos preços internacionais, com o avanço da safra nos Estados Unidos.

Na Argentina, as vendas de grãos caíram 37% em maio em comparação a igual mês de 2023, para US$ 2,6 bilhões, segundo a Câmara da Indústria de Óleos da República Argentina e Centro de Exportadores de Cereais. A Bolsa de Cereais de Buenos Aires informou que 26,7 milhões de toneladas de soja da produção de 50 milhões de toneladas da safra 2023/24 ainda não foram vendidas. E falta vender 29 milhões de toneladas de milho de uma safra de 47,5 milhões de toneladas.

Samuel Isaak, analista de agronegócios da XP Investimentos, afirma que os produtores brasileiros e argentinos têm motivações diferentes. Os argentinos esperam uma desvalorização do peso em relação ao dólar. Os brasileiros, que seguram as vendas do milho, esperam uma reação nos preços internacionais. Ele também afirma que a melhora em reais da soja não está ancorada no cenário internacional. "A visão de longo prazo é que os preços da soja vão refletir a safra americana", diz.

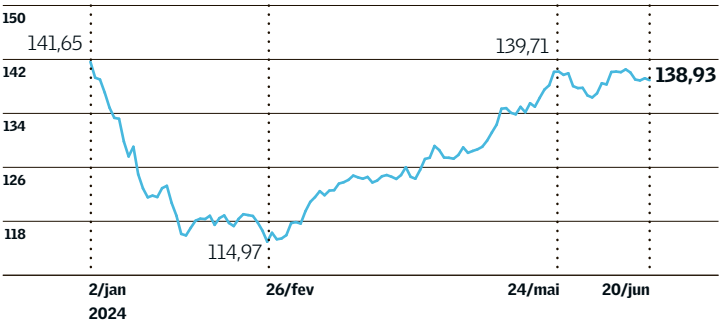
"Neste momento, o produtor que tem milho não quer vender, esperando uma melhora de preços. Então o foco das negociações recai sobre a soja. Em Mato Grosso, onde a comercialização avançou bem, temos esse quadro de restrição de oferta. Isso levou os preços a R$ 120 a saca, maior valor do ano", acrescenta Ale Delara, sócio da Pine Agronegócios. Ele acredita que há espaço para o grão se manter em alta no mercado brasileiro "pela restrição de oferta que há mercado, que está em entressafra".

No Brasil, a alta do dólar fez o preço médio da soja subir no porto de Paranaguá (PR) de R$ 138 a saca no fim de maio, para R$ 140 no dia 18, com pico de R$ 142 em alguns dias do mês, segundo Luiz Fernando Roque, analista da Safras & Mercado.

"O preço vem se sustentando na alta do câmbio. Os prêmios [de exportação] estão firmes, mas não fosse o dólar teríamos cotações mais baixas, uma vez que Chicago tem movimento fraco neste momento", diz Roque.

Segundo a Safras, até 10 de junho, a comercialização atingiu 64,6% da produção. Apesar do avanço nas últimas semanas, as vendas estão aquém da média histórica de 70,1%.

Fabio Silveira, sócio diretor da MacroSector, considera a estratégia de segurar produtos arriscada. "O estoque global [de soja] aumentou 25 milhões de toneladas em duas safras. Não dá para ter uma política de retenção de produto eficaz por muito tempo", diz.

Evolução da soja no porto de Paranaguá
Indicador Esalq/BM&FBovespa - R$ por saca de 60 quilos

Fonte: CEPEA. Elaboração: Valor Data

Mapfre e BBM fazem parceria em seguro rural

Nayara Figueiredo
De São Paulo

A seguradora Mapfre e a Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM) acabam de fechar uma parceria para fornecimento de seguro rural, com o objetivo de ampliar a capilaridade de atuação das companhias e oferecer consultorias que facilitem o acesso. A BBM atua nesse mercado desde 2020, ano em que lançou a plataforma BolsaAgro Seguros, operacionalizada pela corretora AgroSeguros. Agora, a BBM poderá fornecer também o pacote da Mapfre.

Tradicionalmente, os agricultores da Região Sul são os principais contratantes de seguro rural, mas também são os que mais costumam utilizar as indenizações. A Mapfre e a BBM querem mudar um pouco esse quadro, e buscarão mais adesão de produtores de soja, milho e café nas demais regiões.

"À medida em que aumentamos a oferta de seguro nessas áreas, recebemos informações desses produtores e entendemos as demandas, para encontrar o preço ideal para a apólice", disse Jonson Souza, diretor territorial da Mapfre.

Segundo Cesar Costa, diretor-geral da BBM, a baixa adesão ao seguro rural no Sudeste, Centro-Oeste e Matopiba — confluência entre Maranhão, Tocantins, Piauí e oeste da Bahia — pode estar relacionada à falta de informação no campo.

"Às vezes, o produtor não sabe exatamente quais são os subsídios que ele pode ter. O papel de cada um nessa aliança é muito importante. Não é só preço, mas dar uma consultoria ao produtor", disse.

Nos últimos anos, a área coberta por seguro rural caiu no Brasil, deixando a maior parte da produção agropecuária sujeita aos riscos climáticos. Dados compilados pela consultoria Agroícone mostram que a área segurada no país caiu 52,86% em três anos, e terminou 2023 em 6,25 milhões de hectares. Em 2020, eram 13,26 milhões.

Outro fator determinante para a contratação de seguro rural no Brasil é a subvenção do governo federal. O orçamento para subsidiar o prêmio sofreu cortes neste ano e ficou em R$ 947,5 milhões.

Para a safra 2024/25, a expectativa do setor e do Ministério da Agricultura é que haja um fortalecimento no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), com orçamento maior.

INÊS 249

INÊS 249

Agronegócios

Por

Estratégia Gigante de petróleo assume 100% do negócio brasileiro de cana e paralisa investimentos em bioquerosene de aviação nos Estados Unidos e na Alemanha

BP compra fatia da Bunge em negócio de cana e prioriza Brasil em biocombustível

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A petrolífera britânica BP decidiu priorizar o Brasil em sua aposta em biocombustíveis como uma das vias de transição energética, ao acertar ontem a compra dos 50% de participação que a Bunge detinha na joint venture criada pelas duas empresas em 2019, a sucroalcooleira BP Bunge Bioenergia.

Em paralelo, suspendeu o desenvolvimento de duas plantas de bioquerosene de aviação (SAF), uma nos Estados Unidos e outra na Alemanha, e vai avaliar a continuidade de outros três projetos do combustível renovável, duas na Europa e uma na Austrália.

Foi uma escolha "difícil", afirmou ao **Valor** Nigel Dunn, vice-presidente sênior de biocombustíveis da BP. A decisão foi pautada pelo ganho econômico de cada negócio. Segundo Dunn, o retorno da operação de cana é "extremamente atrativo", enquanto os estimados para as plantas de SAF nos Estados Unidos e na Alemanha não eram tanto assim.

A incorporação do negócio de cana à BP encaixa-se na meta da petrolífera de obter de sua atuação com bioenergia um retorno de mais de 15% e um lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de US$ 2 bilhões até 2025. Desde a safra 2020/21, a BP Bunge Bioenergia passou a dar lucro, e nas duas temporadas seguintes, as sócias receberam R$ 495 milhões em dividendos cada.

A BP deve pagar à Bunge um valor entre US$ 700 milhões e US$ 800 milhões — a BP não divulgou quanto será transferido, mas a trading americana informou que espera receber, líquido, em torno de US$ 800 milhões quando a operação for concluída. Além do pagamento pelas ações da Bunge, a BP também vai assumir a parte da dívida correspondente à sócia, o que resulta em uma transação de US$ 1,4 bilhão. Atualmente, a joint venture tem US$ 500 milhões em dívida líquida e US$ 700 milhões em obrigações de arrendamento.

Com a saída da Bunge do negócio, a BP pretende acelerar alguns planos de investimento para aumentar sua eficiência e diversificar suas operações. Segundo Dunn, em até dois anos, o plano é colocar sua capacidade global de trading de combustíveis à disposição da operação no país.

No médio prazo (em até cinco anos), o plano é investir em retirada de gargalos industriais e erguer plantas de biogás. A gestão atual já começou a avaliar esses projetos e sua engenharia.

Esses aportes devem ter prioridade em relação aos investimentos para preencher a capacidade instalada. Das 32 milhões de toneladas de cana de capacidade de moagem nas 11 usinas da empresa, a joint venture processou 28,7 milhões de toneladas no ciclo passado, ou 4% da moagem do Centro-Sul, e espera moer 29,3 milhões de toneladas neste ciclo (2024/25).

Para daqui cinco anos em diante, os planos são mais ambiciosos. A ideia da BP é apostar no Brasil em capacidade de produção de SAF a partir de etanol — tecnologia conhecida como ATJ (alcohol-to-jet).

Para os projetos de médio prazo, Dunn avalia que o negócio poderá se financiar por conta própria. Já para um projeto em ATJ, o executivo admite que a BP poderá fazer aportes próprios.

"Esses projetos são de centenas de milhões de [dólares] investimento. Precisaria de um investimento de capital da BP. Mas temos como estratégia da BP de financiar a transição e a bioenergia. Queremos deixar de ser uma companhia internacional de petróleo para ser uma companhia integrada de energia", afirmou.

Segundo Dunn, a BP mantém sua visão de que faz mais sentido construir indústrias de SAF perto de onde há demanda, como hoje na Europa e nos Estados Unidos, que têm políticas de mandatos de mistura do bioquerosene ao querosene fóssil para os aviões.

No Brasil, o projeto de lei Combustível do Futuro, em discussão no Congresso, pode dar mais um incentivo aos planos da BP. "Se tiver um mandato aqui, vai ser mais atrativo. Os mandatos nos dão confiança de que a demanda estará lá", disse. Além disso, o país pode ter o diferencial de possuir uma oferta de SAF a partir de etanol, que tem menor pegada de carbono que outras matérias-primas, observou. Sem mandatos, o SAF não consegue concorrer hoje livremente com o querosene de aviação por ser três vezes mais caro.

O avanço da BP no setor sucroalcooleiro do Brasil marca não só a saída definitiva das grandes tradings do segmento — a Bunge foi a última das "ABCD" a vender seus ativos no ramo — como marca o aumento da participação na área das petrolíferas, que buscam fugir da pecha de causadoras do aquecimento global. A anglo-holandesa Shell tem 50% da Raízen, a maior do setor, que moeu 84 milhões de toneladas de cana na safra passada.

Além disso, o fundo árabe Mubadala, que no Brasil controla a refinaria de Mataripe e tem diversos investimentos em petróleo no Oriente Médio, Rússia e sudeste asiático, é hoje controlador da Atvos, terceira maior processadora de cana do país.

DIVULGAÇÃO

Nigel Dunn, vice-presidente da BP: estamos animados com negócio que tem um dos melhores desempenhos em cana

Cocal eleva lucro em 1% na temporada 2023/24

De São Paulo

A Cocal, uma das principais sócias da Copersucar, com duas usinas no interior paulista, encerrou a safra 2023/24 com um lucro líquido de R$ 438 milhões, 1% acima do registrado na temporada anterior. Segundo a empresa, o resultado foi assegurado pela melhora operacional, com aumento de produtividade dos canaviais e maior direcionamento da cana para o açúcar.

Beneficiada pelo clima favorável de 2023, a companhia teve um recorde de moagem de cana, de 8,8 milhões de toneladas, 4,3% acima da safra anterior. Com mais matéria-prima, a Cocal aumentou a produção de açúcar e etanol e diluiu custos.

A receita líquida da Cocal aumentou 7,5%, para R$ 2,6 bilhões, enquanto o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado subiu 9,7%, a R$ 1,5 bilhão, elevando em 1 ponto percentual a margem Ebitda.

A melhora dos resultados derivou sobretudo do negócio de açúcar, com uma produção que cresceu 7,7%, para 721 mil toneladas, enquanto a fabricação de etanol subiu 3,1%, a 287 milhões de litros. Como parte de sua estratégia de diversificação, a Cocal também teve receitas com a venda de biometano, levedura seca e gás carbônico para indústria.

Para esta safra, o plano da Cocal é aumentar a aposta em açúcar, com um investimento de R$ 25 milhões para retirada de gargalos da fábrica. A empresa quer aumentar o mix açucareiro em 2%, e elevar sua produção para 740 mil toneladas, disse Luiz Scartezini, CEO da Cocal.

Como a companhia deve ser afetada pela seca no Centro-Sul, esse avanço deve se dar em detrimento da produção de etanol hidratado, segundo ele. A projeção é que a moagem fique entre 8,4 milhões e 8,8 milhões de toneladas, e dadas as condições atuais de clima, a expectativa é que o volume fique "no centro" desse intervalo.

A Cocal também espera concluir neste ciclo a construção de sua segunda planta de biometano, que deve entrar em operação na próxima safra. Na safra passada, o biometano gerado na unidade de Narandiba (SP) foi vendido a clientes e também substituiu o consumo de 3% do diesel usado em sua frota própria (700 mil litros), gerando economia de R$ 1,4 milhão. O objetivo, disse Scartezini, é substituir o consumo próprio de 30 milhões de litros de diesel.

Atualmente, o biometano é usado em caminhões leves e em motores de outras operações, como em motobombas de fertirrigação e na secagem de leveduras. Em julho a empresa receberá um protótipo de motor de alta potência.

Apesar dos investimentos em curso, o diretor financeiro da Cocal, Ailton Leite, ressaltou que não houve comprometimento da dívida. Pelo contrário, com mais geração de caixa, a alavancagem saiu de 0,97 vez na safra anterior para 0,89 vez na última safra. *(CSR)*

Menor produtividade

A produtividade dos canaviais do Centro-Sul atingiu 89,4 toneladas por hectare no acumulado da safra 2024/25 até o mês de maio. O número ficou 3,5% abaixo do rendimento registrado no mesmo período do ciclo passado, que foi de 92,6 toneladas por hectare. O levantamento foi divulgado pelo Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), que atribuiu o baixo rendimento ao déficit de chuvas observado no período, que impactou principalmente as regiões do Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e noroeste do Estado de São Paulo. Os destaques em produtividade nos dois primeiros meses da safra (abril e maio) foram registrados em Minas Gerais (102 toneladas por hectare), Ribeirão Preto (101,7) e Piracicaba (100).

Políticas
Ala do governo propõe elevar 'prêmio' pago por agricultores na contratação do Proagro
B9

Finanças

Ativos Decisão do Copom agrada agentes e derruba juros de curto prazo, mas desconfiança com política econômica segue em alta

Mau humor do mercado se intensifica e dólar vai a R$ 5,46

Arthur Cagliari, Victor Rezende, Gabriel Roca e Matheus Prado
De São Paulo

Nem mesmo a unanimidade na decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de manter a Selic em 10,5% conseguiu amenizar a desconfiança dos participantes do mercado com os rumos da política econômica doméstica. O alívio durou pouco e se concentrou mais nos juros de curto prazo, que tiveram descompressão diante da sensação de que o sarrafo para elevações na Selic parece alto. O dólar, assim, devolveu toda a queda do início do pregão, voltou a subir e alcançou o maior nível de fechamento em 23 meses.

A moeda americana encerrou os negócios no mercado à vista em alta de 0,38%, cotada a R$ 5,4622, o maior patamar desde 22 de julho de 2022. No mercado de juros, a taxa do DI para janeiro de 2029 subiu de 11,935% para 12,03% no fechamento, após ter caído a 11,86% no início da sessão de ontem.

"O Copom deslizou em maio, com o dissenso da forma como foi, mas a grande pedra no sapato do mercado não é o BC, mas sim o fiscal. Desde que a medida provisória (MP) dos créditos do PIS/Cofins foi rejeitada, ficou nítido que a sociedade e o Congresso não aceitam mais impostos e exigiu uma solução pelos gastos. E os gastos do governo estão explodindo, seja via previdência ou BPC... No final, isso se junta à indexação de saúde e educação e espreme a discricionariedade do Orçamento. O limite de 2,5% de crescimento das despesas do arcabouço não parece factível", diz o sócio e gestor de renda fixa da Legacy Capital, Gustavo Pessoa.

"Já faz uma semana desde que tudo isso aconteceu e nenhuma medida concreta foi tomada. O que parece é que a urgência do governo não é a mesma do mercado. Se realmente houver a intenção de fazer algo do lado do gasto, não parece ter urgência. E aí o mercado testa novos níveis de piora, enquanto uma solução não aparece. O Copom foi no limite do que poderia fazer para tentar acalmar o mercado, mas o BC é passageiro. É preciso uma solução fiscal", enfatiza.

Nesse sentido, Pessoa afirma que a Legacy está bastante leve em posições nos ativos brasileiros e tem apostado mais em estruturas relativas, como a compra de dólar/real contra outras moedas. "O mundo emergente está cheio de histórias tristes, mas o filme do Brasil tem sido uma história de terror. O Brasil está muito mal, estamos apanhando bem mais que os pares", afirma o gestor, ao lembrar que, nos últimos dias, os ativos mexicanos, que foram afetados pelo resultado das eleições, têm mostrado alguma recuperação, ao contrário dos mercados brasileiros.

No acumulado desta semana, o dólar exibe uma alta expressiva no mercado local, de 1,49% contra o real, enquanto anota uma queda de 0,46% ante o peso mexicano.

A necessidade de maior clareza em relação à condução da política econômica foi reforçada pela economista-chefe do Santander, Ana Paula Vescovi. Após classificar a decisão do Copom como "acertada" e dizer que a autarquia "cumpre com o seu mandato, em defesa daqueles que não têm como se proteger contra a inflação", a ex-secretária do Tesouro Nacional afirmou que "a bola, agora, está com o governo, em mostrar o seu compromisso com a austeridade nas despesas públicas e na melhoria dos mecanismos de gestão desses recursos".

12,03%
foi a taxa do DI para janeiro no fechamento de ontem

Em declarações em seu perfil no LinkedIn, Vescovi diz que o Brasil "gasta muito" e que precisa ser "incansável" em tentar gastar menos e melhor. "Quanto mais gastos, mais juros. Há muito espaço para racionalizar recursos e melhorar a vida das pessoas, inclusive permitindo a convivência com taxas de juros mais baixas", diz a economista.

É o que também aponta a estrategista-chefe do Inter, Gabriela Joubert, para quem a decisão unânime do Copom foi importante, em um ambiente que compreende um exterior um pouco mais calmo. Ela enfatiza que, localmente, "o peso das questões fiscais continuará elevado, assim como o comportamento do BC, que o mercado espera que continue técnico".

A executiva acrescenta que momentos de cortes de juros nos Estados Unidos trazem, historicamente, resposta positiva em mercados emergentes e avalia que isso pode ocorrer de novo, a depender do cenário doméstico. "Uma Selic a 10,5% ainda é restritiva e deixa uma gordura para voltar a cortar [os juros] quando o Fed iniciar seu ciclo, mas precisamos, paralelamente, de uma melhora interna. Não dependemos mais só do Fed."

Enquanto a desconfiança do mercado com a condução da política econômica segue em alta e pressiona os juros de longo prazo, a decisão do Copom conseguiu provocar uma retirada de prêmios dos juros de curto prazo. Nas últimas semanas, o mercado começou a embutir nos preços a possibilidade de uma elevação na Selic até o fim deste ano, na medida em que a piora na percepção de risco afetou em cheio a quantidade de prêmio exigida pelos investidores.

Entre os juros de curto prazo, a taxa do DI para janeiro de 2025 caiu de 10,67% para 10,63%, enquanto a do DI para janeiro de 2026 recuou de 11,295% para 11,23%. Na mesma toada positiva, o Ibovespa encerrou o pregão em alta de 0,15%, aos 120.446 pontos, após oscilar entre margens estreitas ao longo de toda a sessão.

"A reação [ao Copom], pudemos ver na abertura, que foi boa. Ao longo do dia, outros fatores vão entrando nos preços. É difícil dizer que os movimentos intradiários foram causados por algum motivo específico, mas a piora do mercado coincidiu com as declarações do presidente Lula, mais uma vez. Como se fizesse o mercado lembrar de que, apesar de o Copom ter sido bom, o governo ainda não tem ajudado", afirma Jorge Dib, sócio e gestor da Galapagos Capital.

Com a queda dos juros curtos, Dib avalia que o principal efeito do Copom foi ter diminuído a expectativa do mercado de um BC ainda mais conservador, com possíveis elevações na Selic no curto prazo.

Ele, contudo, nota que os juros longos exibiram um desempenho pior na sessão. "Na medida em que a ponta longa é mais afetada pelos receios com a política fiscal e menos pela política monetária, o cenário acabou não mudando muito após o Copom. E ainda tivemos o efeito do câmbio piorando ao longo do dia", diz. De acordo com Dib, a Galapagos mantém posições aplicadas (que ganham com a queda das taxas) em juros de curto prazo e tomadas (que ganham com a alta das taxas) em juros longos.

A piora no desempenho dos ativos domésticos durante críticas do presidente Lula à interrupção no ciclo de flexibilização da Selic, também foi notada por um trader de câmbio da tesouraria de um banco local. Em condição de anonimato, ele diz que "o discurso do governo, até agora, é voltado para a sua base, sem uma ação efetiva para melhorar o problema fiscal". "O Copom, em si, tirou um pouco da volatilidade do mercado, mas o governo foi lá e jogou fogo novamente", afirma.

Vale notar, porém, que a sessão também foi marcada pelo aumento dos rendimentos dos Treasuries, ainda que em níveis bastante contidos. "Se continuar assim no exterior [com um ambiente negativo] e conseguirmos melhorar o doméstico, a recuperação pode se dar em estágios, e não uma retomada mais rápida, porque você vai ter uma melhora equilibrada com o risco de fora", diz o economista-chefe da Western Asset no Brasil, Adauto Lima.

Para ele, o Copom ajudou a reduzir a incerteza criada no passado sobre a condução da política monetária. O economista, porém, ressalta que, apesar de não haver um estreitamento adicional do diferencial de juros, esse elemento não é o único a exercer influência sobre o câmbio e cita outros fatores, como a questão fiscal. "A meu ver, foi mais relevante termos demonstrado que há uma âncora monetária, que busca convergir a inflação à meta."

Estresse sem fim

Copom não impede piora adicional dos ativos locais

DI1F29

14,2 · 13,1 · 12,0 · 10,9

12,78 — 12,03

1/Jul/2022 — 20/Jun/2024

Dólar X Real

5,6000 · 5,3500 · 5,1000 · 4,8500

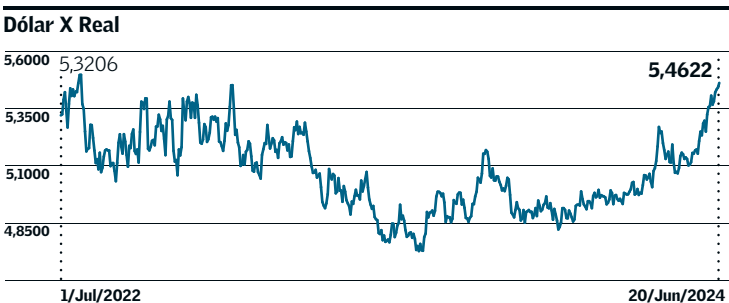
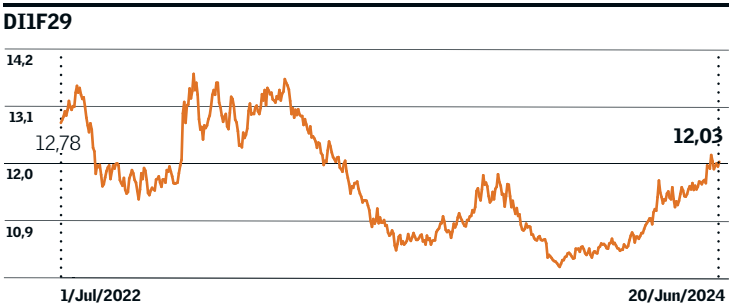
5,3206 — 5,4622

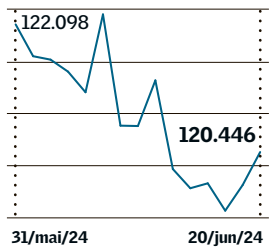
1/Jul/2022 — 20/Jun/2024

Fonte: Valor PRO

SILVIA COSTANTI/VALOR

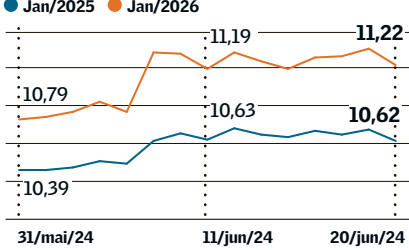
Pessoa, da Legacy: sem solução fiscal, mercado testa novos níveis de piora

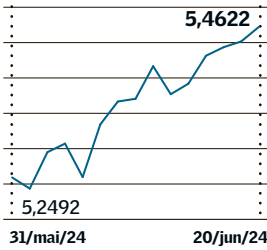
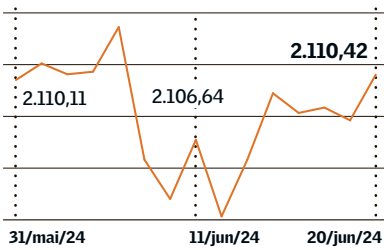
INÊS 249

Ibovespa
Em pontos

Alta de **0,15%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 20/jun/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	0,77
S&P 500	-0,25
Euronext 100	1,29
DAX	1,03
CAC-40	1,34
Nikkei-225	0,16
SSE Composite	-0,42

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Alta de **0,38%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano

Mercados Ativos têm movimento de correção na volta de feriado; declarações conservadoras de dirigentes do Federal Reserve também pesaram

Taxas dos Treasuries sobem e pressionam bolsas de Nova York

Gabriel Caldeira, Eduardo Magossi e Igor Sodré
De São Paulo

Wall Street teve ontem um movimento de correção que pressionou os Treasuries, títulos do Tesouro, e as ações de empresas beneficiadas pelo rali da inteligência artificial (IA) generativa nas bolsas de Nova York. Com isso, as taxas da renda fixa americana terminaram a sessão em alta e os índices acionários não firmaram direção única na volta do feriado de "Juneteenth", celebrado na véspera.

O S&P 500 terminou o pregão em queda de 0,25%, a 5.473,17 pontos, enquanto o Nasdaq recuou 0,79%, a 17.721,59 pontos. Menos influenciado pelo desempenho das empresas de tecnologia e puxado pelo bom desempenho das chamadas ações "blue chip", o Dow Jones anotou alta de 0,77%, a 39.134,76 pontos.

Na renda fixa, a taxa da T-note de 2 anos terminou o dia em alta a 4,750%, de 4,725% no fechamento de terça-feira. Na mesma comparação, a taxa da T-note de 10 anos subiu de 4,227% a 4,264% e a do T-bond de 30 anos avançou de 4,357% a 4,399%.

Além do movimento de correção, os Treasuries voltaram a ser pressionados pelo teor conservador de comentários de dirigentes do Federal Reserve (Fed). O presidente da distrital de Mineápolis do banco central americano, Neel Kashkari, afirmou que os Estados Unidos só devem atingir a meta de inflação de 2% do Fed daqui a um ou dois anos. Já Thomas Barkin, do Fed de Richmond, disse que a inflação precisa evoluir mais antes de um corte de juros.

Nem mesmo o alto nível dos pedidos por seguro-desemprego nos Estados Unidos e uma postura mais "dovish" (pró-alívio monetário) de bancos centrais europeus foi suficiente para apoiar os Treasuries ontem. Antes do início da sessão em Nova York, o Banco Nacional da Suíça (SNB) surpreendeu ao cortar os juros em 0,25 ponto percentual pela segunda reunião seguida. Já o Banco da Inglaterra (BoE) deu sinais de que um corte de juros no Reino Unido deve ocorrer, a menos que a inflação do país surpreenda negativamente.

"Como observamos recentemente, houve uma mudança na direção da política monetária global, que foi ampliada ainda mais com o corte de 0,25 ponto do SNB. Dito isso, não há nada prescritivo para o Fed em relação a uma mudança na política monetária europeia em si. O Fomc [comitê de política monetária do Fed] pode permanecer no juro terminal enquanto os dados garantirem que um atraso da flexibilização é apropriado", dizem Ian Lyngen e Vail Hartman, estrategistas de renda fixa da BMO Capital Markets.

0,79%
foi o recuo do índice Nasdaq na sessão de ontem

Risco-país da França salta e penaliza ativos locais

De São Paulo

AP

Emmanuel Macron, presidente da França, fez aposta arriscada com eleição

A instabilidade política na França causada pela antecipação das eleições parlamentares no país ainda repercute na percepção dos agentes financeiros e afeta os ativos locais a pouco mais de uma semana do pleito. O risco-país e o spread entre os juros franceses e alemães saltaram para os maiores níveis desde 2020, e a deterioração no sentimento do mercado já afeta decisões de investimentos de grandes instituições financeiras ao redor do mundo.

Após a vitória de partidos da extrema-direita francesa nas eleições para o Parlamento Europeu, o presidente da França, Emmanuel Macron, antecipou as eleições parlamentares do país para os dias 30 de junho e 7 de julho. A manobra foi vista como uma estratégia para que o partido Reagrupamento Nacional (RN), de Marine Le Pen, chegue ao cargo de primeiro-ministro sem maioria no Parlamento, o que travaria o governo e diminuiria as chances da própria Le Pen vencer Macron nas eleições presidenciais de 2026.

Arriscada, a estratégia do presidente da França desencadeou uma correção dos ativos do país diante do elevado risco político e um cenário fiscal já fragilizado. A dívida francesa é uma das maiores da zona do euro, e o país foi enquadrado no Procedimento de Déficit Excessivo (EDP, na sigla em inglês), novo regulamento da União Europeia (UE) que insta as nações a reduzirem seus gastos de forma com que a dívida não ultrapasse 3% do Produto Interno Bruto (PIB).

O mercado teme uma deterioração ainda maior das contas públicas com uma vitória do RN ou o fortalecimento do Nova Frente Popular (NFP), de esquerda, nas eleições parlamentares. Além disso, há o risco de que uma coligação radical no poder enfraqueça a unidade da UE enquanto bloco econômico.

Com isso, o risco-país medido pelos contratos de CDS (credit default swaps, espécie de seguro contra calotes) de cinco anos da França alcançou 38 pontos-base na semana passada, antes de cair para 35 pontos ontem. São os maiores níveis do CDS francês desde maio de 2020, mês do primeiro choque da pandemia.

Outro indicador que mostra a piora da percepção de risco dos agentes é o aumento do spread entre os rendimentos do OAT de 10 anos, título de referência da dívida pública francesa, e o Bund alemão com igual vencimento. Embora a taxa do OAT tenha diminuído da máxima recente de 3,242% a 3,149%, o spread com o juro alemão se consolidou acima de 70 pontos-base (ou 0,7 ponto percentual), também no nível mais alto desde maio de 2020.

Considerando o já estressado contexto fiscal da França, um spread de 80 a 90 pontos-base entre o OAT e o Bund seria adequado, na visão de Davide Oneglia, diretor de macroeconomia europeia do TS Lombard. "Desde a crise global, a França conseguiu empréstimos praticamente ao mesmo custo que a Alemanha, ao mesmo tempo em que gerou déficits governamentais muito maiores e acumulou uma enorme quantidade de alavancagem no setor corporativo", diz.

Segundo Oneglia, mesmo depois do aumento da dívida europeia com a pandemia e o forte apoio monetário do Banco Central Europeu (BCE), o mercado não se preocupou o suficiente com a deterioração fiscal da França, seja no setor público ou privado. "A França desfrutou do equivalente na zona do euro ao que os Estados Unidos, como emissor da moeda de reserva mundial, desfruta." De acordo com o profissional, a decisão inesperada de Macron apenas obrigou os investidores a prestarem atenção às fragilidades francesas.

Além da renda fixa do país, a bolsa de Paris também foi penalizada. O índice CAC 40, referência do mercado acionário local, teve a pior semana desde o início da guerra na Ucrânia. A depender dos estrategistas do Citi, uma recuperação não deve ocorrer tão cedo, à medida que o banco americano reduziu sua exposição às ações europeias em face do risco político elevado. "Rebaixamos o rating para 'neutro' até que os riscos de curto prazo mostrem sinais de diminuição", disse o Citi em relatório.

A crise política na França também acabou respingando no euro, que anotou uma desvalorização ante o dólar, ainda que a um ritmo menos acentuado. "As preocupações do mercado de câmbio com a política francesa podem ter atingido um pico — pelo menos por enquanto", diz Francesco Pesole, estrategista de câmbio do ING.

Embora o cenário atual deva desafiar o "privilégio exorbitante" da dívida francesa na Europa, ainda não há sinal de uma nova crise do euro como a que ocorreu em 2009 e durante boa parte da década de 2010, segundo o TS Lombard. E mesmo que os mercados voltem a ficar disfuncionais, o BCE está mais bem equipado para lidar com situações desse tipo, avalia Andrea Cicione, chefe de estratégia da consultoria.

"Se a situação se agravar a ponto de exigir a ativação do Instrumento de Proteção de Transmissão (TPI) ou outras respostas do BCE, poderá surgir a oportunidade de ter uma visão mais positiva dos ativos franceses", diz Cicione. "Mas ainda não chegamos lá", completa o profissional. *(GC)*

"Desde a crise global, a França conseguiu empréstimos quase ao mesmo custo que a Alemanha"
Davide Oneglia

Reino Unido e Noruega mantêm juros e Suíça faz corte após decisão do BCE

Eduardo Magossi
De São Paulo

Os bancos centrais da Europa que divulgaram decisões de política monetária ontem sinalizaram que a era de juros elevados está perto do fim. O Banco da Inglaterra (BoE) e o Norges Bank da Noruega mantiveram suas taxas de juros respectivamente em 5,25% e 4,5%, enquanto o Banco Nacional da Suíça (SNB) reduziu sua taxa em 0,25 ponto percentual, para 1,25%. A decisão vem duas semanas após o Banco Central Europeu (BCE) cortar os juros em 0,25 ponto, com a taxa de referência agora em 3,75%.

O SNB cortou os juros pela segunda vez consecutiva, seguindo uma leve desaceleração no núcleo da inflação. A Suíça foi o primeiro país a iniciar o afrouxamento monetário, em março. "Vamos manter as condições monetárias apropriadas", disse em nota o presidente da autoridade, Thomas Jordan, que sinalizou que o processo de afrouxamento ainda não acabou.

Em entrevista à Bloomberg TV, Jordan disse que o novo corte se deve mais à valorização do franco suíço provocado pela convocação de novas eleições parlamentares na França. Com a valorização do franco, os produtos suíços ficam mais caros na zona do euro.

Embora tenha mantido os juros estáveis no maior patamar em 16 anos, o BoE sinalizou que pode cortá-los em agosto. Em comunicado, afirmou que a política restritiva está pesando sobre a economia real, "desacelerando o mercado de trabalho e pressionando a inflação".

Para Ruth Gregory, economista da Capital Economics, o BoE deu vários sinais de que um corte se aproxima. Dois membros do comitê de política monetária votaram a favor de uma redução já na reunião de ontem. E o comunicado destacou que o BC inglês irá "considerar dados que mostram que a inflação está caindo" — o que, na visão dela, indica que um corte poderá ser feito nesse mês. Depois da decisão do BoE, os mercados passaram a precificar 60% de probabilidade de o primeiro corte do banco central britânico acontecer em agosto.

Já o Norges Bank, BC da Noruega, manteve uma postura cautelosa ao deixar os juros inalterados e informou que um corte não deve ocorrer neste ano. Apesar de a inflação estar desacelerando, a expectativa é que o alto crescimento dos salários a mantenha acima da meta. O próximo banco central europeu a divulgar decisão é o sueco Riksbank, em 27 de junho. A expectativa é que manterá as taxas inalteradas depois de inflação e crescimento terem ficado acima do esperado.

Emissões externas ganham tração com bônus do Tesouro

Rita Azevedo
De São Paulo

As emissões de dívidas no exterior ganharam tração nesta semana com novas operações de nomes brasileiros no radar. O Tesouro Nacional levantou ontem US$ 2 bilhões com uma oferta de títulos sustentáveis com prazo de sete anos. Já a XP deve começar na próxima semana apresentações aos investidores para uma operação que, segundo fontes, deve ficar entre US$ 500 milhões e US$ 750 milhões.

A demanda pelos títulos soberanos foi forte, de cerca de US$ 4,7 bilhões. Com o interesse pelos papéis, a taxa de remuneração ("yield") ficou em 6,375% ao ano, abaixo dos 6,625% que serviam como referência aos investidores no início da oferta. O cupom ficou em 6,125% ao ano.

Em comparação com a operação mais recente do Tesouro envolvendo títulos verdes, de novembro de 2023, a taxa na ocasião também foi maior, de 6,5%. A redução é explicada pela demanda dos investidores.

A XP deve ser a próxima da lista a captar lá fora. A expectativa do mercado é que a precificação ocorra no dia 27 de junho. O dinheiro será utilizado na recompra de outros bônus que vencem em 2026 e para fins corporativos gerais.

A leitura de bancos é que as condições para as ofertas são boas, após um hiato provocado pela volatilidade dos mercados. "O sucesso da operação do Tesouro deve fazer com que mais empresas se mexam até o início das férias do Hemisfério Norte", diz Caio de Luca Simões, chefe do mercado de capitais de dívida do Bank of America (BofA) no Brasil.

A Aegea reabriu na última segunda-feira uma oferta e levantou US$ 300 milhões também com títulos sustentáveis. Ao **Valor**, o diretor financeiro da Aegea, André Pires, disse na terça-feira que já estava nos planos da companhia uma nova captação quando as condições melhorassem.

"Como nossos bonds começaram a ser negociados com prêmio, fez sentido a reabertura. Entendemos que havia demanda dos investidores que, no geral, eram os mesmos que já tinham participado das outras duas captações", disse. A demanda pelos papéis da empresa de saneamento foi de cerca de US$ 600 milhões, conforme fontes.

Na emissão do Tesouro fechada ontem, os recursos serão alocados para o pagamento de outras dívidas. Como o papel é rotulado como "verde", há o compromisso de alocar o montante equivalente para o financiamento de projetos sustentáveis. A emissão é a segunda desse tipo feita pelo Tesouro. A primeira foi em novembro de 2023 e movimentou também US$ 2 bilhões. A taxa foi de 6,5%.

Em comunicado, o Ministério da Fazenda disse que a operação de ontem teve como objetivo reafirmar o compromisso do Brasil com políticas sustentáveis, que vai ao encontro do crescente interesse de investidores estrangeiros e da expansão do mercado de títulos temáticos no mundo.

"O Tesouro Nacional dá continuidade à sua estratégia de emissão de títulos soberanos sustentáveis, e se compromete a alocar o montante equivalente aos recursos líquidos captados na operação em ações que impulsionam a sustentabilidade e contribuam para a mitigação de mudanças climáticas", apontou o comunicado. A operação foi coordenada por Bank of America, Goldman Sachs e HSBC.

O volume movimentado em emissões de bonds em 2024 chega a US$ 13,95 bilhões, com 15 operações. Em 2023, foram cerca de US$ 15,5 bilhões. Captaram neste ano Cosan, 3R, Ambipar, FS, Azul, CSN, Raízen, Banco do Brasil, Votorantim Cimentos, Nexa Resources, BTG, Movida e Aegea. A expectativa de bancos é que o número ultrapasse US$ 20 bilhões até o fim do ano.

Disputa Justiça considerou Indio de Costa culpado por desvio de recursos, mas o absolveu de outras acusações; caso estourou em 2012 e dívida hoje é de R$ 6,5 bi

Controlador do Cruzeiro do Sul é condenado

Álvaro Campos e Marcela Villar
De São Paulo

O ex-banqueiro Luis Octavio Indio da Costa, que controlava o banco Cruzeiro do Sul, foi condenado pela 2ª Vara Criminal de São Paulo a mais de cinco anos de prisão por crime contra o sistema financeiro. Em março, o juízo entendeu que ele desviou recursos e, no início deste mês, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) indeferiu uma liminar com pedido de habeas corpus feito por sua defesa.

O mérito do caso ainda não foi julgado pelo tribunal superior e a defesa disse que apelará da decisão inicial. Como ele é réu-primário e a condenação é a regime semiaberto, uma eventual prisão só ocorrerá após o trânsito em julgado.

O juiz Marcelo Duarte da Silva afirmou, na condenação, que por meio de manobras contábeis "foram produzidos receitas e lucros irreais e artificializados que foram redistribuídos proporcionalmente aos acionistas na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, sendo Luis Octavio e Luis Felippe os principais beneficiados do ilícito". Luis Felippe é pai de Luis Octavio e morreu em março do ano passado.

O juiz levou em conta uma acusação do Ministério Público Federal (MPF), que indicou o "incremento de resultados positivos do Banco Cruzeiro do Sul por meio de manobras contábeis artificiosas e fraude em suas demonstrações financeiras", durante 2008 e 2009. As manobras incluem, segundo o MPF, a celebração de cessões de direitos creditórios a fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDCs), "utilizando-se de taxas de desconto discrepantes daquelas usualmente praticadas no mercado financeiro, modo pelo qual se obteve, artificialmente, resultados positivos".

Apesar dessa condenação por desvio de recursos, o juízo absolveu Luis Octavio de outras três acusações de crime contra o sistema financeiro.

No recurso apresentado ao tribunal, o empresário pediu a suspensão da ação penal contra ele até que seja julgado o mérito de uma outra ação, penal falimentar, que tramita na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais. De acordo com o pedido, os fatos apurados na segunda ação "influenciam diretamente nas apurações e no deslinde da ação penal de origem, justificando, assim, a necessidade de seu sobrestamento".

O desembargador José Marcos Lunardelli, do TRF-3, não acatou esse argumento. Disse que a defesa de Luis Octavio não conseguiu comprovar essa relação de interdependência entre os dois processos e, por isso, não há necessidade de suspensão da ação penal. Além disso, Lunardelli afirmou que o próprio período no qual os supostos crimes teriam ocorrido são diferentes das eventuais irregularidades mencionadas pela defesa de Indio da Costa.

Segundo Lunardelli, o que está sendo investigado na ação penal são possíveis crimes contra o sistema financeiro praticados por diretores, administradores e ex-controladores cometidos durante a gestão do Cruzeiro do Sul no período de janeiro de 2007 a março de 2012. Já o apurado na ação penal falimentar trata da prática de possíveis crimes falimentares, que teriam sido cometidos a partir de março de 2012, durante o regime de administração especial temporária (RAET) do Banco Cruzeiro do Sul, pelos representantes do Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

JEFFERSON DIAS/VALOR

Indio da Costa foi condenado a 5 anos

De acordo com Roberto Podval, que faz a defesa criminal de Indio da Costa, a base do pedido de habeas corpus é que a condenação foi feita com apoio no laudo de uma "empresa inidônea", a IMS, que não teria capacidade técnica para esse serviço. "O desembargador entendeu que não cabia habeas corpus e que isso deveria ser julgado durante o processo".

> Justiça diz que foram produzidos receitas e lucros irreais e artificializados, distribuídos aos acionistas

Para ele, a decisão em primeira instância foi exagerada. "O juiz estabeleceu uma pena muito alta para que o processo não prescrevesse, porque ele ficou dez anos parado. Não houve desvio nenhum, na questão dos empréstimos consignados, era simplesmente uma situação contábil e as contas iam fechar no fim do ano", alega.

Segundo Podval, como havia vários crimes elencados na acusação, o fato de Luis Octavio ter sido absolvido em três e condenado em um "não deixa de ser uma vitória". "Mas de qualquer forma é uma injustiça absoluta, nós vamos recorrer e tenho certeza que será corrigida pelos tribunais", disse.

O caso do Cruzeiro do Sul estourou em junho de 2012 com a intervenção do BC após a autoridade descobrir ações fraudulentas na gestão do banco. Por três meses, a instituição ficou sob a administração do FGC, responsável por apurar o rombo e tentar encontrar uma solução de mercado. Como isso não foi possível, em setembro daquele ano foi decretada a liquidação extrajudicial. Luis Felippe e Luis Octavio chegaram a ser presos brevemente na ocasião. A falência foi decretada em 2015.

A primeira vitória de credores e da família Indio da Costa contra o FGC foi em abril de 2023 com a condenação do fundo em R$ 4,3 bilhões por inadimplemento contratual. No entendimento do juiz, o fundo garantidor deixou de dar liquidez ao banco após a intervenção do Banco Central (BC), em 2012, algo que não poderia ter deixado de ocorrer.

Alguns meses depois, um grupo de credores do Cruzeiro do Sul também obteve uma vitória na Justiça contra o FGC, em um caso que pode chegar a quase R$ 860 milhões. Eles questionam o fato de o fundo ter resgatado antecipadamente um CDB 48 horas antes da decretação de liquidação extrajudicial. Para eles, houve algum tipo de informação privilegiada que beneficiou o FGC em detrimento dos demais, já que o fundo era o administrador do Cruzeiro do Sul, além de credor do banco.

A dívida atual do Cruzeiro do Sul é de R$ 6,5 bilhões, de acordo com último relatório público, de abril deste ano, divulgado pelo administrador judicial, a Laspro Consultores. Com a recuperação de ativos, existem R$ 3,9 bilhões em caixa e cerca de R$ 800 milhões disponíveis para rateio entre os credores. A reserva não foi ainda distribuída porque há recursos pendentes de julgamento, inclusive no Superior Tribunal de Justiça (STJ), como disputas sobre prazo de prescrição na habilitação de crédito.

O maior credor do Cruzeiro do Sul atualmente é o próprio FGC, com uma exposição de R$ 1,971 bilhão. O quadro mais recente de credores é de novembro de 2021, mas deve ser atualizado em breve, com o possível novo rateio. Já naquela ocasião o fundo Alternative Assets I, do BTG, aparecia como maior credor quirografário (não trabalhista e sem garantia real), com R$ 235 milhões. E, segundo relatos, o banco vem comprando dívidas nos últimos anos e é possível que atualmente já tenha quase metade do débito quirografário. O banco vem se especializando nos últimos anos em comprar instituições em liquidação extrajudicial, como Bamerindus, BVA, Econômico e Nacional.

MPSP culpa FGC e solicita indenização milionária

De São Paulo

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) entrou com ação civil pública contra o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) pedindo indenização por danos morais coletivos por ter supostamente lesado milhares de credores do falido Banco Cruzeiro do Sul. No pedido, o órgão diz que o FGC atuou de maneira fraudulenta, descumpriu seu próprio código de ética e desvirtuou do papel de dar estabilidade e segurança ao sistema bancário, o que levou à quebra da instituição, que teve falência decretada em agosto de 2015.

É a primeira ação do MPSP com esse tipo de pedido de danos morais coletivos tendo como fundamentação a falência de instituição financeira. Como a reparação pedida é de R$ 10 mil por credor, o FGC pode ter que pagar R$ 50 milhões para a massa falida. O órgão também pede a condenação do Fundo Gama e da sua administradora Bem Distribuidora, também conhecida como BEM DTVM, do Grupo Bradesco.

Além da indenização individual, o MP pede a compensação por dano moral coletivo à sociedade, em valor a ser definido pelo juiz do caso, Ralpho Waldo De Barros Monteiro Filho, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

O promotor de Justiça de Falências e Liquidação Extrajudicial do MP-SP, Fernando Célio de Brito, diz que a responsabilidade coletiva do FGC, Fundo Gama e Bem DTVM se dá pelo desvirtuamento do "papel institucional" e prejuízos causados à coletividade.

Dívida Cifra é mais que o dobro do que a Vale investe ao ano; setores criticam conservadorismo do BC

Custo da Selic para empresas chega a R$ 78 bi

Adriana Mattos
De São Paulo

A manutenção da taxa básica de juros em 10,5% ao ano pelo tempo que for necessário para o recuo da inflação, como o Banco Central indicou na quarta-feira, terá um custo bilionário para as companhias e deve afetar investimentos de longo prazo, num momento de retomada ainda tímida nas atividades da indústria e do comércio.

Apesar de empresários compreenderem as razões do fim do ciclo de queda da Selic, por considerarem crucial o controle inflacionário e já criticarem abertamente a frouxidão fiscal do governo Lula, carregar essa taxa traz um custo financeiro para as empresas de pouco mais de R$ 78 bilhões ao ano, segundo cálculos feitos pela gestora Paramis Capital a pedido do **Valor**.

O estoque total da dívida corporativa atrelada ao CDI atinge hoje R$ 743,2 bilhões e, com a Selic a 10,5%, a conta no bolso das empresas atinge R$ 78 bilhões ao ano. Esse montante equivale a mais que o dobro dos investimentos projetados pela Vale em 2024 e a 70% do desembolso médio anual previsto pela Petrobras de 2024 a 2028.

Se o juro básico fechasse o ano em 9%, como o mercado estimava há menos de seis meses — antes de a preocupação com a inflação aumentar e o governo afrouxar o discurso de maior rigor das contas públicas —, o custo iria a R$ 66,9 bilhões, ou R$ 11,1 bilhões inferior ao impacto atual.

Com a taxa a 9,5%, o peso do juro seria de R$ 70,6 bilhões ao ano, R$ 7,4 bilhões abaixo do impacto atual. O país tem a segunda maior taxa de juro real do mundo, atrás apenas da Rússia, algo que trava financiamentos e adia projetos de empresas que emitem dívida atrelada ao CDI, maioria no mercado.

Para Ricardo Nunes, diretor de investimentos de crédito e grandes fortunas da Paramis, a Selic acima de 10% tem potencial para atrasar projetos e desacelerar crescimento dos grupos. Ontem, associações setoriais e empresários reforçaram esse coro, com críticas ao fim do ciclo de queda da Selic e às incertezas no campo fiscal e político. "Achamos que essa Selic de 10,5% se 'arrasta' até o fim do ano, e não descartamos totalmente um eventual aumento. Há muita 'bagunça política' ainda, e se o governo adotar uma linha mais populista, isso pode elevar mais o risco político e fiscal", diz Nunes.

LEO PINHEIRO/VALOR

"Há muita 'bagunça política' ainda, e a adoção de uma linha mais populista do governo pode elevar risco político e fiscal"
Ricardo Nunes

Leonardo Silva, coordenador de competitividade da Abimaq, associação da indústria de máquinas, disse que há uma compreensão das motivações da decisão do Banco Central. "O BC está fazendo o papel dele, não questionamos isso, há um risco inflacionário e a questão fiscal não pode ser desconsiderada. Mas o risco é a dose do remédio se transformar em veneno."

Pesa na conta o fato de a dívida das empresas ter crescido ao longo do ano, já que a Selic incide sobre o bolo total. O estoque de dívida corporativa passou de R$ 610 bilhões em abril para R$ 743 bilhões hoje, segundo a gestora, com efeito direto das emissões de debêntures.

Essas operações de dívida se aceleraram neste ano por conta de uma janela de "spreads" bancários menores até maio, com garantia firme dos bancos que estruturaram as emissões. O levantamento da gestora não considera o efeito do recuo do spread na dívida.

Em paralelo, houve uma "seca" das ofertas públicas iniciais de ações (IPOs) de três anos para cá, e redução das ofertas subsequentes ("follow-on"). Boa parte das ofertas que saíram do papel foi liderada por controladores de negócios alavancados. Com isso, faltaram canais de acesso a recursos, o que também fez subir a emissão de crédito privado de dois anos para cá.

As ofertas de debêntures atingiram R$ 160,6 bilhões de janeiro a maio, recorde para o período, com alta de 204% sobre 2023.

Para Daniel Lombardi, sócio-diretor da G5 Partners, que faz gestão de patrimônio, fusões e reestruturações, com a visão de Selic a 10,5% pelos próximos meses, as emissões privadas devem seguir aquecidas ao menos até o fim do ano.

Também devem crescer movimentos de venda de ativos de empresas, para fazer caixa, e transações de "sale and leaseback", quando a companhia se desfaz de uma propriedade e a aliena de volta, para ter acesso aos recursos da venda. Isso já aumentou desde 2023 entre redes de varejo, altamente afetadas pelo aumento dos juros.

Para Lombardi, o que tem de ficar claro entre empresas e o mercado é que, com a certeza de um custo de capital mais alto por mais tempo, se a companhia tiver de entrar numa nova reestruturação de dívida, que chame bancos e credores e negocie com transparência.

"Negócios ainda alavancados carregam pouco desafio, e muitos acionistas já colocaram dinheiro do bolso na empresa nessa fase de juro alto. Então, quanto mais rápido equacionar, melhor", diz.

Nesse ambiente de maior incerteza, líderes industriais e do varejo subiram o tom desde ontem. CNC e CNI, confederações do comércio e indústria, Abimaq (máquinas) e IDV (varejo) jogaram foco nos efeitos nocivos da política monetária contracionista — a CNI chegou a falar em decisão "inadequada e excessivamente conservadora".

Em relatório desta semana, o Santander vê impacto negativo, da manutenção da Selic nas varejistas Casas Bahia, Magazine Luiza e Pague Menos. Na ponta oposta, possíveis beneficiadas são Renner, Vulcabras, Vivara e Natura, pouco ou nada alavancadas.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 20/06/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.865,5694460	0,09	0,47	4,34
IRF-M	1+**	20.063,5633130	0,14	-0,32	0,61
IRF-M	Total	18.253,6813770	0,13	-0,08	1,73
IMA-B	5***	9.262,3276920	0,20	0,26	3,18
IMA-B	5+****	11.124,5836620	0,11	-1,32	-4,14
IMA-B	Total	9.838,9994420	0,16	-0,56	-0,69
IMA-S	Total	6.714,0230840	0,04	0,56	5,06
IMA-Geral	Total	8.146,3366630	0,09	0,10	2,47

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	06/06	05/06	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	33,93	28,69	30,27	28,38	33,00	30,82
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,65	24,84	21,67	21,51	23,96	26,19
Conta garantida pré - a.a.	42,52	45,73	53,50	51,12	42,67	52,47
Desconto de duplicata pré - a.a.	22,16	21,94	21,56	21,55	21,80	28,63
Vendor pré - a.a.	15,53	15,73	15,00	15,05	15,93	19,75
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,32	16,71	16,75	16,84	16,62	22,35
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,44	17,20	17,62	17,17	17,50	19,94
Conta garantida pós - a.a.	25,01	25,08	24,85	24,89	24,86	27,92
ACC pós - a.a.	7,90	8,04	8,60	8,60	8,59	7,91
Factoring - a.m.	3,32	3,35	3,32	3,32	3,28	3,55

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	20/06/24	19/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	Feriado	5,3100	5,3400	5,3100	5,0500
1 mês	-	Feriado	5,3330	5,3243	5,3237	5,0666
3 meses	-	Feriado	5,3526	5,3496	5,3485	4,9664
6 meses	-	Feriado	5,3888	5,3886	5,3894	4,7406
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6630	3,6610	3,8920	3,9120	3,1440
1 mês	-	3,8618	3,9055	3,9122	3,9120	3,1521
3 meses	-	3,9071	3,9233	3,9257	3,9248	3,0096
6 meses	-	3,9345	3,9426	3,9437	3,9431	2,5792
1 ano	-	3,8781	3,8693	3,9419	3,8174	1,4911
Euribor ***						
1 mês	-	3,608	3,599	3,717	3,785	3,383
3 meses	-	3,712	3,719	3,785	3,823	3,587
6 meses	-	3,695	3,743	3,745	3,784	3,892
1 ano	-	3,613	3,678	3,711	3,680	4,082
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,27	Feriado	5,36	5,37	5,35	5,11
T-Bill (3 meses)	5,37	Feriado	5,39	5,39	5,39	5,21
T-Bill (6 meses)	5,36	Feriado	5,34	5,37	5,37	5,40
T-Note (2 anos)	4,74	Feriado	4,70	4,87	4,83	4,69
T-Note (5 anos)	4,28	Feriado	4,25	4,51	4,44	3,95
T-Note (10 anos)	4,26	Feriado	4,25	4,50	4,41	3,72
T-Bond (30 anos)	4,40	Feriado	4,40	4,65	4,55	3,81

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	jun/24*	mai/24	abr/24 (Mês)	mar/24	fev/24	jan/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,55	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,97	11,99
CDI	0,55	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,97	11,99
CDB (1)	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	4,53	10,37
Poupança (2)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
Poupança (3)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
IRF-M	-0,08	0,66	-0,52	0,54	0,46	0,67	1,73	10,51
IMA-B	-0,56	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,45	-0,69	6,56
IMA-S	0,56	0,83	0,90	0,86	0,82	0,99	5,06	12,21
Renda Variável								
Ibovespa	-1,35	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	-10,24	12,70
Índice Small Cap	-3,40	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-6,55	-17,43	-4,39
IBrX 50	-1,40	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	-8,92	14,94
ISE	-1,51	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-4,96	-12,46	1,45
IMOB	-2,39	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-8,46	-19,68	-0,55
IDIV	-0,38	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	-5,66	19,55
IFIX	-2,39	0,02	-0,77	1,43	0,79	0,67	-0,30	12,24
Dólar Ptax (BC)	3,51	1,35	3,51	0,26	0,60	2,32	12,06	2,86
Dólar Comercial (mercado)	4,06	1,09	3,54	0,86	0,71	1,75	12,56	3,47
Euro (BC) (4)	2,17	2,89	2,37	0,07	0,25	0,54	8,55	4,73
Euro Comercial (mercado) (4)	2,66	2,79	2,43	0,71	0,38	-0,34	8,89	5,03
Ouro (BC)	4,52	2,87	7,18	8,62	0,27	1,71	27,66	21,74
Inflação								
IPCA	-	0,46	0,38	0,16	0,83	0,42	2,27	3,93
IGP-M	-	0,89	0,31	-0,47	-0,52	0,74	0,28	-0,34

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 20/jun/24. ** Até mai/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 17/06/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentab. nominal % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Captação líquida R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.502.835,07					-1.985,53	31.684,94	216.201,20	210.069,20
RF Indexados (2)	151.070,13	-0,02	-0,17	2,00	7,94	-136,62	-1.513,04	-2.680,53	-12.443,26
RF Duração Baixa Soberano (2)	685.894,00	0,04	0,40	4,47	10,98	2.980,03	11.889,63	49.612,71	52.360,93
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	824.189,53	0,04	0,45	5,09	12,51	-2.579,20	6.078,61	31.332,62	37.235,43
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	175.376,59	0,04	0,05	5,12	12,52	84,55	4.397,80	69.899,37	76.233,99
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	169.071,68	0,04	0,34	3,99	8,97	207,53	1.315,34	-2.643,13	-5.218,08
RF Duração Livre Soberano (2)	211.749,94	0,03	0,28	3,92	10,12	-124,12	1.161,79	-14.532,23	-27.128,93
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	655.810,36	0,05	0,34	4,38	10,99	-1.430,63	1.966,08	-14.631,32	-35.782,11
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	351.315,43	0,03	0,23	4,21	11,79	135,58	4.071,02	69.136,87	123.724,97
Ações	591.189,82					-211,06	3.660,80	583,96	38.499,84
Ações Indexados (2)	9.649,13	-0,45	-2,45	-11,21	0,08	13,32	-147,22	346,72	-1.218,12
Ações Índice Ativo (2)	29.956,16	-0,75	-2,81	-11,94	-1,62	-5,71	-180,24	-3.848,07	-4.064,75
Ações Livre	213.922,49	-0,78	-2,26	-8,85	1,81	-161,58	4.022,65	2.244,18	-4.902,09
Fechados de Ações	123.613,92	-0,43	-1,02	-5,34	-3,21	53,95	-57,95	-609,22	29.837,10
Multimercados	1.640.171,70					-1.002,01	-13.903,77	-68.945,81	-198.812,32
Multimercados Macro	149.992,41	-0,05	-0,08	0,11	5,64	-721,75	-4.085,24	-25.154,09	-49.915,56
Multimercados Livre	619.068,34	-0,01	0,14	2,14	8,09	-357,10	-5.643,37	1.981,84	-47.414,19
Multimercados Juros e Moedas	51.385,81	-0,01	0,37	4,15	11,15	-39,45	-1.506,31	-6.023,48	-16.113,87
Multimercados Invest. no Exterior (2)	738.891,29	0,29	1,06	3,66	11,06	120,26	-2.727,62	-40.629,30	-80.162,77
Cambial	6.593,17	0,82	3,55	14,64	19,35	-18,94	169,20	-174,64	-1.241,77
Previdência	1.425.927,10					253,71	272,09	17.042,58	41.453,83
ETF	43.157,50					69,33	641,23	-1.760,80	-606,00
Demais Tipos	1.999.166,48					-983,97	2.672,12	51.078,99	56.181,85
Total Fundos de Investimentos	**7.209.874,37**					**-2.894,51**	**22.524,49**	**162.946,48**	**89.362,77**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.640.426,17**					**5.191,37**	**13.779,18**	**46.048,87**	**125.458,71**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.530,46**					-	-	-	-
Total Geral	**8.897.831,00**					**2.296,86**	**36.303,67**	**208.995,35**	**214.821,48**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de abril de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	20/06/24	19/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,81
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9344
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,37
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9768
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,43	10,44	10,45	10,38	10,37	13,52
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,67	10,68	10,63	10,43	10,38	13,07
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,41	10,42	10,42	10,39	10,39	13,64
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,43	10,44	10,37	10,37	13,57
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,44	10,47	10,47	10,36	10,35	13,49
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,48	10,52	10,51	10,36	10,35	13,38
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,60	10,67	10,62	10,39	10,35	13,07
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,91	11,06	10,95	10,56	10,44	11,98

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 20/06/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	99.725,39	10,406	327.688	10,402	10,408	10,406
Vencimento em ago/24	98.827,99	10,410	105.551	10,406	10,410	10,410
Vencimento em set/24	97.974,69	10,424	17.457	10,416	10,432	10,422
Vencimento em out/24	97.161,82	10,450	593.892	10,440	10,465	10,455
Vencimento em nov/24	96.267,80	10,500	35.290	10,490	10,515	10,510
Vencimento em dez/24	95.520,18	10,565	56.904	10,550	10,585	10,560
Vencimento em jan/25	94.698,64	10,620	1.696.523	10,575	10,645	10,630
Vencimento em fev/25	93.834,91	10,682	1.940	10,645	10,685	10,680
Vencimento em mar/25	93.041,74	10,750	434	10,705	10,745	10,745
Vencimento em abr/25	92.302,16	10,790	259.839	10,725	10,820	10,800
Vencimento em mai/25	91.519,01	10,840	716	10,795	10,840	10,840

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.448,19	-0,26	341.130	5.389,50	5.473,00	5.458,00
Vencimento em ago/24	5.465,80	-0,27	3.010	5.425,00	5.485,00	5.480,00
Vencimento em set/24	5.482,60	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.498,49	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.516,82	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.837,16	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.865,25	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.892,52	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice: Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	122.157	0,15	92.585	121.785	123.390	122.070
Vencimento em out/24	124.117	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	126.080	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 20/06/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4248	5,4254	-0,72	3,51	12,06	13,19
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4616	5,4622	0,38	4,06	12,56	13,91
Dólar Turismo (R$/US$)	5,4802	5,6602	0,02	3,79	12,14	13,81
Euro (BC) - (R$/€)	5,8078	5,8090	-1,13	2,17	8,55	11,18
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,8466	5,8472	0,01	2,66	8,89	11,73
Euro Turismo (R$/€)	5,8960	6,0760	-0,31	2,41	8,36	11,59
Euro (BC) - (US$/€)	1,0706	1,0707	-0,41	-1,29	-3,14	-1,78
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	410,3480	410,3933	0,26	4,52	27,66	37,60
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.359,23	1,29	1,44	14,24	21,79
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.332,95	0,19	-0,42	13,12	19,40

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	20/06/24	19/06/24	No fim de mai/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	151.768,25	150.655,44	152.338,81	173.997,89	0,74	-0,37	-12,78
Valor-Coppead Mínima Variância	94.171,40	93.716,51	93.649,60	93.533,91	0,49	0,56	0,68

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (2) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9	8,375	-
República Federativa do Brasil (1)	jun/24	jun/32	96	2.000	-	6,375	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 20/06/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 20/06/24

Índice	20/06/24	18/06/24	Em 31/05/24	Em 29/12/23	Em 20/06/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	183,63	183,67	183,18	165,54	155,06	-0,02	0,24	10,93	18,42
S&P BNY Emergentes	357,32	359,88	341,77	312,75	299,83	-0,71	4,55	14,25	19,17
S&P BNY América Latina	189,27	189,49	204,45	225,28	209,08	-0,12	-7,42	-15,99	-9,47
S&P BNY Brasil	184,72	184,19	197,69	232,95	211,23	0,29	-6,56	-20,70	-12,55
S&P BNY México	296,38	297,91	329,09	331,67	329,17	-0,51	-9,94	-10,64	-9,96
S&P BNY Argentina	237,37	246,45	262,91	178,27	156,68	-3,68	-9,71	33,16	51,50
S&P BNY Chile	138,88	139,04	148,41	162,12	173,13	-0,11	-6,42	-14,33	-19,78
S&P BNY Índia	2.957,35	2.886,98	2.747,17	2.923,01	2.736,48	2,44	7,65	1,17	8,07
S&P BNY Ásia	217,70	218,81	212,76	189,60	178,41	-0,51	2,32	14,82	22,02
S&P BNY China	315,65	317,08	329,83	336,11	327,13	-0,45	-4,30	-6,09	-3,51
S&P BNY África do Sul	199,88	192,48	206,33	199,87	226,97	3,84	-3,13	0,00	-11,94
S&P BNY Turquia	33,66	32,97	34,31	22,45	17,32	2,11	-1,88	49,92	94,37

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
03/06 a 03/07	0,0887	0,5891	0,5891	0,7993
04/06 a 04/07	0,0857	0,5861	0,5861	0,7963
05/06 a 05/07	0,0849	0,5853	0,5853	0,7955
06/06 a 06/07	0,1133	0,6139	0,6139	0,7941
07/06 a 07/07	0,0603	0,5606	0,5606	0,7607
08/06 a 08/07	0,0391	0,5393	0,5393	0,7294
09/06 a 09/07	0,0655	0,5658	0,5658	0,7660
10/06 a 10/07	0,0920	0,5925	0,5925	0,8027
11/06 a 11/07	0,0883	0,5887	0,5887	0,7989
12/06 a 12/07	0,0963	0,5968	0,5968	0,8070
13/06 a 13/07	0,0945	0,5950	0,5950	0,8052
14/06 a 14/07	0,0676	0,5679	0,5679	0,7681
15/06 a 15/07	0,0399	0,5401	0,5401	0,7302
16/06 a 16/07	0,0660	0,5663	0,5663	0,7665
17/06 a 17/07	0,0922	0,5927	0,5927	0,8029
18/06 a 18/07	0,0920	0,5925	0,5925	0,8027
19/06 a 19/07	0,0936	0,5941	0,5941	0,8043

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 20/06/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	120.446	0,15	-1,35	-10,24	0,69
IBrX	50.894	0,23	-1,39	-9,84	1,21
IBrX 50	20.235	0,18	-1,40	-8,92	2,56
IEE	86.269	-0,18	-1,19	-9,15	-3,12
SMLL	1.943	0,32	-3,40	-17,43	-15,68
ISE	3.295	-0,12	-1,51	-12,46	-8,97
IMOB	812	-0,84	-2,39	-19,68	-9,01
IDIV	8.560	0,59	-0,38	-5,66	8,63
IFIX	3.301	0,04	-2,39	-0,30	6,59
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.200	0,88	-4,70	-19,90	-11,05
IBrX	9.381	0,95	-4,73	-19,55	-10,58
IBrX 50	3.730	0,91	-4,74	-18,73	-9,40
IEE	15.901	0,54	-4,54	-18,93	-14,41
SMLL	358	1,04	-6,67	-26,32	-25,50
ISE	607	0,61	-4,84	-21,89	-19,58
IMOB	150	-0,12	-5,69	-28,32	-19,62
IDIV	1.578	1,32	-3,76	-15,81	-4,03
IFIX	609	0,76	-5,70	-11,03	-5,83

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 20/06/24	Spread 18/06/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	385	385	0,0	15,0	40,0
África do Sul	336	335	1,0	-22,0	10,0
Argentina	1.399	1.378	21,0	58,0	-508,0
Brasil	234	235	-1,0	21,0	39,0
Colômbia	325	322	3,0	22,0	60,0
Filipinas	78	83	-5,0	0,0	20,0
México	185	188	-3,0	19,0	18,0
Peru	110	112	-2,0	5,0	8,0
Turquia	262	262	0,0	19,0	-14,0
Venezuela	18.449	18.392	57,0	1.985,0	-5.643,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
out/23	340.247	10/06/24	355.917
nov/23	348.406	11/06/24	356.150
dez/23	355.034	12/06/24	358.242
jan/24	353.563	13/06/24	357.789
fev/24	352.705	14/06/24	358.091
mar/24	355.008	17/06/24	357.548
abr/24	351.599	18/06/24	358.116
mai/24	355.560	19/06/24	358.207

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	20/06/24	19/06/24	18/06/24	17/06/24	14/06/24	13/06/24
Índice	2.110,42	2.107,77	2.108,51	2.108,20	2.109,34	2.105,48
Var. no dia	0,13%	-0,03%	0,01%	-0,05%	0,18%	0,16%
Var. no mês	0,01%	-0,11%	-0,08%	-0,09%	-0,04%	-0,22%
Var. no ano	2,19%	2,06%	2,10%	2,08%	2,14%	1,95%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 20/06/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	36,7200	36,7400	0,14770	0,14780
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4248	5,4254
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,2921	36,3831	0,1491000	0,1495000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7739	0,7909
Colon (Costa Rica)	517,4500	528,0000	0,010270	0,010480
Coroa (Dinamarca)	6,9659	6,9665	0,7787	0,7789
Coroa (Islândia)	139,1000	139,4300	0,03891	0,03900
Coroa (Noruega)	10,5432	10,5466	0,5144	0,5146
Coroa (Rep. Tcheca)	23,2540	23,2640	0,2332	0,2333
Coroa (Suécia)	10,4710	10,4734	0,5180	0,5181
Dinar (Argélia)	134,1063	135,5221	0,04003	0,04046
Dinar (Kuwait)	0,3067	0,3068	17,6819	17,6896
Dinar (Líbia)	4,8372	4,8595	1,1163	1,1216
Direitos Especiais de Saque ***	1,3176	1,3176	7,1477	7,1485
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6732	1,4769	1,4771
Dirham (Marrocos)	9,9549	9,9639	0,5444	0,5450
Dólar (Austrália)***	0,6654	0,6656	3,6097	3,6111
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4248	5,4254
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6681	2,7151
Dólar (Canadá)	1,3706	1,3707	3,9577	3,9584
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,4968	6,5762
Dólar (Cingapura)	1,3544	1,3545	4,0050	4,0058
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4248	5,4254
Dólar (Hong Kong)	7,8039	7,8042	0,6951	0,6952
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6116	0,6119	3,3178	3,3198
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7456	6,8260	0,7947	0,8043
Euro (Comunidade Européia)***	1,0706	1,0707	5,8078	5,8090
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,9807	3,0403
Franco (Suíça)	0,8913	0,8914	6,0857	6,0871
Guarani (Paraguai)	7528,1500	7531,0100	0,0007203	0,0007207
Hryvnia (Ucrânia)	40,4200	40,5400	0,1338	0,1342
Iene (Japão)	158,7600	158,7700	0,03417	0,03417
Lev (Bulgária)	1,8264	1,8273	2,9688	2,9705
Libra (Egito)	47,6600	47,7600	0,1136	0,1138
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2665	1,2669	6,8705	6,8734
Naira (Nigéria)	1460,0000	1530,0000	0,00355	0,00372
Lira (Turquia)	32,8283	32,8632	0,1651	0,1653
Novo Dólar (Taiwan)	32,3730	32,3910	0,16750	0,16760
Novo Sol (Peru)	3,8083	3,8110	1,4235	1,4246
Peso (Argentina)	905,7400	905,7600	0,00599	0,00599
Peso (Chile)	932,0200	932,9800	0,005815	0,005821
Peso (Colômbia)	4175,5000	4179,2700	0,001298	0,001299
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2260	0,2261
Peso (Filipinas)	58,8800	58,9000	0,09210	0,09214
Peso (México)	18,3968	18,4073	0,2947	0,2949
Peso (Rep. Dominicana)	58,8300	59,2100	0,09162	0,09222
Peso (Uruguai)	39,3700	39,4000	0,13770	0,13780
Rande (África do Sul)	18,0749	18,0776	0,3001	0,3002
Rial (Arábia Saudita)	3,7514	3,7516	1,4460	1,4462
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001291	0,0001292
Ringgit (Malásia)	4,7080	4,7130	1,1510	1,1524
Rublo (Rússia)	87,2455	87,2545	0,06217	0,06219
Rúpia (Índia)	83,6150	83,6700	0,06484	0,06489
Rúpia (Indonésia)	16425,0000	16435,0000	0,0003301	0,0003303
Rúpia (Paquistão)	278,7400	279,0500	0,01944	0,01946
Shekel (Israel)	3,7170	3,7370	1,4516	1,4596
Won (Coréia do Sul)	1391,0000	1391,6300	0,003898	0,003900
Yuan Renminbi (China)	7,2604	7,2605	0,7472	0,7473
Zloty (Polônia)	4,0421	4,0433	1,3417	1,3422

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2353,12	0,01322	410,3480	410,3933

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	20/06/24	19/06/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.134,76	Feriado	0,77	1,16	3,83	14,92	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.752,30	Feriado	-0,79	6,56	17,39	31,07	14.109,57	19.908,86
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.721,59	Feriado	-0,79	5,90	18,05	29,66	12.595,61	17.862,23
EUA	Nova York	S&P 500	5.473,17	Feriado	-0,25	3,71	14,75	24,71	4.117,37	5.487,03
Canadá	Toronto	S&P/TSX	21.581,35	21.516,90	0,30	-3,09	2,97	9,25	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	53.333,03	53.323,37	0,02	-3,35	-7,06	-1,90	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.376,01	1.380,56	-0,33	-1,71	15,13	18,51	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	76.344,47	76.518,44	-0,23	10,31	32,01	120,73	32.850,05	76.518,44
Chile	Santiago	IPSA	Feriado	6.589,32	-	-0,66	6,32	13,94	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.857,57	29.724,14	0,45	-1,20	15,01	32,50	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	Feriado	1.576.462,38	-	-4,54	69,57	285,05	409.622,74	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.511,69	1.492,42	1,29	-1,24	8,32	11,50	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.254,18	18.067,91	1,03	-1,32	8,97	13,30	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.671,34	7.570,20	1,34	-4,02	1,70	5,17	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.675,15	33.220,31	1,37	-2,37	10,95	22,12	27.209,66	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.889,35	3.861,38	0,72	-0,73	4,90	8,50	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.888,57	2.859,31	1,02	4,31	26,50	42,12	1.962,58	2.892,90
Espanha	Madri	IBEX-35	11.160,50	11.056,40	0,94	-1,43	10,48	18,23	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.421,71	1.426,20	-0,31	-0,71	9,94	12,39	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	933,84	924,78	0,98	3,35	18,69	22,38	714,05	933,84
Hungria	Budapeste	BUX	70.327,34	69.661,21	0,96	3,56	16,01	41,14	49.605,16	70.327,34
Polônia	Varsóvia	WIG	86.549,62	86.385,81	0,19	0,27	10,31	29,39	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.650,92	6.541,80	1,67	-3,20	3,98	10,09	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.151,93	1.154,23	-0,20	2,33	6,32	10,45	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.573,77	2.554,21	0,77	-1,16	7,32	12,83	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.128,16	12.060,24	0,56	1,06	8,89	8,13	10.323,71	12.254,76
Turquia	Istambul	BIST 100	10.739,94	Feriado	2,57	3,26	43,77	104,51	5.186,83	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.938,08	1.973,60	-1,80	-2,78	3,32	5,80	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	80.073,06	80.713,75	-0,79	4,39	4,14	4,30	69.451,97	80.713,75
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.633,02	38.570,76	0,16	0,38	15,45	15,71	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.012,10	8.010,50	0,02	0,52	2,33	6,14	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.655,85	1.687,64	-1,88	-4,27	-9,90	-20,41	1.433,10	2.080,44
China	Xangai	SSE Composite	3.005,44	3.018,05	-0,42	-2,64	1,03	-7,25	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.807,63	2.797,33	0,37	6,49	5,74	7,78	2.277,99	2.807,63
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	18.335,32	18.430,39	-0,52	1,41	7,55	-6,49	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	77.478,93	77.337,59	0,18	4,76	7,25	22,35	62.970,00	77.478,93
Indonésia	Jacarta	JCI	6.819,32	6.726,92	1,37	-2,17	-6,24	2,39	6.639,73	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.298,29	1.303,82	-0,42	-3,52	-8,30	-15,56	1.296,59	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	23.406,10	23.209,54	0,85	10,54	30,54	36,20	16.001,27	23.406,10

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA BARRA DA TIJUCA/RJ

Edital de 1º e 2º leilões (eletrônicos) e intimação a Leila Carvalho Ferreira, com o prazo de 05 dias, extraído da Execução movida pelo Condomínio do Edifício Estrela do Mar em face de Leila Carvalho Ferreira (Proc. nº 0204718-19.2021.8.19.0001), na forma a seguir: A Exma. Dra. BIANCA FERREIRA DO AMARAL MACHADO NIGRI, Juíza de Direito da 4a Vara Cível da Barra da Tijuca/RJ, FAZ SABER, por este Edital, aos devedores e demais interessados, que através do portal de leilões on-line do Leiloeiro ANDERSON CARNEIRO PEREIRA (www.andersonleiloeiro.lel.br), JUCERJA nº 161, no dia **29/07/2024**, às 13h, será vendido a quem mais der a partir da avaliação, ou no dia **31/07/2024**, nos mesmos horário e local, a partir de 50% da avaliação, o direito e ação sobre o **apto 508 do Bloco I, sito à Rua Jornalista Henrique Cordeiro nº 310, Barra da Tijuca/RJ, avaliado em R$900.000,00;** sobre o qual, conforme 9º RGI (matrícula nº 169614), consta no R.16 penhora do presente processo.- Dívidas *propter rem*: (a) IPTU de R$7.385,81, mais acréscimos legais; (b) Dívida executada (Cotas Condominiais) de R$71.417,42, mais acréscimos legais.- Caso a devedora não seja intimada por outra forma legal, fica pelo presente edital intimada dos leilões, na forma do art. 889, p. único do CPC.- Outro Edital, na íntegra, encontra-se nos autos e no site do Leiloeiro Público.- RJ, 17/06/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Secretário Municipal de Eventos, **CARLOS JORGE DE MEDEIROS MAGALHÃES** na forma do art. 72, inciso VIII da Lei 14.133/2021, **RATIFICA** a despesa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), ordenada pela Secretaria Municipal de Eventos em favor da Empresa **WJ AGENCY AGENCIAMENTO E PRODUÇOES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o número 45.990.038/0001-97, nos autos do Processo Administrativo nº 10140/2024 e realizada com fundamento no artigo 74, inciso II da Lei 14.133/2021, visando a contratação da show artístico para apresentação do **CANTOR WAGUINHO COM PARTICIPAÇÃO DO CANTOR MARCUS SALLES** no dia 06 de julho de 2024, NO **EVENTO EXPO ITAGUAÍ 2024.**

Itaguaí, 18 de junho de 2024.

Carlos Jorge de Medeiros Magalhães - Secretário Municipal de Eventos

Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
Secretaria Executiva de Gestão Integrada
Subsecretaria de Administração Geral
Coordenação de Planejamento, Licitações e Compras Diretas

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2024

PROCESSO SEI-GDF: 00050-00001058/2023-99. TIPO: Menor Preço. Modo de disputa: Aberto. OBJETO: Aquisição de bens permanente, 04 (quatro) televisores Smart TV de 65 polegadas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência. VALOR ESTIMADO: R$ SIGILOSO. DOTAÇÃO: UO 24.909 – PROG. TRAB.: 06.181.6217.4220.0010 FR: 392 – ND: 4.4.90.52 PRAZO: de execução: 30 (trinta) dias corridos. Vigência do contrato: 12 (doze) meses a partir da assinatura. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 02/07/2024, às 14h, no https://www.gov.br/compras/pt-br/. UASG 450107. Edital está disponível no endereço acima e no portal http://www.ssp.df.gov.br/licitacoes/.

Brasília/DF, 20 de junho de 2024.

LUCIANO BARBOSA RAMOS
Pregoeiro

MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. CNPJ/MF nº 07.816.890/0001-53 - NIRE 33.3.0027840-1. Companhia Aberta. **RESUMO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2024.** Foi realizada reunião do Conselho de Administração da Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") no dia 06 de junho de 2024, às 14hs, na sede da Companhia, com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, onde foi deliberada a convocação de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE") e aprovada a proposta da administração da Companhia para as seguintes matérias constantes da ordem do dia da referida AGE: **(i)** aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 170.000.000,00, mediante capitalização de reservas de lucros da Companhia, sem emissão de novas ações; e **(ii)** alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia a fim de refletir a deliberação objeto do item (i) acima, caso aprovada, bem como consolidar os termos do Estatuto Social. Assinaturas: Sr. José Isaac Peres – Presidente; e João Paulo Nogueira Barros – Secretário. Aviso: o presente resumo é feito nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 289, inciso I e não deve ser considerado isoladamente para a tomada de decisão. A íntegra da presente ata está disponível nos endereços eletrônicos: https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/, https://www.gov.br/cvm/pt-br e https://www.b3.com.br/pt_br/ e foi arquivada na JUCERJA sob o nº 6295717.

CRÉDITO UNIVERSITÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CNPJ nº 08.417.544/0001-65 - **EDITAL DE CONVOCAÇÃO -** Ficam os senhores cotistas do **Crédito Universitário Fundo de Investimento em Direitos Creditórios** ("Fundo"), convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se, conforme facultado pela Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários nº 849, de 31 de março de 2020, por meio de vídeo e/ou teleconferência, a ser organizada pela Administradora, e/ou através da manifestação de voto por escrito, a realizar-se, em primeira convocação, **no dia 01 de julho de 2024, às 11h00,** a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constante da **Ordem do Dia: (i)** as demonstrações financeiras do Fundo relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e **(ii)** a autorização à Administradora e à Gestora, conforme aplicável, para a prática de todos e quaisquer atos necessários à efetivação das matérias constantes desta Ordem do Dia, caso sejam aprovadas. Não havendo *quórum* para a realização da Assembleia Geral em primeira convocação, esta será realizada em **08 de julho de 2024, também às 11h00** e por meio de vídeo e/ou teleconferência, valendo este Edital também como **segunda convocação.** Para maiores informações sobre a Assembleia e as matérias da Ordem do dia, entrar em contato diretamente com a Administradora. Rio de Janeiro, 21 de junho de 2024. ***Oliveira Trust DTVM S.A. - Administradora do Fundo.***

JUÍZO DA 16ª VARA CÍVEL da COMARCA DA CAPITAL/RJ

Edital de 1º e 2º Leilão e Intimação com prazo de 05 dias, nos autos da ação Cobrança que CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO DUMONT move em face de ESPÓLIO DE MIGUEL ANGELO SOARES DE OLIVEIRA, ESPÓLIO DE ZENITH SOARES DE OLIVEIRA e SÔNIA REGINA SOARES DE OLIVEIRA, processo nº 0094612-68.2013.8.19.0001, na forma abaixo:

A Dra. Adriana Sucena Monteiro Jara Moura – Juíza de Direito da Vara acima, FAZ SABER a todos que o presente Edital virem, com prazo de 05 dias, **especialmente os executados, os coproprietários, a saber, PAULO TADEU SOARES DE OLIVEIRA, PAULO ADRIANO VIANA OLIVEIRA, PAULINO ASSIS DE OLIVEIRA FILHO e demais interessados**, que no dia **28/06/2024, às 14h**, DE FORMA PRESENCIAL, na Rua Sete de Setembro, 55, grupo 2601 – Centro, Rio de Janeiro/RJ - escritório do leiloeiro, PABX (21) 2242-9547 e DE FORMA ELETRÔNICA, no site www.alexandrecostaleiloes.com.br, será vendido pelo Leiloeiro Público *ALEXANDRE PEREIRA DA COSTA*, matrícula 071 Jucerja, acima da avaliação, ou no dia **04/07/2024**, no mesmo horário e local, pela melhor oferta, a partir de 50% (cinquenta por cento) da avaliação, o bem imóvel adiante descrito e avaliado, Foreiro ao Município e à União, tendo sido apresentadas as certidões exigidas pelo Código de Normas. Fica ressaltado que eventuais interessados na aquisição do bem através de pagamento em prestações deverão apresentar propostas por escrito nos autos, até a data do primeiro ou do segundo leilão, conforme o caso, na forma preconizada pelo art. 895 do CPC. Destacado, também, que a apresentação destas propostas não importará na suspensão do leilão e que elas serão avaliadas pelo Juízo, conforme critérios legais aplicáveis à espécie (art. 895, §6º a 8º, CPC). As informações sobre o imóvel quanto a recuo, desapropriação, débitos fiscais, penhoras, gravames etc., ocorrerão na abertura do pregão, bem como de que a arrematação será feita com pagamento à vista ou em 15 (quinze) dias, mediante caução de 30% (trinta por cento), acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do Leiloeiro, no ato, diretamente ao leiloeiro. Custas devidas ao Cartório de 1% (um por cento) até o máximo permitido por Lei, sendo todos os percentuais incidentes sobre o preço alcançado, ocorrendo arrematação ou adjudicação. Os leilões serão de forma presencial e eletrônica, simultaneamente. Avaliação índex 896 a 937: **"LAUDO DE AVALIAÇÃO: O imóvel vistoriado é localizado na Rua Cruz Lima, nº 08, apartamento 101, Flamengo, Rio de Janeiro. O Condomínio possui 10 pavimentos, sendo o primeiro o térreo, que é composto por hall de acesso e dois apartamentos e 9 pavimentos-tipo, com 2 apartamentos por andar. O imóvel, objeto da lide, apartamento 101, possui área de 199 m². O apartamento é composto por sala, 4 quartos, 1 banheiro, 1 lavabo, cozinha, área, quarto e banheiro de serviço. Circunvizinhança: As estações de metrô Catete, Largo do Machado e Flamengo dão acesso ao bairro. A Praia do Flamengo, a Praça São Salvador, o Centro Cultural Oi Futuro, o Centro Cultural Arte Sesc, a Casa de Arte e Cultura Julieta de Serpa, o Castelinho do Flamengo e o Parque Brigadeiro Eduardo Gomes são alguns pontos de interesse que estão situados no bairro e em seu entorno. Conclui-se que o valor de venda do bem avaliado é de R$ 1.150.000,00 (um milhão e cento e cinquenta mil reais). Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2023. O laudo pericial completo e pormenorizado encontra-se às fls 896 á 937.**". Constam débitos de IPTU no valor de R$ 142.700,00 (cento e quarenta e dois mil e setecentos reais), FUNESBOM, no valor de R$ 984,66 (novecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e seis centavos); Laudêmio de 2,5% (dois e meio por cento) e 5% (cinco por cento) devidos, respectivamente, ao Município e à União; Foro, no valor de R$ 4.281,49 (quatro mil e duzentos e oitenta e um reais e quarenta e nove centavos) para a União. O Foro devido ao Município será informado futuramente, tendo em vista que a Procuradoria ainda não respondeu a essa solicitação. Débito condominial no valor de R$ 852.592,09 (oitocentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e noventa e dois reais e nove centavos), objeto dessa ação. Consta na Certidão de Ônus Reais competente, Registro de Penhora em 1º grau oriunda deste processo, objeto do R-4, Registro de Penhora em 2º grau de 1/10 do imóvel, objeto do R-5, com Sentença prolatada nos autos, extinguindo o débito em razão do pagamento, todavia sem a devida baixa do gravame na dita Certidão de Ônus Reais. Cientes os interessados que o imóvel será vendido livre e desembaraçado de débitos de Condomínio, Taxa de Incêndio e IPTU, conforme artigo 130 do CTN e artigo 908 §1º do CPC, até a data da arrematação, cabendo ao arrematante o pedido de reserva de numerário e providências para pagamento. Cientes ainda que, caso o executado, a inventariante, os coproprietários, os usufrutuários, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada e o promitente comprador e vendedor, não sejam encontrados pelo Sr. Oficial de Justiça, ficam pelo presente Edital intimados da hasta pública, suprida assim a exigência contida no art. 889 do CPC. Não havendo expediente forense na data designada, o leilão será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. Fica autorizado o leiloeiro efetivar a venda, em caráter definitivo, do lance anterior, **em caso de inadimplência** do ofertante do lance vencedor (**tanto do preço como da comissão do leiloeiro**). E, caso este também fique inadimplente, proceder da mesma forma, e assim sucessivamente, consignando-se que o juiz poderá estabelecer multa àqueles que não depositarem o preço, bem como ultimar as medidas punitivas cabíveis previstas em lei, tais como dispõe analogamente os artigos 895 §4º e 896 §2º. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo. Este Edital será disponibilizado no site www.alexandrecostaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br (rede mundial de computadores). Rio de Janeiro, 26 de abril de 2024. Eu, ____________________, Analista Judiciário, digitei. E eu, Escrivão (ã), subscrevo. (as) Adriana Sucena Monteiro Jara Moura – Juíza de Direito.

INÊS 249

Investimentos Com taxação, fundo fechado restrito é transformado em aberto e libera liquidez

Na revisão da carteira, ultrarrico eleva 'offshore'

Adriana Cotias
De São Paulo

O fim do diferimento tributário em alguns tipos de fundos de investimentos fechados exclusivos e restritos mudou a forma como as famílias brasileiras donas de grandes fortunas planejam suas alocações. No meio do turbilhão fiscal que afetou patrimônios acumulados por décadas, uma das revisões colocadas na mesa tem sido o incremento da parcela investida no exterior. Em algumas casas, nem o câmbio tem atrapalhado.

Junto com a mordida do Leão, que pôde ser parcelada até março, com pagamento adicional em maio, houve liberação de liquidez desde que lei 14.754 foi sancionada, em dezembro de 2023. Alguns grupos familiares simplesmente abriram as suas estruturas de investimentos. Assim, em vez de ficarem amarrados à regra de amortização anual do fundo fechado, os resgates ficaram flexíveis. O dinheiro ficou livre para transitar entre diferentes ativos e geografias.

Para se ter uma ideia das movimentações, Bruno Diniz, chefe de produtos da butique de investimentos WHG, fez um mapeamento na plataforma da Comdinheiro e constatou que 1.014 mil portfólios fechados com menos de 11 cotistas, com R$ 72,4 bilhões, foram transformados em condomínio aberto e o patrimônio encolheu para R$ 55,1 bilhões no fim de maio. Outros 168 fundos com essas características no fim de 2023, com R$ 4,2 bilhões, foram encerrados neste ano.

A subtração decorre tanto do pagamento de imposto para quem atualizou estoques, com direito a alíquota diferenciada de 8%, como também da cisão ou migração para fundos de participações (FIP), de crédito estruturado (FIDC), de infraestrutura, imobiliário e de ações ou ativos isentos. E uma parte tem rumado para o exterior, afirma Diniz.

No caso da WHG, que tem R$ 42 bilhões de indivíduos e grupos familiares ultrarricos, a fatia "offshore" passou de uma média entre 10% e 25% para algo entre 30% e 50%. "Se um ano atrás o cliente novo que passava por um evento de liquidez tinha a bala de prata do fundo exclusivo fechado, um veículo extremamente eficiente em termos de custos e do ponto de vista tributário e sucessório, com a reforma, não tem mais tudo isso", diz Diniz. "Temos vários casos de clientes que tiveram riqueza criada há bastante tempo e mantiveram os recursos dentro dos fundos por 10, 15, 20 anos. Era um estoque relevante que mitigava a vontade de fazerem certos movimentos. Agora, é uma folha em branco."

Ao estudar como realocar os recursos, o executivo diz haver apetite para explorar temas que não existem no Brasil, a exemplo da inteligência artificial e de teses de cadeias de produção mais próximas. "Há famílias que tinham 10% lá fora, caminhando para 30%, e vários casos com aumentos mais expressivos", afirma.

Já a taxação de veículos offshore com alíquota anual de 15% para estruturas opacas — sem apresentação de balanços periódicos — trouxe alguma isonomia tributária com os fundos exclusivos locais de longo prazo, mas não é o que vai pesar na conta. "A gente tem feito uma carteira moderna, com quase 90% em ETF [fundos negociados em bolsa], com liquidez diária, em que consegue se movimentar rápido", afirma Diniz.

Alguns são mais sensíveis ao nível do câmbio, outros simplesmente planejam quanto pretender ter em ativos globais e vão fazendo remessas aos poucos, evitando os dias de maior estresse.

Com cerca de R$ 9 bilhões, de 250 investidores, a Aware Investments viu aumentar a procura pela mudança de domicílio fiscal, na reta final da reforma de impostos, segundo o sócio Alex Silva. "Observamos empresários dando 'bye bye' Brasil, tirando a residência porque acabou o diferimento que era muito satisfatório", diz. "Alguns preferem ter companhias no exterior com o IR postergado. E, no final, têm a matemática dos juros compostos a favor."

ROGERIO VIEIRA/VALOR

> "Há famílias que tinham 10% lá fora, caminhando para uma fatia de 30%"
> *Bruno Diniz*

Se antes Portugal era um dos destinos preferidos dos brasileiros pelos incentivos fiscais para quem fixava residência no país e tinha certo patrimônio, hoje o executivo diz ver uma maior procura para saídas definitivas mirando a Itália. Como a origem da Aware foi a união de Silva com dois outros ex-diretores do português Banco Espírito Santo no Brasil, o time tem um certo termômetro desse tipo de comportamento, diz. A gestora de patrimônio tem escritórios aqui, em Portugal e na Suíça.

Com o tratamento da estrutura offshore resolvido, houve uma maior inclinação dos clientes fecharem câmbio, buscando uma posição mais equilibrada entre ativos locais e no exterior, diz o executivo da área de soluções de um grande banco. "O nome do jogo é abrir um pouco mão da discricionalidade para manter o diferimento", diz, usando a curadoria de fundos de prateleira.

Por muitos anos, os investidores de alto patrimônio viveram como "prisioneiros dos fundos fechados" e agora, com a reorganização das suas estruturas e antecipação do imposto, passaram a olhar um escopo de investimentos maior, diz Rafael Mazzer, sócio do BTG Pactual responsável pela área de soluções de portfólios no Brasil. Sem o apelo do diferimento, o dinheiro vem sendo redistribuído, eventualmente com um resultado líquido até maior pelo rebalanceamento entre ativos tributados e isentos.

Lá fora, Mazzer diz que o que passou a fazer mais sentido são portfólios mais simples: em vez de estruturas próprias, fundos de alocação condominiais. "Alguns veículos refletem as nossas indicações. Possibilitam comprar e carregar até o dia em que precisar do dinheiro e daí paga o IR." Outro atrativo, impensável anos atrás, é que no exterior hoje tem renda fixa remunerando bem o capital do investidor.

Independentemente das mudanças tributárias, Mazzer diz que ter recursos no exterior faz parte da disciplina de alocação. "O cliente, principalmente o de alta renda, precisa ter um equilíbrio na posição em moeda forte e em reais", afirma, lembrando que é possível fazer isso via veículos locais.

Na média, o cliente do BTG costuma ter de 20% a 25% dos recursos no exterior. O indicado seria ter 70% localmente e 30% fora do Brasil. Para quem não tem nada, vale aproveitar os momentos de bonança do real e fazer remessas ou aplicações aos poucos, até atingir a porção pretendida. "Quando consigo alcançar a meta, esqueço quanto custou em reais, é a maneira de ser feliz", diz. "E daí é preciso ter a disciplina de olhar dólar com dólar, reais com reais."

Como grandes perdedores do rearranjo feito pelos ultrarricos, Mazzer vê os multimercados, que eram a tradicional casca para os fechados exclusivos, e também não tiveram janelas boas de performance nas carteiras de prateleira. Na ponta ganhadora estão os isentos e os fundos de previdência, apesar de o governo ter fechado a brecha para a constituição de novos veículos restritos do tipo.

No private banking do Santander no Brasil, o fluxo e aberturas de contas no exterior até se arrefeceu fase na anterior à publicação da Lei 14.754, diz Christiano Clemente, CIO da área. Enquanto havia incertezas em relação ao texto final da taxação dos fundos fechados locais e das companhias de investimentos fora do Brasil, houve mais conversa do que poderia ser feito do que efetivamente o envio de remessas.

"Com o tema offshore pacificado, o volume de remessas tende a voltar para a média histórica, com mais aberturas de contas. É algo que veio para ficar, independentemente se o câmbio [dólar/real] subiu 1% ou 2% hoje", diz Clemente. "Tem mais a ver com planejamento patrimonial e diversificação geográfica."

Com as mudanças da taxação no exterior, ele também vê os brasileiros preferindo estruturas mais simples, em vez de criar as suas "private investment company" (PIC), em jurisdição diferente da residência fiscal. "Além de ser importante ter exposição em outra moeda, o investidor tem acesso a um mercado muito maior. E cada família pondera se vai ter 10%, 20% ou 30% offshore." Na base do private banking do Santander, a média está na casa dos 20%.

"Na regra de bolso, o recomendável seria investir de 25% a 30% e isso não deveria ser em função do preço do câmbio do dia. Mas há um viés das finanças comportamentais, a ancoragem, o investidor fica amarrado a um certo nível que enxerga como melhor."

Anbima aposta em 'tokenização' para conexão ao Drex

Toni Sciarretta
De São Paulo

O mercado financeiro e de capitais busca uma forma de pavimentar sua conexão ao Drex, o sistema de moeda digital do Banco Central (BC), por meio da "tokenização" de ativos e do uso da tecnologia blockchain das finanças descentralizadas (DeFI). Para tratar o tema de forma coordenada, a Anbima, associação que representa o setor, criou uma nova rede estratégica para a área de inovação com todo — incluindo o tema da inteligência artificial generativa —, que funcionará como as iniciativas já em curso de educação financeira e de sustentabilidade (ESG).

Segundo Carlos André, presidente da Anbima, a proposta é trabalhar junto com o Banco Central (BC) e com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para avaliar e propor soluções aderentes à regulação atual e em discussão. A associação quer aproveitar o melhor que essas tecnologias trazem em termos de ganhos de eficiência, rapidez e redução de custos, mas de forma segura, escalável e ética.

Entre as atividades desenvolvidas pela rede, está desde promover estudos de viabilidade, identificação de casos de uso, workshops, treinamentos e grupos de discussão até apresentações de startups — os "pitch days" — e elaboração de protótipos de soluções práticas para mitigar problemas e responder a desafios enfrentados hoje pela indústria de investimentos.

"A Rede Anbima de Inovação atuará como um fórum de debates sobre tendências emergentes, criando um espaço organizado para profissionais discutirem, se informarem e até identificarem projetos que possam ajudar a impulsionar a transformação digital do nosso mercado", disse.

> "Caso haja consenso de que é vantajoso e realizável, poderemos criar um piloto"
> *Carlos André*

Na frente de tokenização, o principal projeto visa impulsionar a negociação de ativos tokenizados que poderão ser compensados no futuro ambiente do Drex. O projeto, inspirado no formato do próprio piloto do real digital, segue também a premissa do "open finance" de padronização de protocolos. Sem um denominador comum que traga a chamada interoperabilidade entre as blockchains, não será possível conectar diferentes ecossistemas no real digital.

"As oportunidades de negócios e ganhos de eficiência que a tokenização de ativos pode trazer para os investidores e mercados são cada vez mais evidentes, e este projeto pretende fomentar e testar diversas teorias relacionadas à tokenização que podem revolucionar nossos mercados", disse. "Caso haja um consenso de que é vantajoso e realizável, poderemos, juntos, criar um piloto dessa solução."

Para André, a expectativa é que, aproveitando a capacidade de fracionamento de ativos via tokenização, o projeto mostre como é possível alavancar a liquidez no mercado secundário, democratizar o acesso a diferentes produtos e reduzir custos operacionais.

Em relação à inteligência artificial (IA), a Anbima prepara duas trilhas de atuação. Uma delas será voltada especificamente para a indústria de fundos de investimento, para identificar casos de uso que facilitem o trabalhos dos gestores de recursos. Como exemplos, André cita o "suitability" (enquadramento de perfil), que pode avançar a partir da possibilidade de hiperpersonalização oferecida pela IA, e a otimização de processos de análise de risco e gestão de ativos.

A segunda será aberta a todo o mercado e engloba uma série de ações que visam ajudar as instituições financeiras a compreenderem e adotarem a IA em seu dia a dia. A primeira atividade será uma "master class" on-line com Clara Durodié, especialista britânica em IA em serviços financeiros, que ocorre no dia 1º de julho.

Como a indústria de cartões pode impulsionar o open finance?

Palavra do gestor

Ricardo de Barros Vieira

Com mais de 40 bilhões de transações por ano e previsão de movimentar mais de R$ 4 trilhões em 2024, a indústria de cartões de crédito e débito tem potencial de se tornar uma alavanca relevante para o projeto de open finance no Brasil, que vem sendo implementado nos últimos anos com bastante competência pelo setor financeiro, sob liderança do Banco Central. O universo de cartões, sem dúvida, tem tudo para fortalecer os casos de uso no consumo de dados dos emissores e credenciadores, além de estimular as iniciações de pagamento.

Aliás, quando o assunto é pagamento, os cartões são notadamente o principal elo entre o consumidor brasileiro e o comércio, seja ele físico ou on-line. São, ainda, uma poderosa ferramenta de gestão financeira, que funciona sob uma das estruturas mais modernas e seguras do mundo, fruto de décadas de investimento e inovação dessa indústria.

Os cartões — cabe lembrar — foram os precursores no processo de digitalização da economia, convergindo para o mundo digital bilhões de transações que antes ocorriam apenas por meio de instrumentos quase obsoletos, como cheque, carnê e dinheiro, promovendo, assim, ganhos sem precedentes de eficiência, segurança e experiência aos usuários. Setores inteiros da era digital se viabilizaram graças à prontidão e às inovações do mercado de cartões — basta olharmos para o e-commerce, as carteiras digitais e toda a economia dos serviços por aplicativo.

O compartilhamento de dados por meio do open finance tem como objetivo permitir que o consumidor consolide sua vida financeira em um único canal, entre outros serviços. Nesse caso, a relação dos cartões com a fase de dados é significativa. Cerca de 57% do consumo das famílias estão associados ao uso de cartões. Isso proporciona maior visibilidade financeira aos consumidores, permitindo uma análise mais profunda e uma melhor gestão. Recente pesquisa da Abecs, em parceria com o Instituto Datafolha, mostra que 80% dos consumidores dizem que cartão de crédito contribui para o seu controle financeiro.

As oportunidades são únicas. Por exemplo: consumidores que antes tinham suas propostas financeiras rejeitadas ou reduzidas devido à falta de visibilidade de histórico ganham a chance de obter aprovação ou produto equivalente ao que já possuem na instituição de relacionamento. Os resultados dessa combinação passam pela democratização dos serviços financeiros, inclusão financeira e aumento na concessão de crédito.

A API (sigla em inglês para Interface de Programação de Aplicativos) de cartões integrada ao ecossistema do open finance já demonstrou sua eficácia, com mais de 7,5 bilhões de chamadas bem-sucedidas em 2023. Isso não apenas facilita a conciliação de transações, mas também impulsiona a oferta de novos produtos financeiros, melhorando a eficiência do mercado e reduzindo custos operacionais.

Quando falamos de iniciação de pagamentos por meio do open finance, o objetivo é facilitar as transferências entre contas e compras on-line, como pagamentos no e-commerce e pagamentos recorrentes, modalidades em que a indústria de cartões possui vasta experiência. Apenas em 2023, foram movimentados R$ 830 bilhões em compras não presenciais com cartões de crédito e débito, sendo que a iniciação de pagamentos com o escopo atual — sem cartões — transacionou somente R$ 764 milhões, menos de 0,1%.

Sabemos que a conversão do "carrinho de compra" é um dos maiores desafios do e-commerce, e alguns fatores são essenciais para o sucesso de venda e de recorrência do modelo de pagamento, como experiência, segurança e taxa de aprovação. A inclusão das credenciais de cartões na iniciação de pagamentos já embarcaria todas essas funcionalidades, uma vez que a tecnologia de "tokenização" permite transações on-line com segurança e conveniência.

Esses fatores aumentam a confiança não apenas do consumidor, mas também do lojista, que pode ampliar seu leque de aceitação de pagamentos e impulsionar vendas. Tudo isso gera um efeito cascata, ampliando a quantidade de iniciações de pagamento do open finance e contribuindo para o crescimento econômico e para a digitalização da economia.

Em fevereiro de 2024, tivemos no Brasil uma iniciação de pagamento a cada 460 habitantes. No mesmo mês, no Reino Unido, o índice foi de uma iniciação a cada cinco habitantes. Tanto na Europa como nos EUA, as principais empresas e bandeiras de cartão já participam ativamente desse movimento com soluções exclusivas que geram mais relevância aos programas de open finance e inúmeros benefícios aos usuários.

Aqui no Brasil, as empresas de cartão têm o mesmo apetite e interesse em participar. E, tenho certeza, a inclusão dos cartões no escopo de iniciação de pagamentos, assim como já ocorre com o arranjo Pix, pode contribuir de maneira importante para impulsionar o sucesso do open finance no Brasil.

Ricardo de Barros Vieira é vice-presidente executivo da Abecs
E-mail abecs@abecs.org.br

Gastronomia
O efeito do boom imobiliário em São Paulo **4**

Bienal
Curador Bonaventure Ndikung está 'À Mesa com o Valor' **6**

ROGÉRIO VIEIRA/VALOR

Vinho sem gravata

Sociedade Mulheres revolucionam a maneira como se vê e se serve a bebida. Por *Luiza Fecarotta*, para o Valor, de São Paulo

Maíra Freire, eleita sommelière do ano na última premiação do "Guia Michelin" no eixo Rio-São Paulo, revelada em maio, simboliza um cenário disruptivo e promissor do universo do vinho no Brasil, em que as mulheres lideram um serviço fresco e descontraído da bebida em restaurantes estrelados e são pioneiras em um movimento criativo, que coloca o vinho em lugares inéditos.

"Faz algum tempo que o vinho tem tirado sua gravata. As mulheres estão colocando essa bebida em lugares jamais vistos, fora dos restaurantes, como numa escola independente, dinâmica e altamente técnica, numa calçada, numa torneira", diz Alexandra Corvo, uma das precursoras da presença feminina no setor no Brasil.

Com grande destaque no Nordeste, a sommelière Patrícia Penha comunga da mesma opinião e enxerga as mulheres como as profissionais menos ortodoxas e mais libertárias. "É possível que esse comportamento feminino seja fruto de uma condição política, da gente estar sempre desviando das estruturas, que são muito sólidas, para construir um saber novo e próprio."

Maíra Freire, que ganhou o nome em função do livro "Maíra" (1976), de Darcy Ribeiro, sobre uma tribo indígena e sua cultura —rica e oprimida —, formou-se em psicologia, trabalhou com moda e foi fisgada inesperadamente pelo encanto do serviço no salão de restaurantes, que a levou ao vinho.

"Minha formação vem principalmente da inspiração em outras profissionais, de viagens a produtores e da literatura", diz Freire, formada pela Associação Brasileira de Sommeliers e pela Wset, uma das mais importantes referências internacionais na área de educação em vinhos.

Curvou-se aos rótulos naturais em uma época em que esse campo era quase virgem no Brasil e teve de enfrentar uma resistência que se dissolveu ao entrar no carioca Lasai, em 2017, quando criou uma carta integralmente de vinhos orgânicos e biodinâmicos.

"Desde o início, o Lasai foi mais avant-garde. A base do nosso trabalho é a agricultura, produtores que conhecemos e sabemos como trabalham. Com o vinho é a mesma coisa, a gente esquece que esse é um produto agrícola, mas é exatamente isso que me interessa."

Em termos de comida, a ideia é trabalhar com produtos locais — a maior parte vem do próprio Rio de Janeiro. Reproduzir essa filosofia nos vinhos limitaria muito as possibilidades, assim Freire investiga rótulos do mundo inteiro, embora dê valor particular à produção brasileira e a regiões menos conhecidas, que tragam alguma surpresa.

Em sua percepção, o mais difícil é a harmonização, tendo em vista que o cardápio muda diariamente. O domínio que ela tem da espinha dorsal da degustação e de alguns traços da construção de sabor marcantes do chef Rafa Costa e Silva, porém, a permite "sambar conforme a música da cozinha".

Também faz uma licença poética ao criar pequenas intervenções na harmonização com vinho e servir, por exemplo, um saquê natural de Fukushima, com o qual ela brinca com as combinações a partir das temperaturas, que transformam a bebida radicalmente. Aquecido, ele ganha intensidade, fica mais incorporado com acidez mais pronunciada; frio, quase gelado, o saquê fica mais suave e pode ser combinado com um prato mais delicado, que tenha alguma doçura e acidez.

Freire gosta de brincar com contrastes, como a ousadia de servir uma sobremesa com um vinho seco e mineral, e passeia por uma variedade de estilos ao longo do serviço — um jerez, um espumante natural brasileiro.

Juliana Carani, a mais jovem desse seleto grupo, vem ganhando notoriedade à frente do serviço de vinhos do Tuju, restaurante do chef Ivan Ralston, também com duas estrelas no "Guia Michelin". Ela tem um leque vasto de garrafas para desenvolver as harmonizações, que é o que faz com maior rigor — trabalha com 45 importadoras e 1.300 rótulos. Em função disso, criou três possibilidades de combinar vinho e comida.

A "clássica" traz produtores já consagrados e emblemáticos, concentrados na França, e atinge paladares mais tradicionais. A "descobertas" contempla o mundo, e sua característica é apresentar vinhos diferentes de uvas diferentes, de países menos comuns, como Áustria e Croácia, e regiões menos óbvias. A "América do Sul" é a mais nova, entrou há pouco em cartaz. Passeia por países como Chile, Argentina, Bolívia, Peru e o Uruguai e intercala rótulos de vinhos clássicos e modernos.

"A gente esquece que esse é um produto agrícola"

Maíra Freire

"Levo muito a sério a prova de vinhos. Às vezes, levo fundos de garrafas para casa para acompanhar como eles evoluem, faço uma análise minuciosa, fico imaginando com o que eles poderiam compor e faço testes em casa", diz Carani, que prova entre 30 e 40 garrafas por dia, quase 15 mil garrafas ao ano.

Sua maior extravagância, porém, são os planos para o futuro: ela quer se especializar no ramo de falsificação de vinhos e fará em breve um curso nos Estados Unidos para aprender a atestar a legitimidade da origem das garrafas. Formada em biologia, Carani flertou com a possibilidade de ser perita criminal e, hoje, junta um pouco dos dois talentos para "investigar vinhos".

Foi a investigação que também mobilizou a sommelière Gabriela Bigarelli, há 18 anos no grupo Maní, da chef Helena Rizzo. Aos 16 anos, ela saiu do interior de São Paulo e viajou de navio por 17 dias para chegar à Europa e mais três dias de trem com destino a Florença, onde foi morar com sua irmã.

Em seu primeiro trabalho, instalou-se no porão de uma pizzaria para separar as toalhas limpas das sujas, onde estava instalada a adega. Nas horas vagas, abria a adega e escrevia num papel o nome dos vinhos, as uvas e as regiões e, em casa, treinava o italiano. Foi na Itália e na Espanha que estudou vinhos e trabalhou no ramo, até voltar para São Paulo e ser a primeira mulher a trabalhar no Terraço Itália, como recepcionista.

Aos poucos, Bigarelli penetrou o mercado de vinhos no Brasil e hoje tem uma empresa que faz consultoria 360 graus na área de vinho e serviço. "As pessoas acham que sommelier é aquele profissional que só atende na mesa, mas eu vendo uma média de 8 milhões de vinhos por ano e tenho um crescimento de 20% ao ano", diz a profissional, que trabalha com 45 clientes no Brasil, além de estar à frente do grupo Maní. "O Maní é meu xodó, meu caso de amor profundo, onde está meu lado poético."

Foi no Manioca que ela implementou um estilo de carta que rompeu paradigmas. Os vinhos surgem separados por estilo, com uma linguagem própria, como por exemplo "brancos leves, sem madeira" ou "encorpados, intensos e amadeirados". "Esse tipo de carta didática virou a minha assinatura. O Manioca também foi o primeiro restaurante a servir vinho em taça e em decanter de serviço, com marcação."

Ainda mais inovador foi um projeto inédito que lançou recentemente no Maní, o Por Elas, no qual Bigarelli convida sommelières para dividir o desenvolvimento de harmonizações de jantares especiais.

Na estreia, quem participou foi a dupla Daniela Bravin e Cassia Campos, da Sede 261, que se juntou para propor casamentos improváveis, com abrangência de estilos e países — desde um espumante da Chapada Diamantina até um Jura, aquela microrregião na França, pertinho da Borgonha.

Essa dupla, aliás, criou o projeto Sommelier Itinerante, que tirou esse profissional da sala do restaurante e o levou para mercados e para a calçada. Juntas foram pioneiras em tornar o ritual de beber vinho uma coisa menos sisuda e mais informal. Elas levavam vinhos excelentes, numa banheira, para lugares que não tinham serviço de vinhos.

A Sede 261 nasceu depois disso. É uma garagem numa ruazinha de paralelepípedos em Pinheiros, em São Paulo, na qual abrem cadeiras de praia na calçada e mesinhas portáteis e servem vinho em taça e em garrafa.

São duas profissionais com muito tempo de mercado, que garimpam de 30 a 40 rótulos por semana. "O vinho está no nosso dia a dia, a gente seleciona vinho o tempo todo, não importa se custa R$ 30 ou R$ 3 mil, se ele for bom vamos dar um destino", diz Bravin, uma das primeiras mulheres a atuar nesse ramo em São Paulo.

"Não existe isso de que o melhor vinho é aquele que você gosta. O vinho, para ser bom, tem de obedecer certos preceitos, e nosso papel como sommelière é fazer essa triagem."

Para Cassia Campos, que se formou socióloga e tornou-se sommelière, a maioria dos restaurantes sempre teve brigadas masculinas, mas hoje são as mulheres que estão agitando o mundo do vinho. "Os movimentos mais disruptivos são feitos por mulheres, isso está muito vivo", diz Campos, que também faz a curadoria de um clube de vinhos e está à frente do bar e restaurante Huevos de Oro e de uma consultoria ao lado de Bravin.

Na perspectiva da sommelière Gabriela Monteleone, que ganhou fama no D.O.M. e, a partir de lá, alçou voos, "é preciso singularizar essas profissionais que fizeram da sommellerie uma profissão forte no Brasil". Pois ela própria desenvolveu uma maneira muito particular de servir vinhos, com uma linguagem poética, que passeia por uma história e desperta o interesse sem se tornar enfadonha.

"Melancólico" é o vinho com uma fruta mais retraída, que demora para se abrir, tecnicamente tem um aspecto mais redutivo de aromas e precisa de mais ar para se soltar. Os mais "alegres" têm fruta aberta, fresca, madura e são muito didáticos.

Autora do livro "Conversas acerca do vinho", Monteleone idealizou dois projetos que estão deslanchando e são marcos de ineditismos no Brasil. Um deles, o Tão Longe, Tão Perto, divulga vinhos nacionais de pequenos produtores em torneiras, instaladas em bares e restaurantes, e suprime garrafas de vidro; o outro, o Vinhos de Combate, são "bag in box" de três litros com venda online, que faz em parceria com a Era dos Ventos, de um casal de produtores de Bento Gonçalves (RS) que produz vinhos com mais técnica e menos tecnologia e usa uvas mais antigas bem adaptadas, com o mínimo de intervenção.

O primeiro projeto, cujo embrião foram degustações online guiadas na pandemia, criou uma comunidade em torno do vinho para discutir sobre produtores, regiões e processos de vinificação. Hoje, tem um ponto numa esquina na Barra Funda, em São Paulo, que também faz as vezes de um bar de vinhos, mas é, essencialmente, um laboratório da curadoria de torneiras. Além de ter se espalhado pelo Brasil, por cidades como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador, o projeto está em implementação no Porto, em Portugal.

Monteleone também é sócia da importadora e distribuidora Família Kogan, representada na Bahia pela sommelière Patrícia Penha. "Eles fazem um garimpo supercuidadoso de pequenas produções, de jovens que estão voltando para trabalhar nas terras e que têm resgatado uvas do passado", diz Penha.

Com uma série de certificações, inclusive da Wset, Penha teve sua primeira grande vivência em vinhedos nas imediações da Cidade do Cabo, na África do Sul. "Eu queria uma condição identitária, não queria ir para a Europa. Queria um referencial, um lugar onde eu pudesse estudar produções tradicionais com mão de obra negra."

Depois de experiências profissionais em São Paulo, passou a representar esse nicho de vinhos orgânicos na Bahia, com um pequeno estoque em sua própria casa. "Fui a primeira pessoa a trabalhar com distribuição de vinhos naturais na Bahia, assumi o comércio de um portfólio 100% orgânico e natural", diz a sommelière, que hoje contribui com cartas de vinho muito particulares, como a do restaurante Manga, em Salvador, um dos mais premiados do Nordeste.

"O Manga é um divisor de águas, o baiano é bairrista, e isso vem com muitos vícios, está ligado a uma estagnação de consumo. O baiano sai de casa para comer comida baiana."

Penha trabalha com vinhos de manejo sustentável, que envolvem agricultura orgânica e passam por uma vinificação mais purista, sem muitas intervenções do enólogo.

Essa é a bandeira de Lis Cereja, sommelière especializada nessa seara, que ajuda ativamente a movimentar esse mercado no país. "Se eu olhar para trás, estava sozinha no Brasil e na América Latina trabalhando com vinhos naturais e biodinâmicos", diz a expert sobre a primeira década dos anos 2000.

Lis Cereja, que enxerga a alimentação como saúde, persegue o elo perdido entre a gastronomia e a nutrição. "Quando a gente fala em saúde, não é só do indivíduo, é do ambiente, da cultura, da economia." Daí nasceu, em 2008, a Enoteca Saint VinSaint, pioneira no movimento de vinhos naturais, orgânicos e biodinâmicos, um movimento de resistência aos vinhos não convencionais, onde Cereja construiu a base conceitual para seus outros projetos.

Essa incubadora serviu de alavanca para a sommelière lançar, em 2013, a primeira feira Naturebas, um espaço livre, sem fins lucrativos, com venda direta dos produtores, sem intermediários.

"Começamos dentro da Enoteca, simbolicamente, com 20 produtores. Hoje, temos 150 produtores de mais de 14 países do mundo inteiro, com ênfase na América Latina, [sobretudo] no Brasil, e recebemos 2.500 pessoas por dia." A próxima edição está prevista para os dias 29 e 30 deste mês, no primeiro pavilhão da Bienal.

Esse afã em juntar pessoas em torno do conhecimento do vinho movimenta o trabalho da sommelière Silvana Aluá, cuja missão é reunir pequenos grupos de admiradores da bebida. A Confraria das Pretas trata-se de uma iniciativa que congrega pretas e pretos para experimentar bons vinhos e surge da necessidade de posicionamento perante um "mercado elitista e predominantemente branco", em suas palavras.

Com certificados como a formação como sommelière pelo Senac, ela conduz esses encontros desde 2017. Os eventos que eram voltados exclusivamente para mulheres negras, passaram a acolher também homens e seguem se expandindo.

"Nas degustações, percebi que temos uma resistência quando reunimos negros e comecei a chamar palestrantes de vários assuntos, como um historiador que pudesse explicar a nossa história ou um dermatologista especializado em peles negras", diz Aluá, que foi criada na periferia de São Paulo, na zona leste, e também formou-se como barista e bartender.

Hoje, ela ainda acolhe grupos particulares, como é o caso das pessoas surdas ou com baixa visão, que pretende incorporar às confrarias regulares no segundo semestre. "Fui a primeira pessoa na minha família a experimentar um vinho fino. Montei a confraria com o intuito de estudar e acolher minorias interessadas e virei uma empresa Dei&P, de diversidade, equidade, inclusão e pertencimento."

Com olhar mais técnico e profissionalizante, Alexandra Corvo foi um dos primeiros nomes a despontar nesse horizonte ao abrir a primeira escola de vinho independente, a Ciclo das Vinhas, que completa 18 anos.

"Eu queria uma escola mais fresca, que não fosse associação, nem instituto. Desenvolvi uma metodologia única de degustar vinhos, com o laboratório de aromas e sabores, que é científico e ensina as pessoas a sentir e a interpretar o vinho de uma maneira didática e dinâmica", diz a professora, que tem 70% do público formado por mulheres e reconhece nelas os agentes de mudança desse mercado. "Homem é terninho e gravata. Quem está mexendo, chacoalhando e fazendo miniterremotos nesse cenário são as mulheres." ■

LEO PINHEIRO/VALOR

"Minha formação vem [...] de viagens a produtores e da literatura", diz Maíra Freire

ROGERIO VIEIRA/VALOR

"Quando a gente fala em saúde, não é só do indivíduo, é do ambiente, da cultura, da economia", diz Lis Cereja

DIVULGAÇÃO

Silvana Aluá posiciona-se perante um "mercado elitista e predominantemente branco"

DIVULGAÇÃO

Gabriela Monteleone desenvolveu uma maneira muito particular de servir vinhos, com uma linguagem poética

DIVULGAÇÃO

Daniela Bravin e Cassia Campos propõem casamentos improváveis

DIVULGAÇÃO

"As mulheres estão colocando essa bebida em lugares jamais vistos, fora dos restaurantes", diz Alexandra Corvo

DIVULGAÇÃO

Juliana Carani prova entre 30 e 40 garrafas por dia, quase 15 mil garrafas ao ano

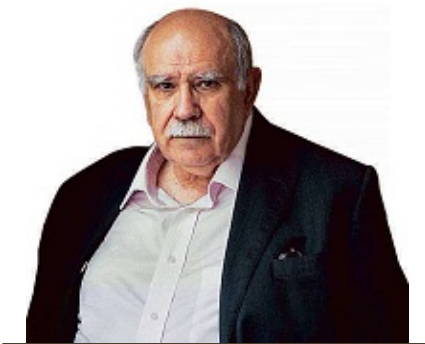
DIVULGAÇÃO

"É possível que esse comportamento feminino seja fruto de uma condição política", diz Patrícia Penha

ROBERTO SEBA/DIVULGAÇÃO

"Vendo uma média de 8 milhões de vinhos por ano", diz Gabriela Bigarelli

Coluna Social

A culpa é da vítima?

José de Souza Martins

Fixar em 22 semanas de gestação o limite para a realização legal do aborto não leva em conta nossas peculiaridades sociais e antropológicas

A eventual aprovação pela Câmara dos Deputados do PL 1904/2024, que define como homicídio o aborto praticado em vítima de estupro após 22 meses de gestação, mesmo sendo ela vulnerável, poderá introduzir na legislação penal brasileira o subentendido e a aberração de que em determinados tipos de violência, como o estupro, a culpa é da vítima que a sofre.

Grandes manifestações de rua, majoritariamente de mulheres, ocorreram nestes dias em cidades, como São Paulo (na avenida Paulista, superando multidões de ajuntamentos ali comuns), Natal e Porto Alegre. Os milhares de participantes manifestavam-se contra a aprovação do regime de urgência para o encaminhamento do projeto de lei.

Mesmo sendo as vítimas do abuso, como são aqui, em 75% dos casos, pessoas vulneráveis, geralmente menores de idade e até menores de 14 anos, poderão ficar sujeitas, se condenadas, a pena mais longa que a de seus estupradores.

O regime de urgência dispensa etapas na tramitação do projeto, acelerando sua votação. Ou seja, o presidente da Câmara tem pressa em viabilizar a aprovação do projeto. Ainda que na consulta feita através do site oficial da casa mais de 1 milhão de pessoas já tenham votado, 88% contra a aprovação do projeto.

Qual seria o interesse de Arthur Lira na aprovação do que os manifestantes das ruas entendem ser iniquidade e violência? Segundo levantamento do UOL, o projeto é de autoria do deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), pastor pentecostal e seguidor das orientações políticas do também pastor pentecostal Silas Malafaia. Este último foi e ainda é influente nas concepções políticas de Jair Bolsonaro. Lira teria prometido colocar o tema do aborto em discussão no plenário se tivesse o apoio da bancada evangélica à sua reeleição na presidência da Câmara em 2023.

No projeto, o autor e os signatários mostram que não conhecem o Brasil que supostamente representam. Fixar em 22 semanas de gestação o limite para a realização legal do aborto não leva em conta nossas peculiaridades sociais e antropológicas.

O crime de estupro pode ocorrer em regiões remotas e pobres, sem vigilância social generalizada contra o incesto, comum no estupro de vulneráveis, e sem assistência médica apropriada à realização do aborto legal. Só 4% dos municípios brasileiros têm o serviço apropriado ao cumprimento da lei.

Um caso ocorrido há alguns anos no interior do Brasil, que repercutiu nos jornais, foi o de um pai viúvo que tomou a filha mais velha como esposa e teve vários filhos e filhas com ela. Quando a neta mais velha dessa relação chegou à adolescência, substituiu a filha por ela e a engravidou. Gerou uma parentela estranha: era avô de seu próprio filho e acabou bisavô de outro filho.

Por muitos anos, os vizinhos entenderam que aquilo era normal, um direito de pai. O caso só foi detectado quando os agentes de saúde chegaram ao lugarejo pela primeira vez e descobriram os estupros e a incestuosidade da estrutura familiar daquele grupo.

A repressiva pauta dos costumes da extrema direita e do bolsonarismo mobiliza nas manifestações destes dias a consciência profunda de quem vê nela uma conspiração contra a condição humana, um projeto de aniquilação do direito de mulheres e crianças à liberdade e ao respeito.

Significativamente, o protesto feminino e popular indicou com muita clareza que os participantes enxergam não só a iniquidade em si do projeto de lei condenado, mas as conexões criminosas que ele revela nos vários âmbitos da realidade.

Não só na saúde da mulher e da criança, mas principalmente na podridão da política, na decadência da fé que há nas motivações materialistas e pós-modernas da multiplicação de igrejas e seitas fundamentalistas e na decadência das igrejas protestantes tradicionais que também as assumiram como indicação da realização nelas dos valores da parábola dos talentos.

A facção minoritária do fundamentalismo católico converge para o alinhamento com os evangélicos no apoio à manipulação política da falsa questão dos costumes.

A Igreja Católica e vários grupos divergentes nas igrejas protestantes e evangélicas convergem num ponto significativo: o inimigo da fé é a alienação social, a corrosão e mistificação da necessidade de esperança e da certeza de libertação na superação das adversidades que minimizam a condição humana e a fé como instrumento de uma práxis libertadora. O pecado social é um pecado político.

O ser humano enganado e instrumento involuntário de sua própria enganação desta era é induzido por pastores e políticos, da seita dos pescadores em águas turvas, a crer no inferno e se tornar instrumento de satanás, no falso pressuposto de que Cristo veio para aterrorizar e não para libertar.

José de Souza Martins é sociólogo. Professor Emérito da Faculdade de Filosofia da USP. Professor da Cátedra Simón Bolívar, da Universidade de Cambridge, e fellow de Trinity Hall (1993-94). Pesquisador Emérito do CNPq. Membro da Academia Paulista de Letras. Entre outros livros, é autor de "Sociologia do desconhecimento - Ensaios sobre a incerteza do instante" (Editora Unesp, São Paulo, 2022). ■

INÊS 249

Virada de mesa

Gastronomia Verticalização em São Paulo obrigou vários restaurantes a mudar de endereço, mas também surgiram prédios que abriram as portas para estabelecimentos do tipo. Por *Daniel Salles*, para o Valor, de São Paulo

Um espigão que está sendo construído na alameda Itu, em São Paulo, obrigou a Tasca da Esquina a fazer justiça, enfim, ao próprio nome. Explica-se: até março deste ano, a primeira unidade brasileira do restaurante do chef lusitano Vitor Sobral, cuja matriz fica em Lisboa, não se encontrava em uma esquina. Por quase 13 anos, a filial funcionou em um imóvel localizado no meio de uma quadra daquela rua. Registre-se que nem a brevíssima segunda unidade paulistana, na rua dos Pinheiros, ocupava um imóvel de esquina — esta funcionou por apenas dois meses.

O restaurante de comida portuguesa tem uma esquina para chamar de sua em São Paulo desde março. É a da rua Joaquim Antunes com a Sampaio Vidal, no Jardim Paulistano — o imóvel que ele passou a ocupar era o da Basilicata Cucina. A Tasca da Esquina deu adeus ao antigo endereço a contragosto.

"Nesse ramo, mudar de ponto, e ainda mais de bairro, é sempre arriscado porque parte da antiga clientela pode ficar para trás", diz um dos sócios, o restaurateur Edrey Momo. "O público que trabalha na região da avenida Paulista e ia almoçar conosco de segunda a sexta, por exemplo, provavelmente foi perdido. Mas a mudança, no geral, tem se mostrado positiva."

O novo imóvel não deve nada ao antigo — pelo contrário. Com amplas janelas e pé-direito bem maior, a Tasca da Esquina do Jardim Paulistano dispõe de um único e amplo salão, enquanto a do Jardim Paulista era formada por vários ambientes acanhados. Pintado de verde e decorado com plantas pendentes, o novo endereço foi inaugurado com novidades no cardápio. É o caso do bacalhau confitado, servido com ovo mollet, creme de cebola assada e azeitonas desidratadas, e da fraldinha de porco caipira com emulsão de limão, mandioquinha e espinafre.

Outro que precisou fazer as malas porque o imóvel que ocupava foi demolido para dar lugar a um prédio é o Muquifo, da chef Renata Vanzetto. Tratava-se de um daqueles sobrados antigos que costumam ser tachados de "casa de vó". Foram as receitas da avó materna da cozinheira, por sinal, que serviram de inspiração para o restaurante, cujo slogan é "cozinha de família".

> "As fachadas ativas abrem novas possibilidades para o futuro dos restaurantes"
> *Gil Leite*

LAIS ACSA/DIVULGAÇÃO

A Le Jazz Boulangerie ocupa um prédio da incorporadora Idea!Zarvos em Pinheiros

Não era, a bem da verdade, um muquifo propriamente dito. Mas nada foi feito, por exemplo, em relação à tinta descascada das paredes e ao estado deteriorado do muro e do piso da área dos fundos — tudo para reforçar o ar de simplicidade. No banheiro, mantido como antes, chamava a atenção uma robusta pia rosa, retrô, e um chuveiro metálico em petição de miséria. A parede em frente à cozinha, aberta, era decorada com fotos e receitas da família da chef.

Do grupo encabeçado por Vanzetto, o Eme, o estabelecimento é o que mais fatura. Inaugurado em 2019, ganhou fama por servir clássicos como estrogonofe e filé-mignon à parmigiana com um toque ou outro da chef. Para preparar a batata assada que acompanha o bife à milanesa, uma das receitas trazidas da família dela, ela usa creme de leite, manteiga e um ingrediente execrado pela maioria dos foodies e chefs, pelo menos da boca para fora: caldo industrializado.

Dois anos atrás, o Muquifo trocou o antigo sobrado, na rua da Consolação, em Cerqueira César, por um imóvel na rua ao lado, a Bela Cintra. Fica na mesma quadra onde se encontram outros estabelecimentos do grupo, a exemplo dos bares Mé e MeGusta e do restaurante Mi.Ado. Apesar da troca de endereço, o Muquifo se mantém em alta como antes.

Fundada em 1985, a Vinheria Percussi permaneceu por mais de três décadas em um imóvel na rua Cônego Eugênio Leite, em Pinheiros. Funcionou neste endereço até o último dia de 2021. Isso porque o sommelier Lamberto Percussi e sua irmã, a chef Silvia Percussi, que comandam o negócio há anos e são filhos dos fundadores, resolveram vender o imóvel, que pertencia à família, para um fundo especializado em investir no mercado imobiliário.

"Uma importante etapa das nossas vidas completará seu ciclo", afirmaram, na época, por meio de nota distribuída pela assessoria de imprensa deles, acrescentando que a oferta que receberam era "irrecusável". Em maio de 2023, o italiano reabriu no mesmo bairro — com proposta mais informal — em um imóvel a quase 2 km de distância do antigo.

Um dos primeiros restaurantes atingidos pelo atual boom imobiliário paulistano, que está repaginando por completo trechos de Pinheiros e da Vila Madalena, entre outros bairros, foi o Lilu, em Pinheiros. Inaugurado em 2016, o empreendimento do chef André Mifano ganhou um ponto final em definitivo quatro anos depois, em plena pandemia. Isso porque o imóvel foi demolido para dar lugar a um prédio.

Na época, Mifano declarou que ficou sabendo que o endereço havia sido vendido para uma incorporadora ao tentar renovar o contrato de locação. E afirmou que os últimos dias de operação, em função das obras do empreendimento, foram tenebrosos. "Já derrubaram as casas do lado e é assustador", declarou. "Uma retroescavadeira, que fica batendo o tempo inteiro, está estacionada ao nosso lado. O restaurante treme o tempo todo. É algo maligno." No ano seguinte, o chef inaugurou outro italiano, o Donna, no Jardim Paulista.

MARCELO FONSECA/DIVULGAÇÃO

A CiaTC aproveitou reforma do Cetenco Plaza e montou novos Astor, SubAstor e Bráz Trattoria

Se exemplos de restaurantes engolidos por incorporadoras em São Paulo não faltam, também há casos de novos edifícios que abriram as portas para empreendimentos do tipo. É o caso do Joaquim 499, residencial em Pinheiros erguido pela Idea!Zarvos. Fãs da incorporadora, os sócios do grupo Le Jazz, cujo escritório fica em frente deste edifício, bateram à porta dele quando ele já estava quase pronto.

O Joaquim 499 foi projetado para abrigar um empreendimento gastronômico no térreo, mas a incorporadora já havia se acertado com outros operadores. O acordo entre eles, no entanto, subiu no telhado, abrindo espaço para a abertura, no ano passado, da Le Jazz Boulangerie.

"As fachadas ativas abrem novas possibilidades para o futuro dos restaurantes em São Paulo", acredita Gil Leite, um dos sócios do grupo Le Jazz. "Abrir empreendimentos gastronômicos em imóveis de rua em São Paulo, hoje em dia, é muito arriscado e ainda mais em bairros como Pinheiros. As chances de o dono da construção vendê-la para uma incorporadora são altas."

A maioria dos moradores do Joaquim 499, afirma Leite, frequenta a padaria dele. Ela é especializada em pães típicos da França, como baguetes e brioches; em tartines; e em sanduíches como o croque monsieur. "Não podemos ter problemas com os moradores de jeito nenhum", afirma Leite. É por isso que a padaria encerra suas atividades às 22h e despacha os pedidos de delivery a alguns metros de distância do edifício, para poupar os moradores do frenético vaivém dos motoboys.

No térreo de outro empreendimento da mesma incorporadora, o Azul, este na Vila Madalena, funciona o Shihoma Pasta Fresca, o badalado restaurante do chef Marcio Shihomatsu, e o Barouche. Antes de se instalar no edifício, no ano passado, o bar funcionou de 2016 a 2019 no Largo do Arouche — daí o nome. Com direito a varanda e livraria que aposta boa parte das fichas em livros de arte, arquitetura e design, o estabelecimento tem cardápio elaborado pelo chef Rodrigo Felício e drinques que levam a assinatura do bartender Danilo Nakamura.

O Arturito também migrou neste ano para o térreo de um espigão novo em folha, o Alameda Jardins, no Jardim Paulista, da incorporadora Tishman Speyer. Inaugurado em 2008, o restaurante da chef Paola Carosella funcionava em Pinheiros até março. Com pé-direito duplo e decoração arrojada, o novo Arturito chama bem mais atenção que o antigo. No cardápio, receitas delicadas como raviolini de ricota e capellini com molho à putanesca. Inicialmente, noticiou-se que o restaurante deixaria Pinheiros para se instalar em outro empreendimento da Idea!Zarvos, o Edifício Lacerda, na Vila Madalena.

Dona da rede de bares Astor e de uma porção de outras, como Bráz e Pirajá, a CiaTC também soube aproveitar o apetite do mercado imobiliário por se expandir. Em julho do ano passado, a empresa inaugurou três operações no Cetenco Plaza, que foi reformado — na alameda Ministro Rocha Azevedo, quase na avenida Paulista, o edifício é vizinho do restaurante Spot. No térreo do espigão, a CiaTC montou um novo Astor e uma nova Bráz Trattoria. No mezanino, colocou em operação mais uma unidade do SubAstor, a terceira.

Nenhum estabelecimento gastronômico de São Paulo aproveitou melhor o boom imobiliário, talvez, do que a Speranza. Três anos atrás, a pizzaria anunciou que vendeu o prédio, em Moema, no qual funcionava sua principal unidade, para a Gafisa — a matriz fica no Bixiga. Tratava-se de um predinho de quatro andares erguido em um terreno de 1.500 m². A família Tarallo, dona da marca, morava nos três pavimentos superiores e a pizzaria funcionava no térreo. No lugar, a Gafisa está erguendo um residencial de 26 andares com entrega prometida para junho de 2025.

A Speranza deu adeus ao endereço, mas só por um tempo. Pelo acordo firmado, ela vai ocupar o térreo do futuro empreendimento — a família também abocanhou algumas unidades desse prédio. Provisoriamente, a pizzaria se instalou em um imóvel em frente, alugado. "Essas mudanças ainda dão um frio na barriga", afirma Tito Tarallo, neto dos fundadores e um dos sócios.

"Mas elas nos permitem modernizar o negócio e manter os laços com o bairro, de onde não queremos sair." A futura Speranza de Moema não terá mais 400 lugares como antes e sim a metade disso, além de novidades como um café para atender os apartamentos estúdio do empreendimento. ■

DIVULGAÇÃO

A Tasca da Esquina paulistana agora faz jus ao nome, depois de ter de sair do antigo endereço, onde um prédio está sendo construído

GPS

Privilégio é servir ao público

Maria Cristina Fernandes

Primeiro livro da trilogia "O país dos privilégios" escancara as regalias do topo do funcionalismo público no Executivo, Legislativo e Judiciário e traça roteiro para mudanças que contribuiriam para o esforço fiscal

A edição de 5 de junho de 2023 do Diário Oficial da União trouxe o decreto que regulamenta o pagamento do bônus de eficiência na Receita Federal. O decreto encerrou uma novela iniciada oito anos antes, no fim do governo Dilma Rousseff, quando os auditores da Receita decidiram cruzar os braços por tempo indeterminado e a perder de vista.

Só voltaram ao trabalho sete meses depois, quando o governo, às vésperas do impeachment, resolveu ceder às suas reivindicações, entre elas o "bônus de eficiência". Pelo acordo, parte das multas tributárias e aduaneiras como também uma fatia da receita das mercadorias apreendidas seria acrescida aos vencimentos dos auditores.

Inicialmente, o valor da prebenda era de R$ 3 mil. Ao longo dos sete anos seguintes, voltaram a parar várias vezes por mais. Depois de enfrentarem Congresso, Tribunal de Contas da União e Supremo, conseguiram dobrar o governo, que, no Orçamento de 2024, alocou R$ 2,4 bilhões para essa rubrica, o que triplica o valor do "bônus de eficiência" estabelecido em 2016. Com isso, os vencimentos dos auditores fiscais passaram para R$ 41,6 mil.

A prebenda da Receita atravessou a porteira aberta pelos "honorários de sucumbência" dos advogados públicos. Este penduricalho entrou na mira da Advocacia-Geral da União na tramitação do novo Código de Processo Civil. Sua tramitação durou três anos e, em março de 2015, a extensão da gratificação aos advogados públicos foi pendurada na conta da União. Em 2023, as quatro carreiras da AGU (advogados públicos, procuradores federais, procuradores da Fazenda Nacional e procuradores do Banco Central) acresceram R$ 12,1 mil a salários que vão de R$ 23 mil a R$ 29 mil.

A trajetória recente da remuneração dessas duas carreiras da elite do funcionalismo público está contada em "O país dos privilégios" (Cia. das Letras), de Bruno Carazza. O autor, professor da Fundação Dom Cabral, colunista do **Valor** e comentarista do "Jornal da Globo", tem lugar de fala. É servidor, com passagem pelo Ministério da Fazenda e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Desde 2019 goza de licença, privilégio, como ele mesmo diz, das carreiras públicas.

No primeiro volume da trilogia, Carazza discorre sobre os privilégios dos Três Poderes. Pretende dedicar os outros dois ao empresariado e o terceiro, aos ricos. Do volume de abertura sai um roteiro de reforma administrativa. Ou, no limite, para a empreitada de corte de despesas anunciada pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento).

A ministra já chegou a dizer que a reforma administrativa ainda precisaria de longo amadurecimento como o fez a tributária, mas, premidos pela inquietação do mercado com as incertezas fiscais, recolocaram sobre a mesa propostas que há muito circulam.

Ao mencionar "supersalários", é possível que Haddad mire no Judiciário. O apanhado de Carazza, porém, expõe a excepcional escalada dos vencimentos da AGU e da Receita Federal, as duas carreiras em que a Fazenda mais se apoia para recuperar arrecadação perdida por ação de lobbies no Executivo e no Judiciário nos últimos anos.

Carazza desconstrói o estímulo à produtividade como fundamento para a remuneração por desempenho. Os honorários são repartidos por toda a carreira sem qualquer avaliação quanto à contribuição de cada um para a recuperação de ativos da União.

Também desmonta o paralelo com a advocacia privada, inspiradora primária da remuneração por desempenho, ao argumentar que, nos escritórios, a remuneração é baixa e o grosso da remuneração vem das causas ganhas, enquanto na AGU e na Receita tanto os vencimentos quanto os prêmios de desempenho são elevados.

São esses bônus que garantem às duas carreiras uma remuneração total maior que defensores públicos e policiais federais que ocupam o topo da tabela de remuneração dos servidores federais do Executivo.

Todas as chamadas "carreiras típicas de Estado" garantiram reajustes salariais bem superiores à inflação nas últimas décadas. A valorização se iniciou no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, ampliou-se nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, foi mais moderada sob Dilma Rousseff e Michel Temer e estancou com Jair Bolsonaro, que decretou uma estiagem de quatro anos para o servidor federal.

Ao longo do último governo, essas carreiras se distanciaram de outros cargos de nível superior com os quais tinham equivalência, como o de professores de universidades federais. Em 2016, um professor titular com doutorado ganhava 79% de um delegado da PF. Em maio de 2023, apenas 66,4%.

Carazza relaciona a escalada dos vencimentos das "carreiras típicas de Estado" à publicidade advinda de uma maior transparência nos dados. Relata o que aconteceu nos EUA, quando uma decisão da SEC (Securities and Exchange Comission), a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) americana, mandou publicar os rendimentos anuais dos presidentes de empresas.

O que era uma tentativa de controlar os abusos pelo constrangimento acabou se tornando um estímulo à competitividade salarial. Em 15 anos, desde a publicidade, o salário dos CEOs havia se multiplicado por três. Algo semelhante teria acontecido no Brasil, por ocasião da emenda constitucional de 1998, que estabeleceu o salário do STF como o maior salário do serviço público federal. O que era pra ser teto, virou meta.

Se a equipe econômica vai se deparar com constrangimentos para conter a escalada dos vencimentos do Executivo, o sarrafo vai subir no Judiciário, especialmente pela dobradinha com o STF que tem permitido ao governo driblar bloqueios legislativos. Se, entre as carreiras do Executivo, a meta é o salário do ministro do STF, no Judiciário, a regra é sua ultrapassagem.

Carazza fia-se no painel de remunerações do CNJ para constatar que 93% dos juízes, desembargadores e ministros dos tribunais superiores do país tiveram um rendimento mensal superior àqueles dos ministros do STF em 2023, contabilizados todos os descontos previstos em lei. Se, em 2023, o rendimento líquido na Suprema Corte foi de R$ 31,4 mil, aquele de 1.002 magistrados brasileiros foi superior a R$ 83 mil.

Isso se deve a um conjunto de vantagens que nada têm a ver com a necessária proteção do exercício independente de suas funções como o fazem a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade. Trata-se de uma miríade de auxílios (moradia, paletó, creche, educação, livro, transporte, alimentação, saúde, funeral, reclusão, natalidade), além de gratificação por acúmulo de função e alocação em comarcas de difícil acesso, abono de permanência e férias de dois meses. Fosse, de fato, indispensável ao exercício de suas funções, o direito ao gozo do dobro das férias previstas na CLT não seria convertido, pela maioria, em dinheiro.

Decisões no sentido de extinguir um ou outro penduricalho, como foi o caso do auxílio-moradia, acabam dribladas pelo aumento salarial compensatório ou, ainda, pelo restabelecimento do quinquênio, o acrescimento de 5% dos vencimentos a cada cinco anos, a despeito de qualquer avaliação de mérito ou produtividade. A prebenda só não foi adiante porque a urgência fiscal trazida pela tragédia das chuvas no Rio Grande do Sul se impôs.

Carazza traz o cômputo fresquinho dos disparates. Dados do Tesouro e do IBGE de janeiro de 2024 dão conta de despesas anuais dos tribunais de justiça da ordem de 1,6% do PIB, superior tanto à média dos países emergentes (0,5%) quanto daqueles de renda elevada (0,3%). Um juiz em início de carreira no Brasil ganha o equivalente a 11 vezes o PIB per capita local, enquanto o italiano recebe o dobro.

Se os privilégios da magistratura chocam, o que dizer daqueles do Ministério Público, corporação que tem a prerrogativa de representar judicialmente a sociedade? O autor reproduz o caminho no Judiciário e constata que 91,5% dos integrantes do MP receberam acima do teto do funcionalismo em 2023. A anomalia internacional também pede bis. As despesas com a corporação (0,3% do PIB) superam as da Itália (0,09%), Portugal (0,06%), Alemanha e Espanha (0,02%).

Ao adentrar os privilégios do Legislativo, mostra que as duas tentativas de se conter a avalanche de recursos que corrompem a atividade parlamentar — o financiamento privado de campanha e as emendas do chamado "orçamento secreto" dos parlamentares — foram devidamente dribladas pelo inchaço de outras rubricas. Os fundos eleitoral e partidário à disposição dos políticos em 2022 somaram R$ 6 bilhões, valor muito próximo daquele que foi arrecadado na disputa de 2014, última em que o financiamento privado foi franqueado: R$ 6,9 bilhões.

A pressão crescente sobre a fatia militar dos privilégios nacionais ganhou, na análise das contas do governo de 2013 pelo TCU na primeira semana de junho, uma reprimenda atualizada. Segundo o voto do ministro Walton Alencar, enquanto no Regime Geral da Previdência Social as contribuições dos trabalhadores da iniciativa privada e de seus empregadores cobrem 65% das despesas, aquelas dos militares pouco ultrapassam 15% dos custos de inativos e pensionistas para o erário.

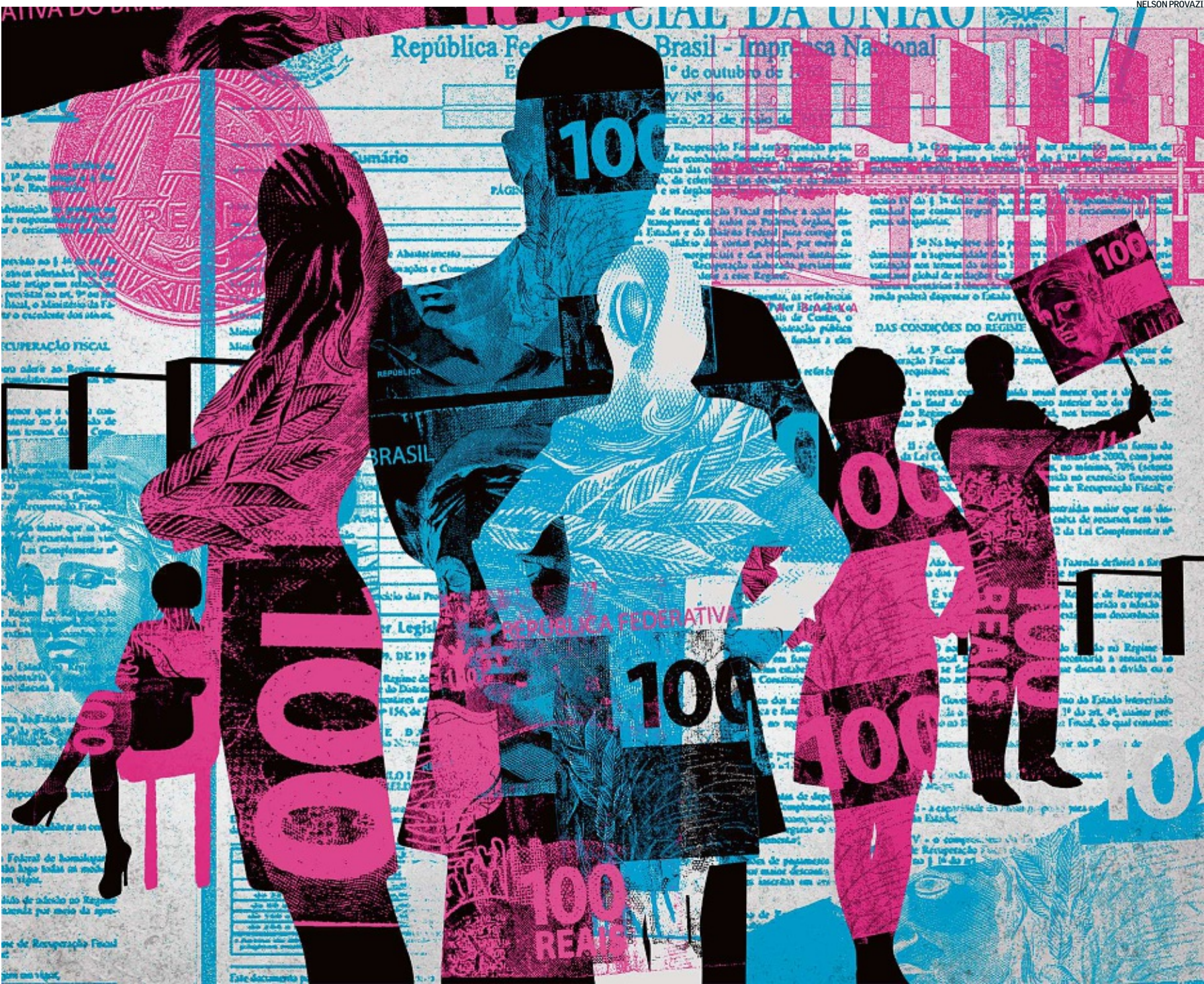
Excluídos da última reforma da Previdência, os militares cavam as trincheiras para se abrigar da próxima. O comandante do Exército, general Tomás Paiva, chegou mesmo a defender uma parceria estratégica com a China e dar seu aval para a comissão de mortos e desaparecidos da ditadura.

Carazza recomenda cautela com a visão generalizada de que o setor público brasileiro esteja inchado, ineficiente e excessivamente remunerado. Há vastas porções do funcionalismo que não se encaixam nesta definição, dos fiscais do Ibama aos profissionais do SUS, passando pelos professores universitários.

A revisão dos benefícios, diz, não pode driblar a avaliação de desempenho como critério de desligamento. Não apenas para reduzir o fosso que os separa dos trabalhadores da iniciativa privada, como para prestar um serviço melhor para a população, finalidade primeira de sua existência.

Maria Cristina Fernandes, jornalista do Valor, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: mcristina.fernandes@valor.com.br

NELSON PROVAZI

De Camarões ao Brasil, via Alemanha

À Mesa com o Valor
Bonaventure Soh Bejeng Ndikung

Camaronês que se doutorou em biotecnologia médica é o curador da próxima Bienal de São Paulo. Por *Darlene Dalto*, para o Valor, de São Paulo

O curador da 36ª edição da Bienal de São Paulo, o camaronês Bonaventure Soh Bejeng Ndikung, é conhecido por um cuidado extremo ao se vestir. Ele não passa despercebido.

Para este "À Mesa com o Valor", no pequeno salão do Nonno Ruggero, um restaurante italiano no primeiro andar do hotel Fasano, nos Jardins, Ndikung escolheu uma composição de preto — calça de alfaiataria e quimono — sobre uma camisa branca.

A sobriedade aparente é desfeita pelos detalhes, todos em vermelho: o kufi, boné sem aba, curto e arredondado, comum entre a diáspora africana ao redor do mundo, o lenço no pescoço e os óculos redondos, além de quatro anéis enormes, dois em cada mão. Na lapela, um broche assinado pelo artista plástico baiano Sérgio Soarez.

O cuidado com que se apresenta, que remete à figura de um dândi contemporâneo, ele traz da adolescência. Aprendeu com a mãe, Theresia Lum Soh, e não tem relação com a moda, mas sim com personalidade. "Eu gosto de coisas que revelam uma atitude, que revelam algo sobre o interior da pessoa. A moda, para mim, é temporária", explica ele, com a fala pausada e segura.

Ndikung diz que não se surpreendeu com o convite para assumir a curadoria da próxima Bienal, programada para setembro do ano que vem no Pavilhão Ciccillo Matarazzo, no parque Ibirapuera. Ele estava em Abidjã, capital da Costa do Marfim, em janeiro passado, participando da exposição de seu amigo nigeriano Emeka Ogboh na galeria Something, quando Andrea Pinheiro, presidente da Fundação Bienal, o convidou para apresentar uma proposta.

"Há muito tempo eu sabia que seria convidado. A questão não era se, mas quando", conta, sem arrogância. "Existe um viés histórico e simbólico especialmente importante para nós do hemisfério Sul neste momento. Além disso, eu me sinto muito perto do Brasil e da Bienal", diz ele, que fez diversas viagens a São Paulo, ao Rio e a Salvador, para conhecer as cidades, trabalhar ou visitar amigos.

Foi durante a festa de aniversário de seu filho, no fim de fevereiro, que ele fez uma explanação sobre as ideias que havia apresentado. No dia seguinte, recebeu o convite oficial para assumir a curadoria e prontamente o aceitou. Sua equipe conceitual está definida e é formada por cinco profissionais de quatro países diferentes: seus cocuradores são Alya Sebti, nascida em Casablanca, no Marrocos; Anna Roberta Goetz, suíça da Basileia; e o brasileiro Thiago de Paula Souza, natural de São Paulo.

A carioca Keyna Eleison é sua "cocuradora at large" e a alemã Henriette Gallus é sua consultora de comunicação e estratégia. Novos integrantes serão acrescentados à equipe e o projeto curatorial deve ser divulgado no segundo semestre.

Ndikung é radicado na Alemanha, onde chegou em 1997. Estudou na Universidade de Tecnologia de Berlim, fez doutorado em biotecnologia médica na Universidade Heinrich Heine de Dusseldorf e pós-doutorado em biofísica na Universidade de Montpellier, na França. Sua tese versava sobre o rearranjo genético específico do linfoide e mecanismos de mutação na crise blástica da leucemia mieloide

Gabriel Reis/Valor

Cardápio
Nonno Ruggero, São Paulo

Item	Qtd.	Valor
Água com gás	4	68
Pesce del giorno	1	167
Risotto com prosciutto crudo	1	155
Scaloppine di manzo	1	175
Buffet frio	1	170
Café expresso	3	42
Bule de café	1	28
Gorjeta	-	120,75
Total	-	**925,75**

crônica. Durante anos trabalhou na indústria farmacêutica.

Morar fora de Camarões nunca foi um sonho. Ndikung passou boa parte da vida em Barmenda, um vilarejo onde não havia galerias ou museus ou qualquer atividade de cultura formal. "Tive uma vida muito feliz em Camarões, brincava na rua com os vizinhos, com meus irmãos", lembra.

Mesmo assim, fugiu da escola com 10, 11 anos. Seus pais o haviam colocado para estudar fora de sua cidade. Ele os via a cada três meses. "Foi difícil para mim, então decidi fugir. Quando cheguei em casa, meu pai me colocou no carro e me levou de volta. Ele era um homem muito direto. No caminho não abriu a boca, mas antes de se despedir me disse: 'Eu estudei nessa escola, seu irmão mais velho estudou nessa escola. Você vai sobreviver'", lembra. E ri.

A educação sempre foi importante em sua casa. Seu pai, Pius Soh Bejeng, era sociólogo e antropólogo, um homem letrado, poliglota, que viajava muito pelo país a trabalho e era um exímio contador de histórias.

Em casa, tinha uma biblioteca imensa, sofisticada, com uma infinidade de livros sobre a emancipação dos negros ao redor do mundo de autores africanos, europeus e americanos. Durante a guerra civil, acabou perdendo o emprego por questões políticas e foi obrigado a se exilar nos Estados Unidos. "Parte dessa biblioteca hoje está comigo em Berlim, o restante ficou em Camarões, em nossa casa, completamente abandonada", diz.

Ndikung começou a estudar química na universidade, mas, diz, "a escola não tinha laboratório e os professores não apareciam para dar aulas". Passou então dois anos se dividindo entre festas, shows de música ao vivo e visitas a ateliês de artistas, pintores e fotógrafos. "Minha mãe me incentivada a me aproximar das artes, da criatividade. Quando eu criança, ela me dava aquarelas, crayons e papel. Eu me divertia."

Quando um amigo lhe disse que queria estudar na Alemanha, ele também adotou a ideia. Precisaria se pre-

“Eu não quero falar sobre isso. O racismo está em todos os lugares. É uma distração”
Bonaventure Soh Bejeng Ndikung

GABRIEL REIS/VALOR

parar, fazer um curso de alemão, que custava caro. Foi conversar com seu pai, mas não recebeu apoio. “Ele não tinha tempo para as minhas inquietações”, conta. Foi então falar com sua mãe, uma contadora, que lhe disse: “Nós vamos dar um jeito”.

Como a família morava em uma região agrícola, onde havia grandes plantações de batatas, sua mãe resolveu comprar um grande carregamento e vendê-las para um restaurante na capital, Yaoundé. “Consegui o dinheiro para o meu curso de alemão vendendo batatas”, lembra, enquanto saboreia o linguado ao molho mediterrâneo com legumes ao vapor que pediu.

Por sorte, a escola de biotecnologia ficava no mesmo campus da escola de artes. Em meio aos estudos, que levava a sério, seu interesse pelas artes foi crescendo e ele passou a compreender esse mundo de maneira mais ampla. Percebeu as manifestações artísticas que existiam em cada canto da sua cidade natal, do seu vilarejo, do seu país, na música, na dança, nas roupas coloridas, no artesanato. Amigos começaram a chamá-lo para promover uma exposição, escrever um texto sobre uma obra de arte ou fazer uma curadoria e ele foi aceitando. “Até então eu nunca tinha ouvido essa palavra, curador.”

Acabou desenvolvendo trabalhos como curador em países tão diferentes quanto Senegal, Grécia, Holanda, Finlândia, França, Mali, Itália e Alemanha. É dono de uma caderneta de contatos como existem poucas no meio.

Em Berlim, Ndikung é diretor e curador geral da Haus der Kulturen der Welt (HKW, a Casa das Culturas do Mundo, em alemão). Trata-se de um dos principais centros de arte contemporânea do país, com apresentações de teatro, literatura, filmes e exposições, principalmente de países não europeus. Ele é o primeiro homem negro e africano no cargo. Em setembro do ano passado, ele e sua gestão foram temas de reportagem no jornal americano “The New York Times”.

Ndikung também é o fundador e ex-diretor artístico do Savvy Contemporary, espaço idealizado para acolher artistas de todo mundo. “Savvy é um espaço de criação de arte que reflete a multiplicidade da nossa sociedade. Para mim esse lugar significa liberdade, emancipação e integridade intelectual”, resume. Apesar de não participar mais do dia a dia, ele ainda integra o conselho da instituição.

Entre os seus principais trabalhos como curador ou curador adjunto estão documenta 14, em Atenas, Grécia, e Kassel, na Alemanha, ambas em 2017; Dak’Art: Bienal de Arte Contemporânea Africana em Dacar, no Senegal, em 2018; e o pavilhão finlandês dentro da 58ª Bienal de Veneza, na Itália, em 2019.

Em 2020 ele foi o primeiro bolsista da residência internacional de curadores da Universidade de Arte e Design de Ontario (OCAD, na sigla em inglês), no Canadá. Ndikung foi convidado para lecionar estudos curatoriais e arte sonora na Escola Städel, em Frankfurt, e atualmente é professor e chefe do corpo docente no programa de mestrado em estratégias espaciais na Academia Internacional de Arte Weißensee, em Berlim.

Também em 2020 recebeu a Ordem do Mérito de Berlim por suas contribuições à cena cultural da cidade. Em paralelo, durante anos trabalhou em uma empresa onde fazia pesquisas monitorando sistemas para marca-passos e desfibriladores.

Uma de suas exposições levou para a Europa a obra do brasileiro Abdias Nascimento (1914-2011). Embora tenha vindo muitas vezes ao Brasil, foi na biblioteca de seu pai que Ndikung teve os primeiros contatos com Nascimento, ator, poeta, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor e político, um dos mais importantes intelectuais e ativistas na luta antirracista que o Brasil já teve.

Casado com a atriz Lea Garcia, Nascimento foi o fundador do Teatro Experimental do Negro, do Museu da Arte Negra e do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, hoje dirigido por sua segunda mulher, Elisa Larkin Nascimento. “Abdias é maravilhoso, tem inúmeros tentáculos”, diz Ndikung.

Impressionado com o talento e a prodigalidade do brasileiro, em julho de 2022 Ndikung inaugurou a maior exposição individual de pinturas de Nascimento na Europa, no Museu Stedelijk em Amsterdã, na Holanda.

No ano passado, entre junho e setembro, apresentou o projeto “O Quilombismo: Sobre resistir e insistir. Sobre fuga como luta. Sobre outras filosofias políticas democráticas e igualitárias”, na KHW, também baseado na obra de Nascimento, com exposição, performances e workshops reunindo uma série de artistas, ativistas e cientistas de vários países como Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba, Cabo Verde e Moçambique. “Quilombismo” faz referência à filosofia desenvolvida pelo brasileiro, que definiu os quilombos como sociedades de convivência fraterna e livre.

Ndikung acompanha o movimento da sociedade brasileira, liderado pela população negra, a favor dos seus direitos civis, contra o racismo. Sabe dos avanços, mas rechaça qualquer pergunta em relação ao tema e evita revelar se já sofreu racismo, aqui ou em outro país, e mesmo fazer comparações entre o Brasil e a Alemanha, onde vive. “Eu não quero falar sobre isso. O racismo está em todos os lugares. É uma distração e toma uma parte importante do nosso tempo, do nosso trabalho”, diz.

Ele também não gosta do termo antirracial. “Não quero ver a presença do afro-brasileiro apenas como anti alguma coisa. Esse anti é muito forte. A população negra não pode ser definida apenas por isso. Para mim o mais importante é a pletora de cultura que existe aqui”, afirma.

Ele muda de assunto e se lembra do Aparelha Luzia, um dos lugares que mais gostou de conhecer em São Paulo, justamente um quilombo urbano, um espaço cultural que abriga debates sobre a questão negra localizado no centro da cidade. O Aparelha foi idealizado e é dirigido por Erica Malunguinho, ex-deputada estadual. “Foi uma experiência incrível. Um lugar criado por uma mulher negra trans, que reúne pessoas de tantos lugares diferentes, do Congo, de Angola, do Brasil, dos Estados Unidos. Era o mundo no Brasil.”

Da mesma forma como evita falar sobre o racismo, Ndikung prefere não responder sobre os artistas plásticos brasileiros, negros, brancos, indígenas e amarelos que conhece e admira. Não quer antecipar qualquer informação sobre o que o público deve ver na próxima Bienal.

“Estou contente, honrado com o privilégio de ter assumido esse cargo na Bienal de São Paulo, uma das mais antigas e importantes do mundo e uma das poucas bienais com entrada gratuita. Vou trabalhar com muita alegria. Eu conheço bem os artistas brasileiros, mas não quero citar nomes porque posso ser mal-entendido”, explica.

“Você conhece os pássaros que migram? Vamos adotar as rotas de voo desses pássaros e fazer uma pesquisa profunda. Eles viajam do Brasil para o Canadá, da África para a Europa, cruzam os quatro pontos cardeais do mundo. Vamos fazer o mesmo”, diz, evasivo.

Se propositalmente não menciona artistas contemporâneos, faz questão de falar da sua admiração por Heitor dos Prazeres (1898-1966), homem negro de múltiplas facetas nascido no Rio de Janeiro. Prazeres foi pintor, cantor, compositor, sambista e fundador das primeiras escolas de samba, entre elas a Mangueira e a Portela.

“No tempo em que as pessoas negras eram vistas através de clichês, ele pintou a sua vida cotidiana nas comunidades, lavando roupas, nas rodas de samba. Heitor dos Prazeres retratou o lado humano dos negros. É nisso que estou interessado”, afirma.

Apesar de viajar constantemente e de indicar uma pesquisa profunda ao redor do mundo para definir os artistas que participarão da próxima Bienal, Ndikung diz que não acredita em países, em nações. “Eu vivo em Berlim, não na Alemanha. Países tendem a excluir. Acredito em pessoas, em amigos, em famílias. Acredito em encontros.”

Ele não tem uma imagem formada sobre o país, nem sobre os brasileiros. “Eu poderia dizer qualquer coisa sobre os brasileiros, mas seria um clichê. O Brasil é um continente, é uma mistura de tantas coisas. Estou sempre aprendendo. Para mim o país são as pessoas que têm um papel importante na sociedade, como Conceição Evaristo, Beatriz Nascimento, Abdias Nascimento, Zózimo Bulbul, Marielle Franco, Erika Hilton, Lélia Gonzalez, Lea Garcia.”

Ndikung também é escritor. Já publicou “The Delusions of Care” (As ilusões do cuidado, 2021), “An Ongoing-Offcoming Tale: Ruminations on Art, Culture, Politics and Us/Others” (Um conto em andamento: reflexões sobre arte, cultura, política e nós/outros, 2022) e “Pidginization as Curatorial Method” (Pidgnização como método curatorial, 2023). No momento, termina um ensaio a respeito do trabalho do fotógrafo e videoartista mineiro Eustáquio Neves para um novo livro.

Entre um gole e outro de café, Ndikung pensa um pouco antes de responder sobre os seus próximos dez anos. E devolve a pergunta: “Podemos pensar em 100 anos? Dez anos é logo ali. Para mim, o trabalho que estamos realizando agora é para a posteridade”. Segundo ele, quando as pessoas abrirem os arquivos daqui a 100 anos, vão encontrar contribuições feitas para o mundo. E os arquivos lhe são particularmente importantes porque seu país não se preocupa com os seus próprios arquivos, com suas memórias.

Além disso, ele acredita que cada nova geração está sempre reinventando a roda porque não sabe o que foi feito antes. “Para mim é uma questão de escolha: vamos construir ou vamos destruir? Eu escolhi trabalhar com pessoas que querem construir algo, que querem criar um futuro. Criar cultura.” ■

'Gosto de coisas que revelam uma atitude', diz Ndikung. 'A moda é temporária'

ARQUIVO PESSOAL

Ndikung passou boa parte da vida em Barmenda, um vilarejo onde não havia museus

ARQUIVO PESSOAL

Em meio aos estudos de biotecnologia, o interesse de Ndikung pelas artes foi crescendo

ARQUIVO PESSOAL

Em Berlim, Ndikung é diretor e curador geral da Haus der Kulturen der Welt

INÊS 249

Vinho

A arte de compor grandes vinhos

Jorge Lucki

Pedro Baptista e Luis Sottomayor, nomes por trás dos icônicos Pêra-Manca e Barca Velha, dão brilho adicional ao Vinhos de Portugal

Há um pequeno número de vinhos cujas condições naturais privilegiadas propiciam sistematicamente se obter um produto de qualidade superior. A estas condições naturais — o comentado "terroir" — deve-se acrescentar o papel fundamental do homem, que deve saber extrair este potencial. É o que explica porque, mesmo num grupo de elite, alguns vinhos se destacam mais do que outros.

Paul Pontallier, diretor do celebrado Château Margaux, sempre muito perspicaz, comentou comigo certa vez que as parreiras têm um modo peculiar de se expressar, bem mais complicado do que o ser humano que se comunica por gestos ou palavras. Para isso, não basta ter um diploma de enologia na mão. É preciso ter talento e sensibilidade para entender o que as uvas demonstram e com elas compor um grande vinho. São algumas pessoas muito especiais as que respondem pela seleta categoria de rótulos icônicos, capazes de provocar reações que transcendem o conteúdo da garrafa. Em Portugal, essa primazia cabe praticamente a apenas dois vinhos, o Pêra-Manca e o Barca Velha, que têm como responsáveis Pedro Baptista e Luís Sottomayor, respectivamente.

Contar com ambos, Pedro Baptista no Rio de Janeiro e Luís Sottomayor em São Paulo, discorrendo sobre seus percursos profissionais, foi minha principal proposta nas provas especiais que dirigi este ano no evento Vinhos de Portugal. As duas apresentações foram ilustradas por vinhos raros e excepcionais, escolhidos por eles em conformidade com suas carreiras, que vieram especialmente das vinícolas.

Pedro Baptista entrou na Fundação Eugénio de Almeida (FEA) — instituição criada em 1963 pelo engenheiro Vasco Maria Eugénio de Almeida — em 1997, dedicando-se à viticultura, especialização adquirida em Montpellier, sul da França, um dos centros mais avançados de engenharia agrícola. Com esse currículo, e tendo acompanhado desde o início todas as fases de reestruturação das vinhas, implantação de novas áreas e ampliação do projeto, ele, mais do que ninguém, soube como atingir os ambiciosos objetivos propostos e com qual antecedência as medidas têm que ser tomadas. Como ele mesmo costuma dizer, "duplicar uma produção de milho é fácil, basta plantar mais de um ano para o outro. Com vinho não é assim: as vinhas que estamos plantando e uma nova adega fazem parte de um projeto que nasceu bons anos antes".

Vinho (azeite também) é uma das principais fontes de recursos para que a fundação consiga levar adiante as funções educativas, culturais e sociais que sempre moveram seu criador. Para tanto, a vinícola tem que acompanhar a evolução do mercado. Dentro das diretrizes vanguardistas estabelecidas pelo Conselho de Administração da FEA, em 2004 foi criada uma equipe, com Pedro Baptista assumindo a enologia da Adega da Cartuxa, onde são produzidos vinhos de reconhecidas marcas como EA, Cartuxa e Pêra-Manca, e o posto de diretor técnico responsável por toda a área vitivinícola e da área de azeite, além de começar a fazer parte do Conselho Executivo da instituição. Com a compra, em 2017, da Tapada do Chaves, vinícola histórica situada em Portalegre, região da zona norte do Alentejo, Pedro Baptista, que já a acompanhava havia sete anos, ficou responsável por sua condução. Entre outros reconhecimentos, Pedro foi eleito Enólogo do Ano, em 2009, pela "Revista de Vinhos de Portugal" e em 2019 pela "Grandes Escolhas", as duas publicações especializadas mais importantes do país.

O primeiro vinho do painel, o Cartuxa branco 50 anos, é um vinho com uvas da colheita 2012, produzido em comemoração ao cinquentenário da criação da Fundação Eugénio de Almeida a partir de uvas selecionadas das castas assario, arinto e roupeiro, fermentadas em inox com maceração com as cascas durante 25 dias, o que enseja um branco intenso, com toques oxidativos, diferenciado e bem apropriado para representar uma data tão importante. Na sequência veio o Pêra-Manca branco 2007, marca que a Adega da Cartuxa destina a vinho de exceção. Elaborado pela primeira vez em 1990, este soberbo 2007 indica o ano em que foi inaugurada a nova adega, adequada para se alcançar padrões de qualidade ainda mais elevados. É parcialmente fermentado em barricas de carvalho francês e demonstra ainda jovialidade e textura passados quase 17 anos.

O Cartuxa Reserva 2005, primeiro tinto da série escolhido por Pedro Baptista, da safra em que ele assumiu formalmente o posto de diretor técnico, é produzido só em anos excepcionais, tendo sido lançado pela primeira vez em 1987. A marcante safra 2005 deu origem também ao primeiro Scala Coeli, rótulo criado por Pedro Baptista destinado a uvas não tradicionais do Alentejo, plantadas em pequenas parcelas "experimentais", cujo comportamento em determinado ano tenha sido tão brilhante que seria um desperdício não utilizá-las num vinho à parte. Isso ocorreu em 2005 com a cabernet sauvignon e a merlot, castas que compuseram o vinho provado nesta prova do Vinhos de Portugal 2024. Em 2006 foi a vez da syrah e no ano seguinte com a touriga nacional.

Luiz Sottomayor em São Paulo, onde aproveitou para lançar o Barca Velha 2015

Pedro Baptista trouxe o Pêra-Manda 2011, um dos melhores já produzidos, ícone em Portugal

Localizada na Serra de São Mamede, a Tapada do Chaves se beneficia de um terroir único, caracterizado por solos graníticos e um microclima diferenciado. A altitude e a influência da serra proporcionam condições ideais para a vitivinicultura, resultando em vinhos com uma personalidade distinta e um equilíbrio excepcional. Fundada no início do século XX, na Tapada do Chaves estão duas parcelas de vinha mais velhas do Alentejo em produção, uma de uvas brancas datada de 1901 e outra de tintas plantada em 1903. Nas mãos de Pedro Baptista os vinhos ganharam ainda mais refinamento, como já demonstra o 2017 (o primeiro em que ele assumiu oficialmente a responsabilidade) escolhido para o painel, composto de aragonez, trincadeira e alicante bouschet, com uma parte vinda das vinhas velhas.

Para finalizar sua apresentação, Pedro Baptista não poderia deixar de mostrar o vinho emblemático da FEA, o Pêra-Manca. O nome Pêra-Manca deriva de "pedra manca" ou "pedra oscilante", dada aos blocos graníticos soltos existentes na propriedade onde tudo teve início, o hoje hotel Convento do Espinheiro, perto de Évora. A história do vinho remonta ao século XV, mas foi em meados de 1800 que ele assumiu o nome e se tornou mais sofisticado, conquistando vários prêmios internacionais. Logo em seguida o vinho deixou de ser produzido em razão da filoxera, praga que destruiu os vinhedos da Europa.

Este nome e rótulo históricos foram oferecidos à FEA, em 1987, por um descendente da Casa Agrícola José Soares, proprietária e produtora do vinho no passado, com a cláusula de que a marca só fosse utilizada para o melhor produzido pela vinícola. A fundação, que já produzia com sucesso o Cartuxa Reserva, havia se preparado para lançar um topo de gama — o Cartuxa Garrafeira, produzido em 1987 — e utilizou pela primeira vez o nome Pêra-Manca na colheita de 1990. Dos que foram lançados a partir de então — 1991, 1994, 1995, 97, 98, 2001, 2003, 2005, 2007, 2008, 2010, 2011, 2013, 2014 e 2015 (o próximo, revelado por Pedro Baptista em sua apresentação, será o 2018, que chegará ao mercado no terceiro trimestre deste ano), seu mentor optou pelo 2011, tida como a melhor safra dos últimos tempos em Portugal. Aliando vigor e complexidade, o Pêra-Manca 2011, conduzido por Pedro Baptista, é um dos melhores já produzidos, fazendo jus ao status de ícone em Portugal.

Trazer Luis Sottomayor para uma das edições do evento Vinhos de Portugal, focando em seu brilhante percurso profissional, era um projeto que eu almejava há tempos. Isso começou a se concretizar há exatamente um ano, quando ele e o board da Sogrape estiveram em São Paulo para o lançamento do Ferreirinha Reserva Especial 2014. O "sim" veio finalmente em fevereiro passado, quando sua agenda para o ano foi fechada e nela havia uma brecha para ele vir a São Paulo, aproveitando para lançar o Barca Velha 2015, que acabou entrando no painel de vinhos de sua apresentação — não por acaso, foi a primeira prova a ter seus ingressos esgotados.

Luís Sottomayor nasceu e cresceu numa quinta nos arredores do Porto, onde a agricultura tinha uma presença marcante. Por influência do pai (que foi um dos primeiros portugueses a estudar enologia na França), após o liceu e ter cumprido o serviço militar, foi estudar enologia em Dijon, na Borgonha. Quando voltou, após poucos meses trabalhando numa empresa perto de Lisboa, recebeu, em 1989, o convite da Sogrape para integrar a equipe de enologia da Ferreira, na Quinta da Leda. Era uma excelente oportunidade de estar ao lado e aprender com os melhores profissionais, José Maria Soares Franco e "Seu" Fernando Nicolau de Almeida, o "inventor" do Barca Velha.

As primeiras garrafas com o nome oficial Barca Velha (o rótulo, desenhado pelo próprio "Seu" Fernando, foi inspirado numa tapeçaria francesa do século XV), as de 1952, foram comercializadas apenas oito anos mais tarde, porque seu mentor só as liberava quando o vinho estivesse em condições de (começar a) ser apreciado. Para ilustrar até onde ia essa preocupação, Fernando Nicolau de Almeida se negou a servir Barca Velha à rainha da Inglaterra, durante uma visita oficial a Portugal, porque o vinho ainda não havia sido liberado para o mercado e, segundo ele, não estava "pronto".

Outro critério de "Seu" Fernando para preservar a reputação do vinho era reservar o rótulo Barca Velha para safras em que a qualidade estivesse à altura do nome — quando isso não acontecia, o vinho era engarrafado como Ferreirinha Reserva Especial, marca lançada pela primeira vez em 1962. A decisão cabe ao enólogo chefe e é tomada na última hora, pouco tempo antes de as garrafas serem comercializadas, o que leva em torno de oito a dez anos após a colheita. Sempre foi motivo de polêmica o vinho fazer jus àquele rótulo tão emblemático ou se deveria ser engarrafado como Ferreirinha Reserva Especial.

Pelo escasso número de safras com o nome Barca Velha pode-se concluir que havia muito rigor na seleção: depois dos 1952, 1953 e 1954 e 1955, entre 1960 e 1980 apenas 64, 65, 66 e 78 passaram pelo crivo final, seguindo-se, nos anos 80, as safras 81, 82, 83 e 85, vindo depois 1991, 1995 e 1999 e, de década de 2000 para cá, 2000, 2004, 2008, 2011 e agora o 2015 o último Barca Velha colocado no mercado. No total, portanto, em 70 anos, só 21 colheitas resultaram em Barca Velha.

"Seu" Fernando Nicolau de Almeida se aposentou em 1988, aos 75 anos, não sem antes formar, durante nove anos, seu sucessor José Maria Soares Franco, a quem continuou acompanhando até morrer, em 1998 (ele continuou indo provar vinhos na Sogrape, em Vila Nova de Gaia, praticamente todos os dias, guiando seu Jaguar azul, até 1994), e ainda participar da formação de Luís Sottomayor. Em 2007, com a saída de Soares Franco, Sottomayor assumiu as funções de diretor de enologia, tendo por isso que deixar o dia a dia na adega da Quinta da Leda (construída em 2001) para poder acompanhar todos os outros centros de vinificação — significa que desde seu lançamento, em 1952, o Barca Velha só teve três enólogos responsáveis.

Assim, foram da safra 2007 os dois primeiros vinhos que Luís Sottomayor escolheu para iniciar sua apresentação, o Quinta da Leda e o Ferreirinha Reserva Especial. Além do fato de a safra representar o ano em que ele assumiu a condução dos vinhos da casa, havia razões técnicas especiais que justificavam particularmente a opção, caso, por exemplo da utilização pela primeira vez de barricas de carvalho francês, em vez de carvalho português, fazendo com que os vinhos ganhassem mais elegância. Passados 27 anos, os dois vinhos estavam vivos e vibrantes, com o Reserva Especial, de tão expressivo, levantar a questão se deveria ter sido um Barca Velha.

O mesmo se poderia dizer do Ferreirinha Reserva Especial 2014, servido na sequência, mas o fato de o vinho seguinte ser o tão aguardado Barca Velha 2015, que impressiona pela sua estrutura, faz cair por terra qualquer discussão — o Ferreirinha 2014 é refinado e tem equilíbrio, mas não tem a energia e a capacidade de envelhecimento de seu irmão mais nobre (Sottomayor comentou que é um Barca Velha que tem o frescor e elegância do 2008 e a exuberância do 2011). Isso se deve não só pelas características climáticas de 2015 como também pela presença de 10% de sousão, casta que aporta cor, frescor e estrutura e que pela primeira vez fez parte do blend.

Uma aula especial sobre vinho do Porto estava reservada para o final, com dois vinhos espetaculares, representativos de duas categorias distintas dessa especialidade de Portugal, um tawny e um vintage — no caso, o Sandeman Tawny 30 anos e o Ferreira Vintage Vinhas Velhas 2016. Em seus comentários, Sottomayor ressaltou que os tawnys contam com maior participação do homem, sendo fruto de uma arte ancestral que se distingue pela sabedoria e talento em mesclar Portos de vários anos. Até o momento de serem utilizados permanecem em cascos de madeira — em geral ao redor de 500 litros —, que permite ao vinho respirar através de seus poros. Sofrem, assim, um processo oxidativo que lhes tira a cor e os deixa com tons aloirados, termo, aliás, que é a tradução da palavra inglesa tawny.

Concordamos que 30 anos é um tawny que expressa com mais sofisticação a categoria, mesclando texturas mais macias, aromas instigantes de frutas secas, sem perder um toque vivaz, e notas frutadas. O lote deste 30 anos da Sandeman é uma seleção de vinhos com idades entre 25 e 40 anos.

O Vintage, por sua vez, é uma dádiva da natureza, onde a participação do homem é menor. Ao oferecer uma conjunção ideal de clima com solos únicos e apropriados — em geral isso não ocorre mais do que três vezes por década —, a natureza é a grande responsável por se alcançar um vinho tão aristocrático e vigoroso, que reinará soberano por dezenas de anos. Os vintages se originam de uma safra única (e excepcional) e são engarrafados cedo, normalmente até o segundo ano após a colheita; tendo pouco contato com madeira, vão se desenvolvendo aos poucos dentro da garrafa. Sem deixar por menos, Sottomayor trouxe o Ferreira Vinhas Velhas, pela primeira vez lançado em 2016, proveniente dos vinhedos mais antigos da Quinta do Porto, uma das propriedades da Sogrape. A conjunção de uma safra radiante com uvas de vinhas velhas resultou num vintage sublime, memorável.

Valeu a expectativa de esperar um ano para realizar estas duas provas tão especiais.

Jorge Lucki escreve neste espaço semanalmente

E-mail: Colaborador-jorge.lucki@valor.com.br

Vinho cult

Bebidas Como o advogado Pedro Testa transformou o projeto de uma segunda casa numa vinícola cujo produto tem ganhado espaço em restaurantes disputados. Por *Eduardo Simões*, para o Valor, de São Paulo

DIVULGAÇÃO

A Casa Tés recebeu endosso do enólogo francês Pierre Lurton, que vê potencial para vinho na região

Nos últimos três anos, o fotógrafo Mauro Restiffe vem fazendo registros da Casa Tés, vinícola no Vale da Grama, perto da divisa entre São Paulo e Minas Gerais. Além de imagens da sede, perspectivas dos vinhedos e da paisagem da Serra da Mantiqueira, Restiffe capta também um pouco do dia a dia dali, de colheitas feitas na madrugada a festas juninas que reúnem os envolvidos na vitivinicultura do lugar.

As fotografias são fruto de uma celebração de mão dupla: ao comemorar novas safras, a Casa Tés homenageia um artista brasileiro e o convida para fazer algum tipo de intervenção. Em 2021, por exemplo, Luiz Paulo Baravelli pintou os rótulos das primeiras 350 garrafas. Para a colheita de 2024, o escultor José Resende está concebendo uma obra inspirada no cenário montanhoso que abraça a vinícola.

Estas intervenções são a cereja do bolo de uma produção de vinhos que não dispensa equipamentos e insumos em estado da arte, de tanques de concreto Nomblot e barricas de carvalho francês Rousseau a rolhas portuguesas Amorim. Tampouco abre mão de um cuidado artesanal, em que o próprio criador da vinícola, o advogado Pedro Testa, sua mulher, Tessa Vieira, e seus três filhos juntam-se aos funcionários para "amarrar o bracinho da planta, separar os cachos, cuidar para que as formigas não ataquem o vinhedo", segundo Testa.

A criação da Casa Tés foi um bem-vindo acidente de percurso. Em 2009, com o nascimento de sua primeira filha, Laura, Pedro Testa pensou em ter uma segunda casa para passar os fins de semana longe do rebuliço de São Paulo. Sinônimo de trânsito, um endereço na praia logo foi descartado.

Em 2012, Testa acabou comprando a fazenda Santa Maria, no Vale da Grama, com vistas a uma criação de gado. Vizinho de produtores dos mais bem-afamados cafés e azeites brasileiros, o advogado conta que, no entanto, logo desconfiou de que a sua terra tinha "um balangandã".

No aniversário de um amigo, Testa provou um vinho da Guaspari, vinícola que fica em Espírito Santo do Pinhal (SP). Surpreso com a qualidade da bebida, soube que a Guaspari aplicava uma técnica chamada dupla poda, criada na década de 2000 por Murillo de Albuquerque Regina, pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig). Com o manejo, também conhecido como poda invertida, transfere-se do verão para o inverno a maturação e a colheita, evitando o calor excessivo e as chuvas intensas da estação mais quente.

Após se informar junto a Murillo Regina sobre o método, Testa resolveu se dedicar à vitivinicultura. Em 2017, ele começou a empreitada plantando uvas cabernet sauvignon e shiraz em um hectare perto da sede da fazenda, numa proporção de 70% e 30%, respectivamente.

Convidado para conhecer a vinícola, o enólogo chileno Cristian Sepúlveda, que havia trabalhado na Guaspari, afirmou que ela não passava de "paisagismo". A grama do vizinho seria mais verde: na opinião dele, na fazenda ao lado, a Laje, junto a um paredão de granito, estaria o solo para Testa produzir o vinho de alta qualidade que almejava.

Quinze dias depois, Tiãozinho Veneno, um corretor da região, ligou para Testa comunicando que as tais terras estavam à venda. Em seu aniversário, no dia 7 de novembro de 2018, o advogado comprou a propriedade onde, no ano seguinte, iniciou a cultura de cabernet franc, merlot, cabernet sauvignon, sauvignon blanc e sémillon. "Fiz o blend que eu queria já na terra."

Ao colher a primeira safra daquele primeiro hectare, Sepúlveda surpreendeu-se e chegou a questionar se não havia cometido um erro. Testa viu então que tinha potencial para um bom negócio. Faltava definir qual seria seu modelo. No meio disso, Testa foi fazer um MBA em Stanford, nos EUA. Aproveitou a oportunidade e visitou propriedades que produzem os "cult wines", como Harlan State e Promontory, ambas na Califórnia.

Nessas vinícolas, a produção é limitada, assim como a venda (de três a seis garrafas por pessoa), com lista de espera. "O cara tem capital de giro para crescer e triplicar aquele negócio, mas não o faz porque o objetivo dele é produzir o melhor vinho possível", explica Testa, que decidiu replicar o modelo em sua vinícola. Para adquirir os vinhos da Casa Tés é preciso se cadastrar em seu site. A cada safra, os membros recebem uma oferta dos rótulos. Neste ano, a Casa Tés vai colocar 5 mil garrafas à venda.

Todo o apuro de Testa vem rendendo louros. A Casa Tés recebeu endosso do enólogo francês Pierre Lurton, presidente do conselho administrativo da vinícola Cheval Blanc e presidente do Château d'Yquem, ambas pertencentes ao conglomerado de luxo LVMH, dono de marcas como Louis Vuitton e Dom Pérignon. Para Lurton, a região onde se encontra a vinícola tem potencial para se fazer um grande vinho brasileiro.

Os dois rótulos da Casa Tés, o Grama (branco) e o Casa Tés (tinto), já estão presentes nas cartas de disputados restaurantes paulistanos como Nelita, Tuju e Kanoe. Segundo Patrícia Bianco e Tadashi Shiraishi, sócios-fundadores do Kanoe, o Grama faz parte da harmonização sazonal, ao passo que o Casa Tés está em uma carta com rótulos raros à qual têm acesso somente os clientes recorrentes e membros de seu programa de relacionamento. Eles ressaltam que a escolha não é baseada somente na qualidade singular dos vinhos, mas se deve também ao "processo artesanal de sua manufatura e à sua escassez".

DIVULGAÇÃO

Pedro Testa iniciou sua incursão pelo vinho depois de comprar a fazenda Santa Maria em 2012

MAURO RESTIFFE/DIVULGAÇÃO

Testa cultiva seu blend: cabernet franc, merlot, cabernet sauvignon, sauvignon blanc e sémillon

Testa reputa seu êxito, em parte, ao solo argiloso do Vale da Grama e ao vento que sopra ali, de maio a agosto, espantando pragas e evitando geadas. Seu único mérito teria sido cometer a loucura de plantar as uvas que plantou e colocar "sangue, suor e lágrima" para tirar do chão o projeto.

Ele o compara ao escritório do qual é sócio-fundador, o Trindade Sociedade de Advogados, um "escritório boutique", com advogados sênior, "lidando com questões de muita relevância para clientes importantes", a exemplo da disputa entre Abilio Diniz (1936-2024) e seu Grupo Pão de Açúcar contra a gigante francesa do varejo Casino, de 2011 a 2014.

"Eu não sei fazer grande volume, por isso eu gosto do paralelo com o escritório. O que a gente se propõe a fazer aqui é o melhor serviço possível. Qualidade, qualidade, qualidade. A Casa Tés tem a mesma filosofia. Eu não produzo 50 rótulos. Mas, sim, o melhor vinho possível naquele lugar." ■

"Não produzo 50 rótulos. Mas, sim, o melhor vinho possível naquele lugar"
Pedro Testa

INÊS 249

DIVULGAÇÃO

O queijo tulha, que ganhou medalha de ouro para a fazenda Atalaia, em maturação

Terra viva e maturada

Agricultura As reinvenções de uma fazenda centenária até se tornar referência na queijaria artesanal brasileira. Por *Mariana Tavares*, para o Valor, de Amparo (SP)

Os prêmios se acumulam: são mais de 35, sendo 4 reconhecimentos estrangeiros a alguns dos 40 tipos de queijos e derivados produzidos pela fazenda Atalaia. Mas, para o casal à frente do negócio, Paulo e Rosana Rezende, uma premiação tem sabor especial. Em 2016, seu queijo tulha ganhou no World Cheese Awards, na Espanha, a primeira medalha de ouro para um queijo brasileiro em concursos internacionais.

A surpresa não poderia ter sido maior. Como contam Paulo e Rosana, ambos aos 58 anos, a produção queijeira na Atalaia não começou por especial vocação nem por longa tradição familiar. Foi por necessidade: "Não tem história mirabolante", diz Paulo. "A Atalaia faz queijo porque estávamos determinados a viver da fazenda. Foi a ferramenta para nos mantermos aqui." E tem dado certo. De 2019 a 2023, triplicaram o faturamento.

Situada no município paulista de Amparo, na serra da Mantiqueira, a propriedade de 100 hectares e muitas montanhas tem mais de 160 anos de história. Em 1860, já batizada "Atalaia", voltou-se à produção de café sob a gestão de Pedro Penteado, presidente do Banco Industrial de Amparo. Depois, passou às mãos de Francisco Sampaio. Até que veio a crise de 1929, com impactos severos na economia cafeeira local.

Em 1939, Sampaio vendeu a fazenda a um novo dono: Caram Matta, avô de Paulo. "Meu avô veio do Líbano em 1908. Teve armazéns em Amparo, mas faliu junto com o café. Ele comprou a fazenda negociando dívidas, colocou um pouco de gado e foi se mantendo", conta. Nascido e criado em São Paulo, o neto diz que o sonho sempre foi morar na Atalaia. Mas, para isso, era preciso torná-la rentável.

Entra aqui a bagagem acumulada por sua esposa, Rosana, segunda dos dez filhos de um casal de pequenos produtores rurais na cidade mineira de Unaí. "Por sermos tantos filhos, nós participávamos de tudo e ajudávamos a produzir o que comíamos. Noventa por cento do nosso alimento saía da própria fazenda", lembra. Inclusive o queijo que ela auxiliava o pai, seu Geraldo, a fazer.

Quando chegou à Atalaia, em 1995 — o casal se conheceu em Unaí, onde Paulo, formado agrônomo, foi gerir 15 mil hectares do braço agrícola de uma corretora de valores americana —, a ideia de Rosana era ajudar com o gado ou cuidar do financeiro enquanto o marido produzia café. "Aí faliu o laticínio para o qual vendíamos leite. Falei com o Paulo: eu consigo transformar em queijo para não perdermos a produção. Tirei dúvidas com meu pai e comecei."

DIVULGAÇÃO

Meiri Cardoso hoje gerencia a produção dos queijos e a comunicação do negócio

Pois o que nasceu a partir de um rebanho de 24 vacas, a cozinha de casa e uma venda porta a porta em Amparo é hoje uma estrutura na fazenda que inclui restaurante, visitação guiada, atividades pedagógicas, eventos e locação. Em abril, a Atalaia foi cenário de uma campanha da marca de roupas de luxo PatBO, enquanto os queijos figuram no cardápio de chefs renomados como Rodrigo Oliveira, Alex Atala e Helena Rizzo.

Estão sob o controle da Atalaia desde a genética dos animais até o ponto de maturação do queijo. O rebanho soma 220 vacas de raça holandesa (mais 200 angus receptoras de embrião holandês), 300 cabras e 100 ovelhas. Sozinha, a produção do queijo tulha, campeão de vendas, consome 4 mil litros diários de leite de vaca. "São 15 litros de leite para 1 quilo de tulha. Cada peça leva de 10 a 12 meses de maturação", ensina Paulo.

Foi o tulha que, ao ser reconhecido na Espanha, "mudou a realidade da fazenda", segundo Rosana. E como tudo na história da Atalaia, ele é fruto das circunstâncias. Desde 2001, o casal tinha certificação para vender seus queijos nos mercados de Amparo, como frescal e mussarela. "Mas fomos vendo que isso não teria vida longa, porque estávamos produzindo commodities e, por ser artesanal, nunca teríamos um produto barato", diz Paulo.

Maturar o queijo mostrou-se uma saída tanto para produtos mais autorais quanto para sua conservação. Na ausência de uma câmara fria, o casal lançou mão de um ambiente fresco que, ao lado da sede e do terreiro de café, forma o núcleo de construções datado de 1860: a tulha, feita com paredes de taipa. "O fungo que existe aqui é único, então esse queijo só pode ser feito na Atalaia", diz Rosana. Daí o nome: queijo tulha.

Para Paulo, o valor do reconhecimento ao produto em 2016 é mais coletivo do que individual. "Nós paramos de ter vergonha do nosso queijo brasileiro", diz. Ainda no espírito de exaltar as identidades produtivas, em 2017 a Atalaia ajudou a fundar o Caminho do Queijo Artesanal Paulista, hoje com 17 queijarias: "Os queijos paulistas têm uma diversidade absurda, porque refletem a cabeça de cada produtor. São inovações em um produto que é milenar".

E se o queijo exige algo da Atalaia, é o esforço para inovar. Como na pandemia, quando de início perdeu-se 85% do faturamento. O casal destaca uma peça-chave na superação da adversidade: Meiri Cardoso. Contratada em 2019 para conduzir as visitas guiadas, a historiadora de 29 anos integrou-se à fazenda de tal modo que hoje gerencia a produção dos queijos (ofício que aprendeu ali) e a comunicação do negócio.

Durante a pandemia, Cardoso assumiu as vendas por WhatsApp e redes sociais. Junto com os dois filhos do casal, ajudou a criar cestas de produtos e o e-commerce. Em junho de 2020, a Atalaia bateu recorde de vendas. "Foi o momento em que a gente mais contratou pessoas", pontua Rosana. O quadro atual é de 85 funcionários.

As vendas online são agora 5% do faturamento, diante de 60% para pessoas jurídicas, como empórios, e 35% para pessoas físicas na loja e restaurante da fazenda. Mas Cardoso considera o e-commerce estratégico. "Ele traz muita gente para a Atalaia, porque as pessoas querem a experiência", diz. Graças à internet viram disparar a venda de outro queijo, o figueira, após o vídeo de uma cliente viralizar nas redes sociais. "Foi uma revolução. Três lotes futuros estão vendidos", informa.

Já Paulo frisa que, na "experiência Atalaia", tão importante quanto as tecnologias contemporâneas é o respeito ao passado. Razão pela qual desde 2012 é feito investimento em restauro: "Parece bobagem, mas olho a Atalaia como um patrimônio nacional. Acho que estamos para o Brasil como os castelos estão para a Europa. Isso aqui conta a história do café, a industrialização de São Paulo. Tem que ser preservado", defende.

Para 2029, a equipe estuda como transformar em hospedagem uma estação da ferrovia Mogiana que cortou a fazenda no século XIX. Antes disso, em 2027, a meta é chegar a um rebanho de 400 vacas holandesas. E o ano de 2024 promete: está prevista a concessão do selo Arte, que reconhece a tradição artesanal e permite a venda em mercados de todo o Brasil.

Na cidade de Amparo planeja-se a abertura de um espaço no Mercado Municipal, a Casa Caram (em homenagem ao patriarca), e uma loja conceito em parceria com uma grande empresa local. Dentro da Atalaia retomou-se o café, deixado de lado quando o queijo ganhou tração, além de uma nova padaria e pizzaria. Planos que mantêm viva uma terra centenária maturada pelo tempo. ■

DIVULGAÇÃO

Rosana Rezende foi quem teve a ideia de transformar o leite da fazenda em queijo

DIVULGAÇÃO

Paulo Rezende diz que sempre teve o sonho de morar na Atalaia, mas precisava torná-la rentável

Mama África

Arte Em livro, crítica e curadora Napê Rocha parte de sabedorias africanas e afro-brasileiras para discutir a obra de Paulo Nazareth. Por *Nina Rahe*, para o Valor, de São Paulo

Em 2011, para participar da feira Art Basel em Miami, Paulo Nazareth saiu de Palmital, na região metropolitana de Belo Horizonte, e percorreu a pé, de ônibus ou carona o trajeto até chegar aos Estados Unidos. No percurso que durou sete meses, cruzando 15 países, e para o qual o artista mineiro se equipou com poucas peças além de um chinelo de dedo, ele não lavou os pés com a ideia de levar aos país norte-americano toda a poeira da América Latina.

Quando chegou à feira para exibir a instalação "Banana Market/Art Market" e se pôs ao lado de uma Kombi abarrotada de bananas à venda, Nazareth rapidamente se tornou um dos artistas mais comentados daquela edição. Mas, junto com seu reconhecimento, que resultou no prêmio Masp Mercedez-Bens de Artes Visuais na categoria "talento emergente", não foram poucas as críticas e reportagens que o classificaram usando o estereótipo de "artista exótico" que sua obra vinha justamente questionar — no trabalho em Miami, ele chegou a segurar a placa "My Image of Exotic Man for Sale" (minha imagem de homem exótico à venda, em tradução livre).

E foi por que isso que, quando a pesquisadora Napê Rocha elegeu o artista para estudar em sua dissertação de mestrado, recém-lançada em livro, a inquietação dela foi produzir uma teoria da arte que fosse além do cânone europeu e se construísse a partir de conhecimentos africanos e afrodiaspóricos.

"Talvez porque, naquele momento, não fosse tão comum ver um artista negro em uma posição internacional tão proeminente, a crítica de arte objetificou o trabalho, e é nessa época que a atuação dele dá uma virada e passa a discutir de maneira mais incisiva a experiência de uma pessoa negra", explica.

Na publicação "_corporeidades encruzilhadas ---" (editora Cobogó, 192 págs., R$ 110), Rocha se aproxima do projeto "Cadernos de África", uma empreitada que Nazareth começou tão logo saiu da América do Norte, pela noção de encruzilhada, entendida por ela como um espaço material e imaterial por onde se matizam as culturas negras no Brasil. Entre os representantes de religiões afro-brasileiras, a palavra representa um lugar de culto a Exu, visto como sagrado por ser um espaço de transmutação de energias.

Para a produção de "Cadernos de África", que abrange trabalhos em diversas mídias, Nazareth previu percorrer os 54 países do continente africano antes de pisar na Europa, algo que, na época, o artista imaginava concluir em cerca de dois anos. Mais de dez anos depois, entretanto, ele está longe de completar o roteiro previsto e muito disso vem da sua percepção, ao longo do trabalho, de que essa viagem se dá como uma espiral que nasce da cozinha de sua casa, no Palmital.

"Esse ir e vir acaba incorporado e eu começo a trabalhar essa África da diáspora, expandida, que também passa a existir na América e em outros lugares", diz Nazareth, de 47 anos.

Ir à Europa pela África envolveria o desenvolvimento de uma narrativa que foge da temporalidade linear e se dá em uma concepção de tempo onde passado, presente e futuro não se contradizem. E não é coincidência, para Rocha, que a forma espiralar esteja relacionada também a Exu e à espiral visível no interior do Òkotó, a concha de caracol que representa o orixá. "A espiral pode ser entendida como o modo sob o qual o tempo e a narrativa se comportam no interior da encruzilhada", escreve.

DIVULGAÇÃO

Paulo Nazareth com a mãe em Palmital, Minas Gerais, em uma das imagens do livro

Neste projeto, em contraste às fotografias coloridas de "Notícias de América", Nazareth optou por imagens em preto e branco para falar de cor. São peças que assumem, de acordo com ele, um papel mais forte de questionamento sobre aspectos sociais e raciais.

E se somam, no decorrer das viagens, a panfletos nos quais o artista elabora uma série de proposições como "não usar calça jeans — seguir caminhado com as mesmas calças que usava na roça ao trabalhar com os porcos e a capina", "não usar sapatos — passar o tempo apenas com os pés descalços ou com sandálias abertas/ chinelos de dedo", "sempre comer com as mãos como faziam os antigos no tempo da minha mãe de minha mãe" e "juntar toda sorte de cacos encontrados nas encruzilhadas do mundo em tributo a mãe de minha mãe".

Mas essa poética, que muitas vezes foi associada a uma estética de precariedade, Napê aponta, poderia ser melhor entendida pela ótica do colecionismo de alguém que sai em busca de um inventário com tudo aquilo que se encontra pelo caminho. A tentativa, como o próprio Nazareth explica nos objetivos traçados lá no início dos "Cadernos de África", está em conhecer a África antes de chegar à Europa, saber o que há de África em sua casa, saber o que há de sua casa na África e saber o que tem de África e de sua casa na Europa.

O ambiente de aeroporto, que no trajeto até os EUA foi totalmente evitado, acaba se tornando uma alternativa, com voos da Península Árabe para o Quênia, de Nairóbi para Camarões, de Maputo para Joanesburgo e assim por diante.

Apesar de dizer que, com exceção das ilhas, "o que é terra, exige terra", o artista percebeu que sua presença em aviões também pode ser um ato de resistência, uma vez que atravessar o interior dessas aeronaves, cruzando a classe executiva para chegar aos assentos econômicos, é gerar um estranhamento com seu "corpo que fala, que grita".

Nas mostras individuais e coletivas que realiza no Brasil ou no exterior, Nazareth também toma o espaço expositivo como uma espécie de mercado que não é diferente do de frutas, por exemplo. Ali, ao mesmo tempo que a Mendes Wood DM, galeria que o representa, vende sua produção pelos valores praticados no meio, seus cartazes e panfletos estão à venda por preços módicos (a partir de R$ 1), menos por causa de uma democratização da arte do que pela tentativa de replicar na galeria ou museu um tipo de comércio.

É uma cortesia que funciona como parte do negócio e cria uma relação entre as partes. "O mercado da arte não é diferente do mercado de batata ou café. A única diferença é que, para quem trabalha com arte, a arte aparece mais."

Mas, quando discorre sobre seu trabalho, em vez de focar em um ou outro "produto", ele pede que a atenção se volte para algo a que vem se dedicando sem que a crítica coloque tanta atenção e que ele chama de "arte de preceito".

"A arte é o preceito, o conceito que move todo o resto", explica. "Se eu tivesse chegado rapidamente à Europa, tudo que estou dizendo agora não faria sentido. E esse tempo de maturação [que envolve o preceito de não chegar à Europa sem passar por todos os países da África] é o próprio trabalho." ■

O arquiteto 'cafona' que virou 'cult'

Exposição Itaú Cultural presta tributo a Artacho Jurado. Por *Maria da Paz Trefaut*, para o Valor, de São Paulo

Apesar de desprezado pelos modernistas e esnobado pela elite, Artacho Jurado (1907-1983) conseguiu deixar sua marca na paisagem urbana de São Paulo. Como não era arquiteto, ele é apresentado como um artista na Ocupação Artacho Jurado, que está em cartaz no Itaú Cultural até setembro. Ou seja, alguém que trouxe elementos ornamentais e decorativos, cores vibrantes e espaços de convivência de forma quase cinematográfica à verticalização da cidade nos anos 1950.

João Artacho Jurado cresceu no Brás, numa família de anarquistas espanhóis de classe média baixa. "Ele era um filho de imigrantes que queria fazer dinheiro. Era desenhista, tinha imaginação. A gente não sabe o que vem antes: o desejo de vender ou de desenhar", diz Guilherme Giufrida, um dos curadores da mostra. O termo "Ocupação" vem sendo usado no Itaú Cultural como uma forma menos linear de homenagear alguém. É uma maneira de mostrar não apenas a obra, mas de desvendá-la junto com a pessoa.

No caso de Artacho, a exposição ocupa três salas abertas no segundo piso do edifício e mostra seu primeiro projeto antes dos prédios que o tornaram conhecido. Trata-se de um conjunto de casas em Cidade Monções, uma região pouco valorizada, que ficava no final do Brooklin Novo, que pela estética de hoje parece uma vila operária. Mas a surpresa para a época é que a venda das casas incluía telefone e automóvel.

Depois, nos anos 1950, em cerca de uma década, Artacho construiu mais prédios do que todos os arquitetos modernistas. "Os grandes nomes abominavam a arquitetura dele", conta Giufrida. "Ele nunca pertenceu à turma dos imigrantes ricos na qual havia Gregori Warchavchik e Rino Levi. Era considerado cafona, o que o levou a viver a não aceitação e uma certa exclusão. Uma amostra disso é que Eduardo Corona, arquiteto, que foi professor da FAU [Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP], escrevia para não comprarem os apartamentos dele."

Artacho era um arquiteto autodidata, cuja primeira atividade era a publicidade como letrista de cartazes. Depois fez cursos de desenho técnico e se especializou na projeção de neons publicitários. Quando começou a projetar edifícios, estabeleceu uma ligação muito próxima com a indústria da construção. "Ele ia nas fábricas, escolhia o tom das pastilhas que queria e ditava a produção." Hoje, seus edifícios são marcos na cidade: Bretagne, Piauí, Viadutos, Louvre e Cinderela.

ACERVO DA FAMÍLIA JURADO

Artacho Jurado e um bolo no formato do edifício Viadutos, uma de suas obras icônicas

O Bretagne, onde viveu, é considerado sua obra-prima. O condomínio fica na avenida Higienópolis, que era endereço da aristocracia paulistana, tem o formato de um navio e um excesso de estilos e materiais, que cria um conjunto na linha "tudo ao mesmo tempo agora".

Mesmo assim, tinha aspectos muito modernos para a época. Foi o primeiro condomínio de São Paulo a ter piscina, um bar que funciona até hoje e uma sala de música com piano. Politicamente, Artacho nunca foi de esquerda, apesar do pai anarquista, mas, talvez em função da utopia que havia no período, projetou no Bretagne apartamentos de vários tamanhos, o que pressupunha uma convivência social.

Uma parte da exposição mostra o quanto ele era atento aos detalhes. Desenhava os lustres, as escadas, as rampas, fazia a paleta de cores. Assim, tornou-se um dos principais nomes da indústria imobiliária paulistana em meados do século XX. Chegou a ser rico, colocou a filha Diva em boas escolas, mas terminou no ostracismo, fazendo prédios no ABCD, muito longe dos endereços valorizados pela classe social que almejou frequentar e pela qual nunca foi aceito.

"Procuramos colocá-lo como artista. Dar dimensão à sua arquitetura cenográfica, que era exagerada, com neon e muita cor. Apesar da sua arquitetura ser negada, ele competia no mesmo espaço de outros arquitetos em lugares nobres como a avenida São Luís e as ruas de Higienópolis", afirma Giufrida, que assina a curadoria com Jéssica Varrichio.

O tempo assimilou sua obra e seus edifícios se tornaram cults. A revista inglesa "Wallpaper", referência no design, apontou o Bretagne como um dos melhores edifícios do mundo para viver. O metro quadrado no condomínio custa agora R$ 15.500 e há apartamentos de tamanhos muito variados: 90, 106, 135, 145 e 190 m². A cobertura onde ele viveu está sendo reformada e tem 600 m².

REPRODUÇÃO

O edifício Bretagne, considerado a obra-prima de Artacho Jurado

Sinal da mudança é que arquitetos queridinhos da elite brasileira, como Isay Weinfeld e Marcio Kogan, prestam seu tributo. Nos depoimentos que estão no site da Ocupação, Kogan diz: "Lançando um olhar histórico, hoje acho que Artacho Jurado foi o primeiro pós-modernista brasileiro". Weinfeld acrescenta: "Lembro que as pessoas achavam o trabalho dele decorativo, brega ou kitsch. Sempre gostei de seu trabalho". E pergunta: "Por que as pessoas jovens ainda fazem fila para morar ali, em prédios dos anos 40, 50? É nisso que os arquitetos que sempre menosprezaram o trabalho de Artacho, que o achavam menos, devem pensar". ■

INÊS 249

O blues é a raiz

Música Gênero que influenciou diversos estilos musicais mostra sua relevância em megafestival que ocorre em quatro capitais. Por *Gabriel Zorzetto*, para o Valor, de São Paulo

DIVULGAÇÃO

Best of Blues and Rock passa por quatro cidades na edição deste ano

"O blues é a raiz, o resto são os frutos", disse certa vez o bluesman americano Willie Dixon (1915-1992). Surgido em meados do século XIX no Sul dos Estados Unidos, o gênero se tornou uma manifestação cultural de impacto que influenciou diversos outros estilos e segue forte. Entre as provas da relevância do blues nos tempos atuais estão os vários festivais dedicados ao seu legado.

No Brasil, o principal evento do tipo é o Best of Blues and Rock, que acontece anualmente desde 2013. A nova edição do festival será itinerante e ocorre entre os dias 20 e 25 de junho em quatro cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Belo Horizonte.

Dentre as atrações americanas estão o cantor e guitarrista Joe Bonamassa, o guitarrista Eric Gales e a banda Zakk Sabbath (projeto do guitarrista Zakk Wylde dedicado ao Black Sabbath), além dos brasileiros Kiko Loureiro, CPM22, Hibria, Yohan Kisser e Di Ferrero (do NX Zero).

Em edições anteriores, o festival trouxe renomados artistas internacionais para o país, como Buddy Guy, Joe Perry, George Benson e Jeff Beck, reunindo mais de 1,5 milhão de pessoas ao longo dos anos.

"Quando criei o BB&R, há 11 anos, a ideia foi realmente celebrar esse gênero e o que ele representa na história da música — e como influenciou e continua influenciando grandes nomes de diversos segmentos musicais", diz Pedro Bianco, sócio da Dançar Marketing, empresa também responsável pelas recentes turnês brasileiras do tenor Andrea Bocelli.

Uma das teorias mais conhecidas sobre a origem do gênero diz que o blues vem dos escravizados do Delta do Mississippi, região que abrigava grandes lavouras de algodão e tabaco. Segundo essa versão da história, durante as intermináveis jornadas de trabalho eles externavam todo o sofrimento em cânticos com letras melancólicas aliadas ao som das batidas das enxadas.

O blues começou a se tornar conhecida após o fim da Guerra Civil Americana, captando a essência do espírito da população negra. O primeiro artista a despontar como músico específico de blues foi Charley Patton, nos anos de 1920. Na década seguinte, surgiu aquele que é o nome mais idolatrado e misterioso da categoria: Robert Johnson, morto aos 27 anos. A famosa lenda envolvendo seu nome afirma que ele teria feito um pacto com o diabo, entregando sua alma em troca de excelência musical.

"É muito interessante ver como o blues continua vivo e forte até hoje, conquistando sempre novas gerações", afirma Bianco. Com o passar dos anos, o blues foi alicerce sonoro para o jazz, country, rock, hip hop e disco music, entre outros. O gênero, em sua forma original, nunca esteve no topo das paradas de sucesso, mas ganhou maior visibilidade graças ao som radiofônico do britânico Eric Clapton, que fará shows no Brasil em setembro.

O Best of Blues and Rock já teve várias edições gratuitas e, por isso, sofreu críticas na edição de 2023 ao anunciar que os ingressos seriam comercializados. Neste ano, com exceção dos preços mais moderados na capital paulista — onde a entrada mais cara custa R$ 500 —, as demais apresentações chegam a oferecer bilhetes que beiram os R$ 1.000.

"Durante muitos anos foi possível realizar um evento gratuito, pois tínhamos uma empresa patrocinadora [Samsung] que viabilizava o projeto, inclusive com naming rights", explica Bianco. "A partir do momento em que não temos um patrocinador com capacidade de viabilizar os shows, é necessária a cobrança de ingresso, porém não renunciamos ao formato gratuito. Quem sabe voltamos nesse formato nas próximas edições", diz o empresário.

Como mostra a escalação de atrações como Kiko Loureiro, o festival não é dedicado exclusivamente ao blues no seu formato mais tradicional. "Para quem toca rock, não tem como não ter passado pela escola do blues, porque o rock vem do blues, as escalas, o ritmo", diz Loureiro, multi-instrumentista que já fez parte de grupos de som pesado como Angra e Megadeth, mas agora investe em carreira solo.

"Toda a linguagem, de uma forma geral, vai sendo moldada e alterada com o passar do tempo. Se pegar o heavy metal do começo dos anos 70, era praticamente um blues rock um pouco mais rápido e agressivo. E quando se estuda guitarra, os professores sempre vão trazer o blues como uma linguagem que deve ser entendida, estudada", afirma o músico carioca que, com a banda Megadeth, recebeu o Grammy de "Melhor Performance de Metal" em 2017.

Mais de 150 anos depois de sua criação, o blues também continua sendo revisitado por grandes artistas da música. É o caso do guitarrista Slash, do Guns N' Roses, que lançou neste ano "Orgy of the Damned", um álbum de regravações de clássicos do gênero, com participações de nomes como Iggy Pop, Demi Lovato, Brian Johnson (AC/DC), Steven Tyler (Aerosmith) e Billy F. Gibbons (ZZ Top). ■

Formas fluidas para gêneros fluidos

Janela Crítica A estreia como diretor de Paul Preciado e a política dos afetos de 'Tudo o que Você Podia ser'. Por *Pedro Butcher*, para o Valor, do Rio

DIVULGAÇÃO

'Orlando, Minha Biografia Política' é composto por depoimentos de pessoas trans como o diretor, Paul Preciado

Convidado para escrever sua autobiografia, o filósofo espanhol radicado na França Paul B. Preciado respondeu: "A história de minha vida já foi contada em 1928, por Virginia Woolf". Preciado se referia a "Orlando", um dos romances mais conhecidos da escritora, sobre um aristocrata inglês e imortal (o livro atravessa 350 anos) que, certo dia, acorda mulher.

Evidentemente, "Orlando" não é uma biografia literal de Preciado, mas uma metáfora para questões que atravessam a vida e o pensamento do filósofo, conhecido pelos livros "Testo junkie" (de 2008, em que descreve seu processo de transição de gênero), e "Pornotopia" (de 2010, ensaio sobre a revista "Playboy", este publicado no Brasil).

Em sua estreia como diretor de cinema, Preciado se manteve fiel ao seu pensamento e concebeu uma obra não binária, polifônica, inspirado pelas formas fluidas de "Orlando". O ponto de partida é uma carta endereçada a Virginia Woolf (1882-1941) que traz um texto pessoal e racional, misturando um amor profundo e admiração crítica.

Mas a estrutura do filme é apenas parcialmente epistolar, já que muitos outros formatos vão compor o quadro geral. A "biografia política" imaginada por Preciado se distancia das convenções ao recorrer a elementos do documentário, da ficção e do filme-ensaio, chegando a uma composição provocativa sem soar pretensiosa, e que também não se esquiva da emoção.

Apesar da forte presença de Preciado, "Minha Biografia Política" é composto por muitas vozes de pessoas trans como o autor, todas elas convidadas a dizer trechos de "Orlando" e a contar um pouco de suas trajetórias. Cada uma dessas pessoas veste uma gorjeira, a gola elizabetana que aparece em algumas capas do livro.

As apresentações são diretas, retratos em movimento de olhar direcionado ao espectador. Esses gestos, que sublinham as diferenças, mas também apontam linhas de continuidade, são uma entre as tantas soluções originais imaginadas por Preciado para fazer ver o atravessamento temporal que marca a personagem imaginada pela escritora e que marca também a questão dos gêneros na história da humanidade.

Uma boa parte do filme se debruça sobre um rico material de arquivo que apresenta a questão trans de uma perspectiva histórica. O papel normativo da psiquiatria no tratamento de pessoas trans, por exemplo, ganha centralidade em um trecho particularmente impactante.

Na contramão dos documentários panfletários "conteudísticos", Preciado busca formas cinematográficas fluidas para expressar pensamentos e emoções, sem deixar também de ser, à sua maneira, um manifesto. Talvez o maior feito do filme esteja nessa busca por formas equivalentes às subjetividades múltiplas e fluidas que se combinam de maneira não linear e a compreensão de que questões consideradas apenas "contemporâneas", na verdade, têm uma historicidade que precisa ser compreendida e examinada.

Por uma coincidência bem-vinda, "Orlando" chega às salas brasileiras no dia 27, uma semana depois da estreia de "Tudo o que Você Podia Ser", atração da Sessão Vitrine Petrobras em cartaz a partir desta quinta (20 de junho).

Se o título do filme de Paul B. Preciado evoca a literatura, o de Ricardo Alves Jr. é uma referência à clássica canção homônima do Clube da Esquina. Apostando num formato híbrido entre a ficção e o documentário (mas não ensaístico), a produção mineira acompanha a despedida de Aisha Brunno de Belo Horizonte. Antes de partir para uma pesquisa de doutorado no exterior, ela reúne suas melhores amigas, Bramma Bremmer, Igui Leal e Will Soares.

As personagens guardam os mesmos nomes, mas são versões ficcionais de suas atrizes, seguindo uma forte tendência do cinema nacional contemporâneo. Em contraste com a combatividade assertiva de "Minha Biografia Política", "Tudo o que Você Podia Ser" aposta na política dos afetos e no retrato da solidariedade entre suas protagonistas, o que garante os momentos de força e de fraqueza do filme.

São especialmente bonitos os momentos em que as personagens perambulam pela cidade, vista com olhos realistas e poéticos, e é particularmente comovente o diálogo entre a filha e a mãe que não aceita a mudança. "Você roubou meu filho", ela diz, sem deixar espaço para um retorno. ■

Orlando, Minha Biografia Política
(França, 2023) Dir.: Paul Preciado
Dist.: Filmes do Estação Estreia: 27 de junho
★★★★☆

Tudo o que Você Podia Ser
(Brasil, 2023) Dir.: Ricardo Alves Jr
Dist.: Vitrine. Estreia: 20 de junho
★★★☆☆

EU&

Jornada pela história dos EUA

Cinema Kevin Costner hipoteca casa de US$ 40 milhões para financiar as duas primeiras partes de 'Horizon', que retrata a 'conquista do Oeste'. Por *Elaine Guerini*, para o Valor, de Cannes

Aos 69 anos, Kevin Costner define a trajetória de mais de quatro décadas nas telas em três fases. "No início, eu não ganhava dinheiro. Depois, passei a ganhar muito. E agora tenho que usar dinheiro próprio para continuar nesse negócio", conta o ator, produtor e diretor, sem esconder a frustração com Hollywood. Mesmo sendo um dos rostos mais conhecidos do cinema, o californiano não conseguiu financiar integralmente o projeto de megafaroeste que acalenta há 35 anos, "Horizon: An American Saga".

Como os grandes estúdios não quiseram abraçar o projeto, concebido para passar a limpo a colonização do Oeste americano, o astro precisou arriscar o seu patrimônio. Parte de uma propriedade, à beira-mar, de 40 mil m², em Santa Barbara, foi hipotecada para garantir cerca de US$ 40 milhões. O montante foi usado para rodar os dois primeiros de uma série de quatro longas-metragens que vai cobrir 15 anos de história dos EUA, incluindo os períodos pré e pós-Guerra Civil (1861-1865).

E, se quiser realizar os dois filmes que faltam, Costner precisará financiar ele mesmo ou garantir a entrada de investidores. O orçamento total do projeto (escrito, dirigido, produzido e protagonizado pelo próprio) é de cerca de US$ 100 milhões.

"Como tive sorte na vida, adquiri terrenos e casas que são importantes para mim. Mas não preciso de quatro casas. Ninguém precisa. Então vou arriscar esses bens para fazer os meus filmes", diz o ator, em encontro com jornalistas durante o 77º Festival de Cannes, onde apresentou a primeira parte da saga, fora de competição.

A fortuna de Costner, que chegou a receber mais de US$ 1 milhão por episódio da série "Yellowstone" (2018-2024), sobretudo nas últimas temporadas, é estimada em US$ 400 milhões. Este foi o valor apresentado no ano passado, nos documentos usados no seu processo de divórcio de Christine Baumgartner, após união de 18 anos.

DIVULGAÇÃO

'O filme é uma jornada, e não um filme de enredo', diz Costner, que escreve, dirige, produz e atua em 'Horizon'

Na época, houve especulação de que a designer de bolsas estava insatisfeita com a dedicação excessiva de Costner ao trabalho, situação agravada pela sua obsessão em realizar "Horizon". O ator até decidiu deixar a bem-sucedida série "Yellowstone", pedindo que matassem o seu personagem, o fazendeiro John Dutton, em função de conflitos com o cronograma de filmagem de seu faroeste.

"Gostaria de não ter que apostar as minhas casas para deixá-las aos meus filhos. Mas, se o que estou fazendo der certo, talvez eles ainda tenham essas quatro casas. Se eu estiver errado, eles terão que viver a própria vida", comenta Costner, com sete herdeiros. Com Baumgartner, foram três filhos: Cayden, de 17 anos; Hayes, 15; e Grace, 14. Do casamento com a primeira mulher, Cindy Silva, nasceram Annie, 40, Lily, 37, e Joe, 36 — além de Liam, 26, filho que o ator teve com a namorada Bridget Rooney.

Costner terá uma ideia do retorno financeiro da ambiciosa empreitada no próximo fim de semana, quando "Horizon: An American Saga - Chapter 1", com três horas de duração, chegar aos cinemas dos EUA, no dia 28. O segundo filme também tem estreia marcada em solo americano, em 16 de agosto.

Ambos ainda não têm data de lançamento no Brasil, ainda que tenham assegurado distribuição pela New Line/Warner Bros. para os EUA, Canadá, Reino Unido e alguns outros países.

Escrita por Costner, em parceria com Jon Baird, a saga "Horizon" é inspirada na "conquista do Oeste". Atraídos pela promessa de conseguir terra e direitos políticos, os brancos invadem as terras povoadas havia milhares de anos pelos indígenas, criando um cenário hostil e levando a um inevitável banho de sangue. Na primeira parte, ambientada em 1859, só depois de um confronto trágico entre colonos e nativos, é que Costner ingressa na trama, quase com uma hora de filme.

Hayes Ellison, o caubói de poucas palavras que ele interpreta, é um dos vários personagens que têm suas vidas apresentadas nesta primeira parte, sem que suas histórias sejam desenvolvidas satisfatoriamente. "O filme é uma jornada, e não um filme de enredo", diz. Costner está mais interessado em montar um mosaico sobre a vida no período de expansão territorial nos EUA e não em contar uma história específica na "fronteira selvagem".

"Há um padrão na minha vida, com 'Dança com Lobos' (1990); 'Sorte no Amor' (1988); 'Campo dos Sonhos' (1989) e 'Pacto de Justiça' (2003). Os filmes que quero fazer são os mais difíceis", diz Costner, vencedor de dois prêmios Oscar. Ele levou a estatueta de melhor diretor e de melhor filme (como produtor) por "Dança com Lobos", faroeste que retratou várias facetas da natureza humana, sem fazer distinção entre branco e indígena.

"Eu acreditava que os nativos americanos de 'Dança com Lobos' deveriam ser pessoas muito equilibradas. Eu não pensava que estaria inovando, por retratá-los como eu queria vê-los, de um jeito que deixava a história melhor para mim", recorda o diretor, que repete a representação respeitosa do indígena aqui, sem vilanizá-lo, como os faroestes do passado faziam. Quando eles partem para a violência, deixam claro se tratar de um último recurso para defender a sua terra e o seu povo.

"Há uma tendência em ver os faroestes como algo simples. Mas eles são complicados. Morar hoje em Cannes, Paris ou Los Angeles é simples, não que você não tenha problemas. Já no Velho Oeste, as pessoas não falavam a mesma língua e estavam em conflito umas com as outras o tempo todo. Elas tinham armas, mas não havia lei", comenta Costner, fascinado pelo "mito do horizonte" daquela época.

Isso explica por que ele batizou a sua saga, assim como um dos assentamentos de colonos brancos da trama, de "Horizon". "Os EUA de 200 ou 300 anos atrás eram como o Jardim do Éden. As pessoas que queriam uma nova vida arriscavam tudo para chegar a esse lugar que nem tinha nome. Um lugar onde não havia um prédio sequer", diz o cineasta, lembrando que só mais recentemente os EUA começaram a valorizar suas paisagens naturais, para que as futuras gerações possam apreciá-las.

"Tomara que o filme sirva de cartão-postal, quando o público vir os locais de filmagem", conta Costner, que escolheu o sul do estado de Utah, tomado por formações rochosas e outras maravilhas naturais, como locação principal da saga.

"Esses lugares existem. Seus rios correm e suas montanhas nunca se moverão. Só não podemos construir ali", afirma ele, lamentando que, ao voltar ao local um ano depois, para a filmagem do segundo título, alguns armazéns já estavam lá. "Mas eles não aparecem no filme. É isso que o cinema pode fazer: preservar um modo de vida. As imagens que registrei são eternas." ■

É Tudo Verdade

Ritrovato expande história do cinema

Amir Labaki

Festival italiano dedicado aos clássicos relembra Gianni Amico, o cineasta italiano mais próximo da geração brasileira do Cinema Novo

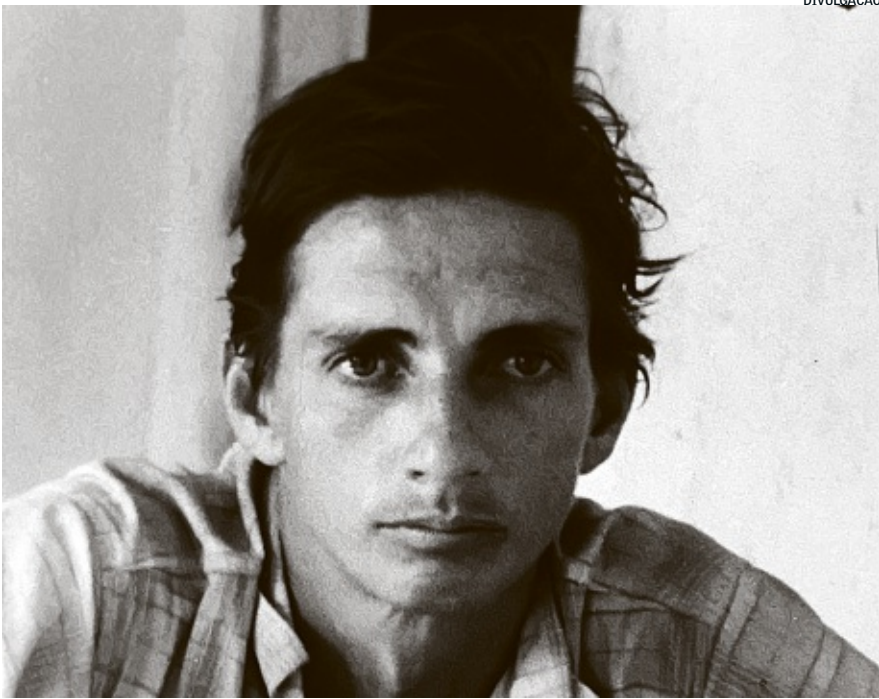
Por lentes italianas, o Brasil volta neste ano às telas do Il Cinema Ritrovato, o principal evento mundial dedicado ao cinema de patrimônio, organizado pela Cinemateca de Bolonha, que acontece deste sábado (dia 22) ao outro domingo (30). A pré-abertura de sua 38ª edição, na terça (18), apresentou na Piazza Maggiore nada menos que a versão restaurada de "Intriga Internacional" (1959), o thriller dos thrillers de Alfred Hitchcock.

Faz sua estreia na quarta (26) a cópia recém-restaurada de "Trópicos" (1968), o único longa-metragem realizado por aqui por Gianni Amico (1933-1990), o cineasta italiano mais próximo da geração brasileira do Cinema Novo.

Como organizador e curador, Amico foi um dos principais divulgadores internacionais da escola que renovou o cinema brasileiro na década de 1960 em eventos como a mostra de cinema latino-americano de Santa Margherita Ligure (1960-1965) e os festivais de Porretta Termine e Pesaro.

Como realizador, entre colaborações com Bertolucci ("Antes da Revolução"), Godard ("Vento do Leste") e Glauber Rocha ("O Leão de Sete Cabeças"), Amico veio ao Brasil em fins dos anos 1960, dirigindo documentários curtos para a RAI, como "Jovens Brasileiros" (1967) e "Ah! Vem o Samba" (1968), antes de mergulhar em sua estreia em longa-metragem com "Tropici".

Protagonizado por Joel Barcellos, Janira Santiago e Antonio Pitanga, acompanha o que o próprio Amico resumiu como "a história de um grupo de pessoas que passa da escravidão ao capitalismo internacional". Ao combinar o entrecho ficcional a "clips documentais", "a ideia geral no filme", explica o diretor, "é que o subdesenvolvimento consiste de muitas coisas, mas acima de tudo do subdesenvolvimento da consciência".

Cinco cineastas ganham focos mais extensos. Outro judeu russo a sentar praça em Hollywood, Anatole Litvak (1902-1974) tem por título hoje mais célebre talvez "Uma Vida por um Fio" (1948), que levou Barbara Stanwyck a uma indicação ao Oscar, e "Anastasia, a Princesa Esquecida" (1956), que valeu a Ingrid Bergman sua primeira estatueta da Academia.

DIVULGAÇÃO

'Tropici', do italiano Gianni Amico: 'da escravidão ao capitalismo internacional'

Somados a títulos como "Uma Canção para Você" (1941) e "Decisão Antes do Amanhecer" (1951), o ciclo intitulado "Jornadas pela Noite" sustenta como "quintessência" de seu cinema "a vida como metáfora de passar a noite esperando pela luz do dia", segundo o curador Ehsan Khoshbakht.

Apresentado como "Uma Testemunha Incômoda", o italiano Pietro Germi (1914-1974) firmou-se como dos mais populares diretores a fazer com sucesso a transição do neorrealismo ("Juventude Perdida", 1947) à comédia de sucesso internacional ("Divórcio à Italiana", 1962).

Também atravessando bem épocas distintas, da era muda ao filme sonoro, o finlandês de nascimento Gustav Molander (1888-1973) ultrapassou no cinema sueco a marca de 70 filmes em meio século, conquistando o epíteto de "O Diretor de Atrizes" em obras como "A Mulher que Vendeu a Alma" (1938), com Ingrid Bergman antes da carreira internacional, e "Desafio" (1952), que revelou Harriet Andersson um ano antes da consagração com "Mônica e o Desejo", de Ingmar Bergman.

Praticamente desconhecido no Ocidente, Kozaburo Yoshimura (1911-2000) é apresentado como "um dos mestres negligenciados do cinema clássico japonês". Da mesma geração de Kurosawa, mas mais próximo em sensibilidade a Mizoguchi, sua especialidade são melodramas desenvolvidos durante a rápida modernização no imediato pós-guerra. Títulos como "Irmãs de Nishijin" (1952) e "Corrente Subterrânea" (1956) levaram o principal crítico nipônico, Tadao Sato, a sustentar que "sua grande força são os filmes realistas, baseados numa compreensão detalhada da estrutura social".

Bolonha convida ainda a conhecer, no centenário de seu nascimento, o primeiro e menos conhecido período da filmografia de Serguei Parajanov (1924-1990). De família armênia mas nascido na Geórgia, foi na Ucrânia então também sob jugo soviético que se lançou com filmes como "Andriesh" (1954), "O Primeiro Filho" (1958) e "Rapsódia Ucraniana" (1961), até sua grande revelação ao mundo com "Os Cavalos de Fogo" (1965), firmando seu estilo baseado em folclore, canções e danças.

Il Cinema Ritrovato convida ainda a revisitar os clássicos de Marlene Dietrich (1901-1992) e cinco dos filmes que nos anos 1970 ampliaram a paleta feminista da atriz (e diretora) francesa Delphine Seyrig (1932-1990). Um ciclo batizado "Dark Heimat" (Pátria Sombria) reúne produções pós-1945 da Alemanha Federal e da Áustria em que pulsa o desassossego, como "Sombras Misteriosas" (1949), do imenso G. W. Pabst, e "Montanha de Cristal" (1949), de Harald Reinl.

Além de foco nas safras de 1904 e de 1924 e de uma mostra com experimentos pioneiros com o cinema colorido em bitolas amadoras, o festival italiano celebra na seção Documentos e Documentários o centenário do cineasta americano Lionel Rogosin ("On the Bowery", 1956) e o principal mestre não ficcional afro-cubano, Nicolás Guillén Landrián ("Ociel del Toa", 1965). Às vésperas de completar quatro décadas, Il Cinema Ritrovato reafirma o quanto a história do cinema ainda nos tem a revelar.

Amir Labaki é diretor-fundador do É Tudo Verdade — Festival Internacional de Documentários.

E-mail: labaki@etudoverdade.com.br
Site do festival: www.etudoverdade.com.br ■

INÊS 249

LIVROS

Um retrato coletivo de luto e tristeza

'O ódio por pessoas diferentes de nós surge da ignorância', diz Joyce Carol Oates. Por *Ubiratan Brasil*, para o Valor, de São Paulo

Noite. Sono. Morte. Astro.
Joyce Carol Oates
Trad.: Débora Landsberg
HarperCollins Brasil
980 págs., R$ 119,90

AP PHOTO/ODED BALILTY

"Uma função do romance é 'profetizar' o futuro", diz a escritora Joyce Carol Oates

O prólogo do livro tem um ritmo alucinante e aterrorizante. John Earle "Whitey" McClaren, homem branco de meia-idade que foi prefeito de uma próspera cidade dos EUA, percebe uma abordagem policial na beira da estrada na qual dirige. Oficiais também brancos abusam da força ao interrogar um jovem de pele escura. Whitey tenta aplacar a violência, mas, como resposta, os policiais o espancam e aplicam choques em seu corpo. Mesmo medicados, os ferimentos levam à sua morte.

Com esse início, a escritora Joyce Carol Oates indica que "Noite. Sono. Morte. Astro." traz um retrato sombrio da sociedade americana. Publicado originalmente em maio de 2020, uma semana depois do assassinato de George Floyd, um homem negro de 46 anos que morreu ao ser brutalmente contido por um policial branco em Minneapolis, o livro reforçou a suspeita de que a ficção de Oates pode parecer assustadoramente presciente.

"Uma função do romance é 'profetizar' o futuro por meio de um exame astuto do presente e do passado. Desse solo, brota o destino", afirma a escritora ao **Valor**. "Tenho escrito sobre a sociedade americana nos séculos XX e XXI, com ênfase particular na erosão de ideais como o 'sonho americano' (no qual muitos habitantes continuam a acreditar sinceramente) e a ideia de equidade para todas as pessoas, mulheres, minorias, aqueles que parecem ser diferentes."

Os McClaren, diz a autora, são uma família americana 'ideal' — "próspera, bem-educada, com espírito cívico, mas não são invulneráveis à destruição por forças externas à família".

Aos 86 anos e candidata a ganhar o Prêmio Nobel de Literatura há tempos, Oates vem se especializando em resgatar histórias tortuosas, recontadas a partir de uma ficção precisa e exuberante. Dona de uma vasta obra, a escritora insiste em casos de violência policial injustificada que podem nunca ser provados e ficar impunes. "Podemos inferir que tais atos ilegais acontecem, não apenas com frequência, mas continuamente", afirma.

"O racismo parece ser abundante na aplicação da lei americana e raramente é processado. Geralmente há algum esforço para restringir a polícia, mas é pouco. É apenas a forma como a aplicação da lei nos EUA é estabelecida: arsenais de armas de natureza militar distribuídos pelos estados, com pouca supervisão dos civis", diz a autora.

"Não importa o esforço dos membros da família, como no meu romance: é praticamente impossível conseguir justiça para uma pessoa morta ou ferida pela polícia. Às vezes há um pequeno acordo monetário, mas raramente há qualquer punição para os policiais envolvidos."

Em "Noite. Sono. Morte. Astro.", Oates também detalha como Azim Murthy, o motorista inicialmente parado pela polícia, enfrenta o trauma de longo prazo provocado pela experiência.

"Tive vários encontros incidentais com policiais — nada parecido com esse do livro, é claro, mas também foram chocantes e assustadores. Depois de Azim, que nasceu na Índia e é médico formado nos EUA, ter sido maltratado pelos guardas, nunca se recuperará totalmente. Ele sempre estará emocionalmente vulnerável a tal injustiça por parte da aplicação da lei. É um personagem totalmente fictício e um 'espelho vida'."

Especialista em tratar das fraturas da sociedade em geral e da família em particular, a escritora se ocupa ainda das perspectivas dos entes de John McClaren, como a esposa, Jessalyn, e os cinco filhos adultos. Além do choque provocado pela perda repentina de Whitey, os irmãos reagem negativamente à possibilidade de a mãe se casar novamente.

Oates conta que escreve frequentemente sobre viúvas desde fevereiro de 2008, quando ela mesma perdeu o marido. "Uma viúva é uma pessoa excepcionalmente vulnerável após sofrer uma tremenda perda, mas obrigada a continuar depois disso como uma pessoa com deficiência, de quem se espera que persevere normalmente", comenta.

"Jessalyn se apaixona por um homem digno de seu amor, já que Hugo é um indivíduo genuinamente decente e extraordinariamente protetor. (Hugo é baseado — vagamente — em meu segundo marido, Charles Gross, que era um fotógrafo brilhante como Hugo, apaixonado por viagens, além de um neurocientista de renome mundial)."

Oates conta ter se inspirado em um poema de Walt Whitman (1819-1892) para criar o título do livro. "É uma homenagem ao eu quieto, privado e solitário, em vez do eu público", explica.

"Uma consciência da mortalidade, da melancolia, de que não há como escapar da dor: com a morte do pai da família, a viúva e os filhos adultos devem continuar a viver. A dor é necessária, como o florescimento, mas passará para outro modo de ser, pela aceitação, resignação. Whitman é mais conhecido por seus grande poemas, encantatórios. Este é um pequeno poema lírico, surpreendente em meio à sua obra."

Em seus livros, Oates não esconde a compaixão por personagens cruéis mas também danificados. "Zombie" (1995), por exemplo, é narrado a partir do ponto de vista de um serial killer, enquanto "Minha irmã, meu amor" (2008), por um sujeito suspeito. Já em "Blonde" (2000), uma de suas mais conhecidas obras, ela revela a dolorida transformação de Marilyn Monroe em mito — não se trata de uma biografia convencional, pois Oates sonda principalmente a subjetividade da atriz.

Suas obras ajudam também a mostrar como o preconceito geralmente vem de uma ignorância intencional e de uma raiva mal direcionada. "O ódio por pessoas diferentes de nós surge da ignorância, uma vez que nossos cérebros de Homo sapiens estão programados para suspeitar de pessoas diferentes de nós", afirma. "Infelizmente, muitas vezes nos EUA, como acontece atualmente, os políticos alimentam o medo e a antipatia em vez de unificarem pessoas diversas."

Segundo ela, as discussões públicas sobre racismo institucionalizado, preconceito e privilégio apontam para uma evolução. "Temos experimentado uma melhoria na vida pública ao longo das décadas tanto para as mulheres como para as minorias", diz ela, lamentando, porém, que há a outra face da moeda.

"Nos EUA, há sempre um forte retrocesso, como acontece neste momento, quando os direitos das mulheres estão sendo deixados para trás em estados menos democráticos. Meu romance sugere que Whitey McClaren, que é caucasiano e abastado, também é vulnerável à violência policial se tentar defender uma pessoa inocente", diz.

"Acima de tudo, 'Noite. Sono. Morte. Astro.' é um retrato coletivo de luto, tristeza e eventual recuperação — a descoberta de um novo amor, uma nova vida. Não se trata de violência policial ou corrupção, mas da resiliência de uma família face à tragédia e o inevitável 'seguir em frente'."

A medida do imensurável

Poesia de Rodrigo Suzuki Cintra propõe jogo de espelhos. Por *Marina Della Valle*, para o Valor, de São Paulo

O caderno de dispositivos de M. Lovet
Rodrigo Suzuki Cintra
7 Letras
104 págs., R$ 49

"O caderno de dispositivos de M. Lovet" é o novo livro de poesia do filósofo e professor Rodrigo Suzuki Cintra, também autor de uma série de volumes de não ficção, como "Shakespeare e Maquiavel – A tragédia do direito e da política" (Alameda, 2016). O título já anuncia um dos jogos de espelhos e labirintos com os quais o leitor se depara ao longo do livro: a autoria de M. Lovet, um suposto crítico de arte, que é também personagem dos poemas.

Dele sabemos apenas o que nos diz a introdução, assinada por Tevol Hemmeh, apresentado como professor de crítica literária da Universidade de Sussex. Que o primeiro nome do crítico seja Lovet ao contrário, como um vislumbre invertido no espelho, é um dos muitos elementos de um jogo de aproximações, distanciamentos e reflexos à espera de um olhar atento.

Da introdução, "Sobre a arte de crítico", que inclui citações de livros de M. Lovet, descobrimos que é o primeiro livro de poesias de um crítico de arte renomado, com uma "proposta quase escandalosa nos dias de hoje: a obra tem um projeto. Recriando toda a sua trajetória nas artes em geral, por meio de referências artísticas explícitas ou sugeridas, nosso crítico reconduz a análise de cientista à teima de poeta". É essa a chave maior do livro: a observação do belo por meio do mecânico, a tentativa de medir o imensurável, capturar a poesia de modo científico. Nessas tentativas, desvela-se também o misterioso M. Lovet.

O volume é dividido em três partes: "Dispositivos de medição sentimental", "Dispositivos de sonho enquanto arte" e "Dispositivos de metafísica avançada". Na primeira, somos apresentados a 30 engenhocas improváveis, mas ainda assim descritas em termos de aparência e funcionamento.

Cada poema traz uma epígrafe breve que apresenta o dispositivo; as epígrafes, aliás, são outro ponto de unidade entre as três partes do livro e o próprio prefácio, que traz uma frase de M. Lovet: "E se o homem for um dispositivo?". O epíteto é creditado ao livro "O dispositivo trágico – Sófocles, Shakespeare e Kafka".

Em "Ampulheta da saudade", por exemplo, o "dispositivo de medição sentimental" é apresentado como "instrumento ancestral de medição do tempo. Duas ambulas e um orifício que as comunica: o pó que passa de uma a outra deve fluir sempre na mesma temporalidade".

Em um esquema de versos chamado por Tevol Hemmeh de "soneto lovetiano" — seguindo a divisão estrófica de três quartetos e um dístico do soneto shakespeariano, mas sem regularidade métrica ou esquema formal de rimas, adotado nos 30 poemas da primeira parte do livro —, sabemos que a ampulheta da saudade, quando "virada as avessas", "retorna de repente sem explicação/ e incontrolável, não tem direção".

Aqui, o autor/alter ego aparece como personagem: "Num assalto de crise inesperada — uma lembrança de M. Lovet/retorna aquela — sempre aquela — a festa — invariavelmente acredita/que ela esqueceu de certa música — a que tinha um [porém]: e nos compassos/ do passado, dança, de novo, sozinho na sala, sua maior aventura de charme".

A segunda parte, mais breve, gira em torno de obras de arte, evocando a profissão de Lovet. O volume é a terceira parte de uma trilogia poética, com início em "Geometria de cosmos", lançado pela Ateliê em 2019, seguido por "A galeria invisível", disponível para leitura online no site do autor (rodrigosuzukicintra. com.br/agaleriainvisivel). Este último é composto por poemas, muitos em prosa poética, que se concentram na ideia de ekphrasis, écfrase, a descrição de uma obra de arte.

Em "Dispositivos de sonho enquanto arte", a evocação das obras de arte (em ambos os casos, surrealistas e dadaístas) também se dá pela forma. "Um móbile de Calder" vem disposto em cascata, ao lado de um verso-legenda isolado na outra página: "Se as formas fossem pinturas. Se as/ cores representassem as cores.]: esse dispositivo [poemóbile]/alçaria voo por dentro de sua enunciação".

A terceira parte do volume, "Dispositivos de metafísica avançada", é composta em prosa poética, apresentando novas engenhocas. Dá-se o mesmo jogo de contrastes entre maquinário, o palpável/real, e a natureza fugidia e misteriosa do que se tenta mensurar, revelando em detalhes vislumbres do elusivo autor/personagem. Ao leitor, cabe identificar e identificar-se numa leitura que, se exige um olhar para frestas, recompensa com a ilusão de alguma proficiência e novas perspectivas de tal maquinário poético.

Marina Della Valle, jornalista e tradutora, é doutora em estudos linguísticos e literários em inglês pela Universidade de São Paulo

DIVULGAÇÃO

Rodrigo Suzuki Cintra: a observação do belo por meio do mecânico

Lançamentos

Iguais e diferentes
Regina Madalozzo
Zahar
248 págs., R$ 89,90

A economista Regina Madalozzo discute os impactos que o preconceito e a discriminação exercem sobre a vida das mulheres na economia. Ela traz dados e exemplos colhidos em mais de duas décadas de pesquisa, explica como a economia feminista coloca foco nos problemas econômicos e as soluções propostas considerando efeitos distintos para homens e mulheres. Segundo o Relatório de Transparência Salarial de 2022, no Brasil as mulheres não negras recebem em média 79,6% do salário de um homem não negro, e as mulheres negras recebem 53,2% em relação a eles.

Som Livre
Hugo Sukman
Globo Livros
238 págs., R$ 64,90

A Som livre, fundada em 1969 pelo produtor musical João Araújo, cravou sua marca na história musical e do entretenimento do país e embalou gerações de ouvintes e espectadores com trilhas de novelas e a nova música sertaneja, em grandes lançamentos. Agora, 50 anos da trajetória da empresa são contados pelo crítico e jornalista Hugo Sukman. O livro traz temas da indústria musical, como sua quase extinção pela pirataria na virada do século, questões com a censura e seu renascimento pela tecnologia digital.

Futebol à esquerda Quique Peinado
Trad.: Carlos Tranjan, Luis Reyes Gil
Manjuba/Mundaréu
416 págs., R$ 82

Nesta obra, lançada originalmente em 2017, o jornalista e escritor Peinado conta histórias de craques que ao longo da vida acreditavam que sua função era mais do que jogar futebol, como o brasileiro Sócrates. Trata-se dos futebolistas que saíram da Espanha durante a Guerra Civil, se opuseram a ditaduras na América Latina, lutaram por melhores condições de jogo, enfrentaram governos e o autoritarismo de técnicos, foram ativistas sociais e defenderam princípios democráticos nos campos de futebol.

Mundurucu na Confederação do Equador Paulo Santos de Oliveira, Eloísio Libório Melo e Luciano Félix
Cepe Editora, 160 págs., R$ 70

As vivências do major Emiliano Mundurucu (1791- 1863), pioneiro e ativista contra a escravidão e a segregação racial no Brasil e nos EUA, estão nesta HQ. A obra resgata feitos desse homem da nossa história mesclando ficção a fatos e personagens históricos com ação, humor e poesia. O livro leva o leitor para 200 anos atrás, quando o Brasil, país em formação recém-liberto de Portugal, já tinha a democracia ameaçada. O major foi um dos líderes da Confederação do Equador — deflagrada em 1824 contra o autoritarismo de Pedro I. ■

EU&

JOAN VILLANUEVA

O boliviano Gabriel Mamani Magne vive no Brasil desde 2016. Hoje mora em Goiânia

Tributo à adolescência

Imigração, sexo, drogas e K-pop inspiram obra de autor boliviano que enxerga o Brasil como 'país de extremos'. Por *Gabriel Neves*, para o Valor, de Goiânia

Seul, São Paulo
Gabriel Mamani Magne
Trad.: Bruno Cobalchini Mattos
Todavia
152 págs., R$ 69,90

O boliviano Gabriel Mamani Magne encontrou as duas coisas que buscava na profissão de escritor: a voz e a disciplina. Após quase uma década escrevendo artigos para jornais e revistas, a publicação do romance "Seul, São Paulo" é uma espécie de acerto de contas em sua carreira. "Passou muito tempo para eu gostar do que faço e aprender a disciplina da escrita", diz ele ao **Valor** numa cafeteria argentina em Goiânia, cidade onde trabalha e cursa o doutorado na Universidade Federal de Goiás.

O autor vive no Brasil desde 2016, quando veio para fazer o mestrado em literatura na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Durante uma viagem a São Paulo para assistir a uma partida de futebol, aproximou-se da comunidade boliviana local, por meio de um amigo médico que facilitou a conexão.

Impressionado com a preservação das tradições e com a quantidade de membros na diáspora, concluiu que, mesmo com uma dissertação em andamento, era a hora de escrever um novo livro inspirado em um dos seus temas de maior interesse: a imigração.

O romance, "Seul, São Paulo", faz um tributo à adolescência. Em meio às preocupações existenciais típicas dessa fase da vida, dois personagens exploram o sexo, as drogas, o futebol, a política e o K-pop. Junto ao primo, o narrador do livro vivencia as descobertas da juventude em cidades como El Alto, La Paz e São Paulo.

Os capítulos do romance são ágeis, variando entre três e seis páginas, nas quais Mamani Magne sintetiza a perspectiva dos adolescentes enquanto eles se deslocam por diferentes contextos — desde a diáspora boliviana em São Paulo, onde nasceu Tayson, o primo do narrador, até o serviço pré-militar, para o qual os estudantes da Bolívia são enviados no último ano escolar.

"Seul, São Paulo" nasceu em meio a eventos políticos de alta voltagem no Brasil, como o impeachment de Dilma Rousseff (PT) e o auge da Operação Lava-Jato. Esses temas estavam entre os que Magne abordava em textos para a imprensa boliviana, onde também compartilhava o seu cotidiano no Rio.

"Passei a sentir a necessidade de colocar um sabor estético na minha escrita", afirma o autor, "então, foi a partir disso que veio a ideia de escrever um romance". Ele destaca que a política é o pano de fundo do livro, mas os personagens não fazem política, "são tocados por ela".

A obra lança mão de um estilo narrativo coloquial. Os personagens xingam, escrevem abreviadamente e dizem o que pensam sem se preocupar se estão politicamente corretos. "O adolescente é assim", justifica o autor.

Para ele, o sabor estético tem a ver com conferir som, ritmo e personalidade à obra. "Eu gosto muito da crônica, mas o romance te fornece a possibilidade de você poder brincar com a linguagem. Eu queria quebrar algumas regras", diz. "Essa é a melhor parte da escrita literária."

Avesso à ideia de que um livro surge de uma inspiração filosófica ou de um estado de espírito, o boliviano mantém a disciplina de desligar o wi-fi e colocar protetores auriculares ao escrever. Ele defende que o ofício requer organização e método. "Para mim é bem difícil não ter um tema para escrever. É só olhar para o lado e o amigo tem um monte de histórias." O enredo de "Seul, São Paulo" foi construído nessa toada e venceu, em 2019, o Prêmio Nacional de Romance da Bolívia.

Um personagem do livro comenta que acredita na hipótese de que os bolivianos só gostam de K-pop "porque é mais fácil ficar parecido com seus ídolos", no que pode ser compreendido como uma subversão ao padrão americano de beleza. A Seul do título do romance é esse lugar de referência musical, mas trata-se especialmente de fantasia adolescente que, muitas vezes, não acontece, diz Magne.

O autor evoca os contrastes socioeconômicos da Bolívia para expandir na ficção temas como injustiça, identidade e futebol, que, segundo ele, carece de respaldo financeiro para subsistir.

"Para nós, bolivianos, fazer um gol é a glória. O Brasil perder uma Copa é um grande problema. A gente luta para ir à Copa. Mas eu gosto disso: dentro da derrota, tem uma alegria também. O fato de a gente não ser uma potência no futebol dá pra gente outros motivos para alegria."

Refletindo sobre o Brasil, Magne vê um "país de extremos", todavia uma terra de oportunidades. Aos 35 anos, ele diz que gosta cada vez mais de Goiânia, cidade onde aponta haver muitas histórias a serem exploradas e onde sente que o tempo passa mais devagar, com "espaço para contemplar". Ele acredita que o verdadeiro escritor é aquele que "escreve mesmo que não seja publicado". E reflete: "Sinto que paguei os juros literários e agora é um momento legal porque encontrei as coisas que eu estava procurando".

Outros Escritos

Negócio arriscado

Michel Laub

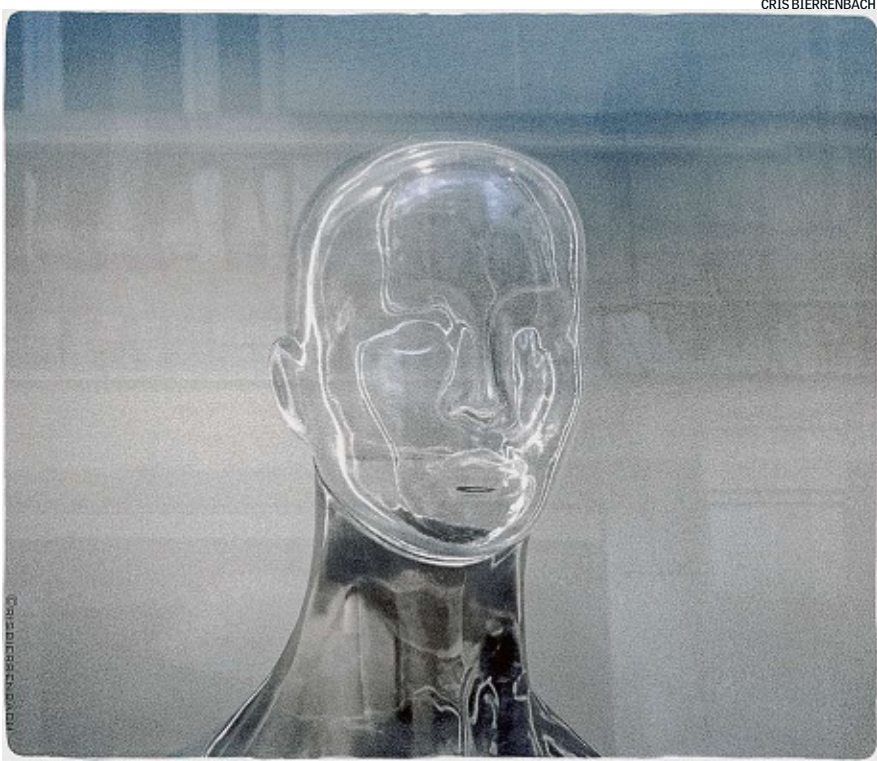
A literatura masculina para quem lê e para quem escreve

1. "Stendhal era feminista porque era feio"; "Freud foi, sim, preguiçoso ao conceber a mulher como a criatura sem-pênis"; "Montaigne lembra o que Aristóteles já dizia: um homem pequeno pode ser bonitinho, mas jamais será lindo".

São trechos de "O homem não existe" (Zahar, 416 págs.), ensaio da professora e crítica Ligia Gonçalves Diniz. Dá para concordar, discordar ou ver no humor das frases — que fica mais agudo no contexto respectivo — o convite para uma conversa. Fico com a última alternativa, até porque o caráter pessoal da empreitada é explícito: a autora se expõe em memórias, confissões, descrições de condicionantes sociais que prendem tanto ela quanto os autores que ela ama (Melville), elogia com ressalvas (Graham Greene), despreza (John Updike).

A ideia de "O homem..." nasce no título, que brinca com uma frase de Lacan ("a mulher não existe") erroneamente vista como generalizante. Ligia transita por várias disciplinas, da história à psicanálise e aos estudos de gênero, debruçando-se sobre nomes tão díspares quanto Camus e Céline, Bram Stoker e Graciliano Ramos, tudo para retratar a(s) masculinidade(s) presente(s) na cultura contemporânea — e aqui os plurais simbolizam um conceito que nunca é fechado.

Por um motivo óbvio — escrevo romances —, meu interesse acaba sendo maior nos trechos do livro que falam de ficção. Nessa área há relações complexas entre autor e obra, obra e personagem. A presença masculina num texto pode estar nos temas (variações sobre o próprio pinto), na ambição (querer chegar ao "universal"), no modo como se misturam ditames culturais machistas e estados de espírito individuais (raiva, tristeza, vontade de viajar). Mas a questão não é nomear o contexto, de resto algo comum na crítica hoje, e sim estar aberto/a ao que há além do contexto.

2. É difícil definir com precisão o modo como lemos. Meus juízos a respeito são formados na junção entre circunstâncias de momento e uma história feita de múltiplos fatores: dados de origem, experiência intencional e aleatória que formou um repertório. No processo é importante o fato de ser homem e ter crescido num mundo que dava mais espaço para vozes masculinas, mas esse não é um destino inapelável — e na análise de um texto de ficção há outros recortes possíveis, igualmente relevantes em termos identitários, e logo políticos.

CRIS BIERRENBACH

Um exemplo é a obra de Philip Roth, hoje tão atacada por feministas. Se a fase final do autor pode mesmo equivaler ao canto de cisne de um gênero, também há uma ironia triste nessas histórias — com o declínio físico dos homens que envelhecem, com signos tóxicos do desejo que resiste neles. Já em outras fases, o registro é de sátira ao evocar um embate central na cultura judaica moderna: o que opõe a angústia da diáspora (com sua confissão de fraqueza, da qual rimos carinhosamente) e as convicções bastante masculinas (e no caso expostas a um ridículo direto) do triunfalismo de direita (norte-americano, sionista, como se queira).

Sendo judeu e homem, há um bom tempo deixei de ler Roth não por uma questão ideológica. Ou melhor, não por uma questão fácil de ser definida em termos ideológicos. Cansei foi de certo tom enfático que acaba ofuscando a ironia nos últimos livros dele que terminei: mesmo quando isso está distribuído em vozes que parecem debater entre si, algo nessas obras menores deixa entrever a manipulação de um autor que, de maneira acima do que hoje acho aceitável na ficção, quer ansiosamente provar seu ponto. Essa é uma característica masculina, ligada à competitividade? Ou a distorção de uma característica do romance judaico, que o próprio Roth definiu certa vez como aquele em que "todos gritam o tempo todo"? Ou é só um esgotamento natural de repertório, e uma hora terminam os truques de um grande autor que publicou 30 romances?

3. Roth é um dos nomes elogiados em "O homem...", a par do que Ligia vê como "misoginia escancarada" de seu trabalho. É curioso comparar a análise que a autora faz a respeito e a que sou capaz de fazer. Nos dois casos, e em paralelo ao componente pessoal que causa identificação (ou o contrário) com o que lemos, é preciso atentar para o elemento formal que diferencia a ficção do mero relato — algo que, com sorte, tem o poder de nos tirar do lugar onde estávamos ao iniciar a leitura.

A dimensão técnica é uma dimensão humana, e vice-versa. Em "O homem...", há trechos ótimos em que Ligia conjuga as duas coisas olhando tanto para a psicologia de personagens quanto para o nível miúdo da frase. Autores que conseguiram fugir de clichês ressentidos de gênero, por exemplo, tão à mão quando se especula sobre aspectos frustrados das respectivas biografias, são autores que conseguiram resolver o desafio da forma: entre eles Maiakovski, cujo narcisismo não recompensado vira beleza pelo "enorme esmero com o ritmo" e o uso "inédito e radical" do coloquialismo, e Ben Lerner, cuja insegurança com a própria aparência gera um discurso cínico que paradoxalmente, imagem por imagem, palavra por palavra, mostra uma tentativa generosa de se esquivar do cinismo.

Em Roth, por sua vez, aquilo que para mim são questões de tom na expressão possível de uma identidade são, para Ligia, questões de estrutura: no romance "O avesso da vida", segundo a autora, é olhando para o arranjo de história sobre história, imaginação do escritor sobre imaginação dos personagens — uma abordagem experimental que torna a sinopse do livro "um troço meio descascável" —, que dá para especular sobre a relação de fundo entre potência sexual masculina (aqui vista em negativo, pelo tema da disfunção erétil) e criatividade artística.

4. Minha ênfase na forma literária talvez venha, justamente, do fato de ser ficcionista. A técnica é o aspecto intencional do ofício, ou o mais intencional possível, então é olhando para isso que julgo o que outros conseguem fazer a par de forças maiores — que vão dos limites do respectivo talento às imposições sociais de uma época.

Se a riqueza da linguagem confirma qualidades humanas dos autores, sua autonomia também é capaz do contrário, desmentindo o sentido de histórias que a cultura nos informa serem reprováveis. Um romance como "Os cus de Judas", de Lobo Antunes, se baseia no que o mundo moderno e pós-heroico transformou num lugar-comum do imaginário masculino: o narrador sensível, melancólico em função de um passado difícil (que aqui inclui até uma guerra), cujo discurso dolorosamente lírico serve para seduzir mulheres (no caso, uma mulher no balcão de um bar em Lisboa). Mas quando Ligia destaca trechos do livro, a má vontade se dissipa para ela e para mim: o personagem fala de tamanduás, de "trombas inquietas farejando a meias no cimento", de "olhos de pescada boiando algures na minha calva ou no meu umbigo".

Ao final, o resultado de textos assim torna porosa a fronteira entre o sensorial e o analítico, a estética e a ideologia. Nos termos usados por Ligia, é aí que a experiência da ficção vira um "negócio arriscado para todos os envolvidos". Para quem se dispõe a enfrentá-lo, como a autora faz com verve em "O homem...", a recompensa é uma aventura que enriquece a vida dentro e fora dos livros.

Michel Laub, jornalista e autor dos romances "Diário da queda" (2011), "Solução de dois Estados" (2020) e "Passeio com o gigante" (2024), escreve neste espaço quinzenalmente ■

INÊS 249

DIVULGAÇÃO

Albert Camus e Maria Casarès, um romance que ocupa mais de 1.200 páginas em cartas

Mil e uma cartas de amor

A ardente e caudalosa correspondência entre Albert Camus e Maria Casarès, sua amante. Por *Sheila Kaplan*, para o Valor, do Rio

Escreva muito e sem medo
Albert Camus e Maria Casarès
Trad.: Clóvis Marques
Record
1.288 págs. R$ 299,90

Muitos assuntos aparecem nas linhas — e entrelinhas — das centenas de cartas trocadas entre o escritor Albert Camus e sua amante, a atriz Maria Casarès, desde o instante em que se apaixonaram, em 6 de junho de 1944, dia do desembarque das tropas aliadas na Normandia, o Dia D, até 30 de dezembro de 1959, cinco dias antes da morte de Camus num acidente de carro na estrada de Lourmarin para Paris. Mas um assunto se sobrepõe a qualquer outro em todos esses anos, e é a força, "a coragem do amor indestrutível" que os une.

"Que coisa magnífica e terrível ter de se amar também no perigo, na incerteza, num mundo que está desmoronando e numa história em que a vida de um homem pesa tão pouco", escreve Camus a Maria, em 1944, sob impacto da Segunda Guerra Mundial, quando atuou na Resistência Francesa, à frente do jornal clandestino "Combat".

Quinze anos depois, Casarès lhe escreve: "Mas uma coisa você sabe: não posso imaginar a vida sem você. (...) é isto; aconteça o que acontecer você está para sempre em toda a minha vida". Embora, volta e meia, lamente não saber se expressar mais bem por escrito, as cartas da atriz são tão belas quanto as do amante escritor, revelando sua entrega e a personalidade intensa.

Camus já era um autor célebre quando os dois se conheceram. Nascido na Argélia, então colônia francesa, ele tinha 30 anos e já havia lançado o romance "O estrangeiro" e o ensaio filosófico "O mito de Sísifo", duas de suas principais obras, publicadas em 1942. A espanhola Maria Casarès, nascida em Corunha, tinha então 21 anos e trabalhava no Teatro de Mathurins, onde interpretou Martha, personagem de "O mal-entendido", peça de Camus.

Desde 1936, ela vivia exilada em Paris, pois seu pai, o político republicano Santiago Casarès Quiroga, teve de deixar a Espanha depois do golpe de Franco e início da Guerra Civil Espanhola. Considerada uma das mais talentosas atrizes europeias no século XX, Casarès se consagrou tanto no teatro, como também no cinema, onde estrelou filmes de Marcel Carné, Robert Bresson e Jean Cocteau.

Quando Camus e Casarès se encontraram, ele já era casado com Francine Faure, mencionada ocasionalmente nas cartas como F. Durante a guerra, Francine ficara em Orã, Argélia, e apenas ao fim da ocupação ela pôde ir ao encontro do marido. Nesse momento, o autor de "A peste" e a atriz rompem a relação — não há cartas em 1945, nem em 1947 —, mas em 6 de junho de 1948, eles se cruzam no Boulevard Saint-Germain, voltam a se unir e não se separam mais. Com Francine, Camus teve, em 1945, os gêmeos Jean e Catherine, e está é a autora do prefácio da correspondência, em que enaltece o romance do pai com Casarès.

Entre uma e outra declaração amorosa, os correspondentes contam de seu cotidiano, das leituras, das muitas viagens — ela, de teatro em teatro; ele, de país em país —, dos amigos de ambos, da saúde sempre frágil do escritor, dos momentos de desânimo e de exaltação.

Casarès fala de autores célebres que lê com o despudor que a intimidade permite. "Agora voltei a Balzac com 'O médico rural', que está me dando tédio." Camus comenta sobre seus "enormes projetos": "Se continuar no ritmo que venho mantendo, precisaria de duas vidas para fazer o que tenho de fazer".

O projeto mais ambicioso era o romance "O primeiro homem", que o vencedor do Prêmio Nobel de 1957 designava como sua "Guerra e paz", em alusão à obra de Tolstói. A edição cuidadosa do livro inclui notas que contextualizam as pessoas, espetáculos e obras mencionadas por eles.

Para o leitor brasileiro, uma passagem que guarda especial interesse é a viagem de Camus ao Brasil, em 1949, para uma série de conferências, período do qual ele também registrou no livro "Diário de viagem".

Incomodado com os muitos encontros programados com jornalistas, intelectuais e a plateia de "chapéus emplumados", no Rio de Janeiro, escreve: "Tenho horror a essa vida e pela última vez terei sido apanhado nela". Mas aprecia a paisagem carioca — a cidade "apertada entre as montanhas e a baía, fervilhante em certos momentos, lânguida em outros" — e descreve São Paulo como "meio Nova York, meio Orã".

A viagem foi cheia de imprevistos: "Andamos de carro o dia inteiro [...] numa estrada inacreditável, sacudidos como num cesto de salada, a boca amordaçada por uma poeira vermelha que nos transformou em índios guaranis [...] Tivemos de atravessar a rota de floresta virgem em plena noite, cruzar três rios em barcos primitivos para chegar enfim a Iguape", conta, antes de seguir para Porto Alegre e, depois, Chile.

Ao percorrermos as mais de mil páginas do livro, chegamos à carta de número 865, datada de 30 de dezembro de 1959, que Camus inicia assim: "Bem. Última carta".

Ele se referia à última carta antes do jantar com Casarès planejado para o dia mesmo em que chegaria a Paris, mas podemos lê-la, retrospectivamente, como triste profecia, pois morreu no acidente ocorrido em 4 de janeiro de 1960, aos 46 anos, como que materializando a ideia de absurdo que impregna seus livros. O romance "O primeiro homem", que julgava ser sua obra-prima, ficou inacabado.

Encontrado entre os destroços do acidente, o manuscrito foi publicado apenas em 1994. Um de seus capítulos, "A escola", foi incluído também em outro livro de correspondências de Camus lançado agora pela editora Record: "Caro professor Germain", que contém as cartas trocadas entre o escritor e Louis Germain, seu antigo professor em Argel e inspirador do personagem Bernard no romance.

São palavras cálidas e generosas, e também a elas se aplica o que escreveu Catherine Camus na reunião da correspondência entre o escritor e sua amante: "Suas cartas tornam a Terra mais vasta, o espaço mais luminoso, o ar mais leve, simplesmente porque eles existiram". ■

INÊS 249

TST
Banco se livra de condenação por assédio processual contra sindicato
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Setor imobiliário na reforma tributária
E2

Fio da Meada
A integração dos contenciosos do IBS e da CBS
valor.globo.com/legislacao

Valor E
Sexta-feira, 21 de junho de 2024

Tributário Decisão unânime dos ministros da 1ª Seção pacifica o entendimento da Corte sobre o assunto; efeito repetitivo servirá de orientação para as instâncias inferiores do Judiciário

STJ nega uso de créditos de PIS e Cofins decorrentes de gastos com o ICMS-ST

Beatriz Olivon
De Brasília

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou a contribuinte o aproveitamento de créditos de PIS e Cofins em caso de reembolso de ICMS-ST (substituição tributária). O contribuinte pedia os créditos de PIS e Cofins relativos ao valor da aquisição de bens para revenda, que incluiriam o ICMS-ST.

A decisão foi unânime e em julgamento de recurso repetitivo, portanto, servirá de orientação para as instâncias inferiores do Judiciário.

O advogado Ivan Allegretti destacou na sustentação oral, ontem, na sessão de julgamento, a divergência entre as Turmas da Corte sobre o tema. No ano de 2016, a 2ª Turma do STJ decidiu de forma contrária ao contribuinte mas, em 2019, a 1ª Turma julgou o assunto pela primeira vez e reconheceu o direito do contribuinte. Agora, a 1ª Seção pacifica o entendimento da Corte sobre o assunto.

No regime de substituição tributária, um contribuinte (substituto) é responsável por recolher antecipadamente o ICMS dos demais elos (substituídos) de uma cadeia de consumo.

O caso concreto não se confunde com a aquisição de bens que não sofreram incidência de PIS e Cofins, segundo Allegretti. "Houve incidência regular, se trata de um distribuidor qualquer, que adquiriu bens em que tiveram a incidência de PIS e Cofins", afirmou. O Fisco quer "devassar" a base de cálculo da etapa anterior, apontou o advogado.

A sustentação oral do procurador da Fazenda foi dispensada.

Ao analisar o caso, o relator, ministro Mauro Campbell Marques, aceitou o pedido da Fazenda. Para ele, não sendo receita bruta do substituto tributário, o ICMS-ST não está na base do PIS e da Cofins. Ainda segundo o ministro, se não houver tributação na saída do vendedor, não há creditamento na entrada para o adquirente. Qualquer crédito concedido nessa situação seria presumido ou fictício, o que demandaria lei específica.

No caso concreto, seguiu Marques, as contribuições sobre PIS e Cofins não incidem sobre o ICMS-ST na etapa anterior, então, sem lei expressa que crie crédito presumido, não podem gerar crédito para ser usado na etapa posterior.

No voto, o relator destacou que os tributos recolhidos em substituição tributária não integram o conceito de custo de aquisição, sendo antecipação de tributo que incidiria na venda, não uma oneração na aquisição.

Assim, Marques ponderou que, seja pelos limites impostos pelo princípio da não cumulatividade ou pela impossibilidade de tratamento anti-isonômico entre os contribuintes, ou por não ser custo de aquisição, os valores gastos pelo contribuinte substituído, a título de reembolso do substituto pelo recolhimento do ICMS-ST, não geram créditos das contribuições de PIS e Cofins não cumulativo.

De acordo com Felipe Kneipp Salomon, do Levy Salomão Advogados, ao negar a tomada de créditos de PIS/Cofins sobre o ICMS-ST, o STJ potencialmente reduziu de modo substancial o ganho que os contribuintes obtiveram com a exclusão do ICMS-ST da base de cálculo dessas mesmas contribuições.

Ainda segundo o advogado, o STJ balanceou a equação entre crédito e débito e, de certa forma, evitou o desequilíbrio provocado com a decisão do STF na "tese do século", em que a Corte excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins. Os contribuintes continuaram a calcular seus créditos de PIS/Cofins sobre o ICMS incidente na aquisição, diz ele, o que aumentava a base de cálculo dos créditos.

> "Decisão afeta a neutralidade que deveria pautar a não cumulatividade"
> *Sérgio Vasconcelos*

De acordo com Salomon, ao negar o direito ao crédito com base no fundamento de que não havendo tributação na saída pelo vendedor, não deve haver creditamento na entrada do comprador, a 1ª Seção sinalizou que pode julgar de modo desfavorável tese similar: a do aproveitamento de créditos de PIS/Cofins sobre o IPI não recuperável incidente em aquisições (de varejistas e da indústria, por exemplo).

Este assunto do IPI surgiu em dezembro de 2022 com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 2.121. Ao considerar que o IPI não compõe a receita bruta do vendedor, a Receita passou a dispor que o comprador não poderia mais obter crédito com relação a este custo (REsps 2072621 e 2075758 e EREsp 1959571).

Sérgio Vasconcelos, do ButtiniMoraes Advogados, afirma que essa decisão afeta a neutralidade que deveria pautar o princípio da não cumulatividade e vai ocasionar um aumento da carga tributária dos produtos sujeitos ao ICMS-ST. "Isso porque, o custo com o ICMS-ST será integrado ao preço da mercadoria, mas o contribuinte não poderá se creditar do montante correspondente a esse custo", diz. *(Colaborou Adriana Aguiar, de São Paulo)*

DIVULGAÇÃO

Advogado Felipe K. Salomon: STJ reduziu o ganho com a exclusão do ICMS-ST do PIS/Cofins

STJ valida limitação a parcelamento por portaria da Receita e PGFN

Beatriz Olivon
De Brasília

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou válida a limitação a uma lei que trata de parcelamento de dívidas tributárias por norma da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A decisão foi unânime.

Como o tema foi julgado como recurso repetitivo, servirá de orientação para as instâncias inferiores do Judiciário.

No caso, a Portaria Conjunta da Receita e PGFN nº 15, de 2009, impôs limitação à adesão de contribuintes ao modelo simplificado de parcelamento instituído pela Lei nº 10.522, de 2002.

A lei trata do parcelamento geral e não de programas especiais como os Refis. Assim, não há desconto para o pagamento, que inclui juros e o prazo máximo é de 60 meses.

Mas, no parcelamento simplificado, há facilidades em comparação com o parcelamento ordinário. É possível aderir para pagar dívidas de qualquer tributo. Já o ordinário tem limitações, por exemplo, ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). No simplificado, também não é necessário apresentar garantia equivalente ao montante do débito em discussão em garantia.

A Portaria nº 15 regulamenta a possibilidade de adesão ao parcelamento simplificado de débitos de tributos federais prevista na Lei 10.522. Contudo, a norma de autoria da Receita e da PGFN impõe ao menos duas limitações: que para aderir ao parcelamento simplificado a dívida deve ser de, no máximo, R$ 1 milhão; e que é necessário apresentar uma garantia do valor.

O potencial efeito multiplicador dessa tese foi destacado pelo relator, ministro Herman Benjamin, no processo. Como a norma em discussão disciplina parcelamentos com a Receita e a PGFN, abrange contribuintes de todo o país, segundo o ministro indicou, por isso, incluiu três processos de diferentes Estados no julgamento (REsps nº 1724834/SC, 1679536/RN e 1728239/RS).

Na sessão de julgamentos ontem, o relator afirmou que o assunto é conhecido e então leu a tese de efeito repetitivo: "O estabelecimento de teto para adesão ao parcelamento simplificado, por ser medida de gestão e eficiência na arrecadação e recuperação do crédito público, pode ser feito por ato infralegal, exceto se lei definir diretamente o valor máximo e a autoridade administrativa, a pretexto de regulamentar a norma, fixar quantia inferior a estabelecida em lei em prejuízo ao contribuinte".

Setor imobiliário na reforma tributária

Opinião Jurídica

Cláudio Ricaldoni e Edison Fernandes

Aprovadas as bases da reforma tributária pela Emenda Constitucional – EC 132, as atenções se voltam agora para a sua regulamentação: PLP 68/2024. Este é o projeto que traz as regras gerais e os regimes específicos da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Dentre esses regimes específicos, estão as operações com bens imóveis, que abrangem: a) construção e incorporação imobiliária; b) parcelamento do solo e alienação de bem imóvel; c) locação e arrendamento de bem imóvel; d) administração e intermediação de bem imóvel (EC 132).

Nos termos do PLP 68/2024, devem ser entendidas como operações imobiliárias as seguintes atividades exercidas pelas pessoas jurídicas: alienação de bem imóvel, inclusive decorrente de incorporação imobiliária e de parcelamento do solo; ato oneroso translativo ou constitutivo de direitos reais sobre bens imóveis; locação e arrendamento de bem imóvel; e serviços de administração e intermediação de bem imóvel. Pelas mesmas regras tributárias das citadas atividades sujeitam-se ainda a servidão, cessão de uso ou de espaço, a permissão de uso, o direito de passagem e demais casos em que se permita a utilização de espaço físico.

O PLP 68/2024 excluiu expressamente os serviços de construção civil do regime específico, mantendo-os sujeitos às regras gerais de CBS/IBS. Aparentemente, essa exclusão contraria o texto da EC 132, que, como visto anteriormente, prevê regime específico para a construção e a incorporação imobiliária. Este é um ponto de revisão na tramitação do projeto pelo Congresso Nacional, sob pena de potencial questionamento após a publicação da lei complementar.

Também está fora do regime específico das operações imobiliárias a chamada locação short stay, aquela com prazo inferior a 90 dias. Essas locações serão tributadas pelas mesmas regras aplicáveis aos serviços de hotelaria, qual seja: alíquota reduzida, com tomada de crédito pelos locadores (não cumulatividade), mas sem direito a crédito de CBS/IBS pelo locatário.

As operações com bens imóveis sujeitam-se a 80% da alíquota de referência. Mesmo considerando a possibilidade de tomada de créditos fiscais pela sistemática de não cumulatividade e os redutores de ajuste e social, a alíquota específica pode causar aumento na carga tributária das atividades imobiliárias, porque hoje a tributação é reduzida: incorporação imobiliária está sujeita ao Regime Especial de Tributação (RET) e a locação não está sujeita a ICMS nem a ISS. Se considerarmos a alíquota base ventilada de 26,5%, a alíquota de CBS/IBS para operações imobiliárias será de 21,2%, que é enormemente superior às alíquotas atuais, que variam de 0,53% a 3,65%, já que é comumente usual a adoção do regime cumulativo do PIS e Cofins pelas empresas deste segmento.

Outro ponto que merece destaque é o momento da tributação. Atualmente, seja pelo RET seja pelo lucro presumido, as operações imobiliárias são tributadas à medida do recebimento da venda, com observância do denominado método do percentage of completion (POC). Já pelo PLP 68/2024, essa tributação acontece nas incorporadoras, loteadoras e locadoras no vencimento da parcela da venda/locação. Com isso, a tributação passa a acontecer mesmo que não haja o recebimento da venda/locação, o que causará severos efeitos financeiros no setor, com provável impacto nocivo à sociedade.

Finalmente, a base de cálculo de CBS/IBS na atividade imobiliária pode não ser o valor da alienação. O PLP 68/2024 prevê que o valor a ser tributado será o maior entre o valor da operação e o valor de referência do imóvel. O valor de referência é praticamente o valor de mercado, definido, dentre outros critérios, pelos governos municipais, estaduais e federal, que são os beneficiados pela arrecadação de CBS/IBS. Este é outro ponto de revisão no Congresso Nacional, já que pode ser questionada a constitucionalidade da tributação sobre o consumo considerar o valor de mercado do bem, no caso, imóvel.

Como forma de viabilizar a não cumulatividade ampla de CBS/IBS na atividade imobiliária, o PLP 68/2024 prevê o redutor de ajuste, que é o valor a ser reduzido da base de cálculo dos tributos, correspondendo ao menor valor entre o valor da aquisição e o valor de referência do imóvel. Vale dizer: para a base de cálculo considera-se o maior valor entre o valor da operação e o valor de referência, mas, para o redutor de ajuste, admite-se o menor valor entre esses valores. Adota-se para a base de cálculo o maior intervalo de valor entre a aquisição e a venda do bem imóvel.

Há ainda a previsão do chamado redutor social: a base de cálculo da operação imobiliária será reduzida em até R$ 100 mil para as vendas de bem imóvel residencial novo. Esse redutor não está vinculado a imóvel de interesse social, nem mesmo a empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida; basta que seja imóvel residencial novo. De qualquer maneira, o redutor social implica, na prática, a progressividade de CBS/IBS sobre as operações imobiliárias.

Como tentamos demonstrar, existem pontos na regulamentação da tributação sobre as operações imobiliárias que merecem atenção (e alteração) pelos parlamentares na tramitação do PLP 68/2024.

Cláudio Ricaldoni e Edison Fernandes são, respectivamente, bacharel em Ciências Contábeis pela UFMG, CEO e co-fundador da Térreo Tecnologia e Inteligência Tributária; e sócio do Fernandes, Figueiredo, Françoso e Petros Advogados e coordenador do Observatório da reforma tributária da FGV Direito SP.

STJ define validade da exclusão do ICMS-ST do PIS/Cofins

Beatriz Olivon
De Brasília

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu a partir de quando vale a decisão da própria Corte que excluiu o ICMS-ST (substituição tributária) do cálculo do PIS e da Cofins. Por unanimidade, os ministros decidiram que ficam preservadas as ações judiciais propostas até março de 2017, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) excluiu o ICMS da base do PIS e da Cofins ("tese do século") — anos antes de o STJ julgar o ICMS-ST.

O tema voltou a ser analisado porque foi apresentado recurso questionando a modulação, que é uma forma de limitar os efeitos de uma decisão tributária. Em geral, o contribuinte com um processo ajuizado na data do julgamento pode pedir de volta os tributos pagos nos cinco anos anteriores, além do futuro.

No dia 13 de dezembro de 2023, o STJ decidiu pela exclusão do ICMS-ST do cálculo do PIS e da Cofins. Os ministros indicaram que o entendimento só produziria efeitos a partir da publicação da ata de julgamento, que ocorreu em 24 de fevereiro de 2023. Seriam ressalvadas as ações judiciais que já tramitavam sobre o assunto, independentemente do resultado (REsps 1896678 e 1958265).

Ontem, na sessão, o relator, ministro Gurgel de Faria, afirmou que a modulação de efeitos é a que consta no precedente do STF. Por isso, não constar na ementa do julgado do STJ não o torna omisso.

O ministro esclareceu que os efeitos da tese terão como marco o dia 15 de março de 2017, data do julgamento da exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins pelo STF ("tese do século"), ressalvadas ações judiciais e administrativas protocoladas até a data do julgamento pelo Supremo.

De acordo com Juliana Amaro, sócia do Finocchio & Ustra, Sociedade de Advogados, a exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e da Cofins foi a primeira modulação de efeitos realizada pelo STJ, mas não foi discutida na sessão, apenas incluída no resultado do julgamento.

Na sessão de ontem, a modulação foi alterada de uma forma ainda mais restritiva, segundo Juliana. "O STJ inovou o que o STF tem entendido como critério para a modulação de efeitos em matéria tributária, que é a data do respectivo julgamento", afirma. Segundo a advogada, na prática, a nova decisão do STJ limita os efeitos para contribuintes que têm ação tramitando há mais de sete anos, impedindo-os de recuperar os valores pagos indevidamente.

Para a advogada, o entendimento adotado pelo STJ, que retroagiu a modulação à data do julgamento da "tese do século", além de ser inovador, gera grande insegurança para os contribuintes. Ela afirma que a medida reforça a necessidade de ajuizar ações sobre inconstitucionalidade e ilegalidade de tributos assim que surge a legislação, para que o contribuinte possa se resguardar quanto à possibilidade de recuperação de valores, incentivando o aumento do litígio tributário.

"Medida reforça a necessidade de ajuizar ações assim que surge a lei"
Juliana Amaro

Para Rafael Nichele, do escritório que leva seu nome, se o STJ entendeu que a discussão do ICMS-ST é exatamente igual ao do ICMS na tese do século, significa dizer que a modulação teria que ser a mesma, ou seja: 17 de março de 2017. Nesse sentido, diz ele, quem tem ação da tese do século e transitou em julgado (não cabe mais recurso) até essa data poderia recuperar os créditos de ICMS-ST no mesmo período que recuperou o do ICMS. A ideia é que nesse caso se faça uma habilitação complementar no mesmo processo que discutiu o ICMS, respeitando o prazo de cinco anos do trânsito em julgado. ***(Colaborou Adriana Aguiar, de São Paulo)***

FUNDAÇÃO FAT

FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA - FAT

CNPJ/MF: 58.415.092/0001-50

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores em Reais, omitidos os centavos)

ATIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa	3	2.000	2.000
Bancos conta movimento	3	286.121	2.019.830
Aplicações de liquidez	3	45.638.588	28.686.675
Contas a receber	4	7.361.960	13.738.431
Adiantamentos		1.480	16.622
Outras contas a receber		72.555	99.524
Total do ativo circulante		**53.362.704**	**44.563.082**
Não circulante			
Depósitos judiciais	7	5.196.320	4.977.837
Imobilizado	5	1.535.710	1.650.903
Intangível		2.492	2.492
Total do Não Circulante		**6.734.522**	**6.631.232**
Total do ativo		**60.097.226**	**51.194.314**

PASSIVO	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	6	808.214	301.758
Obrig. sociais e encargos		166.899	294.351
Impostos a pagar		49.746	88.249
Provisões p/ férias		112.022	85.731
Outras contas a pagar		158	158
Total do passivo circulante		**1.137.039**	**770.247**
Não circulante			
Prov. para contingências	7	5.225.781	5.007.299
Total do não circulante		**5.225.781**	**5.007.299**
Patrimônio social			
Dotação dos Fundadores	8	564.108	564.108
Superávit Acumulado	9	53.170.298	44.852.660
Total do patr. Social		**53.734.406**	**45.416.768**
Total do passivo		**60.097.226**	**51.194.314**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em Reais, omitidos os centavos)

	2023	2022
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas de contratos	14.876.974	13.532.996
Receitas de cursos e patrocínios	544.275	644.301
Receitas de concursos	22.889.450	22.928.305
RECEITA BRUTA	**38.310.699**	**37.105.602**
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (Nota 10)	**(18.677.956)**	**(15.417.261)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**19.632.743**	**21.688.341**
Despesas e receitas operacionais		
Despesas com pessoal e encargos	(2.507.194)	(2.100.053)
Serviços de terceiros (Nota 11)	(8.236.019)	(6.091.998)
Outras despesas operacionais (Nota 12)	(4.646.731)	(4.563.369)
Receitas financeiras líquidas (Nota13)	4.765.945	3.468.378
Despesas tributárias e outras taxas	(691.107)	(568.452)
Reversão (despesas) com contingências	–	14.867
	(11.315.106)	**(9.840.627)**
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	**8.317.637**	**11.847.714**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores em Reais, omitidos os centavos)

	Dotação dos Fundadores	Superávit Acumulado	Total do Patrimônio Social
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**564.108**	**33.004.946**	**33.569.054**
Superávit do Exercício	–	11.847.714	11.847.714
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**564.108**	**44.852.660**	**45.416.768**
Superávit do Exercício	–	8.317.637	8.317.637
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**564.108**	**53.170.297**	**53.734.405**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores em Reais, omitidos os centavos)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Superávit do exercício	**8.317.637**	**11.847.714**
Ajustes ao superávit		
Depreciação	129.856	144.599
Variações monetárias líquidas de provisões e depósitos judiciais	–	(434.346)
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	–	20.379
	8.447.493	**11.578.346**
Variação das contas operacionais		
Adiantamentos	15.142	12.378
Contas a receber de contratos	6.376.471	(8.838.832)
Outras contas a receber	26.969	(20.948)
Depósito judicial trabalhista	–	–
Obrigações sociais e encargos	(127.452)	3.236
Obrigações tributárias	(38.503)	22.674
Provisão para férias	26.291	(8.152)
Fornecedores	506.456	56.622
Provisão para contingências trabalhistas	–	(14.867)
Total dos ajustes	**6.785.374**	**(8.787.889)**
Caixa líquido gerado por atividades operacionais	**15.232.867**	**2.790.457**
Atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	(14.663)	(73.233)
Aquisição de intangível	–	(729)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(14.663)**	**(73.962)**
Aumento (diminuição) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**15.218.204**	**2.716.495**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	30.708.505	27.992.010
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	45.926.709	30.708.505
Aumento (diminuição) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**15.218.204**	**2.716.495**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **FAT - FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA**, entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tem como objetivos principais: Colaborar com as instituições que atuam na área da educação e da tecnologia, buscando estimular e desenvolver o conhecimento, o ensino técnico e tecnológico, a pesquisa aplicada, o desenvolvimento experimental e a extensão de serviços à comunidade, especialmente em consonância com os objetivos do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza- CEETEPS. Para a consecução de seus objetivos, a **FAT** poderá instituir desenvolver e apoiar: • Programas de geração, difusão e transferência de tecnologia; • Cursos, simpósios, conferências, seminários, estudos e pesquisas para desenvolvimento do ensino técnico e tecnológico; • Difusão do conhecimento tecnológico e a edição de publicações técnicas, periódicas, monografias e outras formas de divulgação; • Programas de bolsas de estudo e de estágios, no sentido de aprimorar a formação de estudantes, e professores, tanto no País como no Exterior; • Serviços e pesquisas tanto para entidades públicas, como privadas, dentro de carreiras acadêmicos que visem, simultaneamente, a obtenção dos objetivos citados, o aprimoramento de pessoal especializado, bem como o atendimento às necessidades de tais entidades; • Concurso para seleção de aluno ingressante às instituições de ensino de 2º e 3º graus; • Concursos públicos ou processos de seleção em geral; • Projetos culturais em geral; • Atividades de pesquisa e extensão de serviços à comunidade na área educacional e da tecnologia; • A organização, a gestão, a operacionalização e a elaboração de cursos de graduação, pós-graduação e extracurriculares do CEETEPS ou de outras instituições, públicas ou privadas; • Outras atividades compatíveis com seus objetivos; • O desenvolvimento de atividades de apoio cultural, social, acadêmico e ambiental; • Parceria para a realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo, com instituições públicas e privadas; • A concessão de bolsa de estímulo a inovação para a realização de projetos de pesquisa e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo; • Atendimento à criança e ao adolescente (de 0 a 17 anos, 11 meses e 29 dias).

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 2015 / ITG 2002 (R1). A emissão e divulgação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela administração em 23 de fevereiro de 2024. **2.1. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis da Fundação estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação. **2.2. Caixa e equivalentes de Caixa:** Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, demonstrado pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. **2.3. Instrumentos Financeiros:** A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e suas classificações são definidas no reconhecimento inicial. Mensurados ao valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e encontram-se registrados no Ativo Circulante. Os ganhos ou perdas apuradas são apresentados na demonstração do Resultado na rubrica de Receitas Financeiras Líquidas, no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tivesse sido contratado em conexão com outra operação. Empréstimos e recebíveis são os valores concedidos e os créditos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses. **2.4. Imobilizado:** O imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e das provisões por perdas do valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que representam a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **2.5. Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **2.6. Outros Ativos e Passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Fundação decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **2.7. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas. Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Fundação requer que a Diretoria Executiva faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e Premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas.** A Fundação reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. **2.8. Tributação:** A Fundação, em função de ser uma entidade sem fins lucrativos, está isenta do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, bem como do Programa de Integração Social e da Cofins incidentes sobre as receitas das atividades fins da fundação. **2.9. Reconhecimento de Receitas:** De acordo com a NBC TG 47 / IFRS 15 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflita a contrapartida a que uma Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Fundação e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a prestação de serviços. A Fundação avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Fundação mantém seus recursos disponíveis em caixa, conta corrente bancária e aplicações de curto prazo com liquidez diária, em renda fixa. As aplicações foram realizadas em Certificado de Depósito Bancário (CDB) com remuneração média de 102% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (101% em 2021) em instituições financeiras de primeira linha, todos sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. O rendimento acompanha a taxa CDI com rentabilidade média de 0,39% a.m. apurada em 2022 (0,38% a.m. em 2021). O saldo diário final em conta corrente é transferido para aplicações de curto prazo com lastro em CDB. Os saldos de caixa e depósitos bancários são demonstrados pelo valor justo, enquanto as aplicações financeiras estão avaliadas pelo método do custo amortizado na data do balanço, estando assim apresentados:

	2023	2022
Fundo Fixo	2.000	2.000
	2.000	**2.000**
Bancos Conta Movimento		
Banco Santander	285.339	982.607
Banco do Brasil	762	1.037.203
Banco Itaú	20	20
	286.121	**2.019.830**
Aplicações Financeiras		
Banco Santander	28.225.962	21.126.983
Banco do Brasil	8.893.436	23.747
Banco Itaú	8.519.190	7.535.945
	45.638.588	**28.686.675**

4. CONTAS A RECEBER

As contas a receber são registradas pelo valor justo e deduzidas das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, as quais são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas com valores a receber de clientes. A composição do valor evidenciado é a seguinte:

		2022	2021
Parcelas de Concursos	(a)	8.515.165	2.562.407
Parcelas de Contratos a Receber		5.256.366	2.348.118
Parcelas de Cursos a Receber		–	22.174
Provisão para Perdas	(b)	(33.100)	(33.100)
TOTAL		**13.738.431**	**4.899.599**

(a) O modelo contratual relativo à execução dos concursos relacionados às FATEC e ETEC, prevê que os numerários recebidos pela Fundação, provenientes das inscrições e vendas de manuais aos candidatos do Vestibular e Vestibulinho devem ser repassados ao Centro Paula Souza e serão posteriormente devolvidos à FAT, resguardadas condições quantitativas contratuais. **(b)** Para as contas a receber consideradas de difícil realização, é constituída provisão para perdas no recebimento de créditos.

5. IMOBILIZADO

(a) Reconhecimento e mensuração: O imobilizado está registrado ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas. **(b) Custos subsequentes:** O custo de um componente do imobilizado, em caso de benfeitorias e reposições, é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a FAT e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(c) Depreciação:** A depreciação é reconhecida no resultado aplicando-se o método linear com base nas taxas apresentadas para cada componente do imobilizado, pois esse é o método que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O método de depreciação, as taxas adotadas e os valores residuais de terrenos e imóveis, que são os bens mais relevantes, são revistos a cada encerramento de exercício contábil e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

	2021	Adições	Baixas	2022	Adições	Baixas	2023
Custo							
Imóveis	2.604.698	–	–	2.604.698	4.375	–	2.609.073
Edificações	183.852	–	–	183.852	–	–	183.852
Instalações	24.458	3.684	(10.087)	18.055	–	–	18.055
Móveis e Utensílios	363.980	7.218	(920)	370.278	–	–	370.278
Equipamentos	251.564	3.684	(9.326)	245.922	–	–	245.922
Computadores	478.117	40.220	(46)	518.291	–	–	518.291
Outros Ativos	43.471	18.427	–	61.898	10.289	(31.357)	40.830
	3.950.140	**73.233**	**(20.379)**	**4.002.994**	**14.663**	**(31.357)**	**3.986.301**
	2021	**Depreciação**	**Baixas**	**2022**	**Depreciação**	**Baixas**	**2022**
Depreciação							
Imóveis	(1.023.873)	(104.188)	–	(1.128.061)	(104.188)	–	(1.232.249)
Edificações	(183.852)	–	–	(183.852)	–	–	(183.852)
Instalações	(7.956)	(1.676)	–	(9.632)	(1.676)	–	(11.308)
Móveis e Utensílios	(335.270)	(7.833)	–	(343.103)	(6.240)	–	(349.343)
Equipamentos	(221.626)	(4.807)	–	(226.433)	(3.916)	–	(230.349)
Computadores	(391.444)	(26.095)	–	(417.539)	(13.836)	–	(431.375)
Outros Ativos	(43.471)	–	–	(43.471)	–	31.357	(12.114)
	(2.207.492)	**(144.599)**	**–**	**(2.352.091)**	**(129.856)**	**31.357**	**(2.450.591)**
LÍQUIDO	**1.742.648**	**(71.366)**	**(20.379)**	**1.650.903**	**(115.193)**	**–**	**1.535.710**

6. FORNECEDORES

O saldo em 31 de dezembro de 2023 está composto pelas contas a pagar a serem pagas em período subsequente decorrentes das aquisições de materiais e serviços necessários à gestão administrativa e de prestação de serviços.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

A Fundação vem requerendo junto a Prefeitura do Município de São Paulo sua isenção relativa ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS desde o exercício de 2004, no entanto, em exercícios anteriores recebeu autos de infração cujo total foi depositado em juízo para posteriormente impetrar recursos na esfera judicial. Embora na opinião de seus assessores jurídicos as possibilidades de perda nos processos sejam consideradas como possível, a administração optou por manter provisão em seu passivo para fazer face a eventual conferência dos depósitos judiciais à Administração Municipal de São Paulo. Adicionalmente, a Fundação é parte em processo trabalhista cuja provisão é atualizada de acordo com a opinião dos seus assessores jurídicos e andamentos processuais.
Em 2023 as movimentações das provisões para contingências foram:

	Tributárias	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**4.769.647**	**44.329**	**4.813.976**
Reversão de provisão trabalhista	–	(14.867)	(14.867)
Atualização monetária	208.190	–	208.190
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**4.977.837**	**29.462**	**5.007.299**
Atualização monetária	218.482	–	218.482
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**5.196.319**	**29.462**	**5.225.781**

8. PATRIMÔNIO SOCIAL

A dotação dos fundadores em 31 de dezembro de 2023 soma o montante de R$ 564.108.

9. SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

Com base na proposta da Diretoria a ser submetida à aprovação do Conselho de Curadores, o superávit do exercício de 2023 foi apropriado ao Patrimônio Social da Fundação para ser utilizado, de acordo com o Estatuto, na consecução dos objetivos institucionais da **FAT**.

10. Custo dos serviços prestados

	2023	2022
Pessoal	160.084	118.999
Encargos sociais	1.030.261	815.769
Serviços prestados por terceiros	15.121.440	13.004.904
Publicidade	893.256	748.370
Outros custos	1.472.915	729.219
	18.677.956	**15.417.261**

11. Despesas de serviços contratados

	2023	2022
Serviços pessoas físicas	152.377	161.059
Serviços pessoas jurídicas	7.854.322	5.777.839
Consultorias	71.360	22.500
Assessoria jurídica	157.960	130.600
	8.236.019	**6.091.998**

12. Outras despesas operacionais

	2023	2022
Propaganda e publicidade	569.291	615.115
Comunicação e tecnologia	963.690	727.426
Seguros	491.209	501.700
Ocupação	438.872	523.515
Consumo	1.096.091	1.135.088
Alimentação	469.620	255.204
Outros	617.958	805.321
	4.646.731	**4.563.369**

13. Receitas e despesas financeiras

	2023	2022
Rendimento de aplicações financeiras	5.314.773	3.678.647
Outras receitas financeiras	98.895	434.442
	5.413.668	**4.113.089**
Despesas bancárias	(466.976)	(482.588)
Outras despesas financeiras	(180.747)	(162.123)
	(647.723)	**(644.711)**
Receitas financeiras líquidas	**4.765.945**	**3.468.378**

São Paulo, 11 de março de 2024.

PROF. CESAR SILVA
Diretor Presidente
PROF. FRANCISCO SCARFONI FILHO
Diretor Administrativo
RUBENS GERALDO CABRAL
Contador Responsável
CRC: 1 SP 188.585/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho Curador da
FAT - FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da **FAT - Fundação de Apoio à Tecnologia ("Entidade")**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Entidade,** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)). **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC 1.409/12) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão dos processos de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2024.

TRÍADE AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2 SP 015090/O-5
Sergio de Andrade Behrend
Contador CRC 1 SP 197708/0-8

PECINI LEILÕES | TRUE

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATA: 1º Público Leilão: 02/07/2024, às 10h00 | 2º Público Leilão: 04/07/2024, às 10h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **TRUE SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no CNPJ nº 12.130.744/0001-00, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 12/01/2022, na cidade de São Paulo/SP, e posterior Cessão de Crédito Imobiliário, **EM LOTE ÚNICO**, os seguintes **IMÓVEIS do EDIFÍCIO JARDIM DA JURITI**, situado à Avenida Juriti, nº 541, 24º Subdistrito – Indianópolis, São Paulo/SP: **1) APARTAMENTO Nº 82, 8º ANDAR**. Áreas: Total Construída: 150,06m², sendo Área Útil: 89,31m², Área Comum: 60,75m²; FIT: 2,3332%. Matrícula Imobiliária nº 64.809 do 14º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 041.102.0060-1; **2) VAGA Nº 31 para efeito de disponibilidade, localizada no SUBSOLO**. Área Total Construída: 22,80m². FIT: 0,3544%. Vaga indeterminada com auxílio de manobrista. Matrícula Imobiliária nº 64.810 do 14º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 041.102.0137-3; e **3) VAGA Nº 32 para efeito de disponibilidade, localizada no SUBSOLO**. Área Total Construída: 22,80m². FIT: 0,3544%. Vaga indeterminada com auxílio de manobrista. Matrícula Imobiliária nº 64.811 do 14º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 041.102.0138-1. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 1.044.210,00. 2º Leilão: R$ 546.475,96**. Consolidação das propriedades em 05/06/2024. **Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar os imóveis, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre os bens; **2.** O Arrematante pagará, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, **à vista**, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial dos imóveis arrematados; **3.** Débitos de IPTU e Condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes e vencidos antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. IMÓVEIS OCUPADOS**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **6.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóveis entregues no estado em que se encontram; **7.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica o Devedor Fiduciante **PÉRSIO JOSÉ DE ALMEIDA**, CPF nº 053.447.518-34, devidamente comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital. Maiores informações: **contato@pecinileiloes.com.br**, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PECINI LEILÕES | TRUE

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATA: 1º Público Leilão: 02/07/2024, às 10h30 | 2º Público Leilão: 04/07/2024, às 10h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **TRUE SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no CNPJ nº 12.130.744/0001-00, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 21/07/2021, na cidade de São Paulo/SP, e posterior Cessão de Crédito Imobiliário, o seguinte **IMÓVEL**: **APARTAMENTO Nº 87, TIPO B, LOCALIZADO NO 8º ANDAR DO EDIFÍCIO BERTIOGA, BLOCO A, INTEGRANTE DO "CONJUNTO RESIDENCIAL PORTO SEGURO"**, localizado à Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, nº 12.011, no Distrito de Perús, São Paulo/SP. Áreas: Privativa: 59,68m²; Comum: 88,96m², incluindo-se o direito ao uso de 01 vaga de garagem indeterminada, localizada no térreo do condomínio; Total: 148,64m²; FIT: 0,000960. Matrícula Imobiliária nº 221.286 do 18º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 190.055.0948-0. Consolidação da propriedade de 27/05/2024. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 271.661,25. 2º Leilão: R$ 144.899,77**. **Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, **à vista**, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU e Condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes e vencidos antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **6.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **7.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Ficam os Devedores Fiduciantes **AIRTON RAYMUNDO DE JESUS**, CPF nº 086.782.378-05 e **CRISTIANE PEREIRA DOS SANTOS JESUS**, CPF nº 258.145.468-75, devidamente comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

INÊS 249

LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

IMÓVEIS COM DESÁGIOS DE ATÉ 50% SOBRE O VALOR DE AVALIAÇÃO. APROVEITE!

Apartamento com 160 m²
São Paulo/SP

Imóvel no Ed. Orlais Ribeiro Bueloni Filho, composto por salas 2 ambientes, terraço, lavabo, 3 dorms, 1 suíte, banheiro, cozinha, área de serviço, banheiro e dorm. de empregada.

Leilão 25/06 - 09:30hs

Avaliação R$ 1.141.179,02 | Lances a partir de R$ 684.707,41

Juíza: Exma. Dra. Samira de Castro Lorena
4ª Vara Cível Foro Regional III – Jabaquara/SP

Imóvel Residencial
Osasco/SP

Prédio assobradado com 316 m² de construção e terreno com área de 304 m², composto por , 4 dorms, 3 suítes, 5 banheiros e 6 vagas de garagem.

Leilão 25/06 - 09:30hs

Avaliação R$ 870.000,00 | Lances a partir de R$ 811.849,20

Juíza: Exma. Dra. Patrícia Svartman Poyares Ribeiro
6ª Vara Cível de São Bernardo do Campo/SP

Imóvel Industrial
Osasco/SP

Imóvel industrial com área de 13.353 m² de terreno e 8.344m² de instalações fabris. Composto por 11 galpões e localizado às margens da Marginal Tietê.

1º Leilão 25/06 - 14:00hs
2º Leilão 25/06 - 15:00hs

Avaliação R$ 18.807.000,00 | Lances a partir de R$ 9.403.500,00

Juíza: Exma. Dra. Clarissa Somesom Tauk
3ª Vara de Falências e Rec. Judiciais de Guarujá/SP

Imóvel Comercial
Bairro Nossa Senhora do Ó/SP

Prédio Comercial com 456 m² de área construída sobre terreno com 166 m², composto por 2 vagas de garagem.

1º Leilão 03/07 - 14:30hs
2º Leilão 29/07 - 14:30hs

Avaliação R$ 2.200.000,00 | Lances a partir de R$ 1.320.000,00

Juíza: Exma. Dra. Sabrina Salvadori S. Severino
6ª Vara Cível do Foro Reg. XII - Nossa Senhora do Ó/SP

Terreno Urbano
Pindamonhangaba/SP

Terreno com 770 m² no loteamento Vitória Vale II. Composto por galpão de 300 m², cercado com muros de alvenaria e portões de aço. Localizado a 3 min. da Rod. Presidente Dutra.

1º Leilão 08/07 - 09:30hs
2º Leilão 29/07 - 09:30hs

Avaliação R$ 742.486,93 | Lances a partir de R$ 445.492,15

Juiz: Exmo. Dr. Wellington Urbano Marinho
2ª Vara Cível de Pindamonhangaba/SP

Terreno Rural
Franca/SP

Gleba de terras com 12,15 hectares, composto por casa de moradia e demais acessões. Localizado a 2 min. da Rod. Tancredo de Almeida Neves.

1º Leilão 08/07 - 10:00hs
2º Leilão 29/07 - 10:00hs

Avaliação R$ 2.571.335,72 | Lances a partir de R$ 2.342.772,77

Juiz: Exmo. Dr. Humberto Rocha
3ª Vara Cível de Franca/SP

Terreno Urbano
Guarulhos/SP

Terreno com área de 2.041 m². Localizado às margens da Rod. Ayrton Senna e a 14 min. do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Leilão 08/07 - 14:00hs

Avaliação R$ 1.732.602,55 | Lances a partir de R$ 1.732.602,55

Juiz: Exmo. Dr. Diego Ferreira Mendes
4ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP

Apartamento com 150 m²
Guarujá/SP

Imóvel cobertura tipo duplex no Edifício Cancun, composto por 4 dorms com suítes, 3 salas, cozinha, lavabo, área de serviço, 2 varandas, piscina, churrasqueira e 3 vagas de garagem.

1º Leilão 08/07 - 14:30hs
2º Leilão 29/07 - 14:30hs

Avaliação R$ 1.192.949,66 | Lances a partir de R$ 596.474,83

Juiz: Exmo. Dr. Marcelo Machado da Silva
4ª Vara Cível de Guarujá/SP

Apartamento com 161 m²
Franca/SP

Imóvel no Cond. Residencial Terraço D'Itália, composto por 3 suítes, 2 salas, varanda, lavabo, cozinha, área de serviço, banheiro, despensa e 3 vagas de garagem.

1º Leilão 08/07 - 14:30hs
2º Leilão 29/07 - 14:30hs

Avaliação R$ 1.600.000,00 | Lances a partir de R$ 960.000,00

Juiz: Exmo. Dr. Humberto Rocha
3ª Vara Cível de Franca/SP

Galpão
São José do Rio Preto - SP

Imóvel com área de terreno de 1.034 m², propriedade da falida Banco Empresarial S.A. Localizado a 2 min. da Rod. Washington Luís e a 5 min. do Plaza Shopping.

1º Leilão 17/07 - 14:00hs
2º Leilão 17/07 - 15:00hs

Avaliação R$ 3.251.525,28 | Lances a partir de R$ 2.276.067,70

Juiz: Exmo. Dr. Glariston Resende
3ª Vara Cível de São José do Rio Preto/SP

Imóvel Residencial
São José do Rio Preto - SP

Imóvel com 375 m², composto por sala ampla, 4 banheiros, escritório, lavanderia, cozinha, 3 suítes, cobertura nos fundos com quintal e piscina.

1º Leilão 17/07 - 14:00hs
2º Leilão 17/07 - 15:00hs

Avaliação R$ 1.502.002,55 | Lances a partir de R$ 1.126.501,91

Juiz: Exmo. Dr. Glariston Resende
3ª Vara Cível de São José do Rio Preto/SP

Apartamento com 87 m²
Bairro Vila Madalena/SP

Imóvel no Edifício Andréa composto por 2 suítes e vaga de garagem. Localizado a poucos metros da Praça Pôr do Sol e a 4 min. da Marginal Pinheiros.

1º Leilão 29/07 - 15:30hs
2º Leilão 29/07 - 16:30hs

Avaliação R$ 1.135.560,58 | Lances a partir de R$ 681.336,34

Juíza: Exma. Dra. Renata Soubhie Nogueira Borio
2ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP

Terreno Urbano
São Paulo/SP

Terreno com área de 1.170 m², composto por uma guarita de estacionamento de 20 m². Localizado na Praça da Sé, região central de São Paulo.

1º Leilão 29/07 - 15:00hs
2º Leilão 29/07 - 16:00hs

Avaliação R$ 12.936.895,01 | Lances a partir de R$ 9.055.826,51

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brisola
1ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP

Terreno Urbano
São Paulo/SP

Fração de 1,78571432% do terreno condominial com área de 2.370,00m², reservado para a construção do prédio (bloco 33), do Conjunto Residencial Parque das Orquídeas em São Paulo/SP.

1º Leilão 29/07 - 15:30hs
2º Leilão 29/07 - 16:30hs

Avaliação R$ 3.257.016,33 | Lances a partir de R$ 1.628.508,16

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brisola
1ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP

Salão Comercial
Bairro Alto da Mooca/SP

Imóvel com 786 m² no Edifício Beatriz, composto por 9 salas e 2 banheiros. Localizado a 5 min. da Av. Salim Farah Maluf e a 6 min. do Shopping Metrô Tatuapé.

1º Leilão 08/07 - 14:00hs
2º Leilão 29/07 - 14:00hs

Avaliação R$ 5.422.024,30 | Lances a partir de R$ 3.253.214,58

Juíza: Exma. Dra. Andressa Maria Tavares Marchiori
4ª Vara Cível de São José do Rio Preto/SP

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação. As informações aqui contidas não substituem o edital.

11 3969 1200 | 0800 789 1200 11 95577 1200 **www.leje.com.br** @lejeoficial | Leilão Judicial Eletrônico

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.

CNPJ/MF nº 10.760.260/0001-19 – NIRE 35.300.367.596 | *Companhia Aberta*

Edital de Segunda Convocação – Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 28 de junho de 2024

Os Srs. Acionistas da **CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.** ("Companhia") ficam convocados a se reunirem na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada, em segunda convocação, no dia 28 de junho de 2024, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua da Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, CEP 09090-401, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) alterar o artigo 14, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhado na Proposta da Administração; (ii) consolidar o Estatuto Social da Companhia com a alteração aprovada; (iii) eleger novo membro do Conselho de Administração da Companhia, conforme detalhado na Proposta da Administração; e (iv) eleger o Presidente do Conselho de Administração, conforme detalhado na Proposta da Administração. Participação na AGE: Os acionistas interessados em participar da AGE por meio de sistema eletrônico de participação a distância deverão apresentar sua solicitação e se cadastrar previamente na plataforma *Ten Meetings* até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGE, ou seja, **até 26 de junho de 2024**, por meio do seguinte endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/335342890 ("Cadastro"), bem como enviar, através do mesmo endereço eletrônico, todos os documentos necessários para participação na AGE, conforme detalhado abaixo e na Proposta da Administração divulgada nas páginas eletrônicas da Companhia (ri.cvc.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá as informações e orientações para acesso à plataforma digital por meio do e-mail utilizado para o Cadastro. O login e a senha para acesso à plataforma no dia da AGE serão aqueles informados no momento do Cadastro pelos acionistas ou seus procuradores e representantes, sendo que tais credenciais de acesso são pessoais e intransferíveis, autorizando apenas um único acesso à AGE. Os acionistas que não realizarem o Cadastro na forma e prazo previstos acima não estarão aptos a participar da AGE via sistema eletrônico de participação a distância. O sistema eletrônico de participação a ser disponibilizado pela Companhia permitirá que os acionistas cadastrados no prazo supramencionado participem, se manifestem e votem na AGE sem que se façam presentes fisicamente, nos termos estabelecidos pela Resolução CVM nº 81/2022. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGE, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital. Informações detalhadas sobre o acesso à plataforma digital e regras de conduta a serem adotadas na AGE constam da Proposta da Administração disponível nos websites indicados no último parágrafo deste Edital. Quórum: Conforme estabelecido no art. 135 da Lei das S.A., a instalação da AGE se dará, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas. Representação: Poderão participar da AGE ora convocada os acionistas titulares de ações ordinárias emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, munidos dos respectivos documentos de identidade e de comprovação de poderes, devendo ser observadas as formalidades exigidas nos termos do art. 126 da Lei das S.A., dos parágrafos 4º e 5º do art. 7º do Estatuto Social da Companhia e da Proposta da Administração divulgada nas páginas eletrônicas da Companhia (ri.cvc.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Votação a Distância: Nos termos do art. 49, parágrafo único, da Resolução CVM nº 81/2022, as instruções de voto recebidas por meio do respectivo boletim de voto a distância enviadas para a AGE em primeira convocação serão consideradas normalmente para a segunda convocação da AGE. Caso o acionista não tenha enviado boletim de voto a distância ou deseje alterar ou manifestar seu voto, esse poderá participar por meio de sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia, pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, sendo que as orientações detalhadas constam da Proposta da Administração. Os documentos a serem discutidos na AGE encontram-se à disposição nas páginas eletrônicas da Companhia (ri.cvc.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Santo André/SP, 19 de junho de 2024.
***Valdecyr Maciel Gomes** – Presidente do Conselho de Administração.* (20, 21 e 22/06/2024)

CIDADE DE SÃO PAULO — VERDE E MEIO AMBIENTE

COMUNICADO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico **Nº 90006/SVMA/2024 -** Processo Administrativo **Nº 6027.2023/0016994-1.**
UASG **Nº: 925020 -** Critério de Julgamento**: MENOR PREÇO GLOBAL.**
Objeto**: Contratação de empresa especializada, para serviço continuado, com disponibilização de mão de obra, para apoio ao desenvolvimento e execução de serviços de condutores ambientais nos Parques Naturais Municipais - PNMs da cidade de São Paulo, compreendendo atividades de informação, orientação e condução de visitantes; desenvolvimento de ações de educação ambiental; interação com o entorno; e apoio à pesquisa nestas Unidades de Conservação (UCs), conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência (Anexo II do edital)** - Data/hora da sessão pública: **10 de Julho de 2024, às 10:00 horas -** DOCUMENTAÇÃO: Os documentos referentes às propostas comerciais e anexos, das empresas interessadas, deverão ser encaminhados a partir da disponibilização do sistema, **www.comprasnet.gov.br**, até a data de abertura, conforme especificado no edital - RETIRADA DO EDITAL: **https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/** ou **www.comprasnet.gov.br**, ou por meio de agendamento via **svmalicitacao@prefeitura.sp.gov.br** na Divisão de Licitações e Contratos - DLC da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, na Rua do Paraíso, 387 - 9º andar - Paraíso - São Paulo/SP - CEP 04103-000, mediante a entrega de 01 (um) pen-drive.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 041/2024 – EDITAL 043/2024 – cujo objeto é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES TIPO MARMITEX E PRATOS FEITO/ EXECUTIVO PARA AS SECRETARIAS: (SECRETARIA DA SAÚDE, SECRETARIA DO BEM ESTAR E INTEGRAÇÃO SOCIAL, SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO), CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DESTE EDITAL**. O período de envio das propostas será a partir de 24/06/2024 até 04/07/2024 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 04/07/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 21/06/2024. Ituverava-SP, 20 de junho de 2024. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.

CIDADE DE SÃO PAULO — SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE** torna público as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar

PROCESSO**: 6110.2024/0005293-1** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90452/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **registro de preços objetivando o fornecimento de materiais de opme vascular stent e fio guia com entrega em consignação, necessários para o atendimento de cirurgias na especialidade de vascular, a serem utilizados nas unidades hospitalares pertencentes à Secretaria Municipal da Saúde de SP, para o período de 12 (doze) meses.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min do dia 03 de julho de 2024,** a cargo da **9ª CPL/SMS.**

PROCESSO**: 6018.2024/0033608-5 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90454/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min, do dia 03 de julho de 2024**, a cargo da **12ª CPL/SMS.**

PROCESSO**: 6018.2024/0060278-8** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90456/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO - AÇÃO JUDICIAL - DUPILUMABE 200 MG, SUBCUTÂNEO (DUPIXENT).** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min, do dia 04 de julho de 2024**, a cargo da **13ª CPL/SMS.**

PROCESSO**: 6110.2023/0012776-0** - DISPENSA ELETRÔNICA **Nº 90423/2024-SMS.G**
- Objeto: **AQUISIÇÃO DE SELADORA HOSPITALAR DE PEDAL AUTOMÁTICA, POR RECURSO PRÓPRIO, CONTEMPLANDO ENTREGA, INSTALAÇÃO, TESTE DE FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DURANTE O PERÍODO DA GARANTIA.** A abertura/realização da sessão pública da Dispensa Eletrônica ocorrerá a partir das **08h00min do dia 25 de junho de 2024**, a cargo da **10ª CPL/SMS.**

PROCESSO**: 6018.2024/0057525-0** - DISPENSA ELETRÔNICA **Nº 90449/2024-SMS.G**
Tipo menor preço - Objeto: **AQUISIÇÃO TELA CIRÚRGICA PARA CORREÇÃO DE HERNIORRAFIA, POLIPROPILENO, 15x15 CM**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min, do dia 25 de junho de 2024,** a cargo da **1ª CPL/SMS.**

Log & Print Gráfica, Dados Variáveis e Logística S.A.

CNPJ/ME nº 66.079.609/0001-06 – NIRE nº 35.300.357.787

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), ficam convidados os Senhores Acionistas da **Log & Print Gráfica, Dados Variáveis e Logística S.A.**, com sede na Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Rua Joana Foresto Storani, nº 676, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 66.079.609/0001-06 ("Companhia"), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, em 01 de julho de 2024, às 09:00 hs., na modalidade assembleia digital, por meio da plataforma "*Google Meetings*", nos termos do Artigo 124, § 2º-A, da Lei das S.A., para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais findos em 31/12/2022 e 31/12/2023, publicado no jornal Valor Econômico, cadernos impresso e digital, ambos na edição de 01/06/2024. A fim de viabilizar o acesso à plataforma, os acionistas e/ou seus representantes deverão enviar solicitação à Companhia pelo e-mail alderano.fileni@grupoprintlaser.com.br, com antecedência mínima de 30 minutos do horário marcado para a realização da AGO no dia 01/07/2024 (ou seja, até às 08:30 hs.), com a documentação comprobatória da sua qualidade de acionista e/ou representante, na forma da lei. A Companhia enviará as respectivas instruções para o acesso ao sistema eletrônico de participação na AGO aos acionistas e/ou seus representantes que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima. Vinhedo/SP, 20 de junho de 2024. ***Alderano Américo Fileni** – Diretor Presidente.* (21, 24 e 25/06/2024)

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.

CNPJ/MF nº 10.760.260/0001-19 – NIRE 35.300.367.596 | Código CVM nº 23310 | *Companhia Aberta*

Ata da Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 15 de maio de 2024

1. Data, hora e local: Aos 15 dias de maio de 2024, às 9 horas, em reunião realizada por meio de videoconferência, nos termos do § 6º do artigo 17 do Estatuto Social da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. ("Companhia"). **2. Convocação**: Convocação devidamente realizada, nos termos do Artigo 17, § 2º, do Estatuto Social da Companhia. **3. Convocação e Presença**: Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 17, § 2º, do Estatuto Social da Companhia. Presentes, portanto, os Srs. Valdecyr Maciel Gomes (Presidente), Gustavo Baptista Paulus (Vice-Presidente), Felipe Pinto Gomes, Flavio Uchoa Teles de Menezes e Mateus Affonso Bandeira. **4. Mesa**: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Valdecyr Maciel Gomes e secretariados pela Sra. Julia Amadi Soares. **5. Ordem do dia**: Dando início aos trabalhos os membros do Conselho de Administração presentes deliberaram quanto segue: 5.1. **Consignar a renúncia** do Sr. **Leonardo Guimarães Pinto**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 091640/O-8 CRC/RJ, regularmente inscrito no CPF sob o nº 082.887.307-01, ao cargo de coordenador do Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos e Finanças, nos termos da carta de renúncia recebida nesta data e arquivada na sede da Companhia. 5.2. **Aprovar**, por unanimidade, a eleição do Sr. **Guilherme Marques Bononi,** brasileiro, casado, administrador, portador do documento de identidade RG nº 27192000, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 303.141.108-01, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401, para ocupar o cargo vacante de Coordenador do Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos e Finanças, exercendo as funções a partir desta data com prazo de gestão e mandato até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho de Administração após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada para aprovação do resultado do exercício social de 2025, sendo permitida a reeleição. 5.2.1 **Consignar** que Sr. Guilherme Marques Bononi tomará posse do cargo para o qual foi eleito dentro do prazo legal, mediante a assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio da Companhia, acompanhado da declaração de desimpedimento, nos termos da regulamentação aplicável, que ficará arquivado na sede da Companhia. 5.3. **Consignar a renúncia** do Sr. **Rodrigo Silva Marvão**, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RG nº 21.516.964-0 DIC/RJ, inscrito no CPF sob o nº 124.359.877-81, aos cargos ocupados na Companhia, quais seja: (i) Membro do Comitê Financeiro e (ii) Membro do Conselho de Administração, nos termos da carta de renúncia recebida nesta data e arquivada na sede da Companhia. 5.4. **Consignar a renúncia** do Sr. **Eduardo de Britto Pereira Azevedo**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 12.752.363-7 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 055.208.487-50, ao cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia, nos termos da carta de renúncia recebida nesta data e arquivada na sede da companhia; 5.5. **Consignar a renúncia** do Sr. **Valdecyr Maciel Gomes**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 05.421.487-9 SECC/RJ, regularmente inscrito no CPF sob o nº 718.224.887-53, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, permanecendo no cargo até a Assembleia Geral da Companhia que elegerá o seu substituto, abaixo tratada, nos termos da carta de renúncia recebida nesta data e arquivada na sede da Companhia. 5.6. **Aprovar**, por unanimidade, a eleição do Sr. **Tiago Ring**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador do documento de identidade RG nº 32623896, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 362.460.368-05, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401, para ocupar o cargo vacante de membro do Conselho de Administração, exercendo as funções a partir de sua posse até a AGE 2024, abaixo tratada, nos termos do artigo 16, *caput*, do Estatuto Social da Companhia e do artigo 150, *caput*, da Lei das S.A. 5.6.1 **Consignar** que o Sr. **Tiago Ring** tomará posse do cargo para o qual foi eleito dentro do prazo legal e mediante a assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio da Companhia. 5.6.2 **Conforme** declaração de enquadramento em relação aos critérios de independência fornecida pelo Sr. Tiago, o Conselho de Administração entende que o Sr. Tiago está devidamente enquadrado nos critérios de independência do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação aplicável, bem como está aderente aos critérios previstos na Política de Indicação da Companhia. 5.7. Os Srs. membros do Conselho de Administração registram seus agradecimentos aos Sres. Leonardo Guimarães Pinto, Rodrigo Silva Marvão, Eduardo de Britto Pereira Azevedo e Valdecyr Maciel Gomes por toda sua dedicação e contribuição em sua jornada durante o exercício dos respectivos cargos. 5.8. **Aprovar**, por unanimidade, a convocação da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 19 de junho de 2024, às 9:00 horas ("AGE 2024"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) alterar o artigo 14, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhado na Proposta da Administração; (ii) consolidar o Estatuto Social da Companhia com a alteração aprovada; (iii) eleger novo membro do Conselho de Administração da Companhia, conforme detalhado na Proposta da Administração; e (iv) eleger o Presidente do Conselho de Administração, conforme detalhado na Proposta da Administração. 5.9. **Aprovar**, por unanimidade, a proposta da administração para AGE 2024, a qual será oportunamente disponibilizada aos acionistas da Companhia, junto com os demais documentos previstos na regulamentação aplicável, na sede da Companhia, bem como nos websites da Companhia (www.ri.cvc.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). 5.10. **Autorizar** a Diretoria a praticar todos os procedimentos necessários à efetivação das deliberações acima. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem quisesse se manifestar e ante a ausência de manifestações, foram encerrados os trabalhos da reunião e lavrada a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **7. Conselheiros presentes:** Valdecyr Maciel Gomes, Gustavo Baptista Paulus (Vice-Presidente), Felipe Pinto Gomes, Flavio Uchoa Teles de Menezes e Mateus Affonso Bandeira. **Mesa:** Valdecyr Maciel Gomes – Presidente; e Julia Amadi Soares – Secretária. *Certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio da Companhia.* Santo André/SP, *15* de maio de 2024. Ass.: **Julia Amadi Soares** – Secretária; **Valdecyr Maciel Gomes** – Presidente. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 223.073/24-6 em 14/06/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.